

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRENDA SOARES BERNARDES

“À LUZ DO SOL”

THEREZINHA ZERBINI E AS MOBILIZAÇÕES PELA ANISTIA
NA DITADURA MILITAR: CONEXÕES, ESPIONAGEM E POLÍTICA (1975-1979)

VITÓRIA

2021

BRENDA SOARES BERNARDES

“À LUZ DO SOL”

**THEREZINHA ZERBINI E AS MOBILIZAÇÕES PELA ANISTIA
NA DITADURA MILITAR: CONEXÕES, ESPIONAGEM E POLÍTICA (1975-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B5181 Bernardes, Brenda Soares, 1995-
À luz do sol - Therezinha Zerbini e as mobilizações pela anistia
na Ditadura Militar : conexões, espionagem e política (1975
1979) / Brenda Soares Bernardes. - 2021.
258 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ditadura Militar. 2. Anistia. 3. Espionagem. 4.
Movimentos Sociais. 5. Política. 6. História do Brasil. I. Fagundes,
Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

BRENDA SOARES BERNARDES

“À LUZ DO SOL”

THEREZINHA ZERBINI E AS MOBILIZAÇÕES PELA ANISTIA

NA DITADURA MILITAR: CONEXÕES, ESPIONAGEM E POLÍTICA (1975-1979)

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas. Aprovada em: 18 / 10 / 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.º Dr.º Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

Prof.ª Dr.ª Carla Simone Rodeghero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinadora externa

Prof.ª Dr.ª Ana Rita Fonteles Duarte
Universidade Federal do Ceará
Examinadora externa

Para minha avó Rosalina de Sousa Soares (1929-2020)
(*in memoriam*). Por todo amor e cuidado. Por todo incentivo e auxílio.
Por todo o exemplo e por preencher minha existência de coragem,
honradez e sabedoria. Te amarei eternamente.

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação representa uma etapa importante em minha trajetória acadêmica. Joguei-me por completo na vida universitária, entre alegrias, angústias, erros, acertos e aprendizados. Gostaria de agradecer a um coletivo de pessoas com quem cruzei até aqui. Alguns encontrei raras vezes, com outros convivi cotidianamente. Acredito que, de algum modo, sou influenciada por todas essas conexões e deslocamentos. Penso que cada experiência foi um despertar para compor o ser humano que sou hoje.

Primeiro, agradeço ao Eterno, pela vida humana na Terra.

Agradeço a minha família, por sempre me incentivar a estudar e por se orgulhar disso. Menção especial a minha mãe, Maria Adélia, por todo apoio e auxílio, e a minha vovó Rosa, que nos deixou há um ano, mas que se fez presente em todos os momentos. Obrigada, querida, sentirei saudades para sempre.

Agradeço ao Anderson, meu companheiro querido. Obrigada por embarcar comigo no desafio da pós-graduação. Sua companhia nos estudos e na escrita tornou esse caminho mais leve. Também te agradeço pela coautoria mais linda que produzimos, nossa filha amada Antônia. Agradeço igualmente a nossa família conjunta, nossas bases de apoio.

Agradeço as minhas amigas. Pelas conversas presenciais ou remotas. Por terem escolhido estar comigo, mesmo com essa amiga ausente, que só consegui arrumar tempo para o mestrado nos últimos dois anos e meio. Menção especial à Vanessa pela revisão de língua inglesa e por não desistir da nossa amizade.

Agradeço àquelas pessoas que estiveram envolvidas diretamente com a minha educação formal. Desde a Educação Básica, nas EMEF Victor Hugo e EEEFM Victório Bravim, na cidade de Marechal Floriano/ES, passando pelo cursinho popular PUPT (Projeto Universidade para Todos), até a chegada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Agradeço ao corpo de profissionais da UFES, por todo o auxílio e convívio desde 2013. Destaco os professores e professoras das áreas de História e Educação. Entre eles, o professor Valter Pires (*in memoriam*), que nos deixou este ano. Valter foi o primeiro professor a me acolher fraternalmente na História. Sempre me lembrarei disso. Preciso também agradecer à professora Syrléa Marques Pereira, que, em sua passagem pela Universidade, tornou-se uma grande amiga, acompanhando-me, ainda que remotamente, nesses anos de mestrado.

Dentre os meus colegas contemporâneos no curso de História, gostaria de agradecer especialmente à turma 2015/1, por me devolver o sentimento de identidade perdido. Menção

especial ao Vinícius Barreto, por toda a parceria na graduação. Também agradeço a todos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos com o Centro Acadêmico de História (CALHIS) e com a organização das Semanas de História.

Agradeço ao meu orientador, Pedro Ernesto Fagundes. Obrigada por toda a orientação, solicitude e presença nos momentos em que precisei, desde a Iniciação Científica. Obrigada pela paixão dedicada à História e por nos incentivar a pesquisar, ensinar e resistir.

Agradeço aos membros e membras do Laboratório de História do Tempo Presente (Labtempo/UFES). Nossos encontros presenciais e remotos foram fundamentais para compor parte das discussões aqui desenvolvidas. Menção especial a Davi, Ariel e Guilherme, pelas conversas inbox, indicações de leituras e trocas realizadas.

Agradeço ao Programa de pós-graduação em História (PPGHIS) pela recepção e auxílio em todos os momentos necessários. Menção a Michely Almeida dos Santos e a Filipe Luppi, pela presteza no trabalho administrativo, e ao professor Belchior Monteiro Lima Neto, pela confiança e condução do Programa.

Agradeço ao professor Ueber José de Oliveira (UFES) pela presença na banca de qualificação do trabalho e por todas as considerações feitas ao texto. Sua perspicácia e inteligência são de minha admiração. Agradeço também por ter aceito participar da banca de defesa.

Agradeço à professora Carla Rodeghero (UFRGS) pela presença na banca de qualificação, por todas as considerações página por página, e por ter aceito o convite para a defesa final. À medida que eu lia seus trabalhos sobre a Anistia, ia tendo certeza de sua importância para a realização desta Dissertação.

Agradeço igualmente à professora Ana Rita Fonteles Duarte (UFC) pela presença na banca de qualificação, por todas as considerações e por ter aceito o convite para a banca de defesa. Quando li sua tese de doutorado e seus artigos e capítulos, acreditei que seria importante tê-la como leitora crítica do meu trabalho.

Agradeço à professora Juçara Luzia Leite (UFES) e ao companheiro de laboratório Max Dias (UFES) por terem aceito compor a suplência da banca de defesa.

Agradeço à Iana Lima Cordeiro pela atenta revisão final do trabalho.

Agradeço ainda a todas as pessoas com quem tenho cruzado este ano na EMEF Neusa Nunes Gonçalves, local onde leciono História para o Ensino Fundamental. Menção especial aos estudantes que me fazem perceber o quão importante é a educação como um instrumento de transformação social.

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

“A pluralidade é a condição de toda a vida política”

Hannah Arendt, 1958.

“Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”

Giovanni Levi, 1989.

RESUMO

Idealizadas pelas oposições à Ditadura Militar brasileira, as mobilizações pela anistia estenderam-se entre 1975 e 1979, culminando com a sanção da Lei n. 6. 683/1979, a Lei de Anistia. Esta Dissertação percorre os cinco anos da campanha pró-anistia através da trajetória de Therezinha Zerbini (1928-2015), fundadora e líder do primeiro Movimento organizado no país, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Inicialmente, a anistia proposta deveria contemplar exilados, cassados e presos políticos. Entretanto, com o desenvolver do Movimento, houve uma ampliação no sentido da medida, compreendida como conquista dos direitos humanos e da democracia. Este trabalho defende que tais mobilizações foram possíveis ante a existência de diversas *conexões*, de natureza temporal (geracional) e espacial (transregional e transnacional), capazes de reunir pessoas, ideias e objetos no tempo e no espaço. Na dimensão temporal (geracional), identificou-se a presença e a ausência de indivíduos capazes de dotar a anistia de sentido e identidade regional. Na dimensão espacial, verificou-se uma extensa circulação de pessoas e ideias no Brasil e no exterior. Portanto, a hipótese sustenta que as mobilizações transcendem as fronteiras temporais, espaciais e politicamente definidas. Argumenta-se que as mobilizações potencializaram a retomada dos espaços públicos e da democracia, ao incluí-la entre suas demandas e ao situar a pluralidade e o dissenso como condição da vida política. Haja vista a quantidade de personagens e lugares inscritos nas mobilizações, optou-se por percorrer a campanha através das ações de Therezinha Zerbini, umas das mais relevantes personalidades a promover as conexões, por intermédio de contatos, conferências, entrevistas e viagens. A partir desse itinerário, atentou-se ao peso da dimensão regional, cujas marcas se particularizavam conforme as realidades e as identidades. Por conseguinte, procurou-se localizar as conexões temporais e espaciais promovidas por Zerbini e, de forma geral, pelos Movimentos de Anistia, em especial o MFPA, o Comitê 1º de Maio pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Ainda, procurou-se compreender os Movimentos de Anistia enquanto movimentos sociais centrais da década de 1970, observando seu desenvolvimento e potencialidade na reconstrução da democracia no Brasil. Ao considerar as fontes utilizadas para esta pesquisa, o acervo do Serviço Nacional de Informação (SNI), analisou-se a espionagem exercida pela Comunidade de Informações aos Movimentos de Anistia e, especialmente, a Therezinha Zerbini, através da análise do discurso. Por fim, chamou-se atenção para o protagonismo exercido por Zerbini e a invisibilidade que se abateu sobre a personagem no pós-1979.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Anistia; Política; Espionagem; Therezinha Zerbini.

ABSTRACT

Conceived by the opposition to the Brazilian Military Dictatorship, mobilizations for amnesty took place between 1975 and 1979, culminating in the sanction of Law n. 6. 683/1979, the Amnesty Law. This dissertation covers the five years of the pro-amnesty campaign through the trajectory of Therezinha Zerbini (1928-2015), founder and leader of the first organized movement in the country, the Women's Movement for Amnesty (MFPA). Initially, the proposed amnesty should include exiles, political prisoners, and those whose political rights had been revoked. However, with the development of the movement, there was an expansion in the scope of the amnesty, understood as victory for human rights and democracy. This work argues that such mobilizations were possible because of the existence of several connections, of a temporal (generational) and spatial (transregional and transnational) nature, capable of bringing together people, ideas and objects in time and space. In the temporal (generational) dimension, the presence and absence of individuals capable of endowing amnesty of regional meaning and identity was identified. In the spatial dimension, there was an extensive circulation of people and ideas in Brazil and abroad. Therefore, the hypothesis holds that mobilizations transcend temporal, spatial and politically defined boundaries. It is argued that the mobilizations boosted the resumption of public spaces and democracy, by including it among their demands and by placing plurality and dissent as a condition of political life. Given the number of characters and places involved in the mobilizations, this work decided to analyze the campaign based on the actions of Therezinha Zerbini, one of the most relevant personalities to promote connections, through contacts, conferences, interviews and trips. From this itinerary, attention was paid to the weight of the regional dimension, whose marks were particularized according to realities and identities. Therefore, an attempt was made to locate the temporal and spatial connections promoted by Zerbini and, in general, by the Amnesty Movements, in particular the MFPA, the 1st of May Committee for Amnesty and the Brazilian Committee for Amnesty (CBA). Moreover, we tried to understand the Amnesty Movements as central social movements of the 1970s, observing their development and potential in the reconstruction of democracy in Brazil. When considering the sources used for this research, the collection of the National Information Service (SNI), the espionage exercised by the intelligence community on the Amnesty Movements and, especially, on Therezinha Zerbini, was analyzed through discourse analysis. Finally, attention was drawn to the protagonism of this character and the invisibility that befell the character in the post-1979 period.

Keywords: Military Dictatorship; Amnesty; Policy; Espionage; Therezinha Zerbini.

LISTA DE ABREVIATURAS

Abr. – Abril

Ago. – Agosto

Apt. – Apartamento

Art. – Artigo

Dep. – Deputado

Dep. Est. – Deputado Estadual

Dep. Fed. – Deputado Federal

Dez. – Dezembro

Ed. – Edição

Inst. – Instituição

Jan. – Janeiro

Mai. – Maio

Mar. – Março

Fev. – Fevereiro

Jul. – Julho

Jun. – Junho

N. (n.) – Número

Nov. – Novembro

Out. – Outubro

Sen. – Senador

Set. – Setembro

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABE – Agência Belém

ABH – Agência Belo Horizonte

Abin – Agência Brasileira de Inteligência

AC – Agência Central

ACE – Arquivo Cronológico de Entrada

ACG – Agência Campo Grande

ACT – Agência Curitiba

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AFZ – Agência Fortaleza

AGO – Agência Goiânia

AI – Ato Institucional

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

ALN – Ação Libertadora Nacional

AMA – Agência Manaus

AP – Ação Popular

APA – Agência Porto Alegre

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

AR – Agência Regional

ARE – Agência Recife

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ARJ – Agência Rio de Janeiro

ASEC – Associação de Sociólogos do Ceará

ASIs – Assessorias de Segurança e Informações

ASP – Agência São Paulo

ASV – Agência Salvador

BA – Bahia

CAB – Comitê pela Anistia no Brasil (Comitê de Anistia de Lisboa)

CAHIS – Centro Acadêmico de História da Universidade de São Paulo

Capex – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CC – Comitê Central
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDDH – Comitê de Defesa dos Direitos Humanos
CE – Ceará
CEB – Comunidade Eclesial de Base
Cenimar – Centro de Informações da Marinha
CGI – Comissão Geral de Investigações
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIE – Centro de Informações do Exército
CIEEx – Centro de Informações do Exterior
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Centro da Mulher Natalense
CNA – Comitê Norte-Riograndense pela Anistia
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CP-UNE – Comissão Pró-UNE
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEE – Diretório Estadual Estudantil
DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Delegacia Estadual de Ordem Política e Social

DPF – Departamento de Polícia Federal

DSIs – Divisões de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

ENE – Encontro Nacional dos Estudantes

ES – Espírito Santo

ESG – Escola Superior de Guerra

ESNI – Escola Nacional de Informações

EUA – Estados Unidos

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GAC – Grupo Anticomunista

GB – Guanabara

GEP – Grupo de Estudos e Planejamento

GIS – Grupo de Intervenção Socialista

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHTP – Instituto de História do Tempo Presente

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JAC – Juventude Agrária Católica

JB – Jornal do Brasil

JEC – Juventude Estudantil Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional

MAC – Movimento Anticomunista

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MCI – Movimento Comunista Internacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MG – Minas Gerais

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NMS – Novos Movimentos Sociais
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Pará
PB – Paraíba
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PE – Pernambuco
PM – Polícia Militar
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
POLOP – Política Operária
PR – Paraná
PS – Partido Socialista Português
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RS – Rio Grande do Sul
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SC – Santa Catarina
SISA – Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SP – São Paulo
SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STF – Supremo Tribunal Federal

TL – Tendência Leninista
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual Estudantil
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo
Usaid – Agência americana para o desenvolvimento internacional
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Circulação de Therezinha Zerbini em 1975.....	78
Tabela 2: Março de 1976 — Therezinha Zerbini no Nordeste.....	82
Tabela 3: Núcleos e Diretoria Nacional do MFPA.....	91
Tabela 4: Notas da Comunidade de Informações sobre as integrantes do MFPA.....	92
Tabela 5: Circulação de Therezinha Zerbini em 1976.....	98
Tabela 6: Circulação de Zerbini em 1977.....	125
Tabela 7: Principais eventos protagonizados pelos estudantes e pelo Comitê 1º de Maio pela Anistia em 1977.....	153
Tabela 8: Encontros dos Movimentos de Anistia no Teatro Ruth Escobar (1978) segundo a Comunidade de Informação.....	161
Tabela 9: Eventos integrados pelos Movimentos pela Anistia em 1978	175
Tabela 10: Encontros da Comissão Executiva Nacional (CEN) (1978-1979).....	186
Tabela 11: Circulação de Zerbini em 1978.....	193

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Cartaz da campanha de anistia.....	66
Imagem 2: Correspondência remetida pelo <i>Brasilienkommittén</i> à Zerbini.....	79
Imagem 3: Xerox do bilhete da passagem de Zerbini.....	81
Imagens 4 e 5: Desembarque de Zerbini no aeroporto de Salvador.....	88
Imagem 6: Maria Quitéria em 1823.....	115
Imagem 7: O Brasil à Maria Quitéria.....	115
Imagem 8: Comitê pela Anistia 1º de Maio – Gravura <i>The Parents</i>	146
Imagem 9: Therezinha Zerbini em Goiás.....	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - “A RARA OPORTUNIDADE”- ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS MOBILIZAÇÕES PELA ANISTIA: PRIMEIRAS CONEXÕES (1975-1976)	61
1.1 Aspectos biográficos de Therezinha Zerbini: entre memórias e “informações”	61
1.2 Therezinha Zerbini, o MFPA e a I Conferência Mundial da Mulher da ONU (1975) ..	65
1.3 De volta ao Brasil: conexões transregionais (1975)	73
1.4 Conexões transregionais e transnacionais (1976)	78
Ceará	82
Pernambuco	84
Paraíba	85
Bahia	86
1.5 O rompimento do MFPA com o jornal <i>Brasil Mulher</i> , de Joana Lopes.....	88
1.6 Os núcleos do MFPA nas Informações da Comunidade	90
1.7 Aspectos Finais	98
CAPÍTULO 2 - “GRAÇAS A DEUS! NÓS NÃO ESTÁVAMOS MAIS SOZINHAS”: THEREZINHA ZERBINI, O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E O COMITÊ 1º DE MAIO (1977)	100
2.1 Ampliações na campanha de anistia: os direitos humanos e a Constituinte.....	100
2.2 Therezinha Zerbini e o MFPA: conexões e continuidades	105
De volta à Bahia.....	106
A vigilância continua	108
Brasília: o encontro com Rosalynn Carter	111
A Bahia de Maria Quitéria.....	114
Minas Gerais	116
Santa Catarina	120
São Paulo: I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia.....	121
2. 3 A hora e a vez dos estudantes: o Movimento Estudantil e Comitê 1º de Maio	126
São Paulo: a constituição do Comitê 1º de Maio pela Anistia.....	128
19 de Maio de 1977 – Dia Nacional de Luta pela Anistia	133
Porto Alegre	137
Rio de Janeiro e a entrada de Iramaya Benjamin na campanha pela anistia.....	140
15 de junho de 1977 – Dia Nacional de Luta pela Anistia	145
O pós-15 de junho para o Comitê 1º de Maio: conflitos e redefinição de prioridades	150
2.4 Aspectos Finais	154

CAPÍTULO 3 - ANISTIA: “O MOTOR DA REDEMOCRATIZAÇÃO” (1978-1979)	156
3.1 1978: uma explosão de Comitês de Anistia.....	156
São Paulo	159
A mobilização se espalhando: Goiás, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Brasília... ..	166
Rio Grande do Norte.....	169
Pernambuco, Mato Grosso, Ceará e Paraíba.....	171
3.2 Os eventos coletivos: uma explosão de conexões	174
A 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	176
Brasília: Iª Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia no Brasil.....	181
Salvador: I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia.....	181
São Paulo: I Congresso Nacional pela Anistia	185
O Pacote de Reformas e o lançamento de Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje.....	187
Finais de 1978: conexões transnacionais (Estados Unidos, Europa e Brasil)	191
3.3 1979: a reta final da campanha pela anistia	194
Pará	196
A polissemia da anistia	197
Anistia parcial versus Anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”	200
3.4 A continuidade da luta e a invisibilidade histórica e política de Therezinha Zerbini..	206
3.5 Aspectos Finais	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
Fontes primárias.....	222
Bibliografia instrumental-teórica	230
Bibliografia de apoio	232
APÊNDICES	242
A: Bibliografia da Anistia.....	242
B: A Anistia no Congresso Nacional.....	248
C: A Anistia nas Constituições Federais	250
ANEXOS	251
A: Núcleos do MFPA até 17 de setembro de 1976	251
B: Informação sobre as integrantes do MFPA até 11 de outubro de 1976.....	253
C: Imagens de Therezinha Zerbini e do MFPA	256

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação investiga as mobilizações pela anistia na Ditadura Militar brasileira (1975-1979) a partir da trajetória de Therezinha Zerbini, fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Entende que o coletivo de movimentos sociais, e, em especial, dos Movimentos de Anistia, potencializou o sentido e a luta pró-democracia nos anos 1970. Elege como fonte principal o acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) e privilegia, em certas ocasiões, o olhar da espionagem, isto é, a visão da Comunidade de Informações sobre tais Movimentos, particularmente sobre a personagem Therezinha Zerbini.¹ A opção de análise é permeada pela ideia de *conexões*, por compreender que a luta pela anistia se constituiu em um movimento de caráter transnacional e transregional, conectando pessoas, objetos e ideias no tempo e no espaço. Localizamos os personagens desta luta, suas principais bandeiras de convergência e/ou de divergência, inserindo-as no quadro de movimentos sociais da década de 1970.

Este trabalho se tornou possível devido à natureza da documentação pesquisada, o acervo da Comunidade de Informações da Ditadura Militar. A dinâmica empreendida pelo Sistema Nacional de Informações (SISNI) – constituído por agências regionais e interligado por serviços de informação dos Ministérios civis, das Forças Armadas, das polícias (federal e estadual) e por intermédio de agentes individuais –, cobrindo o território nacional e o exterior, permitiu-nos observar as realidades e conexões presentes nas mobilizações. O exercício constante de informar ao Sistema o passo a passo das oposições possibilitou apreciar tanto o discurso produzido pelos agentes do Estado quanto a narrativa engendrada pelos Movimentos de Anistia, constantemente anexas aos documentos.

As mobilizações aqui compreendidas foram atividades de luta política desenvolvidas pelas oposições à Ditadura. Iniciadas em 1975, por intermédio do MFPA e pelos Comitês de Anistia do exterior, elas nutriam como objetivo primeiro os pedidos de Anistia a exilados e presos políticos. Na interpretação geral do termo, a medida requerida remontava à tradição brasileira de cicatrizar as feridas com o véu do eterno esquecimento, referenciando os escritos

¹ Por questões de fluidez da escrita, em determinados momentos empregamos a expressão Comunidade, para fazer referência à Comunidade de Informações; Movimentos, em referência aos Movimentos de Anistia; mobilizações, em referência às mobilizações pela anistia e campanha, em relação à campanha da anistia. Observamos ainda que, a palavra anistia, quando empregada como coletivo, “Movimentos de Anistia”, “Movimento Feminino pela Anistia”, “Comitê Brasileiro de Anistia”, etc. vem empregada com “A”, nos demais casos usa-se com “a”.

do conhecido político Rui Barbosa (1896). A anistia consistia em uma medida de caráter político e coletivo, apesar da alcunha jurídica, que apagara os “crimes” cometidos, como se não tivessem ocorrido. Havia toda uma tradição de concessões. A Colônia, o Império e a República no Brasil sobrevinham distribuindo anistias após momentos de conflito envolvendo Estado e sociedade (MARTINS, 1978). Passadas as turbulências, caberia aos governos propor a medida para pacificar as almas da nação (RUI BARBOSA, 1896).²

Entretanto, há uma mudança na acepção da anistia entre 1975 e 1979. De sinônimo de esquecimento, pacificação e conciliação a campanha ressignifica sua semântica, que passa a disputar e variar os sentidos conforme seus usos políticos. Na perspectiva dos Movimentos, a anistia se transforma em luta contra a Ditadura, em defesa da democracia e dos direitos humanos, alterando a interpretação a favor da justiça e da memória (DEL PORTO, 2002; GRECO, 2003; MACHADO, 2006; RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011; RESENDE, 2013; RODEGHERO, 2014b; FAGUNDES, 2019).

Em um primeiro momento, o objetivo de nosso trabalho foi compreender as mobilizações a partir de suas diversidades e conexões, observando sua potencialidade para o sentido da democracia. Entendemos por diversidades os elementos particulares e gerais que compuseram indivíduos e coletivos ao longo de suas trajetórias. As bandeiras empenhadas, as atividades, os impressos, as palavras de ordem, as referências a personalidades locais ou mitificadas e as próprias agentes que compuseram os quadros dos Movimentos. Buscou-se analisar como tal diversidade enriqueceu o cenário das mobilizações, agregando as diversas oposições.

Interessa explicar agora a razão de elegermos a análise das mobilizações pela anistia sob a ótica das diversidades e conexões. O primeiro elemento que pesou na escolha foi a natureza da documentação selecionada, o acervo da Comunidade de Informação. O contato inicial com estas fontes ocorreu ainda na Iniciação Científica, durante a graduação em História. Na época, a pesquisa pretendia compreender o olhar do SNI sob os Movimentos de Anistia no Brasil. À medida que conhecíamos o acervo, tomávamos ciência de sua monumentalidade. Havia centenas de documentos relacionados aos Movimentos pela Anistia, seja através de seus

² Há ainda dois dispositivos no ordenamento jurídico brasileiro que apresentam semelhança com a Anistia: a Graça e o Indulto. Ambos são dispositivos concedidos (atualmente) pelo Poder Executivo, por meio de decreto presidencial e consubstanciam-se como forma de extinção da punibilidade. A diferença entre a Graça e o Indulto reside no fato de que a Graça é concedida individualmente, enquanto o Indulto se procede de maneira coletiva. Assim, alguns doutrinadores denominam a Graça de Indulto individual. Estes dois institutos já pressupõem condenação, enquanto a Anistia pode ser própria ou imprópria, ou seja, pode ser concedida antes ou depois de uma condenação criminal (SOUSA, 2010). Disponível em: < <https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2516798/comentario-s-Anistia-graca-e-indulto-aurea-maria-ferraz-de-sousa> >. Acesso em: 1º jul. 2020.

personagens, seja por meio das principais entidades e encontros realizados. Dessa forma, estabelecemos um recorte regional. Considerando a extensão de fontes, selecionamos os documentos sobre a anistia no Estado do Espírito Santo, um estudo ainda lacunar na historiografia capixaba.

Concluída a pesquisa na Graduação, e nos organizando para o Mestrado, percebemos que havia um conjunto de personalidades, lugares e eventos particulares do Espírito Santo,³ isto é, especificidades das mobilizações que pertenciam ao espaço capixaba, embora articuladas com a dimensão nacional. Simultaneamente, entrávamos em contato com novas leituras compostas de análises regionais sobre outros estados brasileiros. Todas confirmavam nossa compreensão: as mobilizações pela anistia brasileira estavam marcadas pela pluralidade de ações, pela heterogeneidade de comportamentos e de personagens distintos em cada localidade.

A partir desse entendimento foi sentida a necessidade de situar essa diversidade, por acreditarmos que determinados eventos ou personagens precisavam vir à tona, ou que certas conexões ainda não estavam estabelecidas por completo. Perguntávamos como as mobilizações tinham se manifestado nos diversos espaços e se havia pontos de encontro e desencontro entre os lugares e as personagens inscritas no processo de luta política. Era a estranha sensação de que algo a mais precisava ser escrito, a partir da observação de que as mobilizações, justamente por serem diversas, heterogêneas e plurais, potencializaram o retorno da democracia no Brasil, regime político que é, por essência, plural e diverso, caracterizado pela contínua responsividade do Estado com seus cidadãos (DAHL, 1971).

A documentação da Comunidade de Informação caía como uma luva ao nosso propósito, na medida em que apresentava documentos sobre vários estados do Brasil, sobre o exterior e, ainda, elementos sobre personalidades, entidades e eventos específicos. Ademais, a bibliografia regional poderia suprir possíveis lacunas do fundo SNI, sustentando ou contrapondo análises. Por estas motivações foi tomando corpo nossa proposta de Dissertação de Mestrado.

³ Sobre as mobilizações pela Anistia no Espírito Santo ver: Bernardes (2018; 2019) e Bernardes; Fagundes (2020). Destaca-se, no caso capixaba, a atuação do jornal alternativo *Posição*, de estudantes e professores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Espírito Santo (OAB-ES), do Movimento Democrático Brasileiro – seção Espírito Santo (MDB-ES), de setores religiosos, principalmente católicos e luteranos, e a referência constante ao preso político Perly Cipriano, preso à época na penitenciária Frei Caneca, no Rio de Janeiro. As mobilizações no estado centraram suas ações na região metropolitana de Vitória, nos últimos dois anos da campanha (1978 e 1979), embora sejam registradas tentativas de interiorização em cidades como Colatina, localizada no Noroeste do estado, e Cachoeiro de Itapemirim, ao Sul. Há ainda sinais de expansão do Movimento pelo anseio de criar um jornal alternativo para as demais localidades e por intermédio do MDB. Finalmente, sublinha-se uma diferença entre as mobilizações de Anistia no Espírito Santo e o conjunto de casos no Brasil: a presença maciça de homens na condução do processo.

À medida que a pesquisa se desenvolvia, nos dávamos conta da impossibilidade de abarcar tantas realidades sob os mais diversos pontos de vista. Isto é, era necessário compreender a trajetória das mobilizações, mas a partir de quais direcionamentos? Havia uma diversidade de personagens, lugares e ações humanamente impossíveis de serem descritos e analisados em uma Dissertação. Era preciso fazer escolhas, haja vista que o trabalho não tinha a pretensão de ser apenas uma compilação de entidades de anistia registradas nos estados brasileiros e no exterior. Desta forma, ao avançar na investigação das fontes da Comunidade de Informação, um detalhe nos chamou atenção: a quantidade de dados sobre Therezinha Zerbini. Em meio à documentação, composta por mais de uma centena de arquivos originários do Sistema de Informação, verificamos que a líder do MFPA foi a personalidade individual mais analisada a respeito dos Movimentos de Anistia.⁴

A partir desta compreensão, passamos a cruzar algumas fontes da trajetória de Zerbini ao longo da campanha.⁵ Seguir seus passos se tornou relevante, visto que a personagem encarnava a conexão. Era ela, principalmente, uma das personalidades significativas a promover as mobilizações no processo de luta política, por intermédio de viagens, palestras, entrevistas, estabelecimento de contatos locais, e por possibilitar a circulação de materiais impressos e das próprias ideias inscritas no contexto.⁶

Desta maneira, nosso objetivo experimentou uma readequação. Ainda desejávamos compreender as mobilizações através de suas diversidades e conexões, entretanto, optamos por percorrer esse caminho através da trajetória de Therezinha Zerbini. Passamos a nos atentar ao peso desta individualidade no seio de um processo amplo que foi a campanha pela anistia e a redemocratização brasileira, considerando a função da protagonista ao promover conexões espaciais e temporais, em plena vigilância da Comunidade de Informações.

Através do percurso de Zerbini seria possível cruzar os diferentes espaços de luta política e identificar suas peculiaridades e identidades, afinal, a própria personagem os tinha atravessado ao longo dos anos de mobilização. Como não era possível estar em vários lugares ao mesmo

⁴ Esta verificação ocorreu através da análise realizada nos documentos do Fundo SNI, que tratavam das mobilizações pela anistia no Brasil. Portanto, por meio de um levantamento quantitativo e qualitativo se pôde concluir o fato de Therezinha Zerbini ter sido a personagem individual mais descrita e citada nos documentos da Comunidade de Informações.

⁵ As três principais fontes foram: os documentos da Comunidade de Informação, o livro *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979) e as diversas entrevistas que Zerbini concedeu ao longo da vida, em diferentes veículos da imprensa.

⁶ Há outros personagens durante a campanha pela anistia que desenvolveram esse papel de conexão, como Hélio Bicudo, Peri Bevilacqua, Iramaya Benjamin e Ruth Escobar. Decidimos, contudo, centrar nosso olhar na dinâmica exercida por Therezinha Zerbini, que acabou, em diferentes momentos, encontrando-se com esses outros personagens.

tempo, em alguns momentos desviamos o foco de Zerbini para localizar outros espaços não experienciados pela advogada, mas por outras personagens, que direta ou indiretamente foram influenciados em primeiros ou segundos momentos pela iniciativa desta personagem e foram contemporâneas no cenário de luta.

Percorrer a trajetória de Zerbini a partir de diferentes fontes nos permitiu observar quão relevante foi sua ação para a consecução da campanha. A advogada soube exprimir, em termos de conduta, certas aspirações dos grupos mais progressistas dos anos 1970, que passaram a enxergar a anistia como medida imprescindível, impondo-se como uma legítima protagonista das mobilizações no Brasil (LEVILLAIN, 2003 [1988], p. 160). Foi proeminente, polêmica, ambígua e decisória. Uma personagem que, no pós-1979, tornou-se “esquecida” da memória democrática, tanto das esquerdas quanto de camadas mais liberais e à direita.⁷ Zerbini nos parece ser um “caso extremo”, conforme a distinção de biografia proposta por Giovanni Levi (2006 [1989], p. 176-177). Isto é, na campanha pela anistia, ela fugiu às regras de uma típica mulher da classe média alta paulista, esposa de general. Além disso, no pós-1979, não correspondeu às atitudes “esperadas” e expressas através dos movimentos sociais, de continuar a lutar pela anistia, haja vista o tom incompleto e lacunar da legislação e todas as implicações *a posteriori*.

Foi justamente por essas ações inesperadas – que fogem do previsto, do normalmente aceitável, divergentes de uma maioria, tanto à esquerda, quanto à direita – que repousou um dos aspectos de seu protagonismo. Conforme destacou Carlo Ginzburg (2006 [1976], p. 189), os casos-limites possuem valores sintomáticos. Há, por exemplo, a capacidade de permitirem identificar determinadas possibilidades latentes, reprimidas ou adormecidas. Em Zerbini, observamos dois tipos de ações, de naturezas distintas.

De um lado, representava a possibilidade de a mulher brasileira se fazer protagonista nos processos políticos, cenário mais evidente nas décadas seguintes e ainda em construção no país. Nesse sentido, percebemos a presença da líder do MFPA como uma potência às mulheres, inclusive para aquelas mais ativas na segunda onda feminista que cortou os anos 1970.⁸

⁷ Ver: Ana Rita Fonteles Duarte (2020).

⁸ A chamada primeira onda feminista cobre a virada do século XIX para o século XX até os anos 1950. Dentre as temáticas inscritas, estava a luta para a inclusão das mulheres nos direitos formais de cidadania, como o sufrágio universal (direito ao voto). Há outros temas que não podem ser negligenciados, como o questionamento das relações patriarcais, a luta pelo divórcio, pelo direito à propriedade, à educação e à participação da mulher na política. Por sua vez, a segunda onda feminista toma força na década de 1970, ao enfatizar os direitos civis, sexuais, reprodutivos, econômicos, políticos e sociais. Dentro desta perspectiva há uma análise da vida diária, “o que é pessoal é político”, marcado por um tom de emancipação das mulheres. A partir da década de 1980, são criadas entidades feministas para combater a violência contra a mulher e orientar as vítimas, atentas à saúde da mulher e

Por outro lado, é preciso ressaltar que a posição conciliadora de Zerbini em relação à anistia, inscrita ao discurso de “pacificação da família brasileira” e “desarmamento dos espíritos” (ZERBINI, 1979), representava o lugar comum da tradição de anistia no Brasil, a medida como conciliação e/ou esquecimento. Portanto, ao mesmo tempo que apresentava um comportamento progressista como mulher e figura pública, também mantinha o entendimento da anistia com mecanismo de conservação da vida política brasileira, marcada pela tradição de conciliação e acomodação como tem destacado Rodrigo Patto Sá Motta (2014a).

É preciso ressaltar, utilizando-se das reflexões de Pierre Bourdieu (2006 [1986], p. 189), que a escrita de uma trajetória é seletiva, marcada por recortes de uma realidade muito mais complexa, impossível de ser descrita por todos os ângulos. Desta forma, a análise crítica da personagem Zerbini será percorrida a partir da compreensão da noção de trajetória como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por ela nos espaços, sujeita a incessantes transformações (BOURDIEU, 2006, p. 189).

Para que a análise das mobilizações pela anistia a partir da trajetória de Zerbini tomasse corpo, percorremos três objetivos específicos, diluídos ao longo do trabalho.

O primeiro passou por localizar as conexões temporais (geracionais) e espaciais promovidas por Therezinha Zerbini ao longo da campanha, situando os personagens e lugares nos quais se manifestaram as mobilizações, atentos às marcas identitárias de tais espaços, revestidas de referências locais e relacionadas a questões mais amplas.⁹ De forma secundária, ainda procuramos localizar algumas conexões promovidas pelos próprios Movimentos de Anistia.

O segundo objetivo foi compreender os Movimentos na qualidade de movimentos sociais centrais dos anos 1970, com vista a entender a trajetória das mobilizações, isto é, sua origem, desenvolvimento e potencialidade para a redemocratização do país, a partir de uma abertura de pauta para questões mais amplas, como o fim do regime ditatorial, e os pedidos por democracia, direitos humanos e Constituinte. Para essa tomada de compreensão, tratamos de situar a

à execução de políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 irá inscrever a violência doméstica como um problema político. Já se compreendia que todo poder tinha uma natureza política. Um dos marcos legais mais expressivos da luta das mulheres virá à luz apenas em 2006, com a lei nº. 11. 340, conhecida como Lei Maria da Penha (NADER, 2010, p. 308-321).

⁹ A identidade é sempre produzida em relação à outra, dependendo de algo externo a si mesmo, da diferença (WOODWARD, 2000). A identidade e a alteridade se encontram, portanto, imbricadas. Identifica-se com algo porque existem diferenças, e, em determinado momento, é preciso fazer escolhas, ou estar em determinado local em detrimento de outro. O conceito de identidade desenvolvido por Stuart Hall (2000) aceita que as identidades não são nunca unificadas, pelo contrário, são fragmentadas e fraturadas, multiplamente construídas por meio de discursos, práticas e posições semelhantes ou diversas. Sujetas à historicização, estão em constante transformação. Pelo fato de as identidades serem construídas dentro dos discursos, há a necessidade de compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais, emergindo no seio de modalidades específicas de poder.

natureza do movimento social inscrita nas entidades de anistia, isto é, a partir de quais referências se projetam na qualidade de movimentos sociais centrais do período.

Por fim, o terceiro objetivo consistiu em observar a vigilância que a Comunidade de Informação exerceu sobre os Movimentos pela Anistia e, especialmente, sobre Therezinha Zerbini, com vista a indicar a natureza do discurso dos profissionais de informação que cobriram a campanha.

Revisão bibliográfica

Passados mais de 40 anos de sanção da Lei de Anistia (1979), surgiram uma série de obras que se preocuparam em reconstituir algumas nuances desse processo histórico, dentre análises acadêmicas, jurídicas, jornalísticas e memorialísticas. As produções advindas das universidades se preocuparam em levantar as principais contribuições do que situamos como “historiografia da anistia”.¹⁰ Desta maneira, somos influenciados e agradecidos por essas análises precedentes. Nesse sentido, Pedro Ernesto Fagundes (2019) localizou três gerações de trabalhos sobre a anistia de 1979, e é a partir desta interpretação que avançamos na investigação e sistematização da bibliografia.¹¹

Uma primeira geração tomou vulto entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980. Marcada por trabalhos de tom jornalístico, jurídico, memorialístico e acadêmico, a geração foi caracterizada pela preocupação de compreender a tradição brasileira de anistia, debater seus aspectos jurídicos, delinear a luta de determinados grupos, como a dos presos políticos e exilados, e por situar a trajetória de personagens que lutaram no seio das mobilizações (MARTINS, 1978; FERREIRA, 1979; MACHADO, 1979; CIPRIANO; VIANA, 1992 [1979]; ZERBINI, 1979; BENJAMIN; AUTRAN, 1982; OLIVEIRA, 1983).

Na segunda metade dos anos 1980, observamos o crescimento de obras de cunho mais geral, preocupadas em apresentar panoramas em torno da Ditadura Militar. Destaca-se a presença de brasilianistas, como Thomas Skidmore (1988), que elabora um quadro geral do período. Influenciada pela ciência política americana, reunindo entrevistas, legislações e fontes jornalísticas, a brasileira Maria Helena Moreira Alves (1984), em *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, produziu uma obra densa sobre a história da Ditadura. Ambos os trabalhos

¹⁰ Esse é o caso das dissertações de mestrado de Flávia Burlamaqui Machado (2006), Sandro Héverton Câmara da Silva (2007), Pâmela de Almeida Resende (2013) e Gabriel Dienstmann (2016) e dos trabalhos de Carla Rodeghero (2011), Renato Lemos (2018) e Pedro Ernesto Fagundes (2019).

¹¹ Para uma visão ampla da bibliografia da Anistia, ver: tabelas no Apêndice.

dedicam poucos parágrafos à anistia. Alves tem uma preocupação em situar as legislações inscritas ao processo, desenvolvendo análise dos atos institucionais, da Constituição de 1967 e das emendas posteriores. Entretanto, a anistia é mencionada em apenas uma página. Interessante compreender o fim do bipartidarismo e a constituição dos partidos a partir dos anos 1980.

Essa segunda geração de trabalhos marginaliza o tema da anistia. É oportuno inteirar que os trabalhos de cunho mais geral continuam a aparecer em cena nas próximas décadas. A maior parte segue discutindo a anistia de modo ligeiro, como é o caso de Elio Gaspari (2016), apesar de sua extensa obra sobre a Ditadura.¹²

Na década de 1990 há uma diversidade de procedências. O conjunto de entrevistas realizado por Maria Celina D'Araújo, Celso Castro e Gláucio Soares (1994a; 1994b; 1995) traz à tona a memória dos militares sobre a Ditadura.¹³ Em meio aos depoimentos, alguns

¹² Observamos, ainda, a presença de algumas inconsistências no livro de Gaspari (2016), *A Ditadura acabada*. A definição do CBA como o “guarda-chuva sob o qual se abrigariam militantes do MDB e de organizações clandestinas” é limitadora (GASPARI, 2016, p. 89). Apesar de esta entidade ter abrigado parte desses grupos, há ainda uma diversidade de sujeitos advindos de outras coletividades. Uma segunda inconsistência é a afirmativa de que o CBA foi presidido pelo general Peri Bevilacqua. O militar foi convidado a discursar durante o lançamento do CBA no Rio de Janeiro, mas nunca pertenceu ao Comitê, apesar de ter se envolvido nas mobilizações de outras maneiras. Acreditamos que esta confusão deva ter ocorrido pelo fato de Bevilacqua ter sido chamado de “Presidente de Honra do CBA”. Esta alcunha foi verificada em algumas fontes da Comunidade de Informação (BR_AN_BSB_VAZ_087_0064. Informação n. 0231/ CISA-RJ. Data: 24 abr. 78). Um terceiro ponto, que não se trata de uma inconsistência, mas de uma opção de narrativa, ocorre quando o autor privilegia o tema da Anistia a partir do retorno dos exilados, afirmando que a legislação redesenha o futuro político do país, devolvendo personagens antes banidos, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e uma “geração de jovens radicais de esquerda que viviam na clandestinidade ou no exílio” (GASPARI, 2016, p. 90). A crítica que fazemos a essa opção é a marginalização da discussão sobre a situação dos agentes do Estado, que praticaram crimes de tortura, assassinatos e desaparecimentos. Gaspari não discute os limites da lei, apresentando apenas o seu lado “positivo”.

Dentro desse leque de textos mais gerais, destaca-se ainda o livro *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo* (2005), escrito por Valter Pires Pereira, Miguel Marvilla, Ana Gabrecht e Ueber José de Oliveira. A terceira parte da obra, embora sucinta, debruça-se sobre a Anistia, perpassando o significado etimológico do conceito, a tradição brasileira, a luta empreendida pelas oposições e o processo de aprovação da lei. Ademais, também explora os limites e as normas estaduais que legislaram sobre o assunto, destacando o esforço de complementação no caso capixaba, que veio a aprovar uma lei, em novembro de 1998, fixando indenizações entre R\$ 5.000, 00 e R\$ 30.000, 00 às vítimas, conforme os danos físicos, morais ou psicológicos, assim como por “decorrência de detenção indevida ou imotivada”. Também foi incluso o pagamento de pensões especiais a pessoas que perderam o emprego em decorrência da perseguição da Ditadura. Corrige-se, entretanto, a expressão Movimento Feminista pela Anistia para Movimento Feminino pela Anistia (PEREIRA; MARVILLA; GABRECHT; OLIVEIRA, 2005, p. 111).

A tese de Ana Rita Fonteles Duarte (2009) e o livro de Carla Rodeghero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade (2011) também apresentam, respectivamente, as legislações dos estados do Ceará e do Rio Grande do Sul, que incluíram medidas indenizatórias aos anistiados no pós-1979.

¹³ Quando abordamos o termo “militares”, sem nenhuma explicação inclusa, referimo-nos, especialmente, ao grupo dirigente que compôs os cargos mais importantes de poder durante a Ditadura Militar e os militares que seguiram suas atitudes. É evidente que existe toda uma heterogeneidade no corpo de militares, a incluir uma gama de posicionamentos políticos nem sempre em conformidade com a Ditadura, a exemplo dos que demonstraram inclinação nacionalista e legalista e foram cassados em 1964, como o esposo de Therezinha Zerbini, o general paulista Euryale Zerbini.

personagens desenvolvem opiniões sobre a anistia. A pesquisa também contribuiu para o entendimento dos autores acerca do projeto de abertura, compreendido como um processo cujo rumo foi determinado por diferentes forças. Entre elas, destacamos o quadro de mobilizações pela anistia.

Neste mesmo período foi produzida uma obra seminal na área da linguística, *Conquistas e resistências do poder*, escrita pela canadense Danielle Forget ([1991] 1994). A autora buscou compreender a transição política através dos discursos dos ocupantes do poder e de parte da sociedade civil. No quarto capítulo, *O projeto de anistia de 1979 no Brasil: discurso de dominação e resistência*, analisa-se as declarações políticas realizadas entre junho e julho de 1979, isto é, nos meses de discussão do projeto de anistia, cuja lei foi sancionada pelo presidente João Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Forget fez um estudo comparativo entre as partes implicadas. De um lado, o Governo, a quem atribui o discurso de dominação. De outro, a sociedade civil, a partir do discurso de resistência. Para a autora, “o governo mantém a postura de que a anistia a ele pertence como projeto político”, e “todo o projeto é baseado na ideia de que a anistia é ‘concedida’” (FORGET, 1994, p. 140-141).

A dissertação de Gerardo Vasconcelos (1993) é o trabalho de pós-graduação mais antigo que trabalha a questão, desenvolvido na Sociologia.¹⁴ O autor sublinha a anistia na história brasileira a partir da obra de Roberto Ribeiro Martins (1978), *Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje*, e contextualiza o cenário de mobilizações e o caráter limitado da campanha, sem participação de massa, restrita às classes médias. Também destaca os atos nas universidades, a participação da Igreja e de entidades da sociedade civil, além de localizar a criação do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1978, e analisar o discurso do presidente João Figueiredo (1979-1985) sobre a anistia enquanto conciliação dos ideais democratizantes de 1964.

Em 1996, Ana Flávia Arruda Lanna Barreto defendia a primeira dissertação na área de História sobre a anistia, com ênfase no MFPA em Minas Gerais. Este trabalho foi o primeiro de uma série de textos advindos a partir dos anos 2000, preocupados em resgatar a história dos Movimentos segundo as entidades criadas nos pós-1975.

¹⁴ A dissertação é intitulada *Totalitarismo e anistia: o pecado e o perdão na esfera da política*. Não localizamos a versão deste trabalho nos meios digitais, mas encontramos um artigo do autor escrito em 1999, nominado *Anistias no Brasil: mobilizações, experiências e trocas simbólicas*, que faz referência à dissertação de 1993. É com base neste texto que apresentamos algumas considerações sobre a produção do autor.

Nos anos 2000 as produções se monumentalizam. É a partir desse marco cronológico que Fagundes (2019) delimita a terceira geração de trabalhos. Em 2002, escreveu o historiador Renato Lemos que o tema da anistia era raro no ambiente acadêmico. Este autor procurou analisar o significado da lei de 1979, relacionando-o com as tradições de conciliação e contrarrevolução na história política brasileira. Em 2018, 16 anos depois do artigo, Lemos publicou o livro *Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil (1964-1979)*, debruçando-se minuciosamente sobre o tema, a partir de uma variedade de fontes. O historiador afirmou sua procura por superar a perspectiva liberal-democrática que acabou por orientar a maior parte das produções, em sua opinião. Ainda, argumentou que os textos anteriores acabaram por subestimar a importância do período entre 1964-1974 “para a compreensão do sentido político tanto da recusa do regime ditatorial de conceder a anistia quanto da decisão de fazê-lo em 1979” (LE MOS, 2018, p. 17).

De fato, a partir de 2002, as produções cresceram vertiginosamente nas áreas de História, Ciência Política, Sociologia e Direito. A maioria é fruto de dissertações e teses de programas de pós-graduação, mas há projetos de pesquisa, relatórios, comunicações publicadas em anais de eventos, capítulos de livros, livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso.

Há um conjunto de obras que analisa a campanha empreendida entre 1975 e 1979. Algumas privilegiam os cinco anos, sinalizando o protagonismo do MFPA, originário em 1975. Outras conferem centralidade às ações empreendidas pelo CBA, entidade formada a partir de 1978, que, assim como o MFPA, constituiu núcleos em diversos estados do país (DEL PORTO, 2002; CIAMBARELLA, 2002; RAMOS, 2002; 2008; GRECO, 2003).

Um segundo grupo privilegia a luta política empreendida por diferentes atores no pós-1979, através das legislações e do desenvolvimento da justiça de transição, de cunho reparatório (MEZAROBBA, 2006; 2007; MACHADO, 2006; GONÇALVES, 2006).

Uma terceira frente de pesquisa ganhou força na última década ao enfatizar a importância das análises regionais. Desse modo, observou-se o desenvolvimento das mobilizações de forma heterogênea nos espaços. Há trabalhos sobre os estados: Rio Grande do Norte,¹⁵ São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul,¹⁶ Paraná, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco

¹⁵ Sobre os trabalhos produzidos no Rio Grande do Norte, destacamos as orientações realizadas pela professora Maria da Conceição Fraga (UFRN). Há um nítido esforço em cobrir uma série de nuances sobre as mobilizações em terras potiguares, desde a trajetória nos anos 1970 até as atividades empenhadas pela Associação de Anistiados, criada em 2001. Ver: Currículo *Lattes* da autora.

¹⁶ Há trabalhos orientados pela professora Carla Simone Rodeghero (UFRGS) que abordam a história da anistia em múltiplos aspectos, como a anistia segundo Rui Barbosa, a Anistia de 1945 e o contexto de 1979. Há outros

e Espírito Santo (FREITAS, 2005; RODRIGUES, 2006; MORAES, 2008; CARBONI, 2008; DUARTE, 2009; VARGAS, 2010; MEDEIROS, 2011; RODEGHERO; DIENSTAMAN; TRINDADE, 2011; SOUZA, 2012; CONRADI, 2013; SILVA, 2015; 2019; TEIXEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2016; DUCCINI, 2017; CORREIA; ARAS, 2017; OLIVEIRA, 2020; SOUZA, 2018; BERNARDES, 2018, 2019; BERNARDES; FAGUNDES, 2020).

Destaca-se o capítulo escrito por Mariluci Cardoso de Vargas e Natalia Pietra Méndez (2019). As autoras analisam oito seções do MFPA distribuídas no Brasil a partir da historiografia e sublinham a necessidade de “apontar as especificidades e particularidades das ações do MFPA em cada região” (VARGAS; MÉNDEZ, 2019, p. 27), tendo em vista a diversidade de atuações. A dissertação defendida por Mislele Souza da Silva (2019) também tem o mérito de levantar vigorosa bibliografia regional, desenvolvendo um resgate das trajetórias das protagonistas Therezinha Zerbini e Helena Greco de modo comparado. Há trabalhos defendidos após 2010 com marcas diversas, alguns procuram dialogar com os exilados e com as discussões mais atuais em torno da validade da Lei de Anistia, ao passo que outros retomam a história das mobilizações, a partir de 1975, e procuram inserir novos atores na narrativa histórica (RIBEIRO, 2015; OLIVEIRA, 2016; COOPER, 2018).¹⁷

Em suma, as primeiras obras no início dos anos 2000 preocuparam-se em reconstituir a campanha, apresentando as principais entidades de luta, como o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês de Anistia, criados no exterior e no Brasil. Fabíola Del Porto (2002) analisou o discurso dos Movimentos, delineando a ampliação do significado da anistia ao longo dos anos de campanha. Alessandra Ciambarella (2002) investigou os três últimos anos das mobilizações (1977, 1978 e 1979). A autora localizou eventos, no Brasil e no exterior, e enfatizou as distinções entre os Movimentos, sobretudo entre o MFPA e o CBA. Por fim, concluiu que a campanha se organizou por um movimento de camadas médias, e não uma

trabalhos desta autora, escritos individualmente ou em coautoria, que exploram a Anistia nos livros didáticos (RODEGHERO; MACHADO, 2010) e as relações da campanha no exterior (RODEGHERO; MARQUES, 2019), além do livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa* (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011), que destaca as mobilizações no Rio Grande do Sul. Ver: Currículo *Lattes* da autora. Sobre a Anistia nos livros didáticos, também produzimos uma reflexão. Ver: Bernardes (2020).

¹⁷ Há uma gama de trabalhos na área do Direito que foge de nossa pretensão de análise, visto que a maior preocupação de tais produções é compreender o significado jurídico da Anistia e sua aplicação ao caso brasileiro. Há várias questões levantadas: a validade da Lei de Anistia de acordo com os tribunais internacionais, o caso da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) encaminhada pela OAB ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2008 e as relações entre Anistia e direitos humanos. Também há estudos do Direito sob o ponto de vista da justiça de transição e das medidas reparatórias adotadas pelo Estado brasileiro. Os trabalhos levantados são: Swenson Junior (2006); Bastos (2007); Andrade (2007) e Schinke (2009). Ver também livro organizado por Carlos Artur Gallo (2019), que reúne capítulos marcados pela interdisciplinaridade entre História, Ciência Política e Direito. Uma análise mais quantitativa das produções na área do Direito pode ser encontrada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

grandiosa resistência popular. Heloisa Greco (2003) privilegiou as atividades desenvolvidas pelo CBA a partir de 1978, defendendo que, a partir da criação desta entidade, a campanha se radicalizou, constituindo-se em um movimento político de luta aberta contra o arbítrio da Ditadura. Este trabalho é considerado uma produção basilar sobre a campanha pela anistia, sendo o texto mais citado na historiografia. Por sua vez, Glenda Mezarobba (2006) entende que a luta se reconfigura no pós-1979, através de uma série de legislações, entre elas a Constituição de 1988, a Lei de Mortos e Desaparecidos, n. 9.140/1995, e a Lei que cria a Comissão de Anistia, n. 10.559/2002.¹⁸ Flávia Burlamaqui Machado (2006) também analisa a reconfiguração no pós-1979, mas através da luta empenhada pelos militares cassados. Sandro Héverton Câmara da Silva (2007) disserta sobre os projetos e discussões em torno da Anistia entre 1964 e 1979, observando o quanto que a tradição era forte no Poder Legislativo.

Por volta de 2009, quando a Lei de Anistia completou 30 anos de sanção, houve um crescimento do número de trabalhos. Enfatizou-se as mobilizações em determinados espaços, a partir dos núcleos locais do MFPA e do CBA. Utilizou-se acervos locais, pessoais e entrevistas orais. A acessibilidade crescente à documentação referente ao período ditatorial foi um fator que possibilitou o aumento das produções: a internet, os acervos digitais e o aumento dos programas de pós-graduação também pesaram na ampliação das pesquisas.

Em relação a esse conjunto de bibliografias apresentado, e principalmente no que toca às produções seguidas nos anos 2000, destacamos quatro considerações.

Primeiro, corroborando Maria Cecília Conte Carboni (2008) e Ana Rita Fonteles Duarte (2009; 2020), sublinha-se a redução do peso exercido pelo MFPA em detrimento do CBA, abordado como mais politizado. Acaba-se seguindo a análise de Heloisa Greco (2003), que situa a criação do CBA em 1978 e suas atividades como um marco na radicalidade do processo, um salto qualitativo de atuação política. Essa interpretação marginalizou o protagonismo

¹⁸ Esta legislação também criou o regime do anistiado político, prevendo: declaração de anistiado; reparação econômica, de caráter indenizatório; contagem de tempo que o anistiado esteve afastado de suas atividades profissionais, “em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político”; conclusão do curso que ocasionalmente foi interrompido em razão da Ditadura e “reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos” (BRASIL, 2002). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10559.htm >. Acesso em: 1º set. 2019.

exercido pelo MFPA e por sua principal liderança, Therezinha Zerbini,¹⁹ que inicia a campanha no Brasil em 1975.²⁰

Segundo, trata-se da leitura elaborada por alguns autores sobre o caráter limitado das mobilizações, restritas às camadas médias (VASCONCELOS, 1999; CIAMBARELLA, 2002). Essa análise acaba por subestimar a tentativa de popularização do Movimento, que em diversos estados do Brasil alcançou sim as classes populares, embora não tenha formado uma “grandiosa resistência popular”, como observou Ciambarella (2002, p. 154). Argumentamos que, apesar de não grandiosa em termos numéricos, houve tentativas de popularização, por exemplo, através da formação de núcleos de anistia em cidades do interior. Assim, definir as mobilizações como restritas aos setores médios seria desconsiderar a participação de grupos populares.

A terceira consideração já foi parcialmente suprida. Refere-se ao enfoque dos primeiros trabalhos, sobretudo até 2009, ao analisar a campanha no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais, simplificando o cenário das mobilizações e ausentando a regionalidade do Movimento. Conforme já destacamos, tem sido crescente a presença de trabalhos regionais sobre a anistia.

Haja vista a existência dessas análises, consideramos que seria importante apresentar comparações, delinear suas diversidades, seus pontos de encontro e desencontro. Além de situar o peso das histórias regionais, gostaríamos de conectá-las dentro de um todo que foi o processo de mobilização.²¹ Em outras palavras, observamos que os trabalhos de cunho regional dão conta de suas especificidades, mas poderiam apresentar mais elementos de conexão e comparação entre si. Um exemplo disso procedeu justamente com a nossa pesquisa anterior, isto é, produzimos uma leitura da campanha pela anistia no Espírito Santo, mas não trabalhamos suas similitudes e diferenças, comparando-a com outros espaços (BERNARDES, 2018; 2019; BERNARDES; FAGUNDES, 2020).

¹⁹ A grafia do sobrenome de Therezinha aparece tanto com “e” quanto com “i” ao final [Zerbine e Zerbini], segundo as próprias fontes. Optamos por escrevê-lo conforme consta na maior parte das fontes e nas assinaturas de Therezinha e de sua família, com “i”, embora, no livro *Anistia: semente da liberdade*, ele esteja expresso com “e”. Há também variações na escrita do primeiro nome, “Therezinha”, “Teresinha”, “Terezinha”.

²⁰ A dissertação de Carboni (2008) analisa o jornal *Maria Quitéria*, o principal meio de divulgação impresso do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. A autora sublinha a importância do MFPA na organização e formação de uma campanha mais ampla pela anistia e destaca o pioneirismo da entidade, o poder de articulação e a coragem de Zerbini, criticando que a “articulação algumas vezes é negligenciada pela historiografia, apesar de nas páginas do boletim *Maria Quitéria* haver uma memória social e política da campanha pela anistia e da história do MFPA” (CARBONI, 2008, p. 13).

²¹ Dentro do aspecto da comparação, destacamos o livro *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada* (2011), organizado por Leigh A. Paine, Paulo Abrão e Marcelo D. Torelly. A obra fornece uma análise global sobre algumas anistias no âmbito das justiças de transição, dentre elas há capítulos sobre o caso do Uruguai, da Espanha, um capítulo conjunto sobre Ruanda e Uganda e um trabalho que analisa a dimensão transnacional das anistias.

Isto posto, observamos a relevância do período de produções pós-2009. Naquele ano foi criado o projeto *Memórias Reveladas*,²² sob responsabilidade da Casa Civil e custodiado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Um dos seus objetivos era reunir o maior conjunto documental sobre a Ditadura Militar, disponibilizando acesso ao público e fomentando a pesquisa.²³ Essa acessibilidade se viu aflorada após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação e a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ambas em 2012. Um conjunto da documentação da antiga Comunidade de Informação, cujo órgão central era o SNI, dizia respeito aos Movimentos de Anistia. A partir dessas fontes, uma outra perspectiva se abria aos pesquisadores. Afinal, como a Comunidade de Informação teria descrito e analisado a campanha pela anistia? Esta pergunta foi feita, a seu modo, por dois trabalhos nos últimos anos: a dissertação de Pâmela de Almeida Resende (2013) e o livro de Pedro Ernesto Fagundes (2019).²⁴

Intitulada *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)* e publicada em livro (2015) através do prêmio de pesquisa “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional, a dissertação de Resende investigou o acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e a documentação disponível na época do SNI, no Arquivo Nacional, seção de Brasília.²⁵ Segundo a autora, mesmo durante a abertura política havia preocupações com a perda de controle, o que teria resultado na necessidade de acompanhar sistematicamente os movimentos de oposição. A crescente visibilidade da campanha de anistia e sua atuação direta contra a Ditadura foram percebidas como elementos de desestabilização da ordem pública.²⁶ Ainda, os aspectos mais específicos do trabalho de Resende (2015) dizem respeito à campanha no Estado de São Paulo.

²² Centro de Referências das lutas políticas no Brasil no período de 1964 a 1985.

²³ O projeto interliga digitalmente o acervo recolhido ao Arquivo Nacional após dezembro de 2005 a outros arquivos federais sobre a repressão política com arquivos estaduais de 15 unidades da federação. Até 2010 eram mais de 5 milhões de páginas de documentos (BRASIL, 2010, p. 211).

²⁴ Ana Rita Fonteles Duarte (2009) também apresenta, em sua tese, fontes provenientes da Comunidade de Informação, mas estas não são centrais no trabalho, que privilegia as memórias das militantes pela Anistia no Ceará. A autora ainda destacou a dificuldade de acesso a tais documentos, visto que as fontes que pesquisou estavam lotadas no Arquivo Nacional de Brasília. Nossa documentação tem procedência do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

²⁵ Pâmela de Almeida Resende destaca, em entrevista realizada à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), que teve acesso limitado aos documentos do SNI, durante seu período de pesquisa, observando ainda que o alcance mais aberto a eles foi possibilitado a partir da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, em maio de 2012. A maior parte da documentação que usamos neste trabalho talvez se inclua nesse corpo documental antes indisponível, já que não encontramos indícios de seu uso no texto da autora. A entrevista está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fp3dzb65sxw>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

²⁶ Frisa-se que o trabalho de Resende (2015) analisou especialmente os Movimentos no Estado de São Paulo, a partir da documentação da Delegacias de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP).

Por sua vez, Fagundes (2019) contribui para o tema ao localizar as ações e personagens dos Movimentos. Destrincha as mobilizações, situando as atuações nos estados, a formação de núcleos do MFPA a partir de 1975, do Comitê 1º de maio em 1977 e dos CBAs, em 1978 e 1979. Ainda, apresenta aspectos dos comitês europeus, delineando a constituição das entidades naquele continente, a confecção de informativos, jornais e problemas envolvendo passaportes para exilados. Essa reconstrução de eventos é elaborada, primordialmente, segundo a documentação da Comunidade de Informação. O autor observa que, em contradição com a suposta “abertura” política, ocorre um “adensamento na produção de informações sobre as organizações e ativistas – no Brasil e no exterior – a respeito das mobilizações pela anistia” (FAGUNDES, 2019, p. 18). Enquanto Resende se concentra no peso da conjuntura, Fagundes potencializa os acontecimentos, os eventos de curta e curtíssima duração.

O trabalho aqui desenvolvido percorreu muitas fontes analisadas por Fagundes (2019), todavia, procurou-se adensar algumas investigações e episódios. O autor percorre algumas formações de modo mais geral, sinalizando eventos que acontecem em determinados estados e cidades, como os atos de fundação dos núcleos locais, a promoção de eventos, manifestações, etc.

De modo distinto, procuramos situar o peso de algumas individualidades dentro de um processo maior que foi a campanha pela anistia brasileira. Dentre essas “individualidades”, centramos nossos olhares para a trajetória da líder do MFPA, a advogada Therezinha Zerbini. O (a) leitor (a) poderá perceber que a narrativa desta Dissertação irá se confundir com o próprio deslocamento de Zerbini. Isto é, a partir das viagens e conexões realizadas pela líder nacional, iremos conhecer aos poucos o cenário de mobilização. Ademais, na medida em que outros personagens forem adentrando a campanha, apresentaremos alguns aspectos de seus itinerários, a ressaltar o retorno dos estudantes às ruas em 1977 e o protagonismo de personagens vinculados ao CBA a partir de 1978.

Para além de situar o discurso da Comunidade de Informação, as fontes são operacionalizadas a destacar as conexões das mobilizações pela anistia nos aspectos espaciais (transregionais e transnacionais) e temporais (geracionais). Procura-se sistematizar o modo como a narrativa da Comunidade cobriu as mobilizações e, sobretudo, como percorreu a trilha de Therezinha Zerbini. Em determinados momentos, a narrativa da Comunidade é confrontada com a narrativa dos próprios Movimentos, com vista a distinguir suas respectivas intenções. Ademais, confere-se centralidade às atuações regionais ao compreender a presença de especificidades, de identidades locais, articuladas em diferentes intensidades às plataformas

mais gerais. Localizam-se seus personagens, suas produções discursivas, suas demandas e conexões com as entidades de outros lugares, por apreciar uma análise comparativa dos Movimentos nos espaços de atuação. A comparação é útil na medida em que possibilita enxergar semelhanças e diferenças entre os objetos. Finalmente, os Movimentos são entendidos na qualidade de movimentos sociais, que protagonizaram uma ampla mobilização de caráter transnacional, desenvolvida tanto nos Comitês de Anistia no exterior, quanto por partidários dos direitos humanos.

Finalmente, o propósito do trabalho é contribuir para o crescimento das discussões e produções acerca da anistia de 1979, conectando a trajetória da personagem Therezinha Zerbini e dos Movimentos ao olhar da Comunidade de Informações.²⁷

Aspectos teóricos gerais

O período que baliza a história escrita nesta Dissertação delimita um tempo relativamente recente de nosso país. Suas marcas explícitas podem ser vistas nas construções, nos prédios, nas rodovias, nos conjuntos habitacionais, assim como nas músicas, nos filmes, nas novelas, nos livros, nos arquivos (impressos, digitalizados ou microfilmados) e nas memórias, individuais e coletivas.²⁸ Há um grupo de pessoas que

²⁷ No contexto dos 40 anos da Lei de Anistia (1979-2019), além das produções de Lemos (2018) e Fagundes (2019), destaca-se o livro *Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados*, organizado por Carlos Artur Gallo (2019). Sublinha-se também a inclusão de um capítulo sobre a anistia escrito por Carla Rodeghero na coleção *O Brasil republicano. O tempo do regime autoritário: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985)*, revista e atualizada em 2019, organizada por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Na primeira edição, de 2003, não havia capítulo sobre o tema. Finalmente, no livro *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*, organizado por Denise Rollemberg e Janaina Cordeiro (2021), consta um capítulo específico sobre a anistia, escrito por Ana Rita Fonteles Duarte.

²⁸ A memória por si só é uma reconstrução psíquica e intelectual do passado feita por quem está no tempo presente (ROUSSO, 2006 [1992], p. 94), está a todo momento transformando-se conforme as conveniências. “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações” (NORA, 1993 [1984], p. 9). Há a memória individual, restrita a uma pessoa, e a memória coletiva, de grupos. Para Maurice Halbwachs (2006 [1950], p. 26), mesmo que vividas individualmente, com acontecimentos e objetos específicos, as lembranças permanecem coletivas e também lembradas pelos outros, porque na realidade nunca estamos por completo a sós. Há, segundo Michael Pollak (1992, p. 2-3), elementos que constituem a memória: os acontecimentos, as pessoas e os lugares. Em primeiro lugar, estão os acontecimentos vividos pessoalmente pelos indivíduos ou grupos. Em segundo, há um conjunto de acontecimentos “vividos por tabela”, [...] pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. Além dos acontecimentos, a memória também se constitui, segundo Pollak, por pessoas. Indivíduos encontrados ao longo da vida, mas também frequentados por tabela, que se transformam em conhecidos, ainda que não pertençam necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. E, por fim, existem os lugares de memória, espaços físicos ou simbólicos ligados a uma lembrança, individual ou coletiva, da vida privada ou ligada a aspectos públicos.

viveu os anos 1970 e que, passados 50 anos desde então, ainda carrega lembranças, impressões e opiniões sobre seus hábitos, suas rotinas, suas tradições e mesmo suas participações ou ausências na vida política.

Escrever uma história emergente na década de 1970 nos auxilia a compreender o quanto esse tempo ainda incide sobre nós. No caso específico das mobilizações pela anistia e de sua conjuntura, a Ditadura Militar brasileira, há tensões não resolvidas que tendem a aparecer e a incomodar. Outros ditames são tão profundos que simplesmente não desapareceram, talvez estejam adormecidos ou concentrados nos grupos e indivíduos diretamente atingidos pelo autoritarismo, que vez ou outra alcançam a grande imprensa ou as redes sociais. Existem tensões que sequer imaginamos que tenham suas origens, ou sua afirmação, na Ditadura. Os cenários de desigualdade, a concentração de renda, os índices de evasão nas escolas e o analfabetismo funcional, o sistema de educação tecnocrático e a demanda produtivista são alguns exemplos.²⁹ Inserir o trabalho na perspectiva da História do Tempo Presente nos confere lucidez e nos auxilia a compreender alguns desses problemas.³⁰

Ainda, foi preciso descobrir uma noção que reunisse nossas ideias ao longo da Dissertação. Partimos do entendimento de que as histórias das mobilizações pela anistia encontravam-se *conectadas* por intermédio das gerações e dos espaços.³¹ As personagens que viveram todos ou alguns momentos da luta política e os diversos espaços de atuação exerciam

²⁹ Alves (1984, p. 155-156) explica que a Constituição Federal de 1967 transferiu para o Governo federal todas as principais atribuições orçamentárias, inclusive a coleta dos impostos. Ademais, deixou nas mãos dos estados a responsabilidade pela educação primária. Houve uma defasagem fiscal que implicou diretamente o cenário de grandes greves de professores a partir de 1977 e o aumento de alunos ausentes das escolas. Isso sem contar o modelo de desenvolvimento econômico adotado, com a desvalorização real dos salários. Muitas crianças deixavam as escolas para trabalhar a fim de contribuir com a renda total da família.

³⁰ Sobre a História do Tempo Presente ver: (ARENDE; MACEDO, 2009; DOSSE, 2012; DELACROIX, 2018; FERREIRA, 2018; MÜLLER; IEGELSKI, 2018).

³¹ Gerações compreendidas no sentido de estrato demográfico, que adquire uma existência autônoma e uma identidade, unida por um acontecimento inaugurador. Por vezes, tal processo se verifica em grupos bem determinados e não em toda a sociedade pertencente ao mesmo estrato demográfico. Há, portanto, gerações “curtas” e gerações “longas”. Sua geometria é variável. Apesar de, no sentido “biológico”, a geração ser aparentemente um fato natural, é também um fato cultural, que pertence a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Ademais, conclui Jean-François Sirinelli, “a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula” (2003 [1988], p. 255; 2006 [1991], p. 133) [aspas do autor].

Uma discussão muito interessante sobre as diferentes gerações de militantes políticos é feita por Denise Rollemberg no livro *Exílio: entre raízes e radares* (1999), que trabalha, especificamente, com as gerações de militantes que partiram para o exílio. Usamos o trabalho desta autora como guia para nossa interpretação acerca das gerações. Baseada nas discussões de Jean-François Sirinelli, que se utiliza também do trabalho de Jean Luchaire (1933), “uma geração é uma reunião de homens [e mulheres] marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos” (LUCHAIRE, 1933, apud ROLLEMBERG, 1999, p. 48). Existe nesse âmbito uma vivência comum entre esses homens e mulheres, amparados em uma memória coletiva. Rollemberg define a presença de duas gerações de exilados. A primeira geração, de 1964, está associada em geral, aos indivíduos identificados com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e partidos políticos. A segunda geração, de 1968, é identificada com militantes mais jovens, críticos a posições e práticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), colocadas como reformistas. Parte dessa geração se integrou à luta armada em organizações que supervalorizaram a ação revolucionária (ROLLEMBERG, 1999, p. 50).

as *conexões*. Assim, compreendemos a existência de laços de solidariedade de natureza diversa. As conexões foram observadas em duas variantes: a conexão temporal (geracional) e a conexão espacial (transregional e transnacional).³²

Em relação às conexões de gerações, percebemos a existência de dois grupos no pós-1975. O primeiro, marcado pela ausência, e o segundo, pela presença.

Desde o início da Ditadura, há homens e mulheres em luta contra o Estado configurado. Muitos desses personagens, presentes em 1964, cindidos direta ou indiretamente pelas incumbências do AI-5 em 1968, acabaram por conectar as gerações na luta pela anistia devido a sua ausência nos seus espaços de origem. Em vários estados e no exterior, há personalidades que representam um conjunto de gerações, seja pela sua figura quase mitificada, por suas presenças no exílio, nas prisões, e devido a sua constância na memória coletiva dos grupos.³³ Eles são legítimos representantes da luta pela anistia nos níveis locais, e encontram-se articulados em níveis mais gerais. Cada um a seu modo, diversos, mas com a capacidade de agregar suas redes de solidariedade. Miguel Arraes, Francisco Julião e Paulo Freire, em Pernambuco. João Goulart, Leonel Brizola, Flávia Shilling e Flávio Koutzii no Rio Grande do Sul. Edson Luís no Pará e Perly Cipriano no Espírito Santo, são exemplos dessas figuras que personificam a luta pela anistia nos níveis mais locais.

Há ainda um segundo grupo de personagens que promovem as conexões ao circular entre os lugares, isto é, ao se fazer presente nos espaços, divulgando a campanha através de palestras, conferências, promovendo a discussão, articulando contatos e fomentando a criação de novos núcleos dos Movimentos. Esse foi o caso de Therezinha Zerbini e de outras personagens, como Iramaya Benjamin, Eny Moreira, Ruth Escobar, Hélio Bicudo, Peri Bevilacqua, etc.

³² Uma primeira versão desta reflexão sobre as conexões foi apresentada no XVII Encontro Regional de História da Anpuh/Paraná, no dia 23 de novembro de 2020, realizado sob a modalidade virtual. A versão escrita foi publicada nos anais do evento. Disponível em: < https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1610662511_ARQUIVO_622ea026f9fc0c669ffaffda07d1b0c2.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

³³ Dentre as gerações, destacamos três coletivos: primeiro, um conjunto de pessoas que viveu e sofreu com as incumbências do golpe de 1964; segundo, um grupo de pessoas que foi atingido pela Ditadura no pós-1968, através de cassações, de leis mais severas, como o AI-5, e mesmo através do combate à luta armada exercido pelo Estado; terceiro, um grupo de pessoas que passou a ter consciência mais efetiva do processo que os atravessava a partir de meados dos anos 1970, especialmente a juventude que ainda era criança na década anterior. Essa última geração já é uma mescla de uma autocrítica realizada pela geração dos anos 1960 e passa a repudiar os meios de violência como instrumento de luta. A geração dos anos 1970 irá valer-se dos ideais de direitos humanos e democracia como estratégia efetiva de luta política. Para maiores detalhes sobre as diferentes gerações dos anos 1960 e 1970 e seus instrumentos de luta, ver: Denise Rollemberg (1999) e Maria Paula Araújo (2000).

Nesse sentido, a abordagem das Histórias Conectadas foi um feliz encontro que possibilitou uma compreensão inicial.³⁴ Segundo esta percepção, emergente no final dos anos 1990, havia um cruzamento de histórias no mundo, através de temas comuns ou de agentes situados em várias partes do globo. A Igreja Católica, para Serge Gruzinsky (2001), teria esse papel conector na Idade Moderna. Assim como as especiarias e os viajantes de além-mar, para Sanjay Subrahmanyam (1997). Não apenas as histórias se entrecruzavam, mas a multiplicidade de arquivos presentes nos diferentes lugares, diversos em texturas e idiomas.

A partir da crítica às histórias nacionais, Subrahmanyam propôs uma abordagem que transpusesse as fronteiras políticas dos Estados, mas que também se distanciasse dos limites definidos pelas convenções historiográficas (SUBRAHMANYAM, 2015, p. 50). A noção de *conexão* lhe auxiliou a compreender o quanto que as instâncias de poder e de ideias circulavam pelas partes do mundo. O processo de circulação de pessoas e mercadorias, a formação das redes sociais [networks], ilustravam ainda mais esse poder da conexão (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 759-761).

O poder das redes internacionais constituídas foi bem entendido por Serge Gruzinski ao observar a circulação como ferramenta de compressão das distâncias. Dessa forma, o local e o global se articulam de múltiplas formas, aproximando os espaços antes longínquos (GRUZINSKI, 2001, p. 179).

Inspirados nessa percepção, entendemos que as histórias de anistia se conectavam, num cenário de lutas no Brasil, país de dimensões continentais, e no exterior.

Aspectos teóricos conceituais

Estabelecidos os aspectos teóricos gerais, destacaremos os principais conceitos que guiam o trabalho: política, região, mobilização, movimentos sociais e anistia.

Política: a pluralidade e a esfera pública

O *Dicionário de Política* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) é refúgio certo de pesquisadores ao iniciarem seus primeiros contatos com conceitos. Há uma extensa tradição filosófica no Ocidente, que remonta aos gregos antigos, dedicada a estudar a ideia de política e

³⁴ As Histórias Conectadas surgem no ambiente historiográfico como uma alternativa de abordagem. Sanjay Subrahmanyam (2015; 1997), ao estudar a Eurásia moderna, percebeu essa intensa conexão entre as histórias e os personagens de diferentes espaços.

seus usos na história das civilizações.³⁵ De acordo com Norberto Bobbio, a política foi usada por séculos para se referir a obras dedicadas ao estudo do Estado. De forma específica, é entendida como “forma de atividade ou de *práxis* humana”, estreitamente ligada à ideia de poder, definido “como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade”, determinando-lhe o comportamento (1998, p. 954).

Hannah Arendt é influenciada por toda essa tradição filosófica precedente e lança luz a essas análises em *A Condição Humana* (1958). Segundo a autora, é “o discurso que faz do homem um ser político”, de modo que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política”, sendo a pluralidade “a condição de toda a vida política”. A pluralidade seria, portanto, a condição da ação humana (2007 [1958], p. 11;15-16).

O ser político na *pólis* clássica (Atenas) “significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência” (ARENDR, 2007, p. 35). O ato de forçar outrem mediante violência, ou ordenar ao invés de persuadir, seriam modos pré-políticos de lidar com pessoas, recorrentes na vida fora da *pólis*, mais característicos do lar, da vida em família (2007, p. 35-36). Desta forma, a família é componente que pertence à esfera privada, enquanto a política pertence à esfera pública. A política é feita no espaço público, que

[...] não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis (ARENDR, 2007, p. 64).

Arendt (2007, p. 83-84) destaca que o significado mais elementar entre ambas indica que “há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para adquirir alguma forma de existência”. Veremos como esta concepção de política é explícita nas mobilizações pela anistia e, especialmente, na trajetória de Therezinha Zerbini. A partir de motivações familiares, a advogada sairá da esfera privada para adentrar e se projetar na esfera pública, nos espaços de poder.

³⁵ Para uma melhor leitura sobre esta tradição política ver capítulo 2 do livro *A Condição Humana* (2007 [1958]), de Hannah Arendt. Dentre os grandes estudiosos estão: Platão, Aristóteles, Agostinho, Maquiavel, Hobbes, Rousseau e Kant.

Região: por uma história transregional e transnacional da anistia

Compreendemos o conceito de região a partir das proposições de Pierre Bourdieu (1989) e José D’Assunção Barros (2017). Bourdieu (1989, p. 108-115) observa que as disciplinas científicas propõem múltiplas definições sobre a região. A Geografia analisa-a pelo conteúdo do espaço. A Economia entende-a tributária de outros espaços, privilegiando a natureza dos fluxos, que acentuam a interdependência entre as regiões. E a Sociologia interessa-se, por exemplo, pelos aspectos transregionais e transnacionais. O autor percebe que a busca por critérios objetivos de identidade regional são fruto de *representações mentais* – “atos de percepção e apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e seus pressupostos” – e de *representações objetais*, coisas. E compreende que a própria etimologia da palavra região (do latim *regio*) conduz ao princípio da divisão como um ato social. A região, delimitada por fronteiras, é, por si, produto de uma divisão, que não é natural, mas arbitrária.³⁶

Barros (2017) entende região como uma unidade definível do espaço, na qual se pode enxergar certa identidade, caracterizada por uma relativa homogeneidade em relação a critérios. Neste sentido, é o critério, sustentado pelo pesquisador, que estabelece a homogeneidade. A região, portanto, além de unidade espacial, é uma construção elaborada, que pode transcender as divisões políticas tradicionais ou geográficas.

Nesta Dissertação, as regiões são entendidas através das divisões político-administrativas estabelecidas. Quando mencionamos estudos regionais, trabalhos regionais e historiografia regional, estamos nos referindo às organizações de anistia estabelecidas nos diferentes estados e cidades do Brasil. Ainda, utilizamos a expressão região para indicar as cinco regiões políticas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Quanto às ações empreendidas fora do país, por meio das atividades de uma série de Comitês de Anistia e demais organizações, empregamos expressões como: ações externas, atividades externas, estrangeiras, internacionais, globais, por entendermos que estão situadas fora do território brasileiro. De outra perspectiva, quando articulamos as atuações entre os estados e as regiões, optamos pela expressão conexão transregional, tratando-se do Brasil, e conexão transnacional, quando as articulações envolvem o Brasil com outros territórios.

Entre 1975 e 1979, parte significativa dos estados de nosso país se organizaram pró-anistia, através dos dois principais coletivos, o MFPA e o CBA, e por meio de ações das

³⁶ Bourdieu (1989, p. 115) lembra que qualquer classificação não é natural, mas produto de uma imposição arbitrária.

universidades, igrejas, sociedades de Direitos Humanos e demais entidades de classe. Na maioria dos casos analisados, os grupos foram instituídas nas capitais estaduais, para, em um segundo momento, se interiorizarem ou proporem atividades nas demais localidades de sua região.³⁷ Não obstante, a análise da documentação e da historiografia demonstra que a referência das organizações instaladas no interior dos estados era a da respectiva capital. Era nos grandes centros dos estados que se encontravam as universidades e as sedes de organizações civis que se somaram à luta, como as seccionais da OAB, as regionais do MDB e as pastorais da Igreja.

Outrossim, a documentação permite observar as demandas por interiorização das atividades. Há eventos organizados em cidades distintas das capitais locais e a instalação de Comitês de Anistia e organizações de Direitos Humanos. Encontramos entidades instaladas em Campina Grande (PB), Feira de Santana (BA), Alagoinhas (BA) e Cratêus (CE) no Nordeste. No Sudeste há entidades da mesma natureza nos estados de São Paulo (Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos e São José dos Campos), Minas Gerais (Juiz de Fora) e Rio de Janeiro (Niterói, Volta Redonda), além das respectivas capitais. Mesmo na ausência de um comitê propriamente dito, verificamos um esforço de interiorização, por meio de vigílias, palestras e cartazes, como em Cachoeiro de Itapemirim (ES), no sul do Espírito Santo (BERNARDES; FAGUNDES, 2020).

O ato de mencionar os diversos espaços (cidades, estados, regiões, países, continentes, etc.) implica compreendê-los a partir de suas identidades, de suas construções arbitrárias e naturais, e especialmente, por intermédio das pessoas que estavam presentes em cada local, tanto de forma física quanto simbólica. Essa intensa circulação pelos lugares de luta política reforça nossa compreensão das dimensões transregionais e transnacionais da anistia.

Mobilização & Movimentos Sociais

A Mobilização é o movimento, a ação, que incita a participação.³⁸ Nos concentramos em seu significado político, definido como convocação e estímulo para que determinados grupos participem das atividades cívicas ou políticas. O termo foi utilizado pela primeira vez na

³⁷ O Paraná, por exemplo, é uma exceção. A primeira organização pró-anistia foi sediada na cidade de Londrina, a partir da criação do jornal alternativo *Brasil Mulher*. Londrina localiza-se a 381 km da capital paranaense, Curitiba. Ver: Capítulo 1.

³⁸ O significado mais geral do termo está disponível em: < <https://dicionariodoaurelio.com/mobilizacao> >. Acesso em: 7 jul. 2019.

linguagem militar, indicando o processo de preparo da população de um Estado para o conflito (PASQUINO, 1998 [1983], p. 765).

Com o passar do tempo, a mobilização passou a ser aplicada a uma série de referências, contemplando a ação de convidar agrupamentos para que participassem de atividades. Gianfranco Pasquino (1998) apresenta dois tipos de mobilização: a política e a social. A Mobilização política indica uma atividade de incitamento à ação imposta pelo alto, em oposição à atividade espontânea, advinda da base, definida como Participação política. Na Mobilização política as organizações tendem a mobilizar seus partidários aumentando as pressões sobre o Governo ou outras agremiações. Tanto a Participação quanto a Mobilização acionam sujeitos, individuais e coletivos, para que participem de atividades públicas.³⁹

A Mobilização social é um processo complexo que provoca a passagem de um comportamento a outro e está inscrita em vários setores do sistema social, econômico, cultural, religioso e político.⁴⁰ No plano político, significa “o sufrágio universal, o fim das discriminações políticas e o aumento da participação” (PASQUINO, 1998, p. 765).

Entendemos que a campanha pela anistia possui uma dinâmica que incita a ação, que move pessoas, objetos e ideias dentro das bandeiras democratizantes, nas quais a anistia se transforma, ao longo da segunda metade dos anos 1970, em ponto de “aglutinação” (ARAÚJO, 2007). A mobilização pela anistia é, em nosso entendimento, política e social. Ou seja, há um processo de ação, que mobiliza partidários, e tenciona a popularização do Movimento (Mobilização política). Concomitantemente, há uma reivindicação que transcende e unifica as demandas dos movimentos de protesto: a democracia. Exige-se a transformação das dinâmicas políticas estabelecidas no pós-1964, com o retorno das liberdades democráticas, dentre as quais destacam-se a liberdade de imprensa, de organização partidária, o fim do bipartidarismo, o fim da censura e da repressão, a volta de exilados e banidos, o retorno de profissionais demitidos, as eleições diretas para todos os cargos políticos, etc. Nesse sentido, advém uma Mobilização social.

Alberto Tosi Rodrigues (2001, p. 33-34) compreendeu a existência de dois ciclos de mobilização e mudança institucional na história do Brasil República, os quais nomeou *ciclo de*

³⁹ Para Maria da Glória Gohn (2012 [2008], p. 65), *Mobilização e Participação* são categorias gêmeas, contrárias à *Desmobilização*, que bloqueia a participação.

⁴⁰ Segundo Gianfranco Pasquino (1998, p. 765), a Mobilização Social “na esfera social propriamente dita ela significa mobilidade social e urbanização; na esfera econômica significa ampliação da economia de mercado e industrialização; na esfera cultural significa instrução universal e sujeição aos meios de comunicação de massa; na esfera religiosa significa abandono da superstição e secularização; na esfera política, enfim, significa sufrágio universal, fim das discriminações políticas e aumento da participação.”

entrada e ciclo de saída. O *ciclo de entrada*, iniciado nos anos 1930, refere-se à incorporação das massas urbanas à participação política até o golpe de 1964. Já o *ciclo de saída* foi possibilitado pelos novos movimentos sociais no cenário de transição, iniciado, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1970. Para Rodrigues, os movimentos sociais urbanos exerceram papel fundamental: na qualidade de movimentos populares, constituíram um campo ético-político, auxiliando na montagem de “um novo paradigma discursivo e um novo estoque de práticas políticas que incidiram sobre o comportamento dos atores presentes na arena política nacional, notadamente a oposição democrática” (2001, p. 36). É a esse segundo ciclo de mobilização que nos referimos ao abordar a luta pela anistia brasileira.

Com base nas influências teóricas mencionadas, nosso entendimento de Mobilização inclui:

- I. As organizações dos Movimentos de Anistia;
- II. Os atos políticos: vigílias, passeatas, shows, eventos, etc. Concentrações em sedes estudantis, ruas, universidades, praças, instituições religiosas, sedes de sindicatos, sedes do MDB, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, etc.;
- III. Os encontros e congressos das entidades, comissões e grupos solidários à causa, em todas as escalas;
- IV. A produção de impressos, poesias, músicas, peças teatrais, filmes, cartazes e discursos cujo objetivo pautava-se na divulgação, comunicação e estímulo à participação na luta pela anistia.

Observa-se um conjunto de esforços desenvolvido pelos diversos *Movimentos Sociais* na segunda metade dos anos 1970, marcado pela heterogeneidade de ações e unificado via luta política. A esse coletivo de ações nomeamos *Mobilizações pela anistia*.⁴¹

Há influência dos movimentos sociais clássicos, como o operário e o estudantil, e a presença de organizações inscritas na abordagem dos Novos Movimentos Sociais (NMS), a exemplo do movimento de mulheres, negros, homossexuais e os movimentos ecológicos. Isto é, a luta pela anistia como movimento social é um novo tipo, que não se enquadra por completo na abordagem clássica ou na compreensão estrita de NMS, embora delas provenham muitos de

⁴¹ A socióloga Maria da Glória Gohn possui uma produção acadêmica vasta no campo dos movimentos sociais. O livro *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (2006 [1997]) é uma importante contribuição ao público brasileiro para o entendimento das teorias desenvolvidas sobre os movimentos sociais em suas diferentes tradições. Destacamos também as obras: *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (2012), *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* (2010) e *História dos movimentos e lutas sociais* (2003).

seus membros e apoios.⁴² Ao tentar agregar os movimentos populares na luta pela anistia, os Movimentos procuravam se popularizar. Defendendo bandeiras como o acesso à terra, apoiando o Movimento Contra a Carestia, o Movimento Operário, o Movimento Estudantil, e inclusive, imprimindo, por vezes, um caráter classista, as entidades de anistia tentaram adentrar camadas mais amplas da população, ao mesmo passo que integravam os NMS.

Por fim, é fundamental entender que as mobilizações se transformam entre 1975 e 1979, aumentando os grupos de apoio e as entidades em sua órbita, através, por exemplo, da criação de núcleos em níveis estaduais e municipais, além do crescimento dos Comitês de Anistia em nível internacional.

Segundo James Jasper (2016, p. 23-24), os movimentos sociais constituem esforços persistentes e intencionais a fim de promover ou obstruir mudanças jurídicas de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais sancionados pelas autoridades, distinguidos, portanto, dos partidos políticos. Para o autor, o ato de persistência propicia o desenvolvimento de organizações formais, o que é diferente de eventos isolados. A intencionalidade se justifica, pois os movimentos possuem propósitos definidos quando decidem se organizar, além disso, são não institucionais, pois são distintos de partidos políticos e grupos de interesse, embora muitos de seus membros possam fazer parte dessas instituições.⁴³

O conceito proposto por Jasper nos auxilia a ter uma visão ampla do que são os movimentos sociais. Acrescemos a ela a proposição de Maria da Glória Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos

⁴² Os Novos Movimentos Sociais têm base em um modelo teórico cultural. Nega-se o marxismo como campo teórico e pressupõe a emergência de um novo sujeito, coletivo e difuso, eliminando o foco de um indivíduo em particular. A política é central enquanto uma dimensão da vida social, ao abarcar as práticas sociais, utilizadas no âmbito das relações microssociais e culturais, e não apenas em níveis macro, relacionados ao Estado. Ainda, analisa-se os atores sociais através de suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada pelos próprios grupos. Nesse paradigma, a identidade é constitutiva da formação dos movimentos sociais (GOHN, 2006, p. 122-124). A própria distinção dos movimentos em “novos” também perpassou análises, apresentando mais de um significado conforme a corrente teórica. Se, na Europa, o “novo” era em diferenciação ao “antigo” movimento da classe trabalhadora, advindo “basicamente de camadas sociais que não se encontravam em condições de miserabilidade”, organizando-se “em torno das problemáticas das mulheres, dos estudantes, pela paz, pela qualidade de vida” (GOHN, 2006, p. 284), na América Latina, são aqueles movimentos que não se envolvem com “os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelísticas. Em ambos os casos [europeu e latino-americano], o que há de novo é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas” (GOHN, 2006, p. 124). Na década de 1990, o paradigma dos NMS perdeu força, assim como se intensificou a crise do marxismo, das esquerdas e dos modelos socialistas do Leste Europeu. Nesse cenário, cresceu a presença de Organizações Não Governamentais (ONGs), que substituíram consideravelmente a atuação dos movimentos sociais. Desde então, as análises teóricas passaram a ser marcadas por duas categorias, a cidadania coletiva e a exclusão social (GOHN, 2006, p. 286-288).

⁴³ Para James Jasper (2016, p. 44) “um grupo é uma reunião ou rede informal, geralmente pequena, enquanto uma organização tem normas, horários e locais de encontro regulares, líderes reconhecidos com autoridade para convocar reuniões e fazer outras exigências aos membros, e com frequência com algum *status* jurídico.”

pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...]. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações [...] (2006, p. 251-252).

Nesse sentido, entendemos o movimento social como um agrupamento de pessoas e ideias formado a partir de uma identidade em comum que se organiza – ao criar entidades e espaços de construção coletiva – e propõe metas de ação conjunta. Os movimentos sociais procuram alterar algo instituído na sociedade e propõem medidas ainda não inauguradas pelo poder público. Em sua órbita, há instituições da sociedade civil que podem fornecer auxílio econômico, ceder instalações para reuniões e, inclusive, integrar suas ações.

Ao analisar os Movimentos de Anistia,⁴⁴ localizamos alguns caracteres necessários a sua organização e consolidação que acreditamos serem comuns a outros movimentos sociais. Primeiro, a existência de vontade política. É preciso que haja um conjunto de pessoas interessadas a conceber o movimento e a organizar suas atividades. Segundo, a disposição para se projetar na cena pública, realizar contatos, articulações e deslocamentos com vista a divulgar as proposições e agregar pessoas. Terceiro, a existência de uma causa justa, necessária, uma bandeira aceitável que seja justificada, que tenha o apreço de uma coletividade. Se esta causa não é nítida, é finalmente preciso explicar à sociedade, apresentar as razões de viabilidade e necessidade.

Anistia

Distinta de outros institutos jurídicos, a anistia é um ato político destinado a perdoar crimes e processos advindos de lutas e divisões internas dos povos. Ela propõe esquecer crimes de natureza política, que se distinguem dos crimes comuns não pela forma com que se revestem,

⁴⁴ Pedro Ernesto Fagundes (2019, p. 24) define os Movimentos de Anistia como um conjunto de personagens e entidades que vieram a protagonizar ações reivindicando a redemocratização no país e a anistia, em especial. Suas ações ocorreram de maneira “assimétrica, fragmentada, descentralizada e com intensidades diferentes”. O autor afirma que na primeira linha das entidades estiveram “o MFPA, os comitês de exilados no exterior, o CBA e as entidades estudantis, o Comitê 1º de Maio pela Anistia e a Comissão Pró-UNE”.

mas pela motivação, de caráter coletivo e político, fundamentada por um ato não egoístico, isto é, pela não pretensão de uma benesse individual (MARTINS, 1978, p. 176). A anistia é um perdão comandado pelas autoridades públicas, concedido a coletividades que se opõem àquela autoridade.

Paul Ricoeur (2007 [2000]) entende a anistia como um esquecimento comandado, forma institucional de esquecimento. A função da medida é interromper as violências, findando os processos em andamento e suspendendo as ações judiciais. Esse tipo de esquecimento possui caráter limitado, embora tenha amplo alcance, pois a “cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e dizer que nada ocorreu”. O autor argumenta que a instituição da anistia “só pode responder a um desígnio da terapia social emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade” (2007, p. 462). Na qualidade de esquecimento institucional, toca as próprias raízes do político e, “através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido” (2007, p. 460).⁴⁵

Há duas tipologias básicas de anistia: a geral ou absoluta e a condicional ou restrita. A anistia absoluta ocorre quando não há imposição de condições para sua concessão, ao passo que a restrita as impõe, podendo se limitar a grupos especiais e apresentar exceções (ETRIDGE; LOCKWOOD; ALDERSON, 1974, p. 3).

O primeiro caso de anistia remete à Grécia Antiga. O general ateniense Trasíbulo, em 403 a. C., após expulsar os 30 tiranos, proibiu atos de punição aos demais cidadãos, impondo o esquecimento legal de suas ações. Este episódio teria representado “a vitória de democracia sobre a Oligarquia dos Trinta” (JONES, 1997, p. 231).

Apesar da tradição milenar do perdão a atos considerados ilícitos pelo Estado, com o aparecimento dos primeiros tribunais tomaram forma os institutos jurídicos soberanos. Dentre esses, advieram o indulto, a anistia e a graça. O indulto era utilizado para o perdão de crimes comuns, a anistia visava esquecer os crimes de natureza política e a graça, em seu sentido estrito, perdoava individualmente determinados atos, de natureza diversa, sendo amplamente utilizada por monarcas. Apesar de, em certos momentos da história romana, o poder de graça ter sido atribuído ao povo, aos cônsules e ao imperador, sua aplicação tornou-se mais recorrente na Idade Média, período em que ela teria se vulgarizado, passando a ser concedida por critérios

⁴⁵ Considerando as aproximações entre anistia e amnésia, a incluir a semelhança etimológica, Paul Ricoeur (2007, p. 462) defende a preservação de uma fronteira entre ambas pelo trabalho da memória, que deve ser complementado pelo luto e norteado pelo espírito de perdão. O autor ainda ressalva que a forma de esquecimento não deve ser um mandamento ou uma ordem, mas um desejo optativo.

e conveniências pessoais da nobreza feudal, utilizada para comutar a pena de morte, modificar as formas de execução, proibir meios de tortura e permitir a constituição da defesa (MARTINS, 1978, p. 17-21; ETRIDGE; LOOCKWOOD; ALDERSON, 1974, p. 3-4).

A história francesa soma diversas anistias. A partir da Era Moderna, notabiliza-se o Édito de Nantes, assinado pelo rei Henrique IV, em 1598, que cessou a perseguição aos Huguenotes, franceses protestantes. Com o advento da Revolução Francesa (1789), “a anistia reaparece como necessidade histórica” (MARTINS, 1978, p. 21). Aboliu-se o direito de graça como atributo do soberano e conferiu-se a competência ao Poder Legislativo para decretar anistias (1978, p. 156). Durante o período napoleônico (1799-1815), seriam concedidas inúmeras anistias, assim como ao longo de todo o século XIX. Um dos episódios mais ilustres ocorreu após as lutas políticas da Comuna de Paris, em 1871. Na Inglaterra, houve a concessão após momentos de conflito, como a guerra civil de 1615 e a restauração do rei Carlos II, em 1660. Nos Estados Unidos, há variados casos, desde 1795. Marcadas como soluções para fim de conflitos, insurreições, deserções e prisões políticas, em sua maioria, as anistias americanas partiam da iniciativa do Poder Executivo (ETRIDGE; LOOCKWOOD; ALDERSON, 1974).

Há anistias com o advento de conflitos entre países, orientadas através de acordos de paz e tratados internacionais, como: o Congresso de Viena (1815); o Tratado de Frankfurt (1871), entre a Alemanha e a França; o Tratado de San Stefano (1878), entre a Rússia e a Turquia; e a Paz de Vereeniging (1902), com o fim da guerra dos Boeres, entre a Inglaterra e a África do Sul. Nos episódios sucedidos nas duas guerras mundiais do século XX, há concessões a políticos ou àqueles que se comprometessem com determinadas atividades no pós-guerra. A guerra de independência da Argélia (1954-1962) também se procede em anistia (ETRIDGE; LOOCKWOOD; ALDERSON, 1974).

Os regimes autoritários de Portugal (1933-1974) e Espanha (1939-1976), conhecidos em referência a seus ditadores, Salazar e Franco, também assistiram seu fim através de anistias.⁴⁶ Inclusive, desenvolveu-se um movimento na Europa e na América Latina a favor da medida aos Presos Políticos da Espanha e de Portugal, contando com conferências em cidades como São Paulo e Montevideú (MARTINS, 1978, p. 161-162). Sublinha-se, finalmente, o recurso da anistia nas ditaduras da América Latina, congêneres à brasileira.⁴⁷

⁴⁶ Para uma visão geral dos regimes autoritários ibéricos, ver: António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho (2013).

⁴⁷ Para uma visão a respeito das anistias latino-americanas, ver: estudo comparado de Glenda Mezarobba (2007). Ver também: Carla Rodeghero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade (2011).

Esta incursão na história da anistia revela o uso da medida como forma de finalizar conflitos. O esquecimento dos atos coletivos foi utilizado para pacificar e serviu como estratégia política de afirmação da autoridade do poder público, pela via da concessão, o que significava a autorização de alguém que detinha o poder de decisão. A atribuição gerou, no caso brasileiro de 1979, um dilema sobre a dignidade de sua função como solução para o processo de redemocratização.

No sentido geral, a anistia não apaga o passado, mas o coloca fora do alcance, fazendo com que esse tempo pretérito não exista mais oficialmente, e inibe a ação pública, já que as condenações não constam nos registros criminais (ROBIN, 2016). A anistia requerida nos anos 1970, além de ser uma medida de caráter jurídico e político, viu seu sentido ampliar ao ser pretendida como conquista dos direitos humanos (FAGUNDES, 2019). No entanto, as especificidades da legislação aprovada em 1979 – traduzindo-se em “autoanistia”, perdendo os agentes do Estado, e impondo restrições às oposições – não colocou o passado fora de alcance, como sugeriu Régine Robin (2016).

Ressaltemos: a anistia é um ato por meio do qual o Estado declara perdão a uma oposição, formada por uma coletividade. Desta maneira, o problema e a angústia gerados a partir da anistia aprovada em 1979 foi justamente a invenção de uma “autoanistia”, algo sem precedentes nas jurisdições. As oposições não aceitavam que os agentes do Governo, e sobretudo os torturadores, recebessem a mesma medida, alegando a desproporção das ações e as graves violações aos direitos humanos cometidas. Ainda, além deste suposto autoperdão – contestado pelas autoridades jurídicas, pela OAB e pelas cortes de direito internacional –, a lei de 1979 apresentou algumas lacunas e restrições, por exemplo: excluiu do benefício os que “foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (BRASIL, 1979, Art. 1º, § 2º); alegou que o retorno ou a reversão ao serviço ativo daqueles servidores cassados pela Ditadura seria somente deferido para o mesmo cargo que ocupava quando afastado, “condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração” (Art. 3º). É preciso observar que a existência de vagas está diretamente vinculada aos interesses da administração, cuja marca se reveste na subjetividade e na conotação política. Essas restrições, acrescidas à falta de respostas em relação aos corpos dos mortos e desaparecidos políticos, foram ponto de partida para a luta de familiares no pós-1979 (MEZAROBBA, 2006; 2007; GONÇALVES, 2006), assim como os esforços empreendidos pelos militares cassados, para a reversão aos cargos na ativa e para o pagamento de salários atrasados e indenizações (MACHADO, 2006).

As comissões criadas em 1995 (Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos) e 2002 (Comissão de Anistia) demonstraram que o passado ainda estava vivo no presente, a ponto de ser tocado pelas vias das memórias e das reparações públicas e indenizatórias, saldo das leis n. 9.140/1995 e 10.559/2002. Em 2007, o lançamento do livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade* registrou 11 anos de trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. O texto teve o mérito de resumir a história das vítimas da Ditadura (BRASIL, 2010, p. 208), mas uma série de lacunas desse pretérito ainda estavam por contar.

O pedido da OAB ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008, com vista a rever a validade da Lei de Anistia, é outro exemplo de quão aceso estava o passado. A resposta da corte veio em 2010, confirmando a legislação de 1979. Entretanto, a decisão dos ministros não foi unânime. Se, para a maioria, a Lei confirmava a conciliação e a reciprocidade como preço da transição para a democracia, para uma minoria seu caráter era controvertido e tecnicamente questionável, gerador de problema interpretativos, alegando para a falta de clareza na redação da norma⁴⁸ (GALLO, 2019, p. 259; 263). Ainda, em 21 de dezembro de 2009 foi lançado o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3),⁴⁹ que já previa em um dos eixos orientadores a criação de uma Comissão da Verdade. De modo oposto à decisão do Supremo (abr. 2010), o PNDH, atualizado em 12 de maio de 2010, apresentava como um dos objetivos estratégicos: “Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos” (BRASIL, 2010, p. 216). Desta forma, embora não indicasse por estrito a Lei de Anistia, o PNDH parecia apontar caminhos para elucidar o passado. Nesse sentido, ao invés de se apagarem, as faíscas deste pretérito foram novamente expandidas com a criação e instalação da CNV, entre 2011 e 2012. Embora seja preciso destacar a constância de episódios de resistência de parlamentares e militares em relação ao projeto de

⁴⁸ Os argumentos críticos à Lei de Anistia foram proferidos pelos ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto, ao passo que os ministros Cármen Lúcia, Ellen Gracie, Marco Aurélio, Celso de Mello, Cezar Peluso e Gilmar Mendes corroboraram o voto do Relator do processo, o ministro Eros Grau, que apresentou suas justificativas, alegando para o caráter bilateral (recíproca) da Lei, considerando o contexto histórico em que a norma foi produzida. Destaca-se, finalmente, a ausência dos ministros Joaquim Barbosa e Dias Toffoli da votação (GALLO, 2019, p. 258-259).

⁴⁹ O 1º PNDH data de 13 de maio de 1996 e o 2º PNDH, de 13 de maio de 2002, ambos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

criar a Comissão,⁵⁰ o Relatório Final da CNV foi divulgado em dezembro de 2014 e contribuiu para uma melhor leitura dos números e dos fatos em relação ao período da Ditadura no Brasil.⁵¹

Finalmente, é preciso situar, ao menos, dois sujeitos coletivos que se apropriaram da noção de anistia no contexto dos anos 1970: o Estado e os Movimentos de Anistia. Se, em um primeiro momento, a anistia não constava na órbita militar, aos poucos foi se construindo uma compreensão do que a medida poderia significar. O projeto de anistia enviado pelo Governo para aprovação no Congresso Nacional, em junho de 1979, afirmava a anistia como esquecimento e conciliação. Havia restrições para as oposições e ainda estava incluso o dispositivo dos crimes conexos, isto é, “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (BRASIL, 1979, Art. 1º, § 1º). Um dos grandes dilemas da Lei de Anistia passou justamente por sua interpretação, pois o dispositivo dos crimes conexos acabou “abrindo” a hermenêutica para perdoar os próprios agentes do Estado.

Hélio Bicudo destacou que a Lei de Anistia de duas vias não encontrava correspondência na hermenêutica jurídica, sublinhando a não existência de conexidade entre crimes que atingiam bens jurídicos diversos. O autor observou que não poderia encontrar “equivalência de causas entre o ato daquele que afronta o sistema político prevalente e o daquele que o reprime” (BICUDO, 2001, p. 86). No dispositivo dos crimes conexos, um crime deveria ser pressuposto do outro, o que não se verificava entre as ações cometidas pelas oposições à Ditadura e as atividades dos agentes do Estado, dentre elas: a repressão, a tortura e o assassinato. Desta forma, a anistia do Governo ficou conhecida como uma autoanistia, uma ferramenta para salvaguardar aqueles que agiram em nome do Estado de possíveis “revanchismos”.

⁵⁰ A incluir Jair Bolsonaro, na época deputado federal, e eleito presidente da República no final de 2018. Para maiores detalhes sobre Bolsonaro e suas relações com a Ditadura, ver: dissertação de Ariel Chexes Batista (2020).

⁵¹ Devido a questões conciliatórias, a Comissão entrou em vigor com a proposta de apurar as graves violações de Direitos Humanos, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, data de aprovação da atual Constituição Federal. Desta forma, o relatório apresentado em dezembro de 2014 levantou o número de 434 mortos e desaparecidos políticos no Brasil e no exterior – 191 mortos, 210 desaparecidos e 33 desaparecidos cujos corpos foram localizados posteriormente, um deles durante os trabalhos da CNV. Na Conclusão do Relatório, deixa-se em evidência que tais números certamente não correspondem ao total, “mas apenas ao de casos cuja comprovação foi possível em função do trabalho realizado” (BRASIL, 2014, p. 963). Através da leitura do Relatório Final, dividido em três volumes, percebe-se o trabalho denso e atento realizado pelos diversos integrantes da Comissão, que buscou consultar os acervos disponíveis, ouvir ex-presos políticos, sobreviventes de tortura, familiares e agentes da repressão. Contudo, o Relatório reconhece lacunas no trabalho em relação às mortes e aos desaparecimentos no período da Ditadura, apontando que poderia haver maiores elucidações caso as Forças Armadas disponibilizassem os acervos do CIE, CISA e CENIMAR (BRASIL, 2014, Volume III, p. 26; 28). Disponível em: < http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_pagina_26_a_29.pdf >. Disponível em: < <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf> >. Acesso em: 3 abr. 2021.

Como temos observado, os Movimentos foram alterando o sentido da anistia. No entanto, no seio das oposições existiam opiniões diversas. Segundo Andressa Ramos (2004), havia um grupo que se colocava contra a ideia, entendendo-a como um perdão a crimes cometidos. O coletivo defendia que não havia cometido delito que necessitasse da medida. No entanto, essa opinião foi deixada à margem. Nesta Dissertação, temos como referência os Movimentos de Anistia que mais se sobressaíram na cena pública e que entenderam a anistia como uma oportunidade, protagonizados pelo MFPA, pelos comitês de exilados, pelo Comitê 1º de Maio pela Anistia, pelos CBAs e pelas Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos. Dentre esses, conforme sinalizamos, houve uma alteração do significado da anistia.

Se, em um primeiro momento (1975 e 1976), a anistia visava a reconciliação nacional, a pacificação e a união da família brasileira defendida pelo MFPA e, sobretudo, por Therezinha Zerbini, a partir de 1977 a anistia passou a ser requerida como “Ampla, Geral e Irrestrita”. Além disso, o seu alcance não se detinha na aprovação da lei. O fim da Ditadura e o restabelecimento da democracia eram umas de suas dimensões fundamentais. Zerbini definiu anistia em 1978 como “o direito do povo à liberdade de lutar pelo país, por democracia, liberdade e justiça”.⁵² Nas palavras de Roberto Ribeiro Martins (1978, p. 180-181), a anistia era o pré-requisito para a democracia, um passo que iria possibilitar a abertura de um espaço político mais amplo para que o povo pudesse “participar com mais liberdade e autonomia no debate e na decisão dos problemas nacionais”.

Entendemos que o sentido da anistia se altera conforme a circunstância e os sujeitos que se apropriam do conceito. Ou seja, há, no mínimo, um conflito, uma disputa no significado: a anistia enquanto esquecimento e mesmo conciliação, do ponto de vista do Estado, na qualidade de legislação que visava apagar atos jurídicos e que poderia ser restrita e recíproca; e a anistia do ponto de vista das entidades, dos grupos militantes e comitês, em defesa dos direitos humanos e da democracia.⁵³

⁵² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_108617_78. Informação n. 21/78/DSI/MJ. Data: 10 jan. 1978.

⁵³ Ainda, observamos a existência de uma variedade de grupos e sujeitos que se apropriam da medida, e oscilam em relação ao significado da anistia. O MDB, por exemplo, era um partido multifacetado que nutria ambas as posições, isto é, havia parlamentares que entendiam a anistia como esquecimento e conciliação e parlamentares que defendiam a legislação como instrumento de defesa dos direitos humanos e redemocratização do país.

Hipótese e Justificativa de trabalho

As mobilizações pela anistia brasileira possuem marcas particulares e identitárias nos espaços regionais, apresentando propostas diversificadas, divergentes e/ou convergentes de ação. As atividades realizadas nos níveis locais influem para o saldo de lutas políticas em nível nacional e global, e vice-versa. As diferentes escalas de ação encontram-se interconectadas, através das bandeiras políticas levantadas, assim como por intermédio de agentes de circulação: personagens políticos, livros, cartas, jornais e panfletos, principalmente. O exemplo notório a promover tal dinâmica de conexão é explícito na ação da advogada e líder nacional do MFPA, Therezinha Zerbini. Nesse sentido, há uma circulação de pessoas, objetos e ideias que confere unidade política ao processo, mesmo com agendas nem sempre convergentes.

Defende-se a relevância dos primeiros dez anos de luta política, empenhados entre 1964 e 1974, como um momento de acúmulo de experiências e abertura de horizontes para um conjunto de personalidades e coletivos que adentraram a cena pública no pós-1975. Portanto, a hipótese sustenta que as mobilizações pela anistia transcenderam as fronteiras temporais (geracionais), geográficas e politicamente definidas, constituindo-se em movimento social transregional e transnacional. Argumenta-se que o desenvolvimento de tais mobilizações potencializou a retomada da democracia, na medida em que assumiu esta bandeira como um de seus principais pontos, agregando forças tão diversas naquilo que convencionou nominar de oposições. A aglutinação de forças políticas amplas já sinalizava para uma das essências do conceito de democracia, a existência das oposições na arena pública. Para além dessa presença, tornou-se necessário dar voz a esses coletivos, concedendo-lhe oportunidade de participar dos processos políticos, de adentrar a esfera pública.

Ademais, realizar tal investigações a partir das fontes da Comunidade de Informações foi mais uma oportunidade de averiguar como agentes em nome do Estado cobriram um importante movimento social da década de 1970, além de permitir verificar o olhar da espionagem a uma personagem específica, Therezinha Zerbini. Em relação a esse aspecto, entendemos a exacerbada vigilância enquanto parte da rotina da Comunidade de Informações, realizada constantemente a indivíduos que se destacavam na condução dos processos políticos de oposição. Nesse sentido, Zerbini teria figurado como uma das personalidades dos Movimentos pela Anistia mais visadas pelos profissionais da espionagem justamente por liderar o MFPA e protagonizar episódios de resistência à Ditadura.

Portanto, localizar as mobilizações nos diferentes espaços, conectando-as a uma dinâmica transregional e transnacional, confere dignidade às ações e aos personagens envolvidos, dota-os de visibilidade histórica e contribui para a sua inserção na escrita do

“subcampo historiográfico e político” da Lei de Anistia (LEMOS, 2018, p. 18). No entanto, a questão não é apenas “dar voz” às atuações locais, pois perpassa também por compreender as conexões entre as escalas, as dinâmicas dos movimentos, a localização de agendas, o uso de símbolos, palavras de ordem, imagens e discursos marcados por elementos locais e conectados a agendas nacionais e internacionais.

Ao compreender o Movimento pela Anistia como movimento social central nos anos 1970, o trabalho reforça a existência dos contrapoderes enquanto forças políticas que propõem mudanças de longo alcance, fora dos canais institucionalizados, mesmo em momentos de autoritarismo estatal (BOBBIO, 1986).

Por fim, acreditamos que o trabalho de compreender as conexões e localizar os agentes de luta em suas diversidades possa contribuir, a seu modo, para entendermos a potência de um movimento a favor da democracia. Isto é, argumenta-se que esta Dissertação possa ter sua dose de contribuição para analisar a força da democracia no mundo contemporâneo, uma força que mobilizou pessoas tão diversas em um cenário tão adverso como foi a Ditadura Militar no Brasil.

A natureza das fontes

As fontes históricas (fontes primárias)⁵⁴ empregadas na escrita desta Dissertação são múltiplas. Destacamos a análise dos documentos produzidos por agentes da Comunidade de Informação ao longo da Ditadura, sobretudo entre 1975 e 1979. Além desse conjunto documental, utilizamos memórias, fontes da imprensa e produções dos protagonistas dos Movimentos, nas quais constam livros, discursos, entrevistas, panfletos e dados factuais que cobrem os eventos estudados. Ainda, cabe situar a incursão nas legislações do período e nas mídias audiovisuais, como documentários e entrevistas disponíveis na internet.

As intenções da imprensa e dos personagens da anistia são permeadas por objetivos variados, por vezes contraditórios, considerando seus distintos papéis no cenário político, que ora convergiam, ora divergiam. Quanto a fontes de natureza memorialística, é igualmente importante estar atento ao contexto dos eventos narrados e às características das memórias, visto que são um fenômeno atual, em permanente evolução. A memória não é o fato que

⁵⁴ As fontes da história possuem natureza diversa: podem constar de textos escritos, de imagens; podem ser fontes orais trabalhadas pela metodologia da História Oral; podem ser dados estatísticos ou objetos materiais. As fontes nunca são neutras, pelo contrário, expressam uma visão de mundo, em um contexto específico. Portanto, é dever do historiador saber analisá-las em suas nuances, atento para o que a fonte diz, para o que não diz e para o que deixa implícito (PEREIRA, 2015).

aconteceu *ipsis litteris*, mas fruto da lembrança, que, pelo seu modo de ser, é vulnerável, arenosa, incompleta, carregando detalhes de uma vida inteira, mergulhados em memórias individuais e coletivas (NORA, 1993; HALBWACHS, 1990).

Optamos por concentrar a análise da natureza das fontes nos dois acervos mais investigados e citados nesta Dissertação: o livro *Anistia: semente da liberdade*, organizado por Therezinha Zerbini (1979) e os documentos da Comunidade de Informações, produzidos entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1980.

O livro de Zerbini foi publicado em 1979 e consta, sobretudo, de um compilado de recortes de jornais e revistas sobre a trajetória da personagem, entre 1975 e 1979. A obra é dividida em quatro partes, que tratam-se dos anos percorridos ao longo da campanha de anistia: 1975, 1976, 1977, 1978 e 1979. Além dos excertos recortados da imprensa, são acrescentados discursos de conferências, palestras, intervenções em locais públicos e, inclusive, um documento do I Encontro do MFPA, de dezembro de 1977. O livro por si só é uma fonte importante ao possibilitar situar a trajetória de Zerbini durante as mobilizações. Através das notícias da imprensa, podemos observar a intensa circulação da advogada pelo Brasil e, em menor proporção, pelo exterior.

Mas afinal, quais seriam as intenções da líder do MFPA ao publicar um compilado de sua trajetória política em maio de 1979? Como poderemos verificar nesta Dissertação, especialmente no Capítulo 3, entre 1978 e 1979 Therezinha Zerbini já estava perdendo protagonismo nacional perante outras lideranças de anistia. Em 1978, personagens como Iramaya Benjamin teriam criado o CBA enquanto entidade alternativa ao MFPA de Zerbini por não encontrarem espaço suficiente para seus projetos na organização liderada pela advogada.⁵⁵ Ainda, nesses dois últimos anos foram publicados textos e livros abordando a trajetória de alguns personagens envolvidos, diretamente ou indiretamente, na luta pela anistia, a exemplo dos exilados (MACHADO, 1979) e da obra *Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje* (MARTINS, 1978). Esta última atingiu ampla proporção dentro dos Movimentos pela Anistia, a ponto de ser lançada em alguns comitês.⁵⁶

Por conseguinte, observamos que a decisão de Therezinha Zerbini organizar um livro também era justificada pelo anseio de demarcar o próprio protagonismo como liderança dos Movimentos de Anistia, revelando sua consciência do processo histórico por ela

⁵⁵ Esta discussão específica está presente no Capítulo 3.

⁵⁶ Iremos analisar a publicação e o lançamento desta obra no Capítulo 3.

experienciado. Como observou Ana Rita Fonteles Duarte (2009, p. 42-43), a advogada também atuou como “guardiã da memória” do MFPA, armazenando em sua casa um acervo sobre a memória da entidade. Portanto, observamos a existência da obra de Zerbini como um modo encontrado pela personagem de se fazer presente enquanto figura pública e se colocar para a posteridade na história da resistência à Ditadura Militar no Brasil.

Por sua vez, o acervo da Comunidade de Informações traz o olhar do Estado sob os Movimentos de Anistia e sob personagens e eventos específicos. Desta forma, no contexto de espionagem política, típica da Ditadura brasileira, os movimentos de oposição foram tratados pela ótica da suspeição (MAGALHÃES, 1997; RESENDE, 2015). Nos mais diferentes locais do Brasil e do exterior, foram produzidos relatórios sobre eles, abordando os modos como se organizavam, onde e em quais dias e horários se reuniam, do que tratavam, como o faziam e quais atividades seriam propostas. Ainda, anexavam-se aos relatórios: cópias de jornais, panfletos de divulgação, fotos, cópias de passagens aéreas e dados sobre filiação, endereço e atividades profissionais dos citados.

Esses arquivos estiveram inacessíveis nos 20 anos seguintes ao fim da Ditadura, período durante o qual a simples existência de tal documentação foi negada por parte das autoridades civis e militares.⁵⁷ Tal situação se alterou em 2005, quando o presidente Lula assinou um decreto regulamentando a transferência dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estavam custodiados na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para o Arquivo Nacional (BRASIL, 2010, p. 208; HEYMANN, 2014, p. 40). A documentação foi transferida de modo gradativo. A Lei de Acesso à Informação e os trabalhos iniciados pela Comissão Nacional da Verdade, a partir de 2012, representaram nova fase na luta pela abertura dos arquivos sigilosos no Brasil (FAGUNDES, 2012, p. 13).

Estamos cientes de que lidar com tais documentos exige cautela. Há indícios nas fontes – ora evidentes, ora sutis – que tendem a privilegiar uma narrativa específica dos eventos. Contudo, o trabalho de compreender o olhar dos agentes de informação contribui para a fuga a generalizações e nos permite perceber sua produção discursiva repleta de intenções políticas, que intervieram diretamente na vida de nosso país.

Ressaltamos a riqueza da documentação: são inúmeros relatórios cobrindo os Movimentos de Anistia em diversos estados. Há alguns sobre personagens e eventos

⁵⁷ A exceção a tal inacessibilidade foram os arquivos dos DOPS, disponíveis desde o início dos anos 1990.

organizados e uma documentação expressiva sobre as mobilizações no exterior. Além do “olhar” da Comunidade, o acervo possibilita rever a narrativa produzida pelos Movimentos. Há cartas-programas, recortes de jornais, entrevistas, impressos, fotografias, etc. Ademais, acreditamos que as fontes possam nos auxiliar a montar peças ainda não localizadas do quebra-cabeça, como as facetas de atuações regionais, suas conexões com as mobilizações mais gerais e a trajetória de personagens expressivas da campanha, como Therezinha Zerbini.

Finalmente, é necessário apresentar algumas distinções quanto à natureza dos relatórios da Comunidade de Informação. Os mais comuns encontrados nas fontes desta Dissertação foram os *Pedidos de Busca*, os *Informes* e as *Informações*. O *Pedido de Busca* orientava a etapa inicial da produção de informações (FICO, 2001, p. 97). Era a partir daquele documento que o agente de operação ia a campo fazer a investigação. Os dados brutos recolhidos, não processados, não investigados e sem confirmação, constituíam o *Informe*. Posteriormente, era possível que, com a reunião de outros materiais de natureza semelhante, algum dado mais preciso pudesse ser obtido. A *Informação*, por sua vez, constava de uma análise sofisticada dos dados brutos, conforme explicou o militar Adyr Fiúza de Castro a D’Araújo, Soares e Castro (1994b, p. 47)

O trabalho do analista de informações era justamente cotejar os *Informes* que recebia “em quantidade imensurável, classificá-los, juntá-los, analisá-los” e ver qual o grau de probabilidade de veracidade. Com isso, analisava-se também a fonte que lhe fornecia o *Informe*. Fazia-se uma apreciação de todos os *Informes* para elaborar a sua *Informação* (1994b, p. 47). Para que a precisão fosse mais rigorosa, havia seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do *Informe*, respectivamente: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Um informe A-1 era “um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade”. Caso o informe fosse classificado em F-6, significava que não se poderia saber a idoneidade da fonte, ou seja, a probabilidade de veracidade era muito reduzida (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994b, p. 47).

Todo *Informe* produzido pela Comunidade adquiria algum tipo de classificação. Os documentos que circulavam também recebiam identificação de sigilo: reservado, confidencial e secreto (FICO, 2003, p. 179). Esse tipo de alcunha era imprescindível na fase de difusão da informação entre os diversos órgãos do sistema, haja vista que disseminar “era fator primordial no processamento da informação” (QUADRAT, 2012, p. 30).

Metodologia: a análise do discurso

Para analisar, interpretar e organizar a documentação disponível, utilizamos uma proposta metodológica de análise do discurso, que, em termos gerais, trata-se de um conjunto de procedimentos que explica “por que certas pessoas interpretaram a realidade de uma determinada forma no momento histórico considerado” (PEREIRA, 2015, p. 44). Esta metodologia é utilizada para o tratamento de textos escritos, de tipo narrativo, aqueles que “contam uma história, com base em fatos reais ou ficcionais” (2015, p. 46). Isso implica interpretar o que o texto tem a dizer, suas intenções e ausências.

Com o objetivo de analisar os discursos presentes no processo de mobilizações pela anistia, utilizamos o método aplicado por André Pereira (2015), inspirado no que propõe o historiador Ciro Cardoso, em *Narrativa, Sentido e História* (1997). Segundo Pereira (2015, p. 48), “o que foi escrito visava obter algum efeito em um público que não está mais presente”, sendo obrigação do historiador “compreender como o ato de comunicação se processava na época”. A proposta analisa o discurso a partir de nove processos:

1. Fatos: são os eventos presentes ao momento de escrita do documento. Há um contexto histórico que traz consigo elementos de uma grande, média e curta duração. Ou seja, há traços estruturais, conjunturais ou específicos dos acontecimentos.⁵⁸
2. Autor: é aquele que escreveu o documento.
3. Grupo: é o grupo do qual o autor ou os autores fazem parte.
4. Estrutura mental: é a concepção de mundo do autor e do grupo. É formada por valores, noções, ideias e concepções que auxiliam na compreensão de determinada realidade.
5. Projeto: é a presença de uma leitura estruturada, individual ou grupal, destinada ao consentimento e à ação coletiva.
6. Propaganda: são os recursos retóricos utilizados para o convencimento.
7. Estrutura interna: é o estilo da narrativa do discurso.
8. Público: é o destinatário da produção textual.
9. Registro: é a natureza do discurso.⁵⁹

⁵⁸ O desenvolvimento das noções de curta, média e longa duração foi feito pelo historiador francês Fernand Braudel (1958), no texto *A longa duração*. A curta duração privilegia os acontecimentos; a média, as conjunturas; a longa, as estruturas, os processos que, por vezes, atravessam os séculos.

⁵⁹ Sobre este último processo, Pereira propõe a presença de dois registros em um mesmo discurso ou em textos diferentes: o etnoliterário e o socioliterário. No primeiro, “a pessoa que escreveu um texto o apresenta a seu público como tendo recebido as palavras de alguma fonte externa, como uma espécie de revelação” (PEREIRA, 2015, p. 55). Neste caso, o autor costuma ser transcendental, e sua fala é verdadeira por si mesma. Por sua vez, o registro socioliterário possui um narrador, nutrido de vontades e opiniões, que pode ser questionado.

Os processos elencados na metodologia se apresentam ao longo desta Dissertação. Os fatos (Processo 1) aparecem na medida que se tornam necessários. Os autores (Processo 2) dos documentos são também destrinchados no trabalho na medida que aparecem. A organizadora de *Anistia: semente da liberdade* (1979) é Therezinha Zerbini, entretanto, a obra carrega as intensões de parte da imprensa brasileira, tanto dos grandes veículos de comunicação como da imprensa alternativa. Contudo, a decisão de publicar os recortes em livro parte de Zerbini, o que revela sua aceitação dos escritos por ela selecionados. Por sua vez, o autor dos documentos do fundo SNI é a Comunidade de Informação. Reforçamos: além de categoria importante, a Comunidade é a autora da documentação e o grupo no qual os diversos autores (anônimos) encontram-se reunidos (Processo 3).⁶⁰

O fato de pertencerem ao coletivo “Comunidade de Informação” os direciona à formação de uma estrutura mental composta por elementos mais ou menos homogêneos, certos princípios gerais chamados por Carlos Fico de *Utopia Autoritária* (2020, p. 170). Esse autor entende a *Utopia Autoritária* como “uma espécie de recepção rarefeita da doutrina de segurança nacional”, ramificada em duas dimensões: uma saneadora, a exemplo da “Operação Limpeza”, que visava eliminar “os obstáculos identificados com o comunismo” e com a subversão; e uma pedagógica, que objetivava instruir a população, vista como despreparada e mal-educada (Processo 4).

O projeto se trata da proposta de modernização conservadora empreendida pela Ditadura (Processo 5). De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2014b, p. 51), “o conceito de modernização conservadora pode servir como síntese dos paradoxos e contradições” desse período. Para este autor, a Ditadura expressava, simultaneamente, “impulsos conservadores e modernizantes que, por vezes, geraram ações contraditórias”. No aspecto modernizante, desejava-se o desenvolvimento econômico e tecnológico, ao passo que, em termos conservadores, era preciso “preservar a ordem social e os valores tradicionais”, o que levou a atitudes autoritárias, de “caça” aos “inimigos internos”, prisões, repressões, torturas, exílios, banimentos, assassinatos e desaparecimentos, revelando o lado autoritário.⁶¹

Por seu turno, a propaganda (Processo 6) é construída a partir da estrutura mental, ou seja, das bases ideológicas da Comunidade de Informação. Organiza-se no seio do projeto de poder da Ditadura e avança ao longo do tempo, seja através de ações pragmáticas do Governo,

⁶⁰ Por questões de organização da escrita, optamos por explicar a metodologia, sobretudo, através da documentação da Comunidade de Informações. Todavia, o (a) leitor (a) poderá observar os mesmos processos metodológicos presentes em *Anistia: semente da liberdade* (1979) ao longo desta Dissertação.

⁶¹ Uma leitura mais detida na proposta de modernização autoritária e conservadora pode ser encontrada em: Motta (2014a; 2014b).

seja por meio de atividades de propaganda política via recursos narrativos – discursos; propagandas em meios de comunicação sob uso de mídia visual, oral e escrita; inclusão de disciplinas voltadas para a educação nacionalista nos currículos do ensino básico e superior, como o caso de “Educação Moral e Cívica” e “Estudos dos Problemas Brasileiros” –, seja através da fabricação de recursos retóricos em diversas mídias, sobretudo na música, no cinema, no rádio e na televisão.⁶² É no seio de uma retórica anticomunista, de caça aos “subversivos” e “inimigos internos”, que a documentação da Comunidade é produzida. Fico (2001, p. 21) nomeia os militares que participaram da Comunidade de Segurança e de Informação como um “corpo de especialistas”.⁶³ Na qualidade de “produtor especializado do discurso”, o “corpo de especialistas” constituiu “um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo”, configurando “uma rede intertextual produtora de eficazes sentidos e de convicção”. Essa produção interpretativa sustentou as ações de civis e militares (espionagem e violência) que participaram ou não da Comunidade de Informação, e do empreendimento da Ditadura.

A estrutura interna (Processo 7) de produção dos documentos apresenta a um leitor desavisado uma aparência técnica e objetiva, formada por nomes, endereços, datas e notícias acerca do envolvimento de pessoas em atividades de oposição. Por vezes, para referendar os dados apresentados na fonte são anexadas cópias de jornais, fotos, cartas, panfletos, passagens aéreas, impressos, etc. Ou seja, a primeira impressão do texto é a ênfase nos eventos narrados, como se tratasse de uma descrição neutra dos fatos (PEREIRA, 2015, p. 46). Contudo, na medida em que se avança na análise, percebe-se o uso expressivo de jargões anticomunistas, como: “subversão”; “subversão estudantil”; “grupo de esquerdistas”; “reuniões subversivas”; “advogado de subversivo”; “elementos”; “distúrbio estudantil”; “radicais” e “terroristas mortos em confronto com os órgãos de segurança” (em referência à repressão aos grupos oposicionistas).⁶⁴ Há o uso de expressões entre aspas, revelando certa imprecisão do termo ou ênfase, como no caso de “preso político”, recorrente ao longo da documentação. Por outra via, encontram-se expressões em defesa da Ditadura, elogiando as ações do Governo e do presidente, como o uso frequente do carimbo: “A revolução de 1964 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”.⁶⁵

Os exemplos referendam a análise feita na documentação. A narrativa da Comunidade

⁶² Sobre a propaganda na Ditadura Militar, ver: Carlos Fico (1997).

⁶³ A noção “corpo de especialistas” é trabalhada por Pierre Bordieu em *O Poder Simbólico* (1989).

⁶⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_4214_79. Memorando n. 1740/02/CH/GAB/SNI.

⁶⁵ A maior parte das fontes da Comunidade de Informações citada neste trabalho possui esse carimbo.

de Informação é mais retórica do que neutra. O tom retórico é revelado, segundo Pereira (2015, p. 48), quando se espera que “alguém seja capaz de convencer outro alguém a acreditar em algo e/ou tomar certas atitudes concretas”. Isto é, o “corpo de especialistas” buscava convencer a si mesmo (a toda a Comunidade de Informação) e aqueles que teriam acesso aos documentos acerca dos fatos apresentados nas informações. Além de acreditar na narração, as fontes encaminhadas para os níveis mais altos seriam respaldo para determinadas ações dos ministérios e do Poder Executivo, influenciando diretamente na vida política, econômica e social do país.

O público (Processo 8) da produção textual, conforme já sinalizado, é a própria Comunidade de Informação, que informa primeiramente a seus principais clientes, os ministros e o presidente da República. Algumas autoridades militares e civis não pertencentes à Comunidade também eram informadas quando conveniente (FICO, 2001, p. 21).

Quanto ao registro (Processo 9) presente na documentação, observa-se uma produção majoritariamente de cunho socioliterário. Ou seja, a produção do “corpo de especialistas” não é verdadeira em si mesma, podendo ser questionada em determinado momento ou conforme outras informações ou ocasiões venham à tona.

Estrutura dos capítulos

Finalmente apresentamos a seguir a estrutura dos capítulos desta Dissertação.

O Capítulo 1 se debruça sobre os dois primeiros anos das mobilizações pela anistia, 1975 e 1976. Iremos percorrer a trajetória de Therezinha Zerbini e do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Em 1975, Therezinha irá notar a rara oportunidade para iniciar uma campanha organizada em prol da anistia a partir da campanha internacional encabeçada pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do *slogan* “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”.

No Capítulo 2, avançamos para 1977. As mulheres do MFPA e Therezinha Zerbini seguem mobilizadas na campanha pela anistia. Ademais, um importante movimento social passa a abraçar a luta política: o Movimento Estudantil, especialmente a partir da criação dos Comitês 1º de Maio pela Anistia. Com a entrada dos estudantes, a campanha se fortalece e adentra os espaços universitários com maior vigor.

O Capítulo 3 atravessa os dois últimos anos da campanha, 1978 e 1979. Em 1978 serão criados os Comitês Brasileiros de Anistia (1978), que, assim como o MFPA, estarão reunidos

em seções estaduais por todo o Brasil. A criação desta entidade irá engrossar ainda mais as fileiras das mobilizações. A partir desse ano, os Movimentos de Anistia se organizam com mais sistematicidade através dos encontros das entidades. As conexões antes individualizadas se tornarão mais coletivas, e os núcleos de anistia se multiplicarão pelo Brasil. Ainda neste Capítulo, avançamos para a reta final das mobilizações a partir da proposição de Lei de Anistia do Governo Figueiredo, em 1979. Localizaremos alguns espaços ocupados e os dissensos entre os Movimentos pela Anistia, essenciais para o espírito democrático e para a política. Finalmente, destacamos alguns pormenores após a aprovação da Lei de Anistia, como a continuidade/esvaziamento da bandeira de anistia e a invisibilidade que recaiu sobre a personagem Therezinha Zerbini.

CAPÍTULO 1

“A Rara Oportunidade”

Origem e desenvolvimento das mobilizações pela anistia:

primeiras conexões (1975-1976)

Este Capítulo apresenta os dois primeiros anos de mobilizações pela anistia, 1975 e 1976. Centra-se na trajetória de Therezinha Zerbini e da entidade por ela liderada, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Assinala a emergência dos comitês criados na Europa como entidades independentes. Paralelo ao discurso da Comunidade de Informação e de Zerbini, delinea as conexões firmadas, no Brasil e no exterior, por meio de viagens, conferências e circulação de impressos (jornais, correspondências, etc.).

1.1 Aspectos biográficos de Therezinha Zerbini: entre memórias e “informações”

Therezinha de Godoy nasceu em 1928, em uma família com boas condições econômicas. Conheceu seu marido no hospital no final da década de 1940. O militar Euryale de Jesus Zerbini (1908-1982) era 20 anos mais velho. Casaram-se no início dos anos 1950 e tiveram dois filhos, Eugênia e Euryale Jorge, nascidos em 1954 e 1955. Ainda na época do namoro, Therezinha conseguiu um cargo de tesoureira dos Correios e Telégrafos, no Vale do Anhangabaú, São Paulo, por indicação de Euryale. Foi funcionária dos Correios até se aposentar. Entretanto, depois de sua prisão em 1970 foi posta “em disponibilidade”. Não foi demitida do emprego, mas não havia mais lugar para ela (LEITE, 2012).

O tempo livre viria a ser aproveitado no exercício da oposição à Ditadura. Em um primeiro momento, Zerbini recebia perseguidos em sua casa, “sempre pronta a colocar mais água no feijão para alimentar os ‘meninos’” (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20). Após 1975 seus esforços se concentraram, sobretudo, na campanha pela anistia, momento no qual se tornaram recorrentes suas viagens pelo Brasil e exterior, além de participação ativa nos encontros do Movimento Feminino pela Anistia, entidade fundada por ela em parceria com sete mulheres, no primeiro semestre de 1975.

Euryale Zerbini foi promovido a general em 1962. Em 9 de abril de 1964, em consequência de sua posição legalista, de apoio ao presidente João Goulart, teve seus direitos

políticos cassados por dez anos e foi reformado, uma consequência direta do primeiro Ato Institucional, depois nomeado de AI-1.⁶⁶ Euryale foi o único militar de sua patente a ficar contra o golpe em São Paulo. Ficou detido por 45 dias no Forte de Copacabana (RJ). Cinco meses após sair da prisão Euryale foi trabalhar na indústria de papel Simão, localizada na cidade de Jacareí, a 82 km da capital paulista. Permanecia de segunda a sexta no interior e retornava nos finais de semana para a casa no bairro do Pacaembu, na zona central da cidade de São Paulo (LEITE, 2012).

Toda essa conjuntura do pós-1964 abalou as percepções de Therezinha Zerbini sobre o mundo político e sobre a conjuntura de exceção instalada. Nesse meio tempo, ela cursava a graduação em Direito e alimentava um sentimento de indignação com a Ditadura no país (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20). Entretanto, é apenas no pós-1968 que Zerbini irá se enquadrar na lista de conhecidos subversivos do “regime”. Em 1968, foi acusada de intermediar o empréstimo do sítio em Ibiúna onde ocorreu o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Através deste episódio, a advogada foi presa pela primeira vez, em novembro de 1969, e liberada após conceder depoimentos (DUARTE, 2009, p. 45).⁶⁷

No primeiro depoimento, prestado ao DEOPS/SP, em 11 de novembro de 1969, Zerbini explicou que o sítio pertencia a Domingos Simões, um amigo da família. Além dessa amizade, Therezinha e o esposo mantinham relações com religiosos do convento dos dominicanos, localizado próximo à residência do casal, que eram católicos praticantes e paroquianos do convento. Zerbini relatou que conheceu Frei Tito de Alencar Lima⁶⁸ quando este ainda era adolescente, também preso por realizar a mediação do empréstimo do sítio.⁶⁹ Em certa ocasião, reunidos na sua residência,

⁶⁶ Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/valeu-a-pena-a-luta-contra-a-ditadura-6435/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

⁶⁷ Zerbini também participou do grupo de mães que se uniram após as prisões realizadas no congresso da UNE para soltar os filhos presos.

⁶⁸ Frei Tito de Alencar Lima (1945-1974) era amigo do casal Zerbini e antigo dirigente estudantil do Ceará (LEITE, 2012). Em 1963, assumiu a direção da Juventude Estudantil Católica (JEC) e mudou-se para o Recife (PE). Posteriormente, foi para São Paulo estudar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), quando foi colega de classe de Euryale Zerbini, também estudante de Filosofia. Foi preso em outubro de 1968 por participar do Congresso da UNE em Ibiúna, e, novamente, em 1969, sob acusação de conceder infraestrutura ao militante Carlos Marighella. Em fevereiro de 1970, foi levado para a sede da Operação Bandeirantes, em São Paulo, ocasião em que se encontrou com Therezinha Zerbini. Naquele lugar, experimentou uma série de torturas e tentou o suicídio. Em dezembro de 1970, foi incluído na lista de presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Banido do Brasil, Tito passou por Chile, Itália e França. Neste último país, recebeu apoio dos dominicanos, submetendo-se a tratamentos psiquiátricos devido ao trauma da tortura. Em 1974, com a saúde mental destruída, cometeu suicídio. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

⁶⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_8675/81. Of. n. 90/70 DEOPS, São Paulo, 18 mar. 1970. Auto de qualificação e interrogatório.

Frei Tito indagou desta, a possibilidade de ser arrumado um sítio, para que estudantes, não especificados pudessem realizar um encontro de fim de semana, tendo mencionado Frei Tito que necessitava do sítio para sábado e domingo: que a interroganda fez ver ao citado frei da impossibilidade [...], ocasião em que, tomando parte da conversa o snr. Simões acabou gentilmente por ofertar um sítio de sua propriedade [...] [sic] [localizado em Ibiúna].⁷⁰

Em entrevista ao jornalista Paulo Moreira Leite (2012), Therezinha contou que Domingos Simões se sentia grato ao general Zerbini por anos antes ter sido livrado por ele do serviço militar, quando estava prestes a completar 18 anos. Com vias de retribuir a atitude, quando Simões se tornou proprietário de um sítio, na cidade de Ibiúna, tinha por hábito ir à casa da família para presenteá-los com ovos frescos, legumes e milho. Foi em uma dessas ocasiões que Frei Tito disse que estava à procura de um sítio. Com objetivo de retribuir o favor, Simões teria entrado na conversa e explicado a Tito que teria muito prazer em emprestar o seu (LEITE, 2012).

Na época do depoimento concedido ao DEOPS/SP, Therezinha Zerbini procurou retirar qualquer suspeita de sua pessoa, afirmando que desconhecia a finalidade do evento, não sabendo de que se tratava do Congresso da UNE. Declarou, ainda, que após a polícia tomar conhecimento do encontro e realizar as prisões, Domingos Simões solicitou-lhe apoio, que foi concedido. Primeiro, hospedando-o na casa de sua irmã, e, depois, emprestando-lhe dinheiro, sob intermediação da irmã de Domingos, Aparecida Simões.⁷¹

Passados mais de 30 anos, em entrevista à revista *Caros Amigos* (2001), Zerbini explicou em detalhes a ocasião do empréstimo do sítio. Seu depoimento é semelhante ao relato concedido ao DEOPS/SP, salvo o fato de desconhecer a finalidade do evento. Nas palavras proferidas em 2001, Zerbini revela as especificidades do pós-1968 e do episódio do empréstimo:

Esse foi um momento terrível, quando a ditadura se tornou realmente assassina. Não dava para perceber ainda o que viria quando frei Tito tocou a campanha aqui em casa, perto da hora do almoço. O general [seu marido] fazia filosofia na USP, um sonho antigo que ele acabou realizando, depois de ser cassado, e se tomou de amores pelo Tito porque os dois gostavam de Heidegger. A musa era Marilena Chauí, bonita e inteligentíssima. E um belo dia estou aqui e o Tito aparece: “Oi, dona Terezinha”. Ele não tinha intimidade comigo, era amigo do general. Mas eu disse pra ele entrar. “Olha, dona Terezinha, estou precisando de um lugar, um sítio para fazer um congresso”. E eu disse: “Tito, não tenho sítio nenhum, mas senta aí, toma um cafezinho”. Nisso, a campanha toca de novo. Inacreditável, estava escrito que tinha de ser assim. Era o Simões [...] um apaniguado do general. O Simões tinha fumaça, era nacionalista e

⁷⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_8675/81. Of. n. 90/70 DEOPS, São Paulo, 18 mar. 1970. Auto de qualificação e interrogatório.

⁷¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_8675/81. Of. n. 90/70 DEOPS, São Paulo, 18 mar. 1970. Auto de qualificação e interrogatório.

adorava o general. E naquele dia, me lembro como se fosse hoje, ele veio trazer abóbora, uns ovos, coisas do sítio dele, pode? Quando ficou sabendo que frei Tito precisava de um sítio, imediatamente ofereceu o dele. Impressionante, depois fiquei sabendo que eles tinham mais cinco locais, mas tinha de ser ali (CAROS AMIGOS, 2001, p. 21).

Em fevereiro de 1970, Therezinha foi presa pela Operação Bandeirantes, ainda sob a acusação de intermediar o empréstimo do sítio e ajudar na organização do Congresso da UNE. No fundo, acredita que foi encarcerada porque queriam humilhar seu marido (CAROS AMIGOS, 2001, p. 21). Interrogada e ameaçada, foi acareada com frei Tito:

Se vocês vissem o que eles fizeram com o Tito, coitadinho. Aquilo foi o pior, o pior.... Fui acareada com o Tito, o rosto dele vertia sangue, estava todo inchado, meu coração apertou. Ele chegou bem pertinho e me disse com um fiozinho na voz: “Dona Terezinha, a senhora sabia para o que era o sítio, não sabia?” E eu: “Tito, que o Espírito Santo te ilumine, meu filho. Claro que eu sabia. Claro”. E perguntei para os torturadores qual era o órgão que coordenava os estudantes. Por sorte, um dos gorilas respondeu: “A UNE, a UNE”. E eu disse, com a voz cheia de desprezo: “Tá vendo, Tito, até ele sabe”. E o Tito, coitadinho: “A senhora me perdoe”. Te perdoar do que, meu filho? Que Deus perdoe esses monstros (CAROS AMIGOS, 2001, p. 22).

Depois dos dias de interrogatório, Zerbini foi encaminhada para o presídio, onde ficou detida sem julgamento por três meses (LEITE, 2012). Entrevistada por Ana Rita Fonteles Duarte, em 2006, relatou que, por ter auxiliado na organização do congresso de Ibiúna, ficou praticamente um ano à disposição da Ditadura, sendo presa depois por dois momentos, três meses de cada vez (DUARTE, 2019).⁷² O presídio Tiradentes, local onde esteve, ficou conhecido como a “torre das donzelas”. Segundo a advogada, ela era uma das mais velhas entre as detentas, que eram todas moças. A ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, era uma das encarceradas daquele presídio, então com 23 anos.⁷³

⁷² A entrevista data de 2006, mas foi publicada em 2019 na revista *Estudos feministas*. Ver nas referências.

Quanto à quantidade de meses em que esteve presa, o confronto de diferentes fontes de Zerbini, sobretudo entrevistas dadas posteriormente, revelam algumas “imprecisões”. Em uma entrevista concedida por Zerbini no primeiro semestre de 2011 ao Instituto Vladimir Herzog, a advogada explicou que ficou de fevereiro a dezembro à disposição da polícia: teria sido solta entre junho e julho e presa novamente em setembro, para completar a pena. Ao final de 1970, foi liberada. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU9zGkhRbrc>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

⁷³ Entrevista concedida a Antônio Abujamra, no programa *Provocações* da TV Cultura, em 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BVNTz9WIjg0&t=891s>>. Acesso em 8 jun. 2020.

1.2 Therezinha Zerbini, o MFPA e a I Conferência Mundial da Mulher da ONU (1975)

Dentre os diversos depoimentos de Therezinha por nós analisados, o sentimento de indignação e de injustiça sempre se fez presente. Nas manifestações de finais dos anos 1960, ela passou a abrir sua casa em São Paulo para abrigar estudantes e militantes feridos, perseguidos pela Ditadura. Todas as fontes também são unânimes quanto à relevância de 1975. Segundo Therezinha, havia um certo tempo que esperava uma oportunidade para organizar um movimento, mas não sabia como fazê-lo,⁷⁴ e eis que houve o ano de 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher:

Em 1975, eu vi a rara oportunidade de começar um trabalho político firme e consequente. Foi o Ano Internacional da Mulher organizado pela ONU. Eles tinham como bandeiras igualdade, desenvolvimento e paz. E nós levantamos a bandeira da anistia como uma bandeira de paz e de direitos humanos.⁷⁵

Além desse pormenor, completavam-se os 30 anos da Anistia do fim da Ditadura do Estado Novo, decretada em 18 de abril de 1945 por Getúlio Vargas. A partir destes dois eventos, o Ano Internacional da Mulher e os 30 anos da Anistia de 1945, Zerbini concebeu a criação de um Movimento pró-anistia.

A primeira tarefa foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia, que passou a utilizar a sigla MFPA, organizado em sua casa, em março de 1975.⁷⁶ Segundo conta, estavam em oito mulheres: Lila Galvão Figueiredo, madre Cristina Sodré Dória, Margarida Neves Fernandes, Virgínia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan, Ana Lobo, Eugênia Cristina Zerbini (filha de Therezinha) e Therezinha Zerbini. A partir daquele encontro foi criada uma Comissão Provisória do MFPA, presidida por Zerbini, e foi escrito o *Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia*. Eis as palavras do texto:

Nós, mulheres Brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

⁷⁴ Ver: documentário *Damas da Liberdade* (2012), dirigido por Célia Gurgel e Joe Pimentel.

⁷⁵ Entrevista de Zerbini concedida ao projeto *Resistir é preciso* do Instituto Vladimir Herzog (2011).

⁷⁶ Há certa imprecisão quanto à criação de fato do MFPA e à fundação do Movimento. Em *Anistia: semente da liberdade* (1979, p. 27), a referência para a escrita do *Manifesto da Mulher Brasileira* é março de 1975, enquanto, na revista *Caros Amigos* (2001, p. 20), está como maio de 1975, e, segundo a dissertação de Fabíola Brigante Del Porto (2002, p. 83), em 13 de abril ocorreu o lançamento do *Manifesto*. Portanto, há uma indicativa que o texto foi escrito em março e veio a público em abril, como aponta Del Porto. Há também certa imprecisão quanto ao número de mulheres presentes no momento de fundação, que varia entre sete e dez.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO! (ZERBINI, 1979, p. 27).

Zerbini também revelou o apreço que sempre nutriu pela estratégia, inclusive a influência de seu marido, um militar (DUARTE, 2019, p. 2). No contexto da repressão política qualquer passo em falso poderia significar a prisão ou algo ainda pior. Os argumentos do *Manifesto* abordam a primeira tática assumida pelo Movimento: a bandeira de Anistia seria empenhada como uma bandeira de paz. Afinal, como diria a própria personagem nas entrevistas: “quem seria contra a paz”? Nildes de Alencar Lima, uma das maiores representantes do MFPA cearense, destaca que em todas as solenidades o *Manifesto* era lido “para que a sociedade brasileira tomasse conhecimento da posição da mulher pela luta das liberdades do povo brasileiro”.⁷⁷ A fim de reforçar a bandeira, o primeiro logotipo do MFPA foi justamente uma pomba da paz, que propôs ainda um jogo de números, em referência a 1945 e 1975:

Imagem 1: Cartaz da campanha de anistia⁷⁸



⁷⁷ A fala de Nildes de Alencar Lima encontra-se no documentário *Damas da Liberdade* (2012).

⁷⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Informação n. 207/16/AC/76. Data: 28 mai. 1976. Assunto: Cartaz da campanha da anistia.

Uma segunda estratégia foi legalizar o Movimento como entidade civil sem fins lucrativos, registrando-o em cartório. Por esse caminho, alegava-se seu fim apolítico. A terceira tática, tratava-se das componentes da organização, exclusiva a mulheres. Ana Rita Fonteles Duarte (2009), ao utilizar a categoria dos “jogos de gênero”, argumenta como o gênero foi trabalhado a favor do Movimento, de forma consciente e/ou inconsciente. Isto é, o recurso à figura materna, de caráter dócil e fraternal, estabelecia uma ação de não enfrentamento direto com a Ditadura. As conquistas deveriam ser concebidas pela concórdia e tolerância.

Um quarto procedimento assumido relacionava-se à tônica dos discursos proferidos pela líder. Além do apelo à figura da mãe e da pacificação da família brasileira, Zerbini fazia constante uso da tradição brasileira de anistias, destacando figuras políticas, como Duque de Caxias e Getúlio Vargas, como personalidades decretaram a medida. Por fim, uma quinta estratégia visava popularizar a campanha nos diversos espaços do país. A maneira encontrada foi fomentar a criação de núcleos locais de anistia, conforme poderemos verificar neste Capítulo.

Estabelecidos os modos de ação, a próxima tarefa foi distribuir o *Manifesto* para o máximo de pessoas. Era preciso divulgar o Movimento. Começaram a contatar mulheres pelo Brasil através de cartas (ZERBINI, 1979, p. 8). Além da popularização, foi concebida a ideia de divulgar o documento junto com um abaixo-assinado, que pedia a concessão da anistia ao presidente Geisel (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 30).

Zerbini observou que em primeiro momento teria feito cerca de 500 cópias do *Manifesto* e enviado para o Rio Grande do Sul.⁷⁹ O seu contato naquele estado se deu por intermédio de Dilma Rousseff, que conheceu enquanto esteve no presídio Tiradentes, em 1970. Em meio a memórias, a advogada lembra:

Fomos fazendo os contatos que podíamos, com o MDB, com a Igreja, com as mulheres que conhecíamos pelo Brasil afora... No Rio Grande do Sul tinha a Mila Cauduro e a Francisca, irmã do Brizola, no Ceará tinha a irmã do frei Tito, a Nildes Alencar Lima e aquela moça que foi prefeita de Fortaleza, a Maria Luíza Fontenelle, na Bahia tinha uma mulher extraordinária, a dona Bebê, e dom Timóteo, um beneditino que era um pilar... e também buscamos movimentos internacionais. Uma das primeiras ações foi nossa participação na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, ainda em 1975, no México (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20).

⁷⁹ Em entrevista a Ana Rita Fonteles Duarte (2019, p. 2), Zerbini afirmou que na primeira leva teria mandado “cem desses manifestos para se colher assinaturas”.

Entre 19 de junho e 2 de julho de 1975 ocorreu a Conferência na Cidade do México.⁸⁰ Zerbini relatou que vendeu um par de brincos de brilhante para bancar a viagem. Segundo suas memórias, durante os dias do encontro procurou uma oportunidade para abordar a anistia, haja vista a diversidade de pautas tratadas no evento. No dia 23 de junho, quando o plenário esteve aberto aos debates, tomou a dianteira do processo e falou para um público de três mil mulheres (ZERBINI, 1979, p. 13; 28-29):⁸¹

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz.

A terceira meta do Ano Internacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial.

Amparadas por ideais de justiça e paz e pelos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos propor que nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção, para que seja dada Anistia política a todos os presos políticos do mundo – homens e mulheres.

A Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações.

A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações aonde existir sua aplicação.

A Anistia conduz à Liberdade. Liberdade, Desenvolvimento e Paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro.

Estabelecer a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial.

Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global.

O desarmamento compreende: liberdade política, cultural e econômica.

A Anistia é imperativa para mudar as atitudes e condutas resultantes de um condicionamento cultural, econômico e político.

Nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia, conduzindo à meta de pacificação da família nacional.

Partindo daí, em consequência é mais fácil chegar a um entendimento para a Paz Mundial (ZERBINI, 1979, p. 28-29).

Zerbini relatou que o auditório explodiu de aplausos após a leitura de seu texto. A partir daquele momento, percebeu que as forças que poderiam se reunir a sua causa eram superiores ao que avaliava: “a mulher dos Estados Unidos, naquele momento, estava lutando pela Anistia

⁸⁰ Sobre as conferências mundiais organizadas pela ONU, há um boa síntese no *site* onumulheres.org.br. Há, inclusive, um link que direciona para o relatório da Conferência de 1975. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. O relatório pode ser acessado no seguinte link: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

⁸¹ Zerbini explicou que ficou um dia todo preparando o texto que iria ler no evento e que traduziu para o espanhol para que as mulheres latino-americanas pudessem compreendê-lo (ZERBINI, 1979, p.). Há algumas fontes, sobretudo as da Comunidade de Informação, que falam de um público de duas mil mulheres, e não três mil.

aos resistentes de guerra (Guerra do Vietnã). O continente americano fechou num só” (ZERBINI, 1979, p. 13-14).

No dia seguinte ao pronunciamento, houve uma reunião com 500 mulheres latino-americanas. A partir de debates e proposições, foi elaborada uma lista com 16 pontos, considerados indispensáveis para pensar a problemática da mulher latino-americana, consciente de sua realidade. Dentre eles, questionavam-se as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais que alienavam os povos; propunha-se um maior protagonismo para as mulheres na qualidade de cidadãs de seus respectivos países; demandava-se, por exemplo, a mudança de leis civis, trabalhistas e penais que fossem lesivas à dignidade da pessoa humana e discriminatórias em razão do sexo; exigia-se uma efetiva participação das mulheres nas eleições e nos demais níveis da administração pública, em igualdade de condições e oportunidades; tocava-se, também, em temas como educação sexual e fecundidade. Ademais, além de assuntos restritos ao “universo” da mulher, prestou-se solidariedade aos trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos e pediu-se que a Previdência Social fosse estendida aos camponeses, tornando efetivo o direito desses setores de se sindicalizarem. O 15º ponto da lista, que teria sido proposto por Zerbini, pedia por anistia para todos os presos políticos do mundo, repudiando todo o tipo de perseguição por causas ideológicas (ZERBINI, 1979, p. 34-35).

Uma segunda reunião naquele 24 de junho integrou todos os grupos feministas do mundo. Ao final, tirou-se um documento com três pontos: 1. A não proliferação de armas atômicas; 2. Uma Anistia ampla, que cobriria a Anistia aos resistentes da guerra do Vietnã, e a “Anistia a todos os presos políticos, contra o exílio, contra a banicção, contra tudo que atentasse contra os Direitos Humanos”; 3. Fixava-se o ano de 1977 como o ano do desarme (ZERBINI, 1979, p. 35).

Em vários depoimentos concedidos entre 1975 e 1979 Zerbini fazia questão de ressaltar a importância de sua participação na Conferência Mundial das Mulheres. Em sua perspectiva, a ação teria projetado a campanha pela anistia em níveis internacionais (ZERBINI, 1979). É preciso analisar, contudo, que a anistia já era medida conhecida e tradicional de outros países, como os Estados Unidos. Propostas de anistia também eram pensadas para as ditaduras latino-americanas. Não obstante, observamos que a iniciativa de Zerbini pretendeu transmitir uma mensagem de dimensão transnacional, elevando o tema da anistia para um evento internacional de grande porte.⁸²

⁸² É preciso notar a presença de outra brasileira na Conferência Mundial, a jornalista e feminista Heloneida Studart,

Esse elemento que nominamos por transnacional foi também acionado em outro continente, sem a intervenção de Zerbini.⁸³ Ainda em maio de 1975 eram fundados Comitês de Anistia em Paris (França, 10 de maio) e em Lisboa (Portugal, 30 de maio), fruto da iniciativa conjunta de exilados e partidários dos direitos humanos (FAGUNDES, 2019, p. 53; 62). É preciso situar que, mesmo antes da campanha, as ações no exterior de denúncia contra a Ditadura já eram intensas. Denise Rollemberg (1999) sublinha a importância de algumas organizações na Europa, entre elas: o Tribunal Bertrand Russell II, a partir de 1973;⁸⁴ o Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros e o Comitê de Solidariedade França-Brasil,⁸⁵ a organização Anistia Internacional⁸⁶ e em seguida, os próprios Comitês de Anistia, caracterizados como os “mais numerosos e atuantes” (ROLLEMBERG, 1999, p. 230).

Carla Rodeghero e Teresa Marques (2019, p. 52) compreendem a luta pela anistia como um *master frame* do exílio brasileiro. Segundo as autoras, os *frames* cumprem a função de explicar “a realidade, articular politicamente e impulsionar a mobilização”. Desta maneira, a campanha pela anistia foi a grande responsável por articular e aglutinar as diversas oposições que se encontravam no exterior, impulsionando a mobilização e unificando a esquerda brasileira, com a exceção dos membros PC do B no exterior, que desprezaram as campanhas

enviada pela revista *Manchete* para realizar a cobertura do evento. Em 1978 Studart foi eleita deputada estadual pelo Rio de Janeiro, destacando-se como “uma das vozes mais atuantes nas lutas a favor dos direitos das mulheres” (FÁVERI, 2014).

⁸³ Pelo menos inicialmente, o contato de Zerbini esteve restrito à Conferência do México. A partir de finais de 1975, a advogada já estabelecerá contatos com o exterior. Isso será ainda tratado neste Capítulo.

⁸⁴ O Tribunal Bertrand Russell II foi criado por iniciativa de Lelio Basso, jurista, professor e senador italiano pelo Partido Socialista Independente. O objetivo foi criar um Tribunal “simbólico” para julgar as ditaduras na América Latina, tendo como referência o Tribunal formado por Bertrand Russell em 1966, em Londres, cuja função foi examinar e julgar os crimes cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã. A iniciativa de Basso, em 1973, visava chamar a atenção da opinião pública internacional para os episódios de violações de direitos humanos nos países latino-americanos. O Tribunal ocorreu em três sessões, entre 1974 e 1976. A primeira e a segunda sessão aconteceram em Roma (capital da Itália) e a terceira sessão foi presidida em Bruxelas (capital da Bélgica) (ROLLEMBERG, 1999, p. 233).

⁸⁵ Inicialmente havia o Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros, criado entre 1967 e 1968 por franceses que trabalhavam no Brasil. A partir de 1972 o Comitê foi renomeado para Comitê de Solidariedade França-Brasil, com o objetivo de ampliar o alcance de suas campanhas. Eram realizadas conferências em cidades francesas, divulgavam-se artigos na imprensa, dossiês e textos sobre casos de tortura e eram enviados telegramas a autoridades brasileiras. Em maio de 1975, o Comitê criou um boletim informativo para dar um maior alcance aos problemas do Brasil (ROLLEMBERG, 1999, p. 245-246).

⁸⁶ A Anistia Internacional foi criada em 1961 por iniciativa do advogado britânico Peter Benenson ao lado de alguns juristas. A entidade atua mundialmente na defesa dos direitos individuais fundamentais, definindo-se contra o uso da tortura e da morte. Há ainda ênfase nas atividades de pesquisa, fomentada pela própria organização, que coleta, organiza e analisa as informações sobre violações aos direitos humanos. Uma de suas peculiaridades é a condenação do princípio da violência. Rollemberg destaca que o primeiro relatório anual que a instituição fez em referência ao caso brasileiro foi entre junho de 1966 e maio de 1967. Mas foi em setembro de 1972 que veio a ser publicado um “Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil”. Segundo a autora, esse relatório foi um marco, pois, a partir de um extenso trabalho, “a organização assumia a existência da tortura no Brasil” (ROLLEMBERG, 1999, p. 249-252). Durante o período das mobilizações pela Anistia, a entidade encampou essa bandeira, exercendo pressão sob o Governo brasileiro e auxiliando na campanha desenvolvida. Destaca-se, finalmente, que a *Anistia Internacional* ganhou o prêmio Nobel da Paz de 1977 pelo seu trabalho em defesa dos direitos humanos.

pela anistia no Brasil até o final do exílio (ROLLEMBERG, 1999, p. 256). Além do suporte transnacional, mencionamos a projeção da campanha pelos diversos estados brasileiros a partir dos contatos prévios que as mulheres do MFPA tinham firmado. É por essa base que começamos a situar o elemento transregional, isto é, entre regiões e estados do país, acentuado ao longo dos anos de mobilização.

O segundo núcleo do MFPA formou-se em Porto Alegre (RS), no dia 20 de junho de 1975, em reunião realizada na sede da Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI).⁸⁷ O encontro foi presidido por Lícia Peres e secretariado por Mila Cauduro (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 32).⁸⁸ Em alguns depoimentos, Zerbini explicou que o contato que tinha no Rio Grande do Sul era com Dilma Rousseff, estudante de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta, procurou por Lícia Peres, entregando-lhe de prontidão os abaixo-assinados do MFPA. Em seguida, Lícia procurou mulheres no estado que pudessem ajudar, como Mila Cauduro, que tinha se candidatado à deputada estadual em 1974, e Francisca Brizola, irmã de Leonel Brizola (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 32-33).

Zerbini explicou que Dilma embora tivesse ajudado na criação do MFPA/RS, não participou diretamente da entidade para não atrapalhar uma das estratégias do Movimento, que

⁸⁷ A dissertação de Mariluci Cardoso de Vargas (2010) trabalha especialmente o MFPA do Rio Grande do Sul.

⁸⁸ Lícia Peres (1940-2017), nasceu na Bahia e mudou-se para o Rio Grande do Sul para viver com o jornalista Glênio Peres. O casal se conheceu no início dos anos 1960, por ocasião de uma viagem de Lícia a Porto Alegre, e casou-se em 1964. Em 1965, durante o primeiro mandato como vereador da capital gaúcha, Glênio Peres foi levado pela Polícia Federal para esclarecer sua participação em manifestações. Na ocasião, Lícia perdeu o bebê que estava esperando. Entre 1969 e 1975, cursou Ciências Sociais na UFRGS, onde conheceu Dilma Rousseff e foi convidada por ela, já em 1975, para ajudar a organizar o MFPA local. No segundo semestre de 1976, deixou a presidência do MFPA para participar da campanha de reeleição do marido ao cargo de vereador. Em entrevista a Mariluci Cardoso de Vargas (2010, p. 233), a saída da presidência se justificou pela posição apartidária que o MFPA deveria assumir, não sendo coerente, em sua visão, presidir a entidade e ao mesmo tempo, fazer campanha para o MDB. Após o discurso de posse de Glênio, em 31 de janeiro de 1977, o vereador foi cassado pela Ditadura, passando a se dedicar à campanha pela anistia ao lado da esposa. Na década de 1970, Lícia ainda ajudou a fundar o PDT no estado. Entre 1985 e 1988, seu marido foi vice-prefeito de Porto Alegre, falecendo antes de findar o mandato. Lícia permaneceu como assessora parlamentar e, em 2004, foi candidata a vice-prefeita da capital. Até sua morte, em 2017, continuou no mundo político, participando do Fórum de Mulheres e integrando o diretório do PDT (VARGAS, 2010, p. 231-236). Ainda, escreveu para o jornal *Zero Hora*, alimentou um *blog* (entre 2012 e 2013), onde escreveu sobre política e atualidade. Assim como Therezinha Zerbini, Lícia Peres era contra a revisão da lei de Anistia, por entender que a legislação foi histórica, um ato de conciliação, marcada por pontos positivos. O blog está disponível em: <<https://liciaperes.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Mila Cauduro (1916-2011), ou Zulmira Cauduro, foi uma escritora gaúcha (1916-2011), casada com o juiz e prefeito Raul Cauduro. Antes de 1975, Mila já vinha desenvolvendo trabalhos sociais, com ações voltadas para o assistencialismo, tendo a prática de amadrinhar crianças próximas a sua família ou provenientes do leprosário. Entre 1948 e 1962, foi presidente da Associação Riograndense de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra. Em 1974, candidatou-se a deputada estadual. Apesar de não eleita, obteve expressiva votação. Em 1980, foi a primeira mulher a integrar a Academia Rio-grandense de Letras. Entre 1991 e 1994, foi Secretária da Cultura do Rio Grande do Sul. Pertenceu ao Diretório Estadual do PDT (VARGAS, 2010, p. 237-242).

era justamente a ação por meio da legalidade, tendo a mulher como exemplo de mãe, zelosa, etc. – perfil no qual Dilma, pelo histórico de militante e guerrilheira, não se enquadraria.⁸⁹

No mesmo dia em que Zerbini discursava no México, a Agência São Paulo do SNI encaminhava à Agência Central uma cópia da Revista *Visão*, de 9 junho de 1975. Tratava-se da fundação do MFPA “por um grupo de mulheres paulistas, lideradas por THEREZINHA GODOY ZERBINI”. O documento observava que o Movimento tinha entrado em contato com várias organizações paulistas (OAB, Comissão de Justiça e Paz), “tendo inclusive sido recebido por D. PAULO EVARISTO ARNS, em princípio de junho, em audiência especial”. O último dado do *Encaminhamento* referia-se exclusivamente à advogada:

Informa-se que a mesma [sic] foi condenada a 6 (seis) meses de detenção acusada de exercer atividades subversivas, tendo sido posta em liberdade aos 21/12/70, por cumprimento total de pena. Trata-se da companheira do General EURYALE DE JESUS ZERBINI, cassado pela Revolução. *Mesmo antes de 64 alimentava ideias socialistas e atuava no campo psicossocial com propósitos subversivos* [destaque nosso].⁹⁰

Essa fonte é o primeiro documento que acessamos produzido pela Comunidade de Informações em 1975, que versa, especialmente, sobre o MFPA e sobre sua fundadora, Therezinha Zerbini. Além de uma preocupação eminente com os possíveis “passos” do Movimento recém-criado, verifica-se um olhar especial para Zerbini, que é explicado pelo seu histórico de “subversiva” e pelo fato de alimentar ideias socialistas e atuar no campo psicossocial “mesmo antes de 64”. Um ponto que chama atenção é a referência ao período anterior a 1964: havia algum histórico de Zerbini precedente ao ano nos arquivos da Comunidade? Ou a afirmação do documento era apenas uma especulação baseada no posicionamento da líder contra a Ditadura – a incluir sua prisão em 1970 – e no fato de que ela era casada com um general nacionalista cassado pelo golpe de 1964?

Um segundo sinal desta preocupação com os possíveis passos do Movimento revela-se através de um *Pedido de Busca* encaminhado ao Departamento da Polícia Federal do Espírito Santo, de 7 de agosto de 1975. Solicitavam-se dados sobre a existência do MFPA no estado.⁹¹ A resposta ao *Pedido de Busca* seria encaminhada em 15 de outubro. Informava-se a não

⁸⁹ Sobre os depoimentos de Zerbini ver: as entrevistas para o projeto *Resistir é preciso* (2011) e para o programa *Provocações* da TV Cultura (2012).

⁹⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_84588_75. Encaminhamento n. 2168 19/ASP/SNI. Data: 23 jun. 1975. Assunto: MFPA.

⁹¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. *Relatório Anistia DOPS ES*. Pedido de Busca nº. 119/75-SI/SR/DPF/ES. Data: 7 ago. 1975.

existência de “registro de Antecedentes Políticos, Ideológicos e Sociais relativos ao referido Movimento até aquela data.”⁹² Em nossa percepção, esse detalhe é útil na medida em que apresenta indícios dos receios da Comunidade quanto a possíveis ramificações do MFPA em demais estados do país.

1.3 De volta ao Brasil: conexões transregionais (1975)

Retornada ao Brasil após a Conferência Mundial da Cidade do México, Zerbini iniciou uma peregrinação para divulgar o Movimento, verificada nas viagens que fez pelo país (ZERBINI, 1979). Os próximos parágrafos localizam os passos dessa trajetória, atentos para como a advogada operou seu discurso a favor da anistia em meio ao Ano Internacional da Mulher e para a forma como a Comunidade de Informações analisou tais acontecimentos.

Em 11 de julho de 1975, Therezinha Zerbini participou de uma conferência na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. A partir do tema *A problemática da mulher brasileira*, a narrativa da líder esteve concentrada em destacar o saldo político da viagem ao México e evidenciou a consciência da mulher latino-americana em relação à marginalização de seu povo (ZERBINI, 1979). Em linhas gerais, Zerbini procurou conectar o Congresso do México com a luta política iniciada no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, onde desde a criação do MFPA as mulheres estavam se organizando e recolhendo assinaturas do abaixo-assinado a ser encaminhado para o Governo (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 34-35).⁹³

Em agosto de 1975, Zerbini foi a Brasília levar as 12 mil assinaturas recolhidas, das quais 7500 eram do Rio Grande do Sul (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 35). Junto com uma declaração, as assinaturas foram entregues a Golbery do Couto e Silva, Ministro Chefe da Casa Civil. Outrossim, foram distribuídas cópias às lideranças do Senado e da Câmara Federal. O texto do *Manifesto* foi lido na tribuna do Senado, na sessão de 14 de agosto (ZERBINI, 1979, p. 52). Segundo uma *Informação* da Agência Goiânia do SNI, Zerbini afirmou que

A oficialização do Movimento pelas autoridades federais aconteceu, em 8 ago 75, quando o general Golbery do Couto e Silva, [...] respondeu em telegrama a ela,

⁹² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. *Relatório Anistia DOPS ES*. Informação n. 249/75** SII/DOPS/ES.

⁹³ O texto original que trata da estada de Zerbini no Rio Grande do Sul foi publicado no *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 12 de julho de 1975.

TEREZINHA ZERBINI, dizendo que havia recebido uma carta do Movimento Feminino pela Anistia.⁹⁴

Depois do Rio Grande do Sul e de Brasília, foi a vez do Rio de Janeiro. Em 18 de setembro de 1975, Zerbini realizou uma palestra na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ao lado de Rose Maria Muraro e Tristão de Atháide. Intitulado *A mulher e a paz*, o discurso novamente se preocupou em relatar a viagem ao México e o posicionamento do MFPA no Ano Internacional da Mulher. O objetivo da viagem foi, dessa vez, explícito: lançar a campanha da anistia em termos internacionais (ZERBINI, 1979, p. 44).

Ambas as palestras, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, traziam a mesma construção narrativa: Zerbini detalhava as discussões acerca da viagem ao México, mesclando as problemáticas das mulheres, sobretudo as latino-americanas, a assuntos mais gerais, como a questão nuclear e a poluição. Outro ponto que evidencia a estratégia adotada pelo Movimento é que o título das palestras sempre deixava em voga temas de mulher e paz, procurando ressaltar o objetivo primeiro de pacificação e conciliação, em detrimento de possíveis ações “contestatórias”, como temia o Governo.

A convite do núcleo local do MFPA, em 25 de setembro, Therezinha esteve em Londrina (PR), comparecendo à Câmara de Vereadores para um pronunciamento sobre o trabalho que vinha desenvolvendo pela concessão da “Anistia Ampla e Geral a todos os brasileiros que foram atingidos pelos atos de exceção”. A advogada solicitou que a Câmara aprovasse uma moção, semelhante a um documento que já havia sido assinado pelos vereadores de Campos do Jordão (SP), em “pleno apoio ao movimento” (ZERBINI, 1979, p. 47).

Zerbini também esteve no Teatro Universitário, onde ocorria a XIX Semana Jurídica, ao lado de outras mulheres londrinenses. Ela aproveitou a oportunidade e perguntou ao palestrante, o advogado Antônio Acir Breda (Conselheiro da OAB/PR), sua opinião a respeito da anistia. Em resposta, Breda afirmou que não se tratava do momento político oportuno, acreditando que era problema de convencimento dos agentes do sistema. Além desses dois eventos, foram estabelecidos contatos com o arcebispo dom Geraldo Fernandes e com dom Romeu Alberti,

⁹⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AGO_ACE_4769_83. Informação n. 0036/116/NAGO/SNI/78. Data: 28 mar. 78. Assunto: MFPA.

bispo diocesano de Apucarana, evidenciando o apoio prestado pelo clero paranaense à anistia (ZERBINI, 1979, p. 49-50).⁹⁵

Em 9 de outubro de 1975 foi lançado o jornal *Brasil Mulher*, idealizado ainda em agosto por um grupo de mulheres de Londrina. O impresso assumiu em um primeiro momento a função de veículo oficial do MFPA (DEL PORTO, 2002, p. 88). Segundo as memórias de Zerbini, o objetivo principal do periódico seria a divulgação da anistia. No entanto, pelo fato de Joana Lopes, uma das idealizadoras do jornal, ter se aproximado de mulheres feministas, a advogada teria decidido por se desvincular do periódico.

A crítica ao feminismo acompanhou Therezinha por toda a trajetória de vida. Nas entrevistas (2011 e 2012), ainda expunha esse posicionamento: “Elas não tiveram acuidade de ver o tamanho, que a nossa luta era muito maior, não era só de mulheres, era de homens e mulheres, era a luta de um povo que precisava se libertar”.⁹⁶ Segundo Ana Rita Fonteles Duarte (2009, p. 56), em relação ao feminismo, Zerbini se aproximava da retórica da esquerda, que o defendia adaptado à realidade brasileira. E argumentava que os problemas das mulheres de nosso país eram alimento, teto e saúde, diferente das abordagens do feminismo norte-americano e europeu, que discutia questões de lesbianismo e aborto, por exemplo. A opinião de Zerbini era constantemente apresentada pela Comunidade de Informação. Em ocasião de sua ida a Fortaleza, em março de 1976, para instalação do núcleo do MFPA, esse posicionamento foi destacado pelo analista.⁹⁷ Em entrevista ao jornalista Cid Sabóia de Carvalho da rádio Uirapuru a advogada afirmou:

O movimento não tem o mesmo caráter de outros movimentos feministas, os quais por nascerem nos EEUU [Estados Unidos], um país rico, as mulheres têm outra posição na sociedade, ao contrário das mulheres latino-americanas que enfrentam problemas comuns de pão, teto, saúde e direito à liberdade.

Naqueles idos da década de 1970, o feminismo não era visto de forma positiva pelo Governo, que tratava com desconfiança suas manifestações, interpretadas “como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p. 15-16).⁹⁸ O fato de o MFPA almejar conciliação e

⁹⁵ As fontes sobre a estada de Zerbini em Londrina foram publicadas em uma primeira versão no jornal *Panorama*, Londrina, 26 de setembro de 1975 e no jornal *Folha de Londrina*, Londrina, 26 de setembro de 1975.

Apucarana é um município paranaense localizado a 369 quilômetros da capital Curitiba.

⁹⁶ Entrevista concedida ao projeto *Resistir é preciso* (2011).

⁹⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ ACE_1413_82. Informação n. 110/116/AFZ/76. Data: 9 abr. 1976. Assunto: “Movimento Feminino pela Anistia – MFPA”; Therezinha Godoy Zerbini.

⁹⁸ Vale ressaltar que ainda hoje manifestações de cunho feministas são vistas com certa desconfiança, considerando o caráter reacionário do atual Governo brasileiro. Pautas relacionadas ao gênero e à cor têm sido, gradativamente, tratadas como questões menores. Por outro lado, observa-se a presença de movimentos da sociedade civil que

pacificação com o Estado o direcionava a não tocar em assuntos ditos “polêmicos”. Apesar desta “separação” entre o MFPA e as feministas, Duarte (2009, p. 57) afirma que tais discordâncias não impediram que o Movimento atuasse de forma articulada, de maneira que o MFPA teria representado “a porta de entrada do feminismo de muitas mulheres”. A autora acresce que outras representantes do Movimento discordavam de Zerbini, como Helena Greco, de Minas Gerais, enunciando o caráter feminista da entidade.⁹⁹

Uma semana após o lançamento do jornal *Brasil Mulher*, em 16 de outubro de 1975, mais um evento trouxe Zerbini para o debate público. Foi realizada uma conferência na Câmara Municipal de São Paulo, durante o Simpósio *Diagnóstico da Mulher Paulista*, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira de São Paulo.¹⁰⁰ Representando a Cúria Metropolitana, Therezinha discursou sobre a importância de as mulheres agirem como cidadãs, exercendo seus direitos de fato. Ao final, destacou que sua posição era política e naquele momento emergencial a palavra de ordem da mulher brasileira era anistia (ZERBINI, 1979, p. 56).

Passados dois meses, em 15 de dezembro de 1975, foi eleito o conselho-diretor do MFPA, em São Paulo. Na ocasião, Zerbini seria oficializada como presidente do grupo e o Movimento adquiriria dimensão legal, com aprovação de regimento interno e estatuto. Doravante, organizava-se na qualidade de entidade civil (DEL PORTO, 2002, p. 88).

O último registro de Therezinha nos idos de 1975 trata de sua participação na solenidade de encerramento do Ano Internacional da Mulher, realizada na cidade do Rio de Janeiro (Museu de Arte Moderna) e promovida pelo Centro da Mulher Brasileira sob patrocínio da ONU (28 dez.). O evento foi detalhado por uma *Informação* da Agência Rio de Janeiro (ARJ) do SNI.¹⁰¹ Segundo o documento, pode-se presenciar

[...] painéis, com fotografias de mulheres e cartazes abordando temas feministas, cujo objetivo é o de situar a imagem atual da mulher como ‘objeto de consumo’, enquanto uma banca vendia obras editadas pela Livraria Civilização Brasileira e Editora Vozes e de autoria de CARMEN SILVA, HELONEIDA STUDART, ROSEMARIE MURARO, MARIA CLARA MACHADO, NÉLIA PIÑON e SLULEMA MENDES.

lutam pela ampliação desses direitos. Tais movimentos ascenderam justamente em meados dos anos 1970 e têm enfrentando amplas resistências para se projetarem na cena pública. Ver: *A Utopia Fragmentada*, de Maria Paula Araújo (2000).

⁹⁹ Este mesmo argumento é apresentado por Fabíola Del Porto (2002, p. 104).

¹⁰⁰ Entidade ligada ao MDB.

¹⁰¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_91314_75. Informação n. 012/71/ARJ/SNI/75. Data: 30 dez. 1975. Assunto: Atividades de Therezinha de Godoy Zerbini no Ano Internacional da Mulher.

Ainda segundo a *Informação*, com a chegada de Zerbini ao local, foram afixados nos painéis cartazes do “Movimento *feminista* pela ANISTIA”, além de um cartaz em referência ao “Partido Autentico por la Revolucion Mexicana”. O documento prossegue descrevendo os acontecimentos da solenidade, afirmando que, perante um auditório de pouco mais de 50 pessoas, composto em quase totalidade por mulheres, o evento se iniciou com a leitura de *textos feministas*. Segundo as observações do analista: “A seleção dos textos lidos foi feita com o propósito de condicionar os presentes e sensibilizá-los de sorte a que se filiem ao movimento *Feminista*, que visa a livrar a mulher brasileira da posição de escrava em que é colocada, seja no ambiente da família ou da sociedade” [destaque nosso].¹⁰²

Este documento da Comunidade suscita algumas questões em torno da repetição da expressão “feminista”. Primeiro, o Movimento é descrito erroneamente como feminista. Era essa menção uma revelação, naquele momento, de um desconhecimento do MFPA, por se tratar ainda do primeiro ano de atividade? Ou era uma análise que conhecia a finalidade da entidade, mas que pretendia interpretá-la conforme sua conveniência? Isto é, assumir o Movimento na qualidade de feminista era mais útil do ponto de vista de desqualificá-lo perante a Ditadura, haja vista que depreciar movimentos oposicionistas era uma constante entre o “corpo de especialistas”. Uma última questão trata-se do tom irônico do analista ao mencionar a seleção dos textos do evento com o propósito de condicionar e sensibilizar as mulheres, inferindo que a escolha dos textos teria o objetivo de direcionar as ouvintes a se filiarem ao Movimento de Anistia. Esta interpretação parece um tanto reducionista, se entendermos que por mais incisivas e tocantes que sejam, as palavras não são as únicas responsáveis por captar adeptos a suas causas. Ademais, o evento se tratava de uma solenidade que encerrava o Ano Internacional da Mulher. Parece evidente que as leituras e discussões teriam um direcionamento para a temática das mulheres, não sendo, portanto, algo surpreendente, como parece sugerir o analista.

O 1975 de Zerbini chegava ao fim, mas seu deslocamento pelo território brasileiro continuará com toda a força em 1976. Do *Manifesto da Mulher Brasileira*, redigido em março, até a solenidade de encerramento do Ano Internacional da Mulher, no findar de dezembro, passaram-se nove meses de intensa circulação. A tabela posta a seguir localiza a caminhada da líder do MFPA em 1975, com base em todos os eventos já apresentados. Com a exceção de

¹⁰² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_91314_75. Informação n.º 012/71/ARJ/SNI/75. Data: 30 dez. 1975. Assunto: Atividades de Therezinha de Godoy Zerbini no Ano Internacional da Mulher.

Brasília e do México, visualizam-se os primeiros passos de Zerbini, concentrados no eixo Sul-Sudeste do Brasil. No começo de 1976, seria a vez da região Nordeste.

Tabela 1: Circulação de Zerbini em 1975

Data	Local	Objetivo
Março	São Paulo	Redação do <i>Manifesto da Mulher Brasileira</i> .
Abril	São Paulo	Criação do MFPA.
19-27 jun.	México	Congresso Internacional das Mulheres.
Julho	Porto Alegre	Conferência na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre.
14 ago.	Brasília	Abaixo-assinado entregue a Golbery do Couto e Silva; Exemplares do <i>Manifesto da Mulher Brasileira</i> entregues a congressistas e lidos no Senado.
Setembro	Rio de Janeiro	Palestra na sede da ABI.
Setembro	Londrina	Conversa na Câmara dos Vereadores; Comparecimento na XIX Semana Jurídica, visita a religiosos e articulação com mulheres locais.
9 out.	Londrina e São Paulo	Lançamento do jornal <i>Brasil Mulher</i> .
Outubro	São Paulo	Conferência na Câmara Municipal de São Paulo.
3 nov.	São Paulo	Conferência no Auditório do Colégio Sion.
Dezembro	São Paulo	Eleito o conselho diretor do MFPA. Zerbini é eleita presidente da entidade.
28 dez.	Rio de Janeiro	Solenidade de encerramento do Ano Internacional da Mulher.

Fonte: Elaboração nossa com base nas fontes apresentadas neste Capítulo.

1.4 Conexões transregionais e transnacionais (1976)

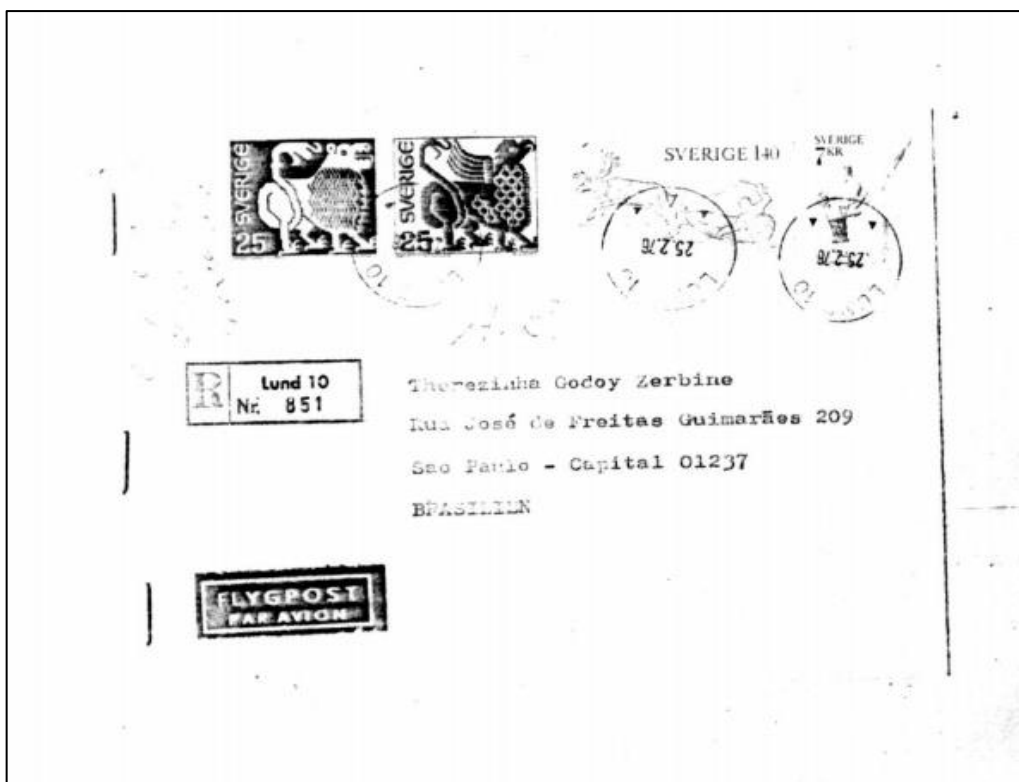
Após a solenidade de encerramento do Ano Internacional da Mulher (28 dez. 1975), a próxima fonte a tratar da caminhada de Therezinha Zerbini faz referência à conferência no Museu de Arte de São Paulo (MASP), em ocasião do Dia Internacional da Mulher, a 8 de março de 1976 (ZERBINI, 1979, p. 57-58).¹⁰³ O discurso da líder do MFPA apresenta a mesma tônica de 1975. Relata os objetivos do Movimento e, especialmente, a bandeira da paz como necessidade emergencial. É também corrente o retrospecto das ações empenhadas, como o abaixo-assinado enviado ao Congresso e à Presidência, em agosto do ano anterior.¹⁰⁴

¹⁰³ O texto citado na fonte foi publicado em primeira versão na *Gazeta Esportiva*. [Não cita data e lugar].

¹⁰⁴ Há algumas bibliografias que relatam o número de 16 mil assinaturas, como é o caso de Fabíola Del Porto (2002) e Felipe Duccini (2017). Ambos observam que, desse total, 12 mil eram de mulheres.

Em 10 de março de 1976, a Agência São Paulo (ASP) do SNI emitia uma *Informação* sobre a “Campanha Internacional pela Anistia no Brasil”.¹⁰⁵ O documento trazia uma cópia xerox de correspondência. De acordo com a fonte, o Setor de Controle do Tráfego Postal em São Paulo tinha apreendido o original, que, após ter sido xerocopiado, voltou ao fluxo normal dos correios. A correspondência era remetida pelo *Brasilienkommittén* (Comitê de Anistia), da cidade de Lund (Suécia), para Zerbini.

Imagem 2: Correspondência remetida pelo *Brasilienkommittén* a *Therezinha Zerbini*¹⁰⁶



Após análise da correspondência, a *Informação* afirmava que o Comitê da Suécia havia preparado

[...] uma série de contatos com entidades suecas para recepcionar a Presidente do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, THEREZINHA GODOY ZERBINI, o que constituirá um grande desenvolvimento da campanha / contra o BRASIL no exterior, notadamente na SUÉCIA.

¹⁰⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_92616_76. Informação n. 1340/032/ASP/76. Data: 10 mar. 76. Assunto: Campanha Internacional pela Anistia no Brasil; Therezinha Godoy Zerbini e outros.

¹⁰⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_92616_76. Informação n. 1340/032/ASP/76. Data: 10 mar. 76. Assunto: Campanha Internacional pela Anistia no Brasil; Therezinha Godoy Zerbini e outros.

A cópia da correspondência, anexa à *Informação*, permitiu-nos apreciar seu conteúdo. O documento, assinado pelo *Brasilienkommittén* e por J. Monteiro, é datado de 19 de fevereiro de 1976. O início do texto agradecia a Zerbini pela resposta ao convite, formulado pelo Comitê em novembro de 1975. Naquela ocasião, teria chegado à Suécia o jornal *Brasil Mulher*, que estaria sendo divulgado no país. A carta indagava sobre a possibilidade de sua assinatura para o exterior. Em um segundo momento, tratava da ida da advogada à Suécia. Informava dos contatos realizados “com a imprensa sueca, com entidades progressistas e humanitárias e com os maiores partidos políticos suecos [...] o Partido Social Democrata e o Partido Liberal [...]”. Acrescia sobre o desenvolvimento de uma campanha de assinaturas que seriam entregues à líder do MFPA. Solicitava que Zerbini determinasse a data de sua chegada para que fossem providenciadas passagem, estada e a programação das atividades. Por fim, o texto declarava: “apoio a certeza na vitória do MFPA. Anistia Geral e Irrestrita para todos os presos e perseguidos políticos do Brasil”.

Em 19 de março de 1976, uma *Informação* semelhante era produzida pela Agência Central do SNI:¹⁰⁷

1. A nominada, que vive maritalmente com o ex-general cassado ZERBINI, pretende realizar, em ESTOCOLMO, SUÉCIA, uma campanha do “MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA”, sob o patrocínio da AMNESTY INTERNATIONAL.

2. Conforme pode-se observar, pela leitura da cópia da carta anexa, o programa será intenso com conferências, entrevistas à imprensa, programa na RÁDIO SUÉCIA e a simples promoção dessas atividades pela AMNESTY INTERNATIONAL, é a certeza que a nominada, já com uma atuação bastante ativa em favor dos cassados e subversivos presos, será usada como instrumento para intensificar a campanha difamatória que o MCI [Movimento Comunista Internacional] está desenvolvendo no exterior, visando denegrir a imagem do nosso País [destaque nosso].

Este documento expressa algumas diretrizes da “Doutrina de Segurança Nacional” tão caras à Comunidade de Informação e à Ditadura Militar. Primeiro, Therezinha Zerbini é o exemplo clássico de “inimigo interno”, acompanhada cotidianamente pelo “corpo de especialistas”. Segundo, de acordo com o documento, ela se encontrava articulada ao Movimento Comunista Internacional, o “inimigo externo” a ser combatido. E finalmente, há uma terceira preocupação do Governo brasileiro: a imagem do país no exterior. Marcada por inclinações mais liberais-democráticas, Zerbini foi constantemente tachada como comunista. Este fato, que acompanhou toda sua trajetória ao longo da Ditadura, revela o uso recorrente de

¹⁰⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_92616_76. Informação n. 101/16/AC/76. Data: 19 mar. 76. Assunto: Campanha contra o Brasil no exterior; Therezinha Godoi Zerbini.

simplificações para explicar a realidade. Isto é, se determinada personagem se posicionasse contra o Governo, naturalmente se caracterizava como comunista ou esquerdista. Em entrevista à revista *Caros Amigos* (2001, p. 21), Zerbini observou que, ao longo de sua trajetória, nunca foi radical: “era do PTB de Getúlio Vargas e depois do MDB, quando não tinha outra opção”. A partir dos anos 1980, com o retorno ao pluripartidarismo, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Paralela às preocupações em relação ao exterior, a Comunidade de Informação estava atenta aos passos de Zerbini no Brasil. Os idos de março de 1976 foram intensos. Entre os dias 15 e 22, a advogada esteve em quatro estados da região Nordeste: Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia. Toda a viagem foi analisada pelos agentes de informação.

Uma primeira fonte que versa sobre essa viagem data de 17 de março de 1976.¹⁰⁸ Segundo consta, Zerbini teria embarcado em 14 de março, às 15 horas, voo 500, da Trans-Brasil, com destino à Fortaleza. O documento apresentava ainda xerox do bilhete da passagem n. 863. 798.

Imagem 3: Xerox do bilhete da passagem de Zerbini¹⁰⁹

NOME DO PASSEIRO		EMPRESA		NÚMERO DO BILHETE	
Zerbini		TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS		653 01 863798	
DATA DE EMISSÃO		EMPRESA EMITIDORA		NÚMERO DO BILHETE	
14/03/76		TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS		863798	
LOCAL DE ORIGEM		DESTINO		CLASSIFICAÇÃO	
MIRIZ		FORTALEZA		1	
NÃO VÁLIDO ANTES DE		NÃO VÁLIDO APÓS			
Not valid before		Not valid after		04.03.76 - 30.03.76	

Outra *Informação* (28 mai. 1976) sintetizou os objetivos da viagem, que teria sido realizada para desencadear “uma campanha do seu movimento em vários Estados do

¹⁰⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Encaminhamento n. 1514/XX2/ASP/76. Data: 17 mar. 1976. Assunto: Therezinha Zerbini. [XX = números ilegíveis na fonte].

¹⁰⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Encaminhamento n. 1514/XX2/ASP/76. Data: 17 mar. 1976. Assunto: Therezinha Zerbini. [XX = números ilegíveis na fonte].

Nordeste”.¹¹⁰ A tabela disposta a seguir sintetiza os locais e trabalhos desenvolvidos pela líder do MFPA nos quatro estados em que esteve presente.

Tabela 2: Março de 1976 – Therezinha Zerbini no Nordeste

Data	Local	Objetivo
14-16 mar.	Fortaleza (CE)	Trabalho de mobilização. Conferência, entrevistas, contatos locais. Criação do núcleo de Fortaleza do MFPA.
17 mar.	Recife (PE)	Trabalho de mobilização. Contatos locais.
18-19 mar.	João Pessoa (PB)	Trabalho de mobilização. Entrevistas, contatos locais, palestra a céu aberto.
20-22 mar.	Salvador (BA)	Trabalho de mobilização. Entrevista, contatos locais.

Fonte: elaboração nossa com base nas fontes apresentadas neste Capítulo.

Ceará

Uma *Informação*, originária da Agência Fortaleza (AFZ) do SNI, versa sobre a passagem de Zerbini nessa cidade.¹¹¹ Segundo consta, o objetivo da advogada seria instalar, no Ceará, um núcleo do MFPA. Durante sua permanência, ela teria concedido entrevista à rádio Uirapuru, à TV Verdes Mares — afiliada da rede Globo — e à *Tribuna Cearense*. Ademais, teria realizado uma conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, além dos contatos com professores, religiosos e políticos. Dentre esses, são citados os nomes de: dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza; Paes de Andrade, deputado federal; Wanda Rita Othon Sidou, “advogada esquerdista”; Nildes Alencar Lima, “também esquerdista”, além de “familiares dos irmãos terroristas Fabiani Cunha e Swami Cunha”.

A conferência, *A mulher latino-americana e os direitos humanos*, ocorreu no dia 15 de março de 1976, com público superior a 400 pessoas, a maioria estudantes universitários, segundo o analista. O documento trouxe citação nominal das seguintes pessoas no evento:

Dom MANOEL EDMILSON CRUZ, Bispo Auxiliar de FORTALEZA; Dep Est (MDB/CE) FAUSTO AGUIAR ARRUDA, Suplente de Dep Fed (MDB/CE) IRANILDO PEREIRA; Professores JOSÉ MARIA BARROS PINHO, LUÍS EDGAR CARTAXO ARRUDA, MARIA ADÍSIA BARROS DE SÁ, MANUEL AGUIAR DE ARRUDA e ESTER BARROS PINHEIRO; ex-líderes estudantis ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA, MARCOS HOLANDA PENAFORTE, FRANCISCO EDSON PEREIRA, PEDRO JORGE BEZERRA FERREIRA LIMA e JOSÉ CAPELO FILHO, todos com registro nesta Agência [AFZ do SNI].

¹¹⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Informação n. 207/16/AC/76. Data: 28 mai. 76. Assunto: Cartaz da Campanha da Anistia.

¹¹¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ACE_1413_82. Informação n. 110/116/AFZ/76. Data: 9 abr. 1976. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia; Therezinha Godoy Zerbini.

André Pinheiro de Souza (2012), em dissertação intitulada *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*, destaca a articulação para a criação do Movimento em Fortaleza desde finais de 1975. Segundo o autor, que entrevistou a presidente do MFPA de Fortaleza, Nildes de Alencar Lima, a conferência do dia 15 de março foi considerada um sucesso, aglutinando aproximadamente 500 pessoas.¹¹² Nildes relatou surpresa com o público, afirmando que nunca vira tantas pessoas reunidas no auditório (SOUZA, 2012, p. 31).

Conforme observamos, segundo as memórias de Zerbini, o primeiro contato no Ceará ocorreu por intermédio de Nildes de Alencar, irmã de Frei Tito. Já naquele período, a figura de Tito representava quão dolorosa e repressiva poderia ser a Ditadura Militar. Torturado e preso, Tito se suicidou na França em agosto de 1974, não conseguindo lidar com o trauma dos anos que esteve no cárcere. Este fato teria sido importante para a escolha de Nildes como presidente do MFPA de Fortaleza.

Novamente, a tônica da conferência de Zerbini seguiu o padrão discursivo que vinha empenhando desde 1975, ainda com ênfase na sua passagem pelo México e na situação comum dos países latino-americanos. Marcada por ditaduras, a América Latina comungava dos mesmos problemas: “pão, teto, saúde, habitação, exploração e falta de liberdade”.

O dia seguinte (16 mar. 1976) foi marcado pela criação oficial do núcleo de Fortaleza do MFPA. De acordo com a *Informação*:

Para surpresa da nominada [Zerbini] [...] compareceram ao local apenas cerca de 20 pessoas quase todas do sexo feminino, tendo a nominada convidado somente as mulheres para se deslocarem até o jardim do colégio a fim de que fosse procedida a organização do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, seção do CEARÁ – MFPA/CE.

Provisoriamente instalado, o núcleo teria entre as representantes: Maria Sylvia do Val – assessoria psicológica e coordenação e ligação com a sede do Movimento em São Paulo; Wanda Rita Othon Sidou e Imelda Lima Pontes – assessoria jurídica. As demais integrantes citadas são: Tereza Cristina Ferreira da Fonseca, Nildes Alencar Lima, Maria Luiza Fontenele Almeida, Fátima Dourado, Maria Josenilda Costa Cunha e Mariza Viana Auto.¹¹³

¹¹² A fonte do SNI descreve a presença de 400 pessoas. Esse mesmo número é apresentado em *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979).

¹¹³ Ao longo da descrição do evento, há ainda a citação nominal da senhora Maria Josenilda Costa Cunha, esposa de Fabiani Cunha, condenado a mais de 56 anos de prisão, que se encontrava preso no Instituto Penal Paulo Sarasate (CE). O documento do SNI consta que Maria Josenilda se comprometeu a participar do núcleo do MFPA.

A *Informação* ainda destaca as diretrizes dadas por Therezinha Zerbini ao núcleo de Fortaleza, entre elas: a importância de atuar ao lado das famílias dos presos políticos, e não diretamente com os presos; a busca de apoio financeiro através de doações, de campanha nos meios de comunicação e de contatos pessoais, “preferencialmente políticos influentes na área tais como o Senador/MDB MAURO BENEVIDES e Dep FED/MDB PAES DE ANDRADE”; e a busca de contatos “com os setores de comunicação de massa a fim de propiciar sempre uma ampla cobertura sobre os propósitos do movimento”. Por fim, o documento observava o local provisório de encontro do MFPA/CE: o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Souza (2012, p. 36) descreve reuniões na sede do MDB/CE e, principalmente, na Escola Instituto Educacional de Alencar, de propriedade da presidente do MFPA de Fortaleza, Nildes de Alencar.¹¹⁴

Pernambuco

De Fortaleza, Therezinha Zerbini foi para Recife, capital pernambucana. Nesta cidade, encontrou dom Helder Câmara (arcebispo de Olinda e Recife), o deputado estadual Marcos Cunha (MDB/PE) e mulheres de associações (ZERBINI, 1979, p. 72). Uma *Informação* do SNI citou também o contato estabelecido com o advogado Paulo Cavalcanti.¹¹⁵

Diferente de Fortaleza, em Recife não foi criado naquele momento um núcleo do MFPA, mas iniciaram-se algumas aproximações.¹¹⁶ Na dissertação de Jonathan Soares de Souza (2018), *A esperança equilibrista: a campanha pela anistia política (1978-1979)*, que trata dos Movimentos de Anistia em Pernambuco, o autor traz o depoimento da presidente do MFPA/PE, Rosângela Tenório de Carvalho.¹¹⁷

Segundo Rosângela, estudante universitária à época, o contato com Therezinha Zerbini ocorreu através de um amigo da Bahia, que encontrou com ela em Salvador, quando estava

¹¹⁴ Para maiores detalhes sobre os Movimentos de Anistia no Ceará, ver os trabalhos citados nesta Dissertação: a tese de Ana Rita Fonteles Duarte (2009) e a dissertação de André Pinheiro de Souza (2012). Destacamos ainda a tese de Danyelle Nilin Gonçalves (2006), que versa, especialmente, sobre o processo de reparação financeira aos anistiados no pós-1979, sublinhando o caso cearense.

¹¹⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. DI_ ACE_46545_84. Informação n. 393/19/AC/76. Data: 7 mai. 1976. Assunto: Terezinha Godoy de Jesus Zerbini; Movimento de anistia aos presos políticos.

¹¹⁶ Em *Anistia: semente da liberdade* (1979), há uma reportagem publicada originalmente no jornal *O Norte* (João Pessoa, 21 de março de 1976), que cita a formação de um núcleo do MFPA no Recife, durante essa estada de Zerbini. O cruzamento desta fonte com a historiografia regional e com o fundo SNI nos permite concluir que o núcleo do Recife foi criado posteriormente, possivelmente em 1977.

¹¹⁷ Rosângela Tenório de Carvalho era estudante universitária. Seu irmão havia sido preso político e seu companheiro era preso político na penitenciária de Itamaracá (PE). Atualmente é professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (SOUZA, 2018, p. 65). Rosângela, na casa dos 20 anos, diferia-se de parte das lideranças do MFPA, mulheres com idade superior a 40 anos.

organizando o MFPA daquele estado. Zerbini teria solicitado a ele um nome no Recife para implantar um núcleo do Movimento em Pernambuco. A partir de uma carta, enviada de Therezinha para Rosângela, foram iniciados os primeiros contatos. A líder do MFPA teria indicado pessoas em Recife, como dom Helder Câmara, o advogado Paulo Cavalcanti, o senador Marcos Freire e os deputados Sérgio Murilo Santa Cruz, Marcos Cunha, Jarbas Vasconcelos e Roberto Freire, todos do MDB. Um efeito desse contato com os parlamentares foi a cessão da sede do MDB no Recife para a realização de reuniões do Movimento (SOUZA, 2018, p. 65).

Paraíba

Depois da breve estada no Recife, Zerbini foi para João Pessoa, capital da Paraíba. Segundo a Comunidade de Informações, a advogada teria realizado “contato com MARIA DOLORES MELO NASCIMENTO, mãe do preso, condenado à prisão perpétua, ALBERTO VINICIUS MELO NASCIMENTO”.¹¹⁸ Maiores detalhes sobre a líder do MFPA em João Pessoa são apresentados em *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979).

Para o 19 de março, estava programada uma conferência na sede da Associação das Voluntárias, com o tema *A problemática da mulher latino-americana e os direitos humanos*.¹¹⁹ Entretanto, pouco antes do evento, a direção da Associação informou que a atividade não poderia ser realizada, alegando o não envolvimento das Voluntárias com problemas políticos. Segundo o jornal *O Norte* (ed. 21 mar. 1976), Zerbini ficou extremamente decepcionada devido à presença de diversas pessoas no local. Na falta de um ambiente para realizar a conferência, a mensagem em forma de palestra teria sido feita a céu aberto (ZERBINI, 1979, p. 73).

Aproveitou a oportunidade e explicou em detalhes suas motivações e atividades desenvolvidas ao periódico local. Afirmou que estava à disposição das mulheres paraibanas, e que voltaria ao estado se fosse chamada por um grupo interessado em se unir a ela no trabalho de pacificar a família brasileira (ZERBINI, 1979, p. 66-67).¹²⁰

Sobre a criação do MFPA de João Pessoa naquela ocasião, verificamos uma imprecisão no livro *Anistia: semente da liberdade* (1979). A própria fonte se contradiz ao apontar que

¹¹⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. DI_ ACE_46545_84. Informação n. 393/19/AC/76. Data: 7 mai. 1976. Assunto: Therezinha Godoy de Jesus Zerbini; Movimento de anistia aos presos políticos.

¹¹⁹ O texto foi publicado originalmente no jornal *O Norte*, João Pessoa, 19 de março de 1976.

A Associação das Voluntárias é uma organização de caridade sem fins lucrativos ligada à Igreja Católica.

¹²⁰ O texto citado na fonte foi publicado em primeira versão no jornal *O Norte*, João Pessoa, 21 de março de 1976.

voltaria à cidade quando existisse um grupo de mulheres dispostas a aderir ao Movimento. Ademais, a historiografia regional e uma *Informação* nos auxiliam nesse entendimento.

A dissertação de Janaína Gomes da Silva (2019), *A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: uma história de luta pela defesa dos direitos humanos nos anos da distensão política (1974-1979)*, investigou periódicos paraibanos como *O Norte* e recorreu a fontes do SNI disponíveis no acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba. A autora identifica a criação do MFPA/PB no dia 22 de agosto de 1978, em ocasião da visita de Therezinha Zerbini. Sobre a passagem em março de 1976, Silva (2019) localizou um dossiê sobre Wanderley Caixe, dirigente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba (CDDH). Nesta ocasião, Caixe teria acompanhado Zerbini na tentativa de implantar o MFPA local (SILVA, 2019, p. 62; 153). A *Informação* originária da Agência Recife do SNI também confirma a fundação do núcleo do MFPA paraibano em 1978.¹²¹

Bahia

De João Pessoa Therezinha Zerbini viajou para Salvador, capital baiana. A Comunidade de Informações apresentou em detalhes essa passagem. Tanto uma *Informação* originária da Agência Salvador do SNI quanto uma segunda, procedente da Agência Central, apresentam minúcias sobre o desembarque da advogada e os contatos estabelecidos.¹²²

Entre o desembarque em Salvador, na tarde de 20 de março, até sua partida para o Rio de Janeiro, no dia 22, às 18 horas, pelo voo 343 da Varig, Zerbini estabeleceu uma série de contatos. Dentre eles, a Comunidade de Informação destacou: o encontro com Fernando Santana, ex-deputado cassado pela Ditadura, e a conversa com dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador. O *Jornal da Bahia*, periódico da grande imprensa local, noticiou a passagem da advogada em reportagem publicada no dia 23 de março de 1976.¹²³

Mais uma vez, o livro organizado por Zerbini registrou que a líder teria formado o núcleo da anistia nesta última cidade. A historiografia novamente nos auxilia a desfazer a imprecisão.

¹²¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARE_ACE_545_79. Informação n. 382/119/ARE/79. Data: 8 out. 1979. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Paraíba. Anexo: Cópia xerox do Regimento Interno do MFPA/PB (2 fls.).

¹²² Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_4119_82. Informação n. 0335/116/ASV/76. Data: 2 abr. 1976. Assunto: Permanência de Terezinha Godoy de Jesus Zerbini em Salvador/BA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. DI_ACE_46545_84. Informação n. 393/19/AC/76. Data: 7 mai. 1976. Assunto: Terezinha Godoy de Jesus Zerbini; Movimento de anistia aos presos políticos.

¹²³ *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979) e os documentos da Comunidade de Informação apresentaram cópias do texto do jornal.

Felipe Moreira Barboza Duccini (2017), na dissertação *A luta pela anistia na Bahia: Do Movimento Feminino Pela Anistia ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (1975 a 1979)*, destaca que o início do MFPA nesse estado ocorreu em janeiro de 1977, com a visita de Therezinha Zerbini (DUCCINI, 2017, p. 54),¹²⁴ e não em março de 1976, como indicava o livro. A própria Comunidade de Informação sublinha a formação do núcleo baiano no início de 1977, com a presença de Therezinha Zerbini em Salvador.¹²⁵

Duccini (2017) destacou a importância da Operação Radar como ponto de partida para as mobilizações na Bahia.¹²⁶ Destinada a destruir o PCB, a Operação prendeu 80 militantes deste partido no estado, em 4 de julho de 1975. A partir do episódio, formou-se uma rede de solidariedade entre os familiares que buscavam informações e notícias sobre seus entes. Isabel Veiga de Santana teve sua filha e seus dois filhos presos pela operação.¹²⁷ Ela se tornaria a primeira presidenta do MFPA baiano (DUCCINI, 2017, p. 40).

Ao retornar a São Paulo, Zerbini empreendeu um esforço para divulgar o trabalho de mobilização que havia realizado na região Nordeste, produzindo inclusive um texto para o semanário *Jornal de Debates* (24 a 21 mar. 1976) (ZERBINI, 1979, p. 73).

¹²⁴ Duccini pesquisou periódicos da imprensa baiana, como o *Jornal da Bahia*, *A Tarde*, *Tribuna da Bahia*, além de jornais da grande imprensa nacional, documentos e publicações dos Movimentos de Anistia no estado e relatórios dos órgãos de segurança, especialmente do CISA.

¹²⁵ Abordaremos a criação do núcleo em 1977 no Capítulo 2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Informação n. 0031/116/ASV/77. Data: 1º fev. 1977. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia – MFPA; Therezinha Godoy Zerbini.

Voltaremos a analisar esta fonte e o episódio de criação do MFPA baiano quando tratarmos do ano de 1977.

¹²⁶ A Operação Radar (1973-1976) foi montada para a perseguição e eliminação dos dirigentes e militantes do PCB, em colaboração com os CODI-DOIS, especialmente o DOI-CODI do II Exército, de São Paulo (BRASIL, 2014, p. 158). O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade destaca que, com a vitória da repressão, haja vista a eliminação dos grupos de esquerda armada, toda a estrutura montada pelos órgãos de segurança pareceu perder sentido. Dessa forma, “o inimigo escolhido como a bola da vez foi o PCB”. Apesar de declaradamente contrário à luta armada, o PCB foi selecionado devido ao seu conteúdo ideológico, isto é, era preciso eliminar um partido que se declarava comunista e que vinha exercendo certa influência sobre o MDB, a imprensa e a divulgação internacional das violações de direitos humanos. A Operação desencadeou prisões e perseguições em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Pelo fato de ser uma ação clandestina contra um grupo político que se opunha à luta armada, os agentes do Estado não poderiam forjar uma situação de confronto. Desse modo, as mortes dos dirigentes do PCB não foram divulgadas na imprensa e a caçada aos membros do partido ocorria dentro de rigoroso sigilo. A solução encontrada pela Operação foi o desaparecimento dos corpos em chácaras clandestinas, após torturas e execuções sumárias. Das mortes operadas, entre março de 1974 e janeiro de 1976, os casos mais conhecidos são do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, assassinados nas dependências do DOI-CODI de São Paulo (BRASIL, 2014, p. 640-642).

¹²⁷ Sérgio Veiga Santana, vereador do MDB; Marcelo Veiga Santana, estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integrante da Ala Jovem do MDB, e Ieda Veiga Santana, assessora do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (DUCCINI, 2017, p. 40).

Imagens 4 e 5: Desembarque de Zerbini no aeroporto de Salvador¹²⁸



1.5 O rompimento do MFPA com o jornal Brasil Mulher, de Joana Lopes

Ainda em março 1976 houve o rompimento formal do MFPA com o jornal *Brasil Mulher*, liderado por Joana Lopes. Segundo Karen Debértolis (2002, p. 48), “o rompimento com as ideias reducionistas do grupo de Therezinha Zerbini foi natural para Joana Lopes efetivar seu engajamento no movimento feminista”.¹²⁹ Conforme explanado, a aproximação de Joana Lopes com o feminismo causou um desentendimento com Zerbini, que, por diversas oportunidades, fazia questão de enfatizar que o caráter feminino do Movimento era divergente do feminismo, visto que a advogada acreditava que questões relacionadas à liberdade sexual eram temas menores em comparação à anistia, propondo uma interpretação de luta das mulheres aplicada à realidade latino-americana, centrada na problemática da pobreza e das desigualdades sociais. Nas memórias de Joana Lopes, expressas em Debértolis, há registros de mágoas em relação a Therezinha Zerbini, caracterizada como “excessivamente autoritária” (2002, p. 74).

Joana D’arc Bizzoto Lopes (1938 -) foi uma das lideranças do Movimento pela Anistia em Londrina (PR) e uma das fundadoras do jornal *Brasil Mulher*. Uma *Informação* originária da Agência Curitiba do SNI (nov. 1976) confirmava essa liderança¹³⁰ e acrescia alguns dados sobre a jornalista, como profissão e filiação. É inclusive citada uma *Informação* (8 jan. 1976)

¹²⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Encaminhamento n. 1514/XX2/ASP/76. Data: 17 mar. 1976. Assunto: Therezinha Zerbini. [XX = números ilegíveis na fonte].

¹²⁹ Debértolis entrevistou Joana Lopes em 2001 por ocasião de sua dissertação, intitulada *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*.

¹³⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 1636/116/ACT/76. Data: 4 nov. 76. Assunto: Joana D’arc Bizzoto Lopes.

que tratava da articulação de Joana Lopes com o arcebispo de Londrina, dom Geraldo Fernandes, para realizar uma missa em memória de Vladimir Herzog, jornalista assassinado pela Ditadura em outubro de 1975.¹³¹ Finalmente, o documento apresentava dois parágrafos sobre a atuação de Lopes nos idos de 1976:

Atualmente a nominada é figura de destaque na imprensa e no setor de teatro de Londrina/PR revelando, sempre que possível, *sua política contrária a atos e normas governamentais*. Mantém uma coluna intitulada “Arte e Comunicação”, no jornal “Folha de Londrina”, de Londrina/PR, na qual tem procurado, *frequente e indiscriminadamente, criticar qualquer forma de censura que venha a ocorrer na imprensa e/ou setor artístico*.

É também a editora do jornal “Brasil Mulher” [...] [que] procura abordar, em suas reportagens, temas atuais, principalmente os problemas sociais e econômicos do País, *sempre procurando criticar a atuação do governo com respeito ao assunto apresentado* [destaque nosso].

No excerto, o analista procura destacar a oposição exercida por Joana Lopes ao Governo. A *Informação* assume a presença da censura à imprensa e às artes. Ao escrever que Lopes buscava criticar qualquer forma de censura que viesse a ocorrer, o texto assume a presença da medida. A partir de 1975, os índices de censura à imprensa teriam diminuído relativamente, pelo menos no plano do discurso oficial. Desse modo, a nota sobre Joana Lopes sinaliza para a continuidade da medida nos meios de comunicação.

A análise sobre Joana Lopes deslinda a vigilância exercida pela Comunidade de Informação sobre outras representantes do Movimento pela Anistia.¹³² Os depoimentos encontrados sobre as personagens – aliados à historiografia e às suas respectivas memórias – são unânimes ao afirmar a plena consciência de que eram espionadas pelo Sistema de Informações. O caso de Zerbini é um limite de análise, pela condução e protagonismo do Movimento, mas há que sublinhar os mesmos “procedimentos” empreendidos sobre as lideranças locais, como os casos de Nildes de Alencar Lima, em Fortaleza, e Joana Lopes, em Londrina.¹³³

Após o rompimento com o jornal *Brasil Mulher*, o MFPA organizou um novo periódico para divulgar suas ideias, o *Maria Quitéria*, publicado pela primeira vez em abril de 1977 (CARBONI, 2008, p. 19).¹³⁴ Jean-Pierre Rioux (2003 [1988], p. 102-104) destaca que “as

¹³¹ Mais à frente voltaremos a destacar o personagem Vladimir Herzog.

¹³² Outros exemplos serão acrescidos nesta Dissertação.

¹³³ Sobre Nildes de Alencar Lima, o depoimento está disponível no documentário *Damas da Liberdade*, de Célia Gurgel e Joe Pimental (2012).

¹³⁴ Voltaremos a falar do jornal *Maria Quitéria* no Capítulo 2.

associações querem de alguma maneira influenciar a opinião pública e dispor de meios de comunicação à altura de suas ambições”. A preocupação de agir das organizações seria tamanha que a imprensa é solicitada com frequência, o que inclui o fato de editarem boletins internos, anuários ou jornais, cujo detalhamento tem ajudado o trabalho dos pesquisadores que se debruçam sobre tais movimentos.¹³⁵ Nos anos 1970, os jornais impressos estavam entre os principais e mais eficazes meios de comunicação, além de publicações avulsas como cartazes e panfletos, de fácil circulação.¹³⁶ Outrossim, a venda dos jornais era um meio de auxiliar na existência e manutenção das despesas das entidades, como foi o caso do MFPA.

1.6 Os núcleos do MFPA nas Informações da Comunidade

Uma das estratégias centrais de mobilização do MFPA foi a criação de núcleos nos estados brasileiros. Era importante aproximar a bandeira da anistia às realidades locais, apresentando nomes e rostos que despertassem alguma identificação. Por esse caminho, as viagens de Therezinha Zerbini e seu trabalho de articulação nos diversos espaços foi essencial. Em setembro e outubro de 1976 foram produzidas *Informações* que localizam os núcleos do MFPA até então criados e suas principais personagens nos respectivos estados.¹³⁷ O primeiro documento da Agência Central do SNI (17 set. 1976) explicita a difusão da fonte para os Centros de Informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para o Centro de Informações da Polícia Federal, assim como o encaminhamento para as Agências Regionais do

¹³⁵ Jean-Pierre Rioux é uma das principais referências da Nova História Política na França. O trecho citado é parte do capítulo *A associação em política*, que compõe a obra *Por uma História Política*, organizada por René Rémond (2003 [1988]). O autor define como associação entidades não vinculadas diretamente à esfera do poder, como é o caso dos partidos políticos, mas que “assumem um papel primordial e regulador no exercício coletivo da democracia” (RIOUX, 2003 [1988], p. 100). Ao exercerem “pressão sobre a opinião e os poderes públicos contribuem para a estruturação do ‘sistema político’” (RIOUX, 2003 [1988], p. 103). Entendemos que, no cenário de democracia ausente, como foi o caso da Ditadura no Brasil, as associações estiveram na linha de frente ao exercerem tal papel de pressão sobre a opinião pública, nacional e internacional, e sobre os próprios poderes públicos, especialmente em relação ao partido da oposição, o MDB, que acabou por integrar parte da agenda construída pelas amplas oposições, incluindo-se nesse rol as demandas das associações. Entendemos, portanto, em níveis gerais, os Movimentos pela Anistia organizados como associações. Alguns termos também são usados nesta Dissertação de forma sinônima, como entidades e organizações.

¹³⁶ Nos tempos atuais os jornais impressos têm perdido espaço para os meios virtuais, desde edições online dos mesmos periódicos até redes sociais e blogs.

¹³⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_034_02019. Informação n. 05025. Cisa. Data: 4 out. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 0109. Cisa-RJ. Data: 11 out. 1976. Assunto: “Movimento Feminino Pela Anistia” (MFPA).

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 911/19/AC/76. Data: 17 set. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_030_0117. Informação n. 014/A-2/IV COMAR. Cisa-RJ. Data: 14 out. 1976. Assunto: “Movimento Feminino Pela Anistia” (MFPA).

SNI de: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MT),¹³⁸ Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Salvador (BA) e Goiânia (GO). A difusão das *Informações* era parte da rotina do “corpo de especialistas”. No entanto, chama atenção a quantidade de agências para as quais elas foram direcionadas. O fato de o documento circular entre regiões revela a importância de se informar a toda a Comunidade sobre a constituição dos núcleos do MFPA, inclusive nas cidades que não registravam a ocorrência do Movimento.¹³⁹ A seguir, dispomos uma tabela que reúne os nomes inclusos na *Informação*.

Tabela 3: Núcleos e Diretoria Nacional do MFPA¹⁴⁰

Núcleos/ Diretoria	Nomes
Diretoria Nacional	Therezinha Zerbini (Presidente); Lila Figueiredo (Vice-presidente); Margarida Neves Fernandes (Secretária Geral) e Yara Peres Santestevam (Tesoureira).
São Paulo	Aldenora de Sá Porto; Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini; Margarida Pereira Neves Fernandes; Neusa Cunha Mello Franco; Therezinha Godoy Zerbini; Virgínia Lemos Vasconcelos; Lila Figueiredo e Yara Peres Santestevam.
Rio Grande do Sul	Lícia Peres; Mila Cauduro; Francisca Rotta Brizola; Lygia Azeredo e Angelina Guaragna.
Rio de Janeiro	Regina Sodré Van Der Weid; Branca Moreira Alves; Ana Maria Lima de Arruda; Judith Vieira Lisboa e Judith Cunha Mello.
Londrina	Liane Mudenberg; Joana Lopes; Rose Serra; Edesina de Lima Oliveira; Rosane de Lourdes Silva e Neusa Cardone.
Belo Horizonte	Yeda Matta Machado.
Ceará	“Núcleo recente, responde um colegiado”. *

Fonte: Elaboração nossa com base no documento: Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 911/19/AC/76. Data: 17 set. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

*Observação apresentada na *Informação* de referência.

¹³⁸ Atualmente a cidade de Campo Grande é a capital do estado do Mato Grosso do Sul. O estado foi desmembrado do Mato Grosso em 11 de outubro de 1977 e elevado à categoria de estado em 1º de janeiro de 1979. Assim, até outubro de 1977, Campo Grande era parte do estado do Mato Grosso.

¹³⁹ Pela relevância de tais organizações locais e das mulheres envolvidas na campanha, optamos por reproduzir integralmente o documento no Anexo.

¹⁴⁰ Alguns nomes foram corrigidos da fonte original de referência, por apresentarem erro de grafia. Optamos por manter os nomes dos núcleos conforme a fonte, embora saibamos que o núcleo do Rio Grande do Sul faz referência ao MFPA de Porto Alegre, enquanto que o núcleo do Ceará faz referência ao MFPA de Fortaleza.

Há uma segunda *Informação*, reproduzida igualmente nas fontes de 11 e 14 de outubro, que traz uma lista de todas as 25 mulheres citadas e os dados que as qualificavam. Destas, apenas 6 apresentavam “nada consta” sem acréscimos de detalhes, ou seja, a Comunidade não possuía dossiês ou notas julgadas úteis. Eram elas: Margarida Pereira Neves Fernandes, Neusa Cunha Mello Franco, Ana Maria Lima Arruda, Judith Cunha Melo, Neusa Cardone e Yeda Matta Machado. Todas as outras citadas possuem alguma procedência, conforme tabela a seguir.

Tabela 4: Notas da Comunidade de Informações sobre as integrantes do MFPA

Nome	Dados
Aldenora de Sá Porto	Ligada a Carlos Figueiredo Sá. Advogada em São Paulo – Militante do PCB desde 1945; Foi candidata a Dep Est pelo MDB/SP em 1974.
Eugênia Zerbini	Foi eleita, em 1974, representante da Faculdade de Direito no Conselho Universitário da USP. [Filha de Therezinha Zerbini].
Therezinha Zerbini	<i>Conhecida subversiva</i> ; já cumpriu pena.
Virgínia L. Vasconcelos	Eleita 1ª secretária do Centro Acadêmico XI de Agosto, em 1974, em São Paulo.
Lila Figueiredo	Artista plástica; <i>esquerdista</i> ; trabalha no jornal <i>Brasil Mulher</i> ; parentes seus ligados à subversão: Lila Dulce Galvão Figueiredo, Clarisse Galvão Figueiredo e Jorge Fidelino Galvão Figueiredo.
Yara Peres Santestevam	Nada consta. Existe, no entanto, Yara Peres, amante de Rodolfo Oswaldo Konder, militante do PCB.
Lícia Peres	Casa com o vereador Glênio Matias Gomes Peres (MDB/RS).
Mila Cauduro	Comadre de Leonel Brizola.
Francisca Rotta Brizola	Irmã de Leonel Brizola.
Lygia Azeredo	Nada consta, além de sua atuação no MFPA.
Angelina Guaragna	Possivelmente esposa de João Carlos Guaragna, procurador de João Goulart no Brasil.
Regina S. Van Der Weid	Mãe do banido Jean Marc Van Der Weid.
Branca Moreira Alves	Mãe do ex-Dep Márcio Moreira Alves.
Judith Vieira Lisboa	Mãe de Marijane Vieira Lisboa, militante da AP refugiada no exterior.
Liane Mudenberg	Jornalista do jornal <i>Brasil Mulher</i> .
Joana Lopes	Militante da Ação Popular (AP) em São Paulo em 1971; jornalista do jornal <i>Brasil Mulher</i> .
Rose Serra	Jornalista do jornal <i>Brasil Mulher</i> .
Edesina L. Oliveira	Jornalista do jornal <i>Brasil Mulher</i> .
Rosane L. Silva	Militante da Tendência Leninista (TL).

Fonte: elaboração nossa com base na fonte: Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ ACE_103173_76. Informação n. 0109. Cisa-RJ. Data: 11 out. 1976. Assunto: “Movimento Feminino Pela Anistia “ (MFPA).

Uma análise das fontes e tabelas permite verificar o amplo conhecimento da Comunidade de Informação em relação aos núcleos e às respectivas integrantes.¹⁴¹ O cruzamento das *Informações* do SNI com a historiografia regional da anistia demonstra a autenticidade dos dados produzidos pela Comunidade, apesar de algumas imprecisões em relação a grafias e nomes. As respectivas qualificações atribuídas às mulheres do MFPA também estão de acordo com as pesquisas desenvolvidas. *Grosso modo*, havia ao menos dois perfis de mulheres que se engajavam na campanha pela anistia.

Um primeiro grupo possuiria uma justificativa mais afetivo-familiar, sendo formado por mães, filhas, irmãs e companheiras de presos, cassados, banidos, exilados, desaparecidos, demitidos, como é o caso de: Therezinha Zerbini e sua filha, Eugênia Zerbini, esposa e filha de um general cassado; Lila Figueiredo, que, segundo a própria Comunidade, possuía parentes “ligados à subversão”; Lícia Peres, esposa de um vereador do MDB que seria cassado no início de 1977; Mila Cauduro e Francisca Brizola, comadre e irmã do exilado Leonel Brizola; Regina S. Van Der Weid, mãe do banido Jean Marc Van Der Weid; Branca Moreira Alves, mãe do deputado cassado e exilado Márcio Moreira Alves e Judith Vieira Lisboa, mãe da militante exilada Marijane Vieira Lisboa. A historiografia já verificou que a maior parte dessas mulheres não possuía militância política, portando-se, sobretudo, na arena privada dos espaços de poder. Outras, apesar da proeminência na cena pública, como a escritora Mila Cauduro em Porto Alegre (RS), não haviam ainda se projetado, definitivamente, como integrantes ativas de uma campanha política de oposição.¹⁴² Com esta análise, não estamos eximindo a dimensão política dessas mulheres, apenas sinalizando a presença de uma causa familiar capaz de mobilizá-las à campanha pela anistia.

Um segundo grupo teria uma justificativa mais propriamente política, ultrapassando a dimensão familiar. Além de possíveis relações diretas com a repressão, tratava-se de mulheres com histórico de militância político-partidária ou que estavam vinculadas a algum espaço de poder público. Em face do cenário de violação dos direitos humanos, elas desejaram integrar a campanha pela anistia. Muitas compunham os quadros dos partidos políticos, como o MDB e o “clandestino” PCB, além de pertencerem a tendências políticas de esquerda. Outras

¹⁴¹ Salvo o núcleo do Ceará, no qual, apesar de organizado desde março de 1976, sob a presidência de Nildes de Alencar Lima, não constam os nomes. Neste caso, não há desconhecimento de toda a Comunidade, pois, conforme verificamos em momento anterior, a Agência Fortaleza do SNI acompanhou em detalhes a constituição do núcleo. O que pode ter ocorrido é a falta de difusão dos nomes de Fortaleza para o analista que produziu a *Informação* de todos os núcleos.

¹⁴² Dentre a historiografia que nos referimos encontram-se os trabalhos de: Del Porto (2002); Duarte (2009); Rodeghero; Dienstmann; Trindade (2011) e Fagundes (2019).

participavam de diretorias de centros acadêmicos nas universidades, estavam ligadas ao Movimento Estudantil ou, especialmente, no caso de Londrina (PR), compunham os quadros da redação do jornal *Brasil Mulher*.

Ao ler as qualificações das mulheres listadas, notamos que uma das estratégias propostas pelo MFPA e, em particular, por Therezinha Zerbini, apresentava algumas insuficiências. Nos referimos ao fato de o Movimento se declarar apolítico. Verifica-se que o sentido do *político* adotado é vinculado às disputas e oposições em relação ao Estado e ao poder que dele é emanado (RÉMOND, 2003). Ou seja, a entidade alegava que a disputa de cargos políticos não seria parte do seu programa, que não tinha pretensões de formar um partido. Depois que a anistia fosse conquistada, cada um iria fazer o que quisesse, sinalizou Zerbini por diversas vezes.¹⁴³

A insuficiência da pretensão apolítica se encontrava, por exemplo, na composição nominal das integrantes do MFPA. Havia militantes políticas ligadas ao PCB, a correntes de esquerda e filiadas ao MDB, inclusive Mila Cauduro, que tinha se candidatado no pleito de 1974. Ou seja, por mais que, no início da entidade, a própria Dilma Rousseff, no Rio Grande do Sul, tivesse optado por se afastar para não contrapor imagem *apolítica* que se tentava construir para o MFPA, parte das mulheres que integravam a campanha carregavam histórias de resistência e luta, portando as marcas do *político*.¹⁴⁴

De acordo com René Rémond (2003, p. 442-443), embora de construção abstrata e sem fronteiras fixas, o significado do *político* tende a ser uma das coisas mais concretas com que nos deparamos na vida, interferindo em nossas profissões e na nossa vida privada. Por entendermos o *político* como algo mais amplo, que transcende filiações partidárias e disputas em cargos públicos, incorporando-se e metamorfoseando-se ao longo do tempo, corroboramos a afirmativa do autor, que vincula o *político* às relações de poder (2003, p. 444).¹⁴⁵ Portanto, a pretensão apolítica do MFPA poderia até ser visada no plano do discurso, mas a sua razão de existir – um Movimento pela Anistia – já era por si só política.

Ao analisar as entrevistas de Zerbini entre 1975 e 1979 (ZERBINI, 1979), nos deparamos com algumas contradições sobre o que de fato a advogada entendia como política ou *político*. Ou seja, fazia-se a defesa de um Movimento apartidário, sem viés ideológico, ao mesmo tempo

¹⁴³ Zerbini apontou para essa direção em diversas entrevistas citadas neste capítulo, como por exemplo, a entrevista concedida a Duarte (2006, 2019).

¹⁴⁴ A decisão de Dilma de não ser parte direta do MFPA é narrada por Zerbini nas entrevistas para o projeto *Resistir é preciso* (2011) e para o Programa *Provocações* da TV Cultura (2012).

¹⁴⁵ Entendemos ainda que tais fronteiras não são apenas geográficas, mas fazem referência às pessoas diretamente atingidas pelas relações do político com o poder, como foi o caso de exilados e banidos durante a Ditadura Militar.

que afirmava ser o Movimento político. Ressaltava que “feijão, carne, leite e impostos” também eram “um problema político” (1979, p. 140) e que sua posição era política (1979, p. 76). Ainda hoje, parte de população perde de vista que os preços das mercadorias, as relações trabalhistas e os quadros de miséria são parte integral da gestão do mundo político. Em síntese, o discurso de Zerbini acaba sendo um tanto ambíguo: em algumas ocasiões, apresenta o Movimento de modo apolítico, ao passo que, em outras, integra a política a vida do país, defendendo a importância das mulheres adentrarem as arenas de poder, de lutarem por direitos e espaços de representação.

Outra dimensão que também já foi trabalhada pela historiografia trata da disputa discursiva entre as mulheres familiares do MFPA e as politizadas (DUARTE, 2009; SOUZA, 2012). Com o passar do tempo, novas personagens integraram o Movimento e inseriram suas opiniões sobre quais rumos deveriam seguir. Afirmava-se, inclusive, o caráter feminista da entidade, revelando posições heterogêneas dentro da organização que inicialmente recusava tal alcunha.¹⁴⁶

Há um exemplo interessante sobre o papel político exercido pelo MFPA na opinião pública. Trata-se de uma *Informação* sobre a escritora Mila Cauduro, uma das presidentes do MFPA gaúcho.¹⁴⁷ Segundo a fonte, Mila teria escrito em sua coluna do jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, um artigo com

[...] críticas aos pronunciamentos do Deputado Federal da ARENA, JOSÉ BONIFÁCIO, além de orientar os leitores para votar no partido da oposição. Tal propaganda política não esconde o interesse da nominada, na vitória da oposição, para consecução dos objetivos do Movimento Feminino para Anistia aos Presos Políticos, do qual é presidente.¹⁴⁸

A fonte sinaliza a preocupação da Comunidade de Informação com a influência que Mila Cauduro poderia exercer, orientando seus leitores a votar no partido de oposição. Esse episódio é um dentre os vários em que se registra o papel político exercido pelo MFPA.

Mesmo negando a pretensão política, Therezinha Zerbini estava constantemente nos arredores do poder. Contatava entidades da sociedade civil, parlamentares do MDB e da Arena, concedia entrevistas à imprensa, participava de palestras, produzia o jornal *Maria Quitéria* e

¹⁴⁶ Sobre a afirmação de a entidade ter caráter feminista, ver os trabalhos de Del Porto (2002) e Duarte (2009).

¹⁴⁷ A primeira presidente foi Lícia Peres. Ver: Vargas (2010) e Rodeghero; Dienstmann; Trindade (2011).

¹⁴⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_96598_76. Informação n. 578/119/APA/76. Data: 8 set. 1976. Assunto: Influência de intelectual na opinião pública.

circulava nos espaços, feito “caixeira viajante”, como fez questão de observar em várias das entrevistas que proferiu ao longo da vida. Todas essas atividades eram parte do trabalho de conscientização da anistia. Era preciso explicar à população as motivações para tal medida, sua razão de existir e a importância como instituto de Direito que promoveria a pacificação da família brasileira (ZERBINI, 1979).

O segundo semestre de 1976 foi igualmente agitado para a líder do MFPA. Um *Informe* de setembro de 1976, que trata de uma conversa entre ela e o Procurador de Leonel Brizola, João Carlos Guaragna, no Rio Grande do Sul, apresenta detalhes de seus últimos passos. Na ocasião, afirmou que havia entregado em 1º de setembro à Chefia da Casa Civil da Presidência da República um documento reiterando o pedido de anistia, encaminhando documento idêntico às lideranças do Senado e da Câmara dos Deputados. Acresceu o nome de dois parlamentares arenistas: o do Senador Jarbas Passarinho (Arena/PA), que teria prestado “um trabalho imenso para o ‘Movimento de Anistia’, ao mostrar como é que foram feitas as cassações, onde se viu patente injustiça”; e o do Senador Eurico Rezende (Arena/ES), que teria afirmado que a luta pela anistia estava no coração de todos.¹⁴⁹

No mesmo documento constou que, durante esta última passagem por Brasília, Zerbini teria conseguido formar um núcleo do MFPA, “contando com 30 mulheres dispostas a trabalhar”. O feito teria representado uma vitória, tendo em vista que em 1975 a advogada não havia obtido êxito.¹⁵⁰ Finalmente, a última nota da conversa de Zerbini com Guaragna observava que a advogada teria solicitado o endereço de João Goulart, pois pretendia visitá-lo em Paris, para onde viajaria em 28 de setembro.

Não há detalhes, na documentação a que tivemos acesso, sobre a viagem de Therezinha Zerbini à Europa. Lembramos apenas da carta interceptada no início de 1976 que tratava de uma possível viagem à Suécia, mas não encontramos evidência de viagem para esse país. Ao que tudo indica, a líder do MFPA teria circulado por alguns países do velho continente realizando o trabalho de mobilização, a incluir, possivelmente, França e Portugal.¹⁵¹ Não há

¹⁴⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ ACE_103069_76. Informe n. 6039/31/AC/76. Data: 13 set. 1976. Assunto: Therezinha Godoy Zerbini.

¹⁵⁰ Ainda não encontramos maiores informações sobre a criação do núcleo de Brasília. Na documentação do SNI há mais detalhes sobre os anos de 1978 e 1979, com destaque para o CBA.

¹⁵¹ Carecemos ainda de maiores fontes sobre a estada de Zerbini na Europa entre o final de setembro e o início de dezembro de 1976. Na entrevista concedida ao projeto *Resistir é preciso* (2011), quando perguntada sobre a existência de contatos no exterior, Zerbini respondeu: “No começo não. Primeiro nós organizamos aqui. E depois eu fui pra Portugal. Lá tinha umas pessoas maravilhosas. A Moema Santiago, o marido dela. Eles moravam na rua das Palmeiras, n. 7, e foi, e lá, aonde a gente se reunia. E o pessoal da França vinha pra Portugal. Depois eu fui pra França, e aí foi duro o começo, mas depois foi fácil, porque a chama do coração contagia”.

registros da presença da advogada no Brasil, entre o final de setembro e o começo de dezembro. Acreditamos, portanto, que foi possivelmente esse o período em que esteve na Europa. Ademais, a próxima fonte encontrada sobre Zerbini é justamente um *Informe* de 10 de dezembro de 1976.¹⁵² Segundo o documento, a presidente do MFPA se reuniu com pessoas ligadas ao Movimento para decidir sobre a missa de 7º dia da morte de João Goulart¹⁵³ e afirmou que estava recém-chegada da Europa, “aonde fora para ‘respirar um pouco de liberdade’”. A última nota do *Informe* traz uma afirmação da líder do MFPA, alegando que “o ‘pessoal na EUROPA’ transformará o ano de 1977 no ‘Ano Internacional da Anistia’, fazendo exatamente o trabalho que o ‘Movimento’ já faz no BRASIL”.

Nesse sentido, a viagem à Europa teria sido importante para a articulação de contatos e para a própria campanha no velho continente. Além disso, cabe lembrar que desde 1975 vinha sendo organizado um movimento no exterior através dos Comitês de Anistia. Se o trabalho de mobilização transregional no Brasil até então fora realizado pela advogada, na Europa, a tarefa foi exercida em 1975 e 1976 por Márcio Moreira Alves e pelo Comitê de Anistia de Lisboa (CAB). Há indícios, verificados em documentos da Comunidade de Informação, que demonstram a preocupação em divulgar a bandeira da anistia, através da criação de um jornal específico, o periódico *Amnistia*, e pela articulação de contatos com os demais países, a exemplo de uma viagem de Márcio Moreira Alves a Paris (França), em julho de 1976.¹⁵⁴

A seguir, dispomos uma tabela que indica as principais ações localizadas de Therezinha Zerbini ao longo de 1976. Destaca-se a viagem ao Nordeste do país e a continuidade do trabalho de mobilização.

¹⁵² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_99144_76. Informe n. 8161/31/AC/76. Data: 10 dez. 76. Assunto: Therezinha Godoy Zerbini.

¹⁵³ O episódio da morte de João Goulart é tratado, especialmente, no livro de Rodeghero; Dienstmann; Trindade (2011, p. 81). As autoras e o autor destacam a ocasião do velório em que as integrantes do MFPA gaúcho depositaram a bandeira de anistia sobre o caixão do ex-presidente.

¹⁵⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_110237_76. Informação n. 1250/DSI. Data: 12 abr. 1976. Assunto: Imprensa Portuguesa; Publicação contra o Brasil.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_110237_76. Informe n. 143/76. Data: 14 mai. 1976. Assunto: Portugal; Refugiados brasileiros; Márcio Moreira Alves. Aírton Soares.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_080_0125. Informe n. 0236/CISA-RJ. Data: 6 dez. 1976. Assunto: Atividades subversivas; Coordenação do Comitê de Anistia no Exterior; Márcio Moreira Alves.

Tabela 5: Circulação de Therezinha Zerbini em 1976

Data	Lugar	Objetivo
8 mar.	São Paulo	Conferência no MASP
14-16 mar.	Fortaleza	Trabalho de mobilização. Conferência, entrevistas, contatos locais. Criação do núcleo de Fortaleza do MFPA.
17 mar.	Recife	Trabalho de mobilização. Contatos locais.
18-19 mar.	João Pessoa	Trabalho de mobilização. Entrevistas, contatos locais, palestra a céu aberto.
20-22 mar.	Salvador	Trabalho de mobilização. Entrevista, contatos locais.
30 abr.	São Paulo	Reunião na USP para decidir sobre o “Dia da Anistia”.
1º set.	Brasília	Documento entregue à Casa Civil e às lideranças parlamentares. Criação do núcleo de Brasília do MFPA.
13 set.	Porto Alegre	Encontro com João Carlos Guaragna.
Out. /nov.	Europa**	Trabalho de mobilização. Contatos no exterior.
10 dez.	São Paulo	Reunião para decidir sobre a missa de 7º dia da morte de João Goulart.

Fonte: elaboração nossa com base em todas as referências apresentadas neste capítulo.¹⁵⁵

1.7 Aspectos Finais

Este capítulo atravessou os dois primeiros anos da campanha de anistia (1975 e 1976) a partir da trajetória de Therezinha Zerbini.

Primeiro, lançamos mão de alguns aspectos biográficos da líder do MFPA, presentes nos documentos da Comunidade de Informação, na historiografia e nas memórias. Essa apresentação foi necessária para que se compreendesse suas motivações em propor e liderar a campanha. Observamos as especificidades de 1975 como um ano chave para o início das mobilizações, data que marcava os 30 anos da Lei de Anistia de 1945 e destacava o papel das mulheres na sociedade através do Ano Internacional da Mulher, proposto pela ONU.

Em um segundo momento, percorremos os principais espaços ocupados pela advogada, a partir das diversas conexões engendradas, demonstrando sua liderança e protagonismo na entidade que dirigiu. Ainda, destacamos o discurso da personagem e da própria Comunidade de Informações, que estava atenta a seus passos e de outras lideranças da anistia, como Joana Lopes, em Londrina (PR). Sobre esta última, observamos episódios de proximidades e

¹⁵⁵ Segundo a fonte: AC-ACE-103069-76. Informe n. 6039/31/AC/76, Data: 13 set. 1976, a viagem de Zerbini para a Europa iria ocorrer no dia 28 set. 1976.

dissensos com Zerbini em decorrência da posição contrária da advogada em relação ao feminismo. Situamos algumas apreciações sobre os núcleos regionais e as mulheres do MFPA a partir do olhar da espionagem. Foi possível reconhecer suas qualificações e as motivações que a inseriram no espaço de luta política. Outro aspecto que chamou atenção foi a vigilância específica e constante a Zerbini, descrita como subversiva e socialista. Verificamos que a advogada foi o exemplo clássico de “inimigo interno” acompanhado pela Comunidade de Informações.

Finalmente, destacamos as ambiguidades, contradições e interpretações de Therezinha Zerbini em relação à pretensão apolítica da entidade e sua própria atuação política ao longo dos primeiros anos de campanha.

No capítulo seguinte a análise das mobilizações avança para 1977. Com a entrada dos estudantes na campanha, Zerbini e o MFPA não estariam mais sozinhos.

CAPÍTULO 2

“Graças a Deus! Nós não estávamos mais sozinhas”.¹⁵⁶

Therezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê 1º de Maio (1977)

O objetivo deste Capítulo é percorrer a trajetória das mobilizações pela anistia em 1977, com vista a localizar os atores do jogo político e suas conexões (geracionais e espaciais). Analisa-se o discurso da espionagem e o discurso das oposições, com destaque para o MFPA, Therezinha Zerbini e o Movimento Estudantil. Procura-se situar a cobertura da vigilância no momento em que ocorreu um crescimento da campanha pela anistia, em meio ao próprio discurso das oposições. Portanto, é nosso propósito destacar a força mobilizadora dos movimentos sociais pró-anistia nesse momento político, por meio das conexões e do retorno mais incisivo à arena pública. Estar “à luz do sol” era estratégia de sobrevivência.

2.1 Ampliações na campanha de anistia: os direitos humanos e a Constituinte

O ano de 1977 abria as portas e reacendia algumas expectativas do anterior. Conforme indicava Zerbini, o grupo da Europa pretendia transformá-lo no “Ano Internacional da Anistia”.¹⁵⁷ Nesse velho continente, crescia o número de entidades e de organizações pró-direitos humanos. A atuação da ONG Anistia Internacional estava mais ampliada e combativa. Em novembro, a entidade receberia o prêmio Nobel da Paz pelo trabalho em defesa dos direitos humanos (CIAMBARELLA, 2002, p. 56).

Nos Estados Unidos, Jimmy Carter assumia a Presidência após uma campanha massiva pró-direitos humanos.¹⁵⁸ O país, que atravessava uma vergonha moral mundial, especialmente

¹⁵⁶ Essa expressão é proferida por Zerbini em entrevista a Ana Rita Fonteles Duarte (2019).

¹⁵⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_99144_76. Informe n. 8161/31/AC/76. Data: 10 dez. 76. Assunto: Therezinha Godoy Zerbini.

¹⁵⁸ O democrata Jimmy Carter (1924-) foi o 39º presidente dos EUA entre 1977 e 1981. Apesar dos problemas econômicos que seu país atravessou, Carter ganharia notoriedade pelo trabalho em defesa dos Direitos Humanos. Após ser derrotado nas eleições de 1980 para o republicano Ronald Reagan (1911-2004), Carter criou o *Carter Center*, com o objetivo de promover o avanço dos regimes democráticos e soluções pacíficas para conflitos. Carter ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2002 por todo o trabalho em defesa dos direitos humanos e da democracia. Frisa-se que sua concepção de direitos humanos diz respeito às declarações internacionais, em especial à

pelos ocorridos na Guerra do Vietnã, procurava reabilitar sua hegemonia por intermédio dos direitos e da democracia. Seu poderio econômico e militar já não bastava (TEIXEIRA DA SILVA, 2003).

Entre 1969 e 1974, a pauta dos direitos humanos havia sido introduzida no discurso público norte-americano. A política internacional foi alvo de críticas e uma rede de ativistas moldou uma campanha educando jornalistas, oficiais do Governo e o público sobre as violações na América Latina.¹⁵⁹ Conectada internacionalmente com outras organizações, a rede procurava destacar a imagem do Brasil como um país da tortura e do terror. A partir desses esforços, houve uma mudança gradual na opinião pública e oficial americana. Se na era Nixon/Ford (1969-1976) o Governo dos EUA era hostil à política pró-direitos humanos,¹⁶⁰ após a campanha presidencial de Jimmy Carter o tema adquiriu notoriedade (GREEN, 2010, p. 301-302).

O ano de 1977 representaria um novo fôlego para a campanha no Brasil. De acordo com Roberto Ribeiro Martins (1978, p. 131), há uma mudança na qualidade da luta: a reivindicação pela anistia sai dos ambientes fechados para atingir as ruas.

Declaração da ONU de 1948. Isto é, trata-se de uma concepção ocidental dos Direitos Humanos. Destacamos aqui a crítica elaborada por Boaventura de Sousa Santos (2009; 2014), que sublinha que a percepção dos direitos humanos está inscrita dentro do paradigma ocidental que privilegia a dimensão individual em detrimento do coletivo. O autor observa que a concepção de direitos humanos ocidental atual é baseada na Declaração de 1948, feita por países capitalistas do Ocidente, sem a participação majoritária de outros países nas discussões. Compreendendo que os direitos humanos refletem as dimensões da dignidade do ser humano, ele assinala que existem comparações com outras sociedades não ocidentais. O mundo islâmico e a Índia, por exemplo, privilegiam aspectos coletivos em detrimento dos individuais. É comparando os diferentes pressupostos de dignidade humana entre as culturas que o autor tem proposto uma concepção multicultural dos direitos humanos, a partir da aceção de que as culturas apresentam limitações quanto a suas compreensões de direitos humanos, e que, justamente devido a essas lacunas, devem se complementar entre si.

¹⁵⁹ A rede de ativistas era formada por grupos dedicados à Igreja Católica e às igrejas evangélicas tradicionais, brasileiros exilados e acadêmicos norte-americanos que pesquisavam temas relacionados à América Latina (GREEN, 2010, p. 301-302).

¹⁶⁰ Richard Nixon (1913-1994) foi presidente dos Estados Unidos entre 1969-1974. Membro do Partido Republicano, ganhou notoriedade por liderar a investigação do caso Alger Hiss, funcionário americano acusado de ser espião da União Soviética. Foi vice-presidente entre 1953 e 1961. Disputou as eleições presidenciais em 1960, perdendo para o democrata John Kennedy. Em 1968, foi eleito presidente. Reeleito em 1972, renunciou ao cargo em 8 de agosto de 1974, mediante a vontade da Corte Suprema de abrir processo de *impeachment* pela acusação de seu envolvimento no caso Watergate (um assalto à sede do Comitê Democrata, em Washington D.C., para fotografar e instalar aparelhos de escuta).

Gerard Ford (1913-2006) tornou-se vice-presidente do país em 1973 após a renúncia do vice Spiro Agnew. Em 1974, chegou à Presidência após outra desistência, a de Richard Nixon. Ford concedeu a este anistia pelo seu envolvimento no caso Watergate. Em 1976, perdeu as eleições para o democrata Jimmy Carter.

A Era Nixon/Ford deu continuidade à política anticomunista em voga nos Estados Unidos. Mediante os protestos contra a Guerra do Vietnã, um dos principais objetivos no plano externo era dar um fim ao conflito, cessado oficialmente em 1973, e em definitivo dois anos depois.

Os estudantes regressaram ao ambiente público, declarando apoio aberto às mobilizações. Ao vê-los empenhando a bandeira da anistia, Zerbini teria declarado: “Graças a Deus! Nós não estávamos mais sozinhas” (DUARTE, 2019, p. 6). Essa frase da líder é relevante na medida em que sinaliza a ampliação do Movimento. Nos dois anos anteriores – 1975 e 1976 –, a campanha no Brasil tinha estado restrita ao MFPA e a sua rede de influência. A entrada dos estudantes seria um importante acréscimo às mobilizações, em termos numéricos e para o crescimento de debates, levando a campanha para setores que o MFPA tinha dificuldades para contatar (FAGUNDES, 2019). O ano representaria um salto de qualidade na luta pela anistia, que deixava de ser uma das muitas reivindicações e assumia lugar central nas discussões das oposições à Ditadura Militar (CIAMBARELLA, 2002, p. 31). 1977 estendia as forças, agregando maior número de pessoas e lugares à luta política.

Entendemos que as mobilizações no Brasil em 1977 se desdobram em duas frentes de trabalho, protagonizadas pelo MFPA e pelos estudantes. Estes últimos organizaram-se em um primeiro momento no Comitê 1º de Maio pela Anistia.¹⁶¹ Na órbita do MFPA há continuidade da campanha. Novos núcleos do Movimento serão formados, como na Bahia, em Minas Gerais e em Santa Catarina. Therezinha Zerbini seguirá sua trajetória de viagens pelo Brasil, auxiliando na organização dos núcleos, concedendo entrevistas à imprensa, levando discursos, impressos e ideias, naquilo que considerava como o papel do Movimento de conscientizar a todos sobre a relevância da anistia (ZERBINI, 1979).

Embora as ruas tenham voltado a ser ocupadas como espaço de manifestação e projeção, o processo de retomada foi marcado pela violência do Estado frente a possíveis ações subversivas. Veremos em alguns momentos deste Capítulo como alguns eventos organizados pelos Movimentos de Anistia foram vigiados pela Comunidade de Informação e como as forças de segurança se organizaram para boicotar ou impedir as ações das oposições. Dessa forma, a retomada dos espaços é feita no conflito, diferenciando-se pela estratégia do não enfrentamento com a repressão, de pacificação, distinta das práticas adotadas nos anos 1960, marcadas pelo

¹⁶¹ Os trabalhos de Alessandra Ciambarella (2002) e Pedro Ernesto Fagundes (2019) são os que dão maior relevo para as ações do Comitê 1º de Maio. Ciambarella está apoiada na grande imprensa da época, especialmente no *Jornal do Brasil* (JB) e na Revista *Veja*. Pedro Ernesto Fagundes faz uso do acervo da Comunidade de Informação, a mesma fonte que utilizamos. Ambos os trabalhos contribuem para localizar as ações empenhadas pelos estudantes ao longo de 1977, e especialmente os atos pró-anistia. Ciambarella situa a criação do Comitê em São Paulo, em 3 de maio de 1977, e os atos públicos realizados em momentos posteriores, como as concentrações de 5 de maio, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e as manifestações do 19 de maio. O trabalho de Fagundes avança ao precisar ainda mais as origens do Comitê, suas motivações e a organização dos atos. O autor percebe o protagonismo exercido em 1977, tanto pelo Comitê 1º de Maio quanto pelo MFPA, que atuaram em parceria em diversas ocasiões.

enfrentamento direto. O acúmulo de experiências e a mudança de clima político apontavam caminhos de luta que divergiam da violência explícita (ARAÚJO, 2000). O enfrentamento por meio da palavra e da projeção pública (nacional e internacional) parecia fazer mais sentido, afinal os direitos humanos e a democracia estavam no centro das atenções.

Além de ser compreendido como o ano de retomada dos espaços públicos, há alguns aspectos relevantes de 1977 nas relações entre Estado e sociedade no que diz respeito às legislações de exceção. Dentre as que adquiririam maior visibilidade, destacam-se a Lei Falcão (1976) e as Emendas Constitucionais n. 7 e 8, conhecidas como Pacote de Abril (1977).

O Decreto-Lei n. 6. 339/1976, baixado por Geisel e assinado pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, foi uma espécie de resposta à campanha e aos resultados eleitorais obtidos pelo MDB no pleito de 1974, cujo saldo resultou em uma substancial vitória, não esperada pelo Governo, o qual havia concedido melhores condições de competição eleitoral ao MDB para ampliar sua legitimidade (LEMOS, 2018, p. 177).¹⁶² Na época, o MDB usou da propaganda no rádio e na televisão para denunciar a alta no custo de vida, o arrocho salarial e os problemas urbanos no país.¹⁶³ Com a instituição da nova Lei, a propaganda nos meios de comunicação exibiria apenas o nome dos candidatos, números de votação, currículos e fotografias – no caso da TV –, silenciando o poder de fala. Pressionado pelo Governo, o Superior Tribunal Eleitoral proibiu os candidatos de afixar materiais de propaganda em espaços públicos (ALVES, 1984, p. 190).

Por sua vez, em resposta à rejeição dos parlamentares acerca do pacote de reformas judiciárias o presidente Geisel fechou o Congresso por 12 dias, utilizando-se do AI-5, o mais polêmico dos 17 Atos Institucionais (AI) promulgados.¹⁶⁴ Em 13 de abril, foi imposta a Emenda Constitucional n. 7, que apresentou o texto original do pacote de reformas judiciárias rejeitado. Em 14 de abril, foi decretada a Emenda Constitucional n. 8, marcada pelas alterações na Constituição a respeito das eleições. Dentre suas medidas, destaca-se a preocupação do Estado em manter maioria na Câmara e no Senado. O número de cadeiras na Câmara foi alterado da proporção do número de eleitores

¹⁶² Isto é, os canais de comunicação abertos já eram parte da estratégia do Governo perante o cenário de distensão política.

¹⁶³ “Lei Falcão silencia a campanha eleitoral”. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

¹⁶⁴ O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi publicado no dia 13 de dezembro de 1968. O Ato concedia poderes quase ilimitados ao presidente, que poderia legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, além das prerrogativas de julgar crimes políticos em tribunais militares (o foro especial exigido pela “linha dura”) e de demitir e aposentar juízes e outros funcionários públicos. Nesse ínterim, houve inúmeras cassações a parlamentares, censura rígida aos meios de comunicação e o aparelho da polícia política foi incrementado e reorganizado (RIDENTI, 2014, p. 36; ALVES, 1984, p. 142; BRASIL, 1968).

registrados nos estados para a população total desses, aumentando a representação onde a Arena era mais forte, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (ALVES, 1984, p. 193-195).¹⁶⁵

O controle do Senado foi mais incisivo. Nas eleições realizadas para substituição de dois terços (2/3), um senador seria eleito pelo voto popular e secreto. No caso do segundo isso ocorreria indiretamente pelo mesmo colégio eleitoral incumbido de escolher os governadores estaduais, formado majoritariamente por políticos arenistas. Esses senadores receberam a alcunha de “senadores biônicos” e ocupariam 21 das 66 cadeiras disponíveis.¹⁶⁶ Além dessas medidas, a Emenda n. 8 reduziu o número de membros do Colégio Eleitoral, responsável para escolher o presidente da República nos níveis estaduais,¹⁶⁷ aumentou o mandato presidencial para seis anos, reduziu de dois terços (2/3) do Congresso para a maioria absoluta (50% + 1) as votações em sessão conjunta, e por fim, estendeu a Lei Falcão de 1976, inicialmente para os pleitos municipais, para as eleições estaduais e federais (ALVES, 1984, p. 193-195).

Após o recesso forçado do Congresso Nacional e a promulgação do Pacote de Abril, o MDB organizou uma série de reuniões para discutir formas mais efetivas de oposição, para além das “notas de protesto”. Destas reuniões foi fixada a bandeira da Constituinte, desencadeando uma campanha nacional pela medida. O partido promoveu atos, editou publicações e realizou seminários sobre a temática (BARBOSA, 2012, p. 30).

A campanha pela convocação de uma Constituinte vinha se desenvolvendo há alguns anos (MARTINS, 1978, p. 132). O ano de 1977 diferenciou-se devido à amplitude, a força pública da projeção em termos de adesão. A bandeira da Constituinte foi popularizando-se entre as oposições. Irrompeu nas proposições da OAB, nos debates da SBPC e nas resoluções da convenção nacional do MDB (GARCIA, 1985, p. 17). Ainda assim, Marco Aurélio Garcia (1985, p. 17) observou que sua aparição era tímida.

Em relação às forças de esquerda, a tese da Constituinte teria encontrado uma receptividade diferenciada. Dentre os favoráveis, havia aqueles associados ao pacto social que a entendia como necessária à democracia, ao passo que outros, atribuíam-lhe a função de desestabilizar a Ditadura e a ordem capitalista. Por outra via, existiam grupos contrários à proposta da Constituinte, que observavam que a Carta serviria para “cristalizar um projeto conservador e antipopular” já

¹⁶⁵ A composição na Câmara aumentou de 364 para 420 cadeiras (DINIZ, 2016 [1985], p. 246).

¹⁶⁶ Os senadores são eleitos para um mandato de oito anos. As eleições para o Senado ocorrem de quatro em quatro anos, mas em proporções diferentes. Em um período, altera-se um terço (1/3) da Casa. Nos próximos quatro anos as eleições são para dois terços (2/3). Como cada Estado possui três senadores, o senador “biônico” representaria um terço (1/3) de todo o Senado.

¹⁶⁷ As Assembleias Legislativas tinham direito a certo número de delegados para compor o Colégio Eleitoral.

hegemônico, resultante de uma “relação de forças desfavorável para os trabalhadores” (GARCIA, 1985, p. 17).

Nos Movimentos de Anistia, a bandeira da Constituinte passou a figurar com destaque, ao lado da anistia e das liberdades democráticas. O MFPA, o Movimento Estudantil, o Comitê 1º de Maio, os grupos no exterior e, a partir de 1978, o CBA reivindicaram a Constituinte como uma medida necessária à redemocratização do país. Roberto Ribeiro Martins (1978), que acabou por reunir as opiniões de parte substancial das oposições em livro do período, destacou que “a campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita, soberana e democrática [foi] outra reivindicação a somar-se à luta pela anistia, [...] sua condição prévia”. “Constituinte com anistia e liberdade” era a solução que a oposição democrática apontava “como saída para o impasse político” que vivia o país (MARTINS, 1978, p. 133). Assim como Martins, Zerbini (1979) defendia a anistia como uma “pré-condição para uma Constituinte”, um requisito básico e ao mesmo tempo insubstituível para aquele momento político. Esse apreço pela tese da Constituinte fica evidente, por exemplo, no segundo exemplar do boletim *Maria Quitéria* (jun. 1977), veículo de comunicação oficial do MFPA, quando o tema será capa e dominará a maior parte das reportagens.¹⁶⁸

A seguir, iremos percorrer algumas nuances dos Movimentos pela Anistia ao longo de 1977. Começamos pela trajetória do MFPA e de Therezinha Zerbini. Em um segundo momento, adentraremos à história do Comitê 1º de Maio.

2.2 Therezinha Zerbini e o MFPA: conexões e continuidades

Therezinha Zerbini continuará seu trabalho de mobilização por meio de conferências, entrevistas, viagens e articulações com simpatizantes. O dizer “Graças a Deus! Nós não estávamos mais sozinhas” expressava um alento. Os estudantes acabavam de abraçar a bandeira da anistia publicamente, o que era relevante ante o cenário de violência e repressão, mesmo com uma suposta abertura política no horizonte.

Nesse contexto, outros núcleos do MFPA foram criados, além de um jornal exclusivo, o *Maria Quitéria*. Em junho, Zerbini se aventurou a entregar uma carta de saudações à primeira-

¹⁶⁸ Nosso acesso ao boletim *Maria Quitéria* (Ano I, n. 2 – jun. 1977) ocorreu por meio de um documento da Comunidade de Informação. Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_4563_80. Boletim *Maria Quitéria* em anexo a outras informações. Todos os exemplares do boletim *Maria Quitéria* se encontram disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

dama norte-americana, Rosalynn Carter. Em dezembro ocorreu o primeiro encontro dos núcleos do MFPA. O trabalho continuava firme. Este tópico pretende detalhar esses episódios com vista a destacar a força de conexão promovida pela advogada, mobilizando uma série de personagens e lugares na campanha.

De volta à Bahia

Therezinha Zerbini esteve em Salvador nos dias 14 e 15 de janeiro de 1977. Realizou uma palestra no auditório do Colégio Nossa Senhora das Mercês, e uma reunião nas dependências do Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento da Bahia. A reunião do dia 14 foi descrita e interpretada em detalhes pelo analista de informações da Agência Salvador do SNI (ASV):¹⁶⁹

A conferencista, ao iniciar os trabalhos, falou da sua aproximação com a Bahia e salientou que a sua presença tinha como finalidade a formação de um grupo composto por pessoas conscientizadas e dispostas a trabalhar pelo MFPA, uma vez que “ANISTIA não caía do céu, era uma guerra política”. Prosseguindo, disse que gostaria de retornar a SÃO PAULO convicta de que, na BAHIA, havia deixado um grupo formado por pessoas de várias classes sociais, tais como: um estudante, um representante da classe operária, um religioso e uma esposa de preso político, disposto a desenvolver o movimento na conquista de adeptos.

Assim como a anistia seria objeto de conquista, Zerbini (1979, p. 79) reforçou que núcleos não caíam do céu, tratava-se de tática. Ainda salientou a natureza legal do Movimento, não clandestina, considerando sua oficialização pelo Ministério da Justiça e os apoios recebidos: do MDB, através do senador Franco Montoro;¹⁷⁰ da CNBB e da ABI, em 1975; da Frente Nacional do Trabalho; da OAB/SP e de outros órgãos oficiais.

Percebe-se a ênfase em situar o caráter público e seguro do Movimento: “O nosso trabalho é aberto, legal, feito *à luz do sol*, dentro das leis do país” (ZERBINI, 1979, p. 75) [destaque

¹⁶⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Informação n. 0031/116/ASV/77. Data: 1º fev. 1977. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – MFPA; Therezinha Godoy Zerbini. Em *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979), há o discurso de Zerbini e as perguntas do público, seguidas das respostas. O resumo do analista está de acordo com a narrativa da advogada, assim como as versões produzidas pela imprensa baiana e nacional.

¹⁷⁰ André Franco Montoro (1916-1999) foi um jurista e político brasileiro. Foi vereador (1950-1954), deputado estadual (1954-1958) e deputado federal (1958-1962; 1962-1966) por São Paulo, filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC). Durante o período parlamentarista, sob a presidência de João Goulart, Montoro foi Ministro do Trabalho e Previdência Social. Em 1966, já na Ditadura, elegeu-se novamente deputado federal, desta vez pelo MDB. Foi eleito senador em 1970 e 1978. Após o retorno às eleições diretas para os governos dos estados, Montoro foi eleito governador de São Paulo, em novembro de 1982. Em 1984, o político foi um dos organizadores do primeiro comício a favor das eleições diretas para presidente, ocorrido em São Paulo. Apoiou a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney à presidência e vice-presidência. Em 1988, ao lado de alguns dissidentes, Montoro deixou o PMDB para fundar o PSDB. Em 1994 e 1998, foi novamente eleito deputado federal. Dados extraídos do *site* cpdoc.fgv.br. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/franco_montoro >. Acesso em: 26 mar. 2021.

nosso].¹⁷¹ Essa não seria a primeira ou a última vez que a advogada utilizaria da metáfora da luz do sol, em referência à estratégia política de atuar dentro da legalidade. Em suma, compreendemos que a campanha pela anistia como um todo foi parte desse novo clima político pós-1975, caracterizado pelo não enfrentamento via violência. Estar *à luz do sol* era mais seguro.

Ao final da reunião, Zerbini teria se dirigido aos presentes, pedindo para que formassem o grupo que pretendia trabalhar pela anistia na Bahia. Ainda concedeu entrevistas à imprensa, apelando para que os jornalistas “conscientizassem o povo sobre o MFPA, afirmando que, através da imprensa, o Movimento era divulgado e ganhava novos adeptos”.

Na noite do dia 15, ocorreu um evento no Auditório do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Segundo o analista, foi exibido o filme *Sociedade de Bairro*, que abordava “exclusivamente, a condição de vida dos moradores dos ALAGADOS e das invasões da BOCA DO RIO, CAXUNDÉ, MAROTINHO, etc., tendo, como um dos responsáveis pela direção, o Sr. SÉRGIO HAGE FIALHO”. Zerbini teria sido apresentada ao público de aproximadas 800 pessoas, “que a recebeu de pé e com fervorosa salva de palmas”. Em seguida, foi anunciado o grupo que iria trabalhar pelo MFPA. Ao final dos trabalhos, foi encenada uma peça teatral “cujo conteúdo versava sobre o desrespeito aos Direitos Humanos na Bahia”. A mesma fonte detalhou a composição do grupo formado:

DOM TIMÓTEO AMOROSO ANASTÁCIO, Abade do Mosteiro de São Bento; ELQUISSON SOARES, Deputado Estadual (MDB/BA) e integrante da “Ala Autêntica”; MANOEL JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO “[...] e mais uma senhora de cor branca, não identificada”.

Conforme apresentado no Capítulo 1, os episódios consequentes da Operação Radar na Bahia, que envolveram a mobilização de familiares de presos e desaparecidos, foram importantes para que se compreendesse a importância de uma anistia. De acordo com Felipe Duccini (2017, p. 52), “a luta pela libertação dos presos da Operação Radar é o ponto em comum para o início da formação do núcleo baiano do MFPA”. As primeiras reuniões para formar a entidade ocorriam semanalmente no Colégio 2 de Julho. Entre as organizadoras, estava Maria Liége Santos Rocha, militante estudantil em 1967 e 1968 e presa em Ibiúna na ocasião do Congresso da UNE (DUCCINI, 2017, p. 53).¹⁷² Passado o episódio de janeiro, decorreram-

¹⁷¹ O excerto “à luz do sol” foi escolhido por nós para ser o título desta Dissertação.

¹⁷² Duccini (2017, p. 53) destaca que, pela participação de Maria Liége no Congresso da UNE, a então estudante da UFBA foi impedida de realizar matrícula em 1969, sendo enquadrada no Decreto 477. Em 1972, filiou-se ao PC do B e viveu na clandestinidade. Entre 1975 e 1976, conforme a mudança do clima político, voltou da clandestinidade, para em seguida ajudar a organizar o MFPA baiano. Seu marido na época, Arthur Geraldo Bonfim

se dois meses para a regularização do núcleo. Em 17 de março foi apresentado seu regimento interno (DUCCINI, 2017, p. 58).¹⁷³

O MFPA/BA foi um instrumento importante para a luta política engendrada na Bahia. Temos observado, tanto pela frequência de Zerbini em Salvador quanto pela escolha da heroína da independência – Maria Quitéria – para nomear o boletim do MFPA, o apreço que a líder nutria pelo estado. Em julho de 1977, voltaria novamente a terras baianas.

Passada essa viagem, há poucos dados sobre o percurso de Zerbini no primeiro semestre de 1977, pelo menos até a primeira semana de junho, quando protagonizou um encontro às pressas com a primeira-dama norte-americana. Os maiores destaques daquele semestre trataram de sua presença nos eventos do Comitê 1º de Maio pela Anistia. Os estudantes retomavam os espaços políticos e novas conexões precisavam se estabelecer.

A vigilância continua ...

A espionagem permanecia à espreita. Dentro da lógica de máxima suspeição, todos eram convidados a integrar a Comunidade de Informações, suspeitando-se de tudo e de todos em um sentimento de ameaça permanente (MAGALHÃES, 1997).

A ida de Zerbini a Salvador em janeiro rendeu diversas *Informações*, que acabaram por revelar o tom de preocupação dos informantes com a “conhecida subversiva”. Uma fonte de 11 de fevereiro de 1977 conectava os eventos do exterior ao Brasil.¹⁷⁴ Segundo o analista: “A arregimentação em nome de uma ‘anistia geral a presos políticos’ [crescia] sob a direção de THEREZINHA GODOY ZERBINI”. O MFPA teria encontrado apoio em Portugal, onde já existiam comitês, além de um jornal que atingia dimensões transnacionais, o *Amnistia*. Para o analista, os exemplares números 2 e 3 do periódico portavam “variadas e inverídicas reportagens sobre o BRASIL, cuja temática central [se resumia] em anistia geral e tortura de

de Paula, era preso político ligado à Ação Popular. Posteriormente, se vinculou ao PC do B. Foi ainda fundadora do CBA baiano. Em 1982, foi presa em ocasião do lançamento de uma cartilha sobre a Guerrilha do Araguaia. Algumas informações sobre Maria Liége estão disponíveis em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/maria-liege-santos-rocha/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Sobre a participação de Maria Liége na campanha pela anistia, há um relato pessoal no *site* da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/04/23/maria-liege-santos-rocha/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Percebemos que, assim como Zerbini, Maria Liége pertence a outra geração.

¹⁷³ O texto seguia o mesmo rito do regimento do MFPA paulista, a sede nacional do Movimento (DUCCINI, 2017, p. 58).

¹⁷⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Informação n. 064/16/AC/77. Data: 11 fev. 1977. Assunto: Atividades Subversivas; Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil; Jornal Amnistia; Movimento Feminino pela Anistia; Therezinha Godoy Zerbini.

presos políticos”. Uma reportagem editada em Suplemento Especial destacou a morte de João Goulart com o título “A legalidade morre no exílio”.

Um *Encaminhamento* do CISA alegava preocupações especiais com as atividades de Therezinha Zerbini e a cobertura jornalística de que dispunha. Observou que a advogada vinha

[...] se transformando *num perigoso foco de agitação*, unindo sob o soado tema de “anistia” – um dos pontos do programa mínimo do PCB para a consecução da “Frente Patriótica Antifascista”¹⁷⁵ – a mais variada gama de contestadores à Revolução de 31 Mar 64, desde comunistas, simples esquerdistas à “liberais”, conclamando, como o fez em Salvador/BA “à luta contra os atos de exceção e a busca da redemocratização do país”.

O CISA ressalta, também, a cobertura jornalística de que dispõe Da. THEREZINHA por parte da *imprensa que todos sabem comunicada*, bem como as consequências que *o exemplo de sua impunidade*, à semelhança do que ocorre com o “clero progressista” e com os militantes da subversão que atuam sob a cobertura do “movimento estudantil”, poderá trazer, a curto prazo, à segurança interna [destaque nosso].¹⁷⁶

Além de tom de “preocupação”, o CISA parece instigar uma tomada de ação. Ao apontar a impunidade de Zerbini, o analista de informações sugere sua punição, isto é, observa o grau de punibilidade de seus atos por “ameaçarem a segurança interna”. O mesmo vale para as atividades praticadas pelo clero progressista e pelo Movimento Estudantil.

Por sua vez, a imprensa é caracterizada como “comunizada”. Segundo Carlos Fico (2001, p. 182), a preocupação da Comunidade de Informações com uma suposta influência comunista nos meios de comunicação fez com que os analistas buscassem a todo custo identificar matérias nos jornais com temas “esquerdistas” ou comunistas, cuja marca revelou-se através de “avaliações simplistas ou delirantes”. O autor assinala para uma perspectiva paranoica, ao identificar a imprensa escrita, a TV, o teatro e o cinema inseridos em um propósito constante

¹⁷⁵ Em 1934, no contexto das campanhas contra o fascismo, surgiram no Brasil as frentes antifascistas, que aproximaram comunistas do PCB de socialistas e “tenentes” de esquerda. Durante a Segunda Guerra Mundial, a bandeira do antifascismo esteve forte no Brasil. Na época, o PCB conseguiu reunir significativas parcelas da juventude universitária, exercendo controle sobre a UNE e demais entidades de estudantes. Em novembro de 1973, o Comitê Central (CC) do PCB aprovou um documento chamado “Por uma frente patriótica contra o fascismo”, no qual caracterizava o governo pós-1964 como uma Ditadura Militar fascista, e estabelecia como principal tarefa do partido a luta contra o fascismo. Havia a proposta para que todas as forças prejudicadas pela Ditadura se unissem “numa ampla frente patriótica antifascista, incluindo desde a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, até os setores da burguesia em choque com o regime; desde as forças políticas opositoristas até os setores arenistas divergentes do caráter fascista do regime”. Dentre os pontos de convergência para a Frente Ampla, estava a conquista das liberdades, a revogação do AI-5 e Anistia para os condenados e perseguidos políticos. Informações extraídas do verbete PCB, no *site* fgv.br. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁷⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ ACE_102098_77. Encaminhamento n. 0024/CISA-RJ. Data: 24 jan. 1977. Assunto: “Movimento pela Anistia” – Therezinha Zerbini. A *Informação* n. 064/16/AC/77 caracterizava o MFPA da mesma forma que Zerbini. Foram utilizados, inclusive, praticamente os mesmos excertos. Na visão da espionagem, Zerbini personificava o MFPA.

de deturpar a imagem do Governo (FICO, 2001, p. 183).¹⁷⁷ João Teófilo (2019, p. 99) destaca a associação entre anistia e comunismo inscrita dentro de forte polarização política, de modo que o comunismo passou a englobar qualquer ação política de oposição à Ditadura.

Como característico de *Informações* precisas, provavelmente produzidas por analistas mais experientes e adestrados com afinco aos moldes da *Utopia Autoritária*, a escrita do documento portava um prognóstico sobre o ano que se iniciava:

1977 deverá ser o culminante para o Movimento Feminino pela Anistia – tendo sido batizado como o ano da ANISTIA – de vez que a liderança desses movimentos pretende invocar antecedentes mundiais verificados, a exemplo do perdão geral concedido pelo Presidente dos ESTADOS UNIDOS aos desertores da Guerra do Vietnã, perdão esse, que os subversivos brasileiros insistem em chamar de anistia.¹⁷⁸

De fato, por diversas ocasiões, os Movimentos faziam questão de relembrar a tradição brasileira de anistias. A anistia incondicional decretada por Jimmy Carter no início de sua Presidência (21 jan. 1977) era mais uma em meio à tradição secular, não apenas característica do Brasil, mas dos Estados Unidos.¹⁷⁹ O analista de informações, por mais experiente que

¹⁷⁷ Há um amplo debate sobre o papel da imprensa durante a Ditadura Militar, dentre apoios, consentimentos, acomodações e oposições. Devido aos propósitos mais objetivos desta Dissertação, não entraremos a fundo nessas questões, mas cumpre observar os distintos papéis exercidos pela grande imprensa e pela imprensa alternativa. A grande imprensa, em que repousavam os veículos de maior circulação nacional, apoiou o golpe de 1964 e a Ditadura que se seguiu. A exceção no rol de apoiadores foi o jornal carioca *Última Hora*, criado pelo jornalista Samuel Wainer, que teve seus direitos políticos cassados posteriormente (TEÓFILO, 2019, p. 91). Não obstante, nesta categoria há diversos veículos com posicionamentos heterogêneos, de modo que não se pode homogeneizar a atuação desse setor. De acordo com Marcos Napolitano, enquanto os editoriais de *O Globo* mantêm-se firmes com a perspectiva do Estado até o fim da Ditadura, a *Folha de São Paulo*, por exemplo, integra-se à “resistência democrática” a partir de 1975, sob as bandeiras de democracia e liberdades democráticas, “assimilando novas demandas da sociedade civil”, a ponto de consagrar-se como o jornal da oposição democrática, mesmo preservando a memória de 1964 (NAPOLITANO, 2017, p. 359-361). Há ainda outras questões, como as distintas abordagens entre os editoriais propriamente ditos, que refletiam a opinião dos donos dos jornais, em detrimento das seções de opinião e das reportagens mais gerais (NAPOLITANO, 2017; TEÓFILO, 2019). Sobre o papel de *Folha de São Paulo* ao longo da Ditadura, ver: tese de Sônia Maria de Meneses Silva (2011). Esta autora destaca que a *Folha* empreendeu um conjunto de esforços para se apresentar como um opositor histórico da Ditadura, como se não tivesse apoiado o golpe de 1964 (SILVA, 2011, p. 189). A imprensa alternativa, por sua vez, constituiu-se justamente como um canal de oposição à Ditadura, do início ao fim. Sua razão de existir passava pela oposição aquela forma de Estado configurada. Devido a censura à imprensa, os principais veículos de comunicação deixaram de publicar e informar à população uma série de questões que perpassavam a sociedade. Estas ausências foram exploradas pela imprensa alternativa. Dentre os principais jornais alternativos, também conhecidos por imprensa nanica, estão *O Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*, *Versus* e *Em Tempo*. Foram também constituídos jornais nanicos de circulação mais regional, como o *Posição*, no Espírito Santo, um dos principais divulgadores da Anistia nesse estado (BRUMANA, 2016). Outros jornais abordavam temas mais específicos dos Novos Movimentos Sociais, como a problemática da mulher brasileira (*Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*), dos negros (*Tiçã*, *Simba*, *Koisa de Crioulo* e *Nêgo*) e dos homossexuais (*Gente Gay*, *Boca da Noite*, *Lampião da Esquina*, etc). Para maiores detalhes ver: Maria Paulo Araújo (2000).

¹⁷⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_102098_77. Informação n. 064/16/AC/77. Data: 11 fev. 1977. Assunto: Atividades Subversivas; Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil; Jornal Amnistia; Movimento Feminino pela Anistia; Therezinha Godoy Zerbini.

¹⁷⁹ Milhares de americanos foram identificados como desertores por não acatar a convocação de ir à Guerra do

aparente ser, parece ter cometido um equívoco, talvez proposital, fruto de uma análise quente, no calor dos acontecimentos. Não eram apenas os “subversivos brasileiros” que insistiam em nominar o ato de Carter como anistia. Toda a opinião pública, nacional e internacional, a incluir os próprios Estados Unidos, tinham ciência da natureza do perdão concedido. Tratava-se de uma anistia integrada à campanha americana de reabilitar os direitos humanos e recuperar a hegemonia moral do país (TEIXEIRA DA SILVA, 2003).

Anistias não são atos em si justificados por uma benesse individual daquele que concede, ou seja, não representam apenas a ação daquele que detém o poder de fazê-lo. Anistias possuem marcas expressamente políticas. A medida de Carter também foi fruto de uma ampla campanha realizada por mulheres norte-americanas que, desde a época do Congresso no México, em 1975, estavam encampando a bandeira aos resistentes da guerra do Vietnã.

A visita da primeira-dama americana ao Brasil, em junho de 1977, era parte desses novos rumos. As honras e as intenções políticas inerentes ao ato não eram exclusivas ao Brasil. O mapa da viagem incluía mais outros seis países latino-americanos que seriam visitados em 20 dias de jornada – Jamaica, Costa Rica, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela –.¹⁸⁰

Brasília: o encontro com Rosalynn Carter

A oportunidade de encontrar Rosalynn Carter foi descrita por Zerbini como um golpe de sorte. Em 8 de junho de 1977, a advogada foi cedo para o Congresso Nacional, obstinada a entregar uma carta de saudações em nome do MFPA, aproveitou a chegada da primeira-dama à Casa legislativa e se misturou à imprensa americana. Com sua “cara de gringa”, relatou ter passado despercebida. No momento em que Rosalynn Carter percorria a rampa do Congresso, estendeu a mensagem em sua direção e disse: “Yo soy una mujer brasileña. Te saludo”.¹⁸¹ Entretanto, a carta foi interceptada pelo segurança do Congresso. Os deputados Gamaliel Galvão (MDB/PR) e Getúlio Dias (MDB/RS) entrevistaram e recuperaram a missiva. Outro deputado se dispôs a fazer várias cópias do texto para distribuir à imprensa.¹⁸² Em seguida, Galvão entregou a carta

Vietnã. Em 1974, o presidente Gerard Ford concedeu uma Anistia condicional para alguns desertores, mas foi com a medida de Jimmy Carter que a Anistia se caracterizou como incondicional. “President Carter pardons draft dodgers”, jan. 21, 1977. Disponível em: <<https://www.politico.com/story/2018/01/21/president-carter-pardons-draft-dodgers-jan-21-1977-346493>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

¹⁸⁰ June 13, 1977: A profile of first lady Rosalynn Carter. Esses detalhes sobre a viagem de Rosalynn Carter à América Latina estão disponíveis em: <<https://abcnews.go.com/Politics/video/june-13-1977-profile-lady-roosalynn-carter-55718573>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

¹⁸¹ Tradução: “Eu sou uma mulher brasileira, saúdo-te”.

¹⁸² Segundo as memórias de Zerbini a carta tinha um conteúdo bem genérico. Saudava a vinda da primeira dama ao Brasil. Devido a esse tom mais conciliador, ninguém poderia ser acusado de subversão ou algo do gênero.

a Rosalynn. De acordo com a entrevista ao *Pasquim* (1977), o deputado teria afirmado: “Mrs. Rosalynn, this is a letter. The women of Brazil wish to deliver this to you”.¹⁸³ Já segundo a entrevista à revista *Caros Amigos* (2001): “Madame Rosalynn, this is the letter de [sic] madame Zerbini for you” (ZERBINI, 1979, p. 18; CAROS AMIGOS, 2001, p. 20).¹⁸⁴

É necessário observar esta pequena mudança de narrativa entre as entrevistas de 1977 e 2001. Na primeira, Zerbini rememora a carta como sendo entregue pelas “mulheres do Brasil”. Por sua vez, na segunda, era ela a única remetente. Esses detalhes, embora pequenos, são relevantes na medida em que confundem o coletivo “mulheres brasileiras” com o papel exercido pela própria Zerbini. Isto é, nas entrevistas concedidas pela líder do MFPA, houve certa confusão ao expressar as ações das mulheres de uma forma geral e as suas próprias, como se uma estivesse conectada estritamente à outra, o que não necessariamente aconteceu, haja vista a multiplicidade de opiniões e ações inscritas ao coletivo “mulheres brasileiras”.

O gesto de Zerbini obteve repercussão na imprensa (nacional e internacional) e no Congresso. Ainda naquele 8 de junho, o deputado Paulo Marques (MDB/PR) relatou a ação protagonizada pela advogada no plenário da Câmara, sem citá-la nominalmente. O que caracterizou por “incidente ocorrido” à porta da Casa teria deixado a senhora Rosalynn Carter com a mesma pergunta que estaria fazendo todo o povo brasileiro: “que país é este?” O deputado destacou que a carta apreendida pertencia ao Movimento Feminino pela Anistia, fazendo questão de ler a missiva integralmente. Ao realizar a leitura, esperava que toda a nação pudesse tomar conhecimento de seu texto:

Exma. Sr.^a Rosalynn Carter

Delegada Oficial do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

A mulher brasileira congregada no Movimento Feminino pela Anistia e que se fez representar oficialmente na Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México, em 1975, trabalhou em conjunto com grupos de Paz, de não Violência e de Mulheres Americanas que pediam Anistia aos resistentes de guerra.

Apartidárias, como o somos, trabalhamos com princípios absolutos: Liberdade e Justiça, sentido da realização do Ser Humano através do seu destino histórico.

No campo dos valores humanos, não há lugar para tergiversações: ou se é justo ou injusto; ou se é livre ou escravo. Neste posicionamento, comungamos com a Mulher Americana em sua recente luta e vitória pela Anistia, Direitos Humanos e Paz.

Foi-nos muito grato sentir a vontade do Povo Americano, emergindo da noite macarthista para a aurora da luta pelos Direitos Humanos.

¹⁸³ A entrevista foi publicada originalmente no jornal *Pasquim*, n. 418, de 8 a 14 de julho de 1977. Ademais, foi incluída no livro *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979).

¹⁸⁴ Tradução: “Senhora Rosalynn, esta é uma carta. As mulheres do Brasil desejam entregá-la a você”; “Senhora Rosalynn, esta é a carta da senhora Zerbini para você”.

Nós mulheres brasileiras, que hoje lutamos pela Anistia e Direitos Humanos, felicitamos e louvamos o ato do presidente Carter que deu solução ao caso dos resistentes de guerra, tão crucial para a grande Nação Americana.

Vemos a figura de V. Ex^a. como o legítimo símbolo da Mulher Americana sempre pronta a se irmanar e a combater pelas causas justas.

Com esperança no coração, aguardamos que nosso posicionamento chegue ao conhecimento do Mundo Feminino dos Estados Unidos.

Queira V. Ex^a. aceitar a alta expressão do respeito e admiração que lhe votam as mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia, empenhadas pela Justiça nesta nossa Pátria.¹⁸⁵

Como a própria Zerbini lembraria mais tarde nas entrevistas, a carta apresentava uma saudação genérica aos feitos da administração Carter, a ressaltar a anistia concedida aos resistentes da guerra do Vietnã. Ainda assim, o ato simbólico de entregar o texto, a “confusão” ocasionada e as repercussões eram sinais de novos tempos, uma aurora dos direitos humanos, como escreveu. Posteriormente, destacou que seria convidada pelo Departamento de Estado americano para falar sobre os direitos humanos (CAROS AMIGOS, 2001, p. 21).¹⁸⁶

O encontro com Rosalynn Carter está no rol de eventos mais rememorados por Therezinha Zerbini, dentre as diversas entrevistas que concedeu ao longo do tempo.¹⁸⁷ Visto que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos”, “em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 9), faz-se impressionante a lucidez da narrativa, os detalhes apresentados, e, especialmente, a concatenação dos episódios, organizados em suas lembranças exatamente na mesma sequência, com as mesmas frases, ainda que entre a primeira e a última entrevista tenham se passado mais de 30 anos.

¹⁸⁵ BRASIL. Anais do Congresso Nacional, 8 jun. 1977. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08JUN1977.pdf#page=> >. Acesso em: 2 mar. 2021.

¹⁸⁶ Apesar da aparente simpatia à administração Carter, é preciso destacar o tom crítico de Therezinha Zerbini expresso em outras ocasiões, como por exemplo em uma entrevista concedida à Revista *Mais*, em dezembro de 1977. Seguem as palavras de Zerbini: “Veja o Carter. Acredito nele como homem. Mas, antes de falar em direitos humanos para outros países, ele precisa fazer valer os direitos humanos para os porto-riquenhos, para os negros. Uma porto-riquenha deu um depoimento que me marcou muito. Ela disse que eles lá trabalhavam como lenha de fôrnalha, para que aquela civilização possa andar” (ZERBINI, 1979, p. 142).

¹⁸⁷ As entrevistas já foram citadas anteriormente, especialmente ao longo do primeiro capítulo. Dentre elas, destacam-se os depoimentos: ao jornal *Pasquim* (1977), à revista *Caros Amigos* (2001) e ao programa *Provocações*, da TV Cultura (2012).

A Bahia de Maria Quitéria

Após o encontro com Rosalynn Carter, Zerbini continuou seu trabalho de mobilização. Em 15 de junho de 1977, participou de uma mesa-redonda na PUC/RJ que integrou a programação da Semana pela Anistia, organizada pelo Comitê 1º de Maio do Rio de Janeiro.¹⁸⁸

Ainda no final daquele mês, a líder do MFPA retornou à Bahia. Desta vez, o objetivo era realizar uma homenagem à memória de Maria Quitéria, mulher baiana que, em 1823, lutou vestida de homem no Exército de libertação, no processo de Independência do Brasil. Lembremos aqui que, enquanto a maior parte do Brasil considerou o 7 de setembro de 1822 como data máxima da independência, na Bahia a data celebrada e reconhecida foi o 2 de julho de 1823, quando as tropas portuguesas finalmente foram derrotadas, depois de 17 meses de guerra.¹⁸⁹ Pelo seu histórico de luta durante as batalhas de independência, Maria Quitéria teve o reconhecimento do Exército brasileiro como soldado, sendo condecorada por bravura (CARBONI, 2008, p. 40).

A heroína baiana Maria Quitéria foi escolhida por Therezinha Zerbini para ser um dos símbolos do MFPA, sendo o nome e o rosto de seu boletim.¹⁹⁰ A líder afirmou que a escolha era uma provocação aos militares. Em entrevista ao projeto *Resistir é preciso* (2011), Therezinha Zerbini lembrou:

[...] Fizemos o nosso Maria Quitéria. [...] Eu tenho espírito provocativo. Porque os milicos [...] Era o ano da Maria Quitéria. Tanto é que tem uma medalha da Maria Quitéria, de heroísmo dos milicos. Então se eu pusesse qualquer outro nome era negócio de comunista. Agora, se disser que Maria Quitéria era comunista, é faz-me rir né? [...] Era uma guerrilheira do Exército, que tava lutando contra os portugueses né? Então eles tiveram que engolir a Maria Quitéria.

¹⁸⁸ Abordaremos a trajetória do Comitê 1º de Maio pela Anistia no próximo item deste Capítulo.

¹⁸⁹ Além de Maria Quitéria, as mulheres Joana Angélica e Maria Felipa são lembradas na história de independência do Brasil na Bahia. Joana Angélica foi assassinada na porta do convento da Lapa por soldados portugueses ao tentar impedir que entrassem no local para capturar militares pró-independência. Já Maria Felipa, pescadora da Ilha de Itaparica, é lembrada por liderar um grupo de 40 mulheres organizadas para impedir as invasões portuguesas na região. Maria Quitéria se alistou no Exército com as roupas de seu cunhado e usando o nome dele, Soldado Medeiros. Após ser descoberta, Maria Quitéria relutou a permanecer. Apesar de amaldiçoada pelo pai, foi reconhecida no interior da tropa. Devido às qualidades de sua atuação, permaneceu nas forças e participou de diversas batalhas da independência. Foi ainda promovida duas vezes na carreira militar, a 1º cadete e a alferes, este último por decreto do Imperador D. Pedro I. Maria Quitéria foi inclusive recebida por Pedro I no Rio de Janeiro, quando lhe foi concedida a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Morreu em 1853, no anonimato. Passados cem anos de sua morte, em 1953 foi reconhecida como patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Informações extraídas no *site* feirenses.com. A trajetória da heroína feirense Maria Quitéria. Disponível em: <<https://feirenses.com/a-trajetoria-da-heroína-feirense-maria-quiteria/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹⁹⁰ Lembramos que após o rompimento de Zerbini com o jornal *Brasil Mulher* e com Joana Lopes, foi criado o boletim *Maria Quitéria*, exclusivo do MFPA. Para saber maiores detalhes sobre o boletim, ver: dissertação de Maria Cecília Carboni (2008).

Imagem 6: Maria Quitéria em 1823¹⁹¹**Imagem 7:** O Brasil à Maria Quitéria¹⁹²

O boletim *Maria Quitéria* foi lançado em abril de 1977 e contou com quatro edições, cada uma com 16 páginas.¹⁹³ Após o rompimento com Joana Lopes e o jornal *Brasil Mulher*, Zerbini optou por organizar seu próprio meio de comunicação, com objetivo de expor as opiniões do MFPA de modo autônomo. Dedicado à causa da anistia, o boletim se definia como não feminista. Apesar da falta de periodicidade e do número pequeno de edições, Maria Cecília Carboni destacou que o impresso ficou bastante conhecido. As mulheres carregavam-no embaixo do braço em eventos da campanha pela anistia (CARBONI, 2008, p. 39-43). Zerbini ainda lembrou que, no encontro com Rosalynn Carter, teria chamado atenção justamente porque carregava um pacote. Tratava-se dos exemplares do *Maria Quitéria* (ZERBINI, 1979).

Desta forma, a estada na Bahia naquele 2 de julho foi marcada pelo simbolismo. Além de participar de um debate na Associação dos Funcionários Públicos, Zerbini e as mulheres do MFPA colocaram flores na estátua de Maria Quitéria, localizada no Largo da Soledade, em Salvador (ZERBINI, 1979).

¹⁹¹ Maria Quitéria com insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro – Pintura de Augustus Earle. Disponível em: <<http://feirensenses.com>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹⁹² O Brasil à Maria Quitéria. Imagem disponível em: <<http://www.famososquepartiram.com/2011/08/maria-quitéria.html>>. [Foto de 2011]. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹⁹³ 1ª edição: abril de 1977; 2ª edição: junho de 1977; 3ª edição: junho de 1978; e 4ª edição: março de 1979.

Minas Gerais

A próxima parada de grande projeção ocorreu em Belo Horizonte (MG), em ocasião de sua participação no Encontro Mineiro do MFPA, no Colégio dos Bancários (23 out. 1977). Com a participação de aproximadas 250 mulheres (ZERBINI, 1979, p. 120), o evento revelou quão organizado estava aquele núcleo.¹⁹⁴ Para além desse episódio, é preciso apresentar algumas nuances das mobilizações em Minas Gerais.¹⁹⁵

Um documento da Comunidade de Informação já “sinalizava” a presença do núcleo mineiro em 1976, tendo como referência Yeda Matta Machado, esposa de político cassado e mãe de militante assassinado pela Ditadura.¹⁹⁶ Os contatos iniciais em Minas ocorreram por esse vínculo,¹⁹⁷ como destacou Zerbin:

¹⁹⁴ Publicação originária do *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 24 de outubro de 1977.

¹⁹⁵ Há três trabalhos que analisam as mobilizações pela anistia em Minas Gerais. A dissertação de Anna Flávia Arruda Lanna Barreto (1996), publicada em formato de livro (2011): *Movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia*, destaca o MFPA mineiro. A autora destrincha o processo de fundação do núcleo, sua estrutura, características e peculiaridades, dificuldades enfrentadas e os motivos para sua desintegração, em 1980. Desta maneira, observamos que uma das primeiras obras específicas sobre a anistia, ainda em 1996, já imprimia um caráter regional. Os demais textos de inclinação regional só iriam reaparecer no pós-2009. O segundo trabalho em que observamos uma ênfase para as mobilizações em Minas Gerais é a tese de Heloisa Greco (2003): *Dimensões fundacionais da anistia*. Lembremos que Heloisa Greco (1951-), além de uma das principais referências para o estudo das mobilizações pela anistia, é testemunha ocular dos eventos. Filha de Helena Greco, Heloisa cursou História na UFMG e foi integrante do MFPA/MG e CBA/MG (BARRETO, 2011, p. 171-172). Esta autora destacou a atuação do CBA, argumentando que, a partir da organização desta entidade, em 1978, há um salto qualitativo na luta empreendida pró-anistia, que radicaliza sua bandeira de crítica à Ditadura. A tese apresenta enorme riqueza de fontes e detalhes sobre a campanha pela anistia. A autora não se limita a analisar a atuação em Minas Gerais, como é o caso de Lanna Barreto, mas através de seu texto é possível verificar muitas informações sobre a campanha pela anistia naquele estado. Em nossa leitura, a obra de Greco apresenta uma gama de eventos e personalidades sobre diversas regiões/estados/lugares do Brasil e do mundo. Há, portanto, nesta tese, um jogo entre as dimensões nacional e internacional. Ambos os trabalhos foram orientados pela professora Lucília de Almeida Neves Delgado, no Programa de pós-graduação em História, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Finalmente, o terceiro trabalho é a dissertação de Mislele Souza da Silva (2019), intitulada *Mulheres em luta: o Movimento Feminino pela Anistia (1975-1979)*, que em seu terceiro capítulo percorre a trajetória política de Helena Greco, líder do MFPA mineiro.

¹⁹⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 911/19/AC/76. Data: 17 set. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

¹⁹⁷ Conseguimos acesso a poucas informações precisas sobre a biografia de Yeda Matta Machado, mas há detalhes que podem ser obtidos através dos dados de seu filho e de seu esposo. Yeda Novais da Matta Machado foi casada com Edgar de Godói da Matta Machado (1913-1993) e teve sete filhos, dentre eles José Carlos Novais da Matta Machado, estudante de Direito, militante da Ação Popular (AP) e, posteriormente, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). José Carlos foi ainda vice-presidente da UNE e preso por oito meses, em ocasião do 30º Encontro Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP). Seu pai, Edgar, era descendente de família tradicional na política mineira. Foi jornalista, professor universitário, preso pela Ditadura do Estado Novo (1937-1945), deputado estadual (UDN-MG) (1951-1955) e Secretário da Fazenda do governo Magalhães Pinto (MG), entre outubro de 1963 e abril de 1964. Exonerou-se do cargo por discordar do golpe militar e filiou-se posteriormente ao MDB. Organizou em Minas Gerais, em outubro de 1966, ao lado de Simão da Cunha, Jorge Ferraz e João Herculino, a Frente Radical Democrática, reivindicando eleições diretas, Anistia geral e liberdades democráticas. Foi eleito deputado federal em 1966 e teve seu mandato cassado pelo AI-5, em janeiro de 1969. Seus direitos políticos foram suspensos por dez anos, sendo ainda compulsoriamente aposentado pela UFMG. Com a Anistia de 1979, teve seus direitos políticos recuperados. Foi um dos fundadores do PSDB, integrando a Direção Nacional. Em novembro de 1973, Edgar e Yeda receberam o corpo de seu filho, José Carlos Novais da Matta Machado, assassinado sob torturas em Recife, quando estava preso pela Ditadura (PE). Desta forma, podemos perceber que

[...] a bandeira da anistia ficou nas mãos honradas de Dona Yeda Matta Machado (muito sofrida e abalada pela perda de seu filho, ela com muito zelo e amor manteve ideais erguidos nas Minas Gerais [...] esperando a ocasião em que pudesse dinamizar o núcleo, que foi criado posteriormente.¹⁹⁸

Apesar da iniciativa não ter formado um núcleo de anistia, esta foi uma primeira tentativa de aproximação. Para Anna Flávia Arruda Lanna Barreto (2011, p. 75-76), a gota d'água para a organização do movimento em Minas Gerais adveio por ocasião das prisões e impedimentos do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), reprimido pelas forças policiais que cercaram a faculdade de Medicina da UFMG (4 jun. 1977).

O início do núcleo, munido de estatuto e sede, é de 30 de junho de 1977. A assembleia de fundação ocorreu na Igreja de São Francisco de Chagas, com a presença de 107 mulheres. Assim como em outros estados, a Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a apoiar o Movimento. A sede do núcleo funcionou no mesmo lugar de fundação e a maioria das reuniões ocorriam em colégios religiosos e igrejas.¹⁹⁹ Esse fato também se justificava pela presença de mulheres frequentes nas congregações. Na ocasião da fundação da entidade foi eleito um conselho provisório composto por oito mulheres. Caberia a cada uma formar um grupo de trabalho. Helena Greco²⁰⁰ foi eleita para presidir aquele núcleo do MFPA, que se destacou como

o contato de Zerbini com Yeda Novais da Matta Machado deu-se justamente por sua relação pessoal com o regime de exceção, isto é, o fato de ter o marido cassado e o filho preso e assassinado pelo Estado. Em 1977, a esposa de José Carlos, Maria Madalena Soares da Matta Machado, integrou o MFPA/MG. José Carlos Novaes da Matta Machado foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 25 de janeiro de 1995, em decorrência da Lei 9.140/1995. As informações sobre Edgar Matta Machado estão disponíveis em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edgar-de-godoi-da-mata-machado>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Comissão da Verdade Pernambuco. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

¹⁹⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ ACE_103173_76. Informação n. 911/19/AC/76. Data: 17 set. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

¹⁹⁹ Barreto (2011, p. 104) também assinala o apoio da Igreja Metodista do Brasil ao núcleo mineiro do MFPA.

²⁰⁰ Helena Greco (1916-2011) foi presidente do MFPA/MG entre 1977 e 1978, sendo em seguida eleita vice-presidente do CBA/MG. Foi escolhida para representar o Brasil no Congresso pela Anistia, em Roma, entre junho e julho de 1979. Fundadora do PT e filiada a esse partido, em maio de 1982, foi eleita vereadora de Belo Horizonte, exercendo dois mandatos (BARRETO, 2011, p. 171). Helena teve participação ativa nas lutas pelos direitos humanos e pela cidadania. Idealizou e criou diversas entidades, dentre elas: a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, o Conselho Municipal da Mulher, o Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos de Belo Horizonte, o Grupo de Trabalho Contra o Trabalho Infantil e o Movimento Tortura Nunca Mais. Em 2003, foi criado o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, sendo autônomo e independente. A sede localizada em Belo Horizonte possui um acervo sobre a Ditadura Militar e tem desenvolvido trabalhos voltados para os direitos humanos (SILVA, 2019, p. 136). Há um excelente trabalho de cunho biográfico sobre Helena Greco, escrito por Ana Maria Rodrigues Oliveira (1983) *Helena Greco, eu te batizo: anistia*. Dados disponíveis em: <<https://www.ufmg.br/copi/medalhahonra/helena-greco-farmaceutica-militante-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 25 mar. 2021. Um trabalho recente que resgata a trajetória de Helena Greco em paralelo com Therezinha Zerbini é a dissertação de Mislele Souza da Silva (2019).

um dos mais numerosos do país, chegando a um total de 300 mulheres associadas (BARRETO, 2011, p. 77; 104).²⁰¹

Além da quantidade de integrantes, a entidade estava organizada através da Diretoria Executiva, do Conselho Geral e das Comissões (ou Grupos) de Trabalho. Em abril de 1978, o núcleo mineiro já possuía 20 Comissões, de acordo com os interesses compartilhados e os bairros que participavam. As reuniões eram semanais e as atividades sustentadas com os recursos das sócias e de acordo com a disponibilidade de cada uma (BARRETO, 2011, p. 107-108).

Diferente de outros núcleos, a seção de Belo Horizonte sofreu com uma série de atentados terroristas, também insuflados contra Helena Greco e estudantes da UFMG. Em 1978, o MFPA foi atingido por quatro atentados a bomba. Entre os terroristas, constava o Grupo Anticomunista (GAC) e o Movimento Anticomunista (MAC) (SILVA, 2019, p. 140), o que revela a ação de grupos de extrema direita contra os Movimentos de Anistia. Mislele Silva acredita que o MFPA teria sofrido tanto com a repressão por ter reunido a crítica às questões femininas e a debates sociais mais amplos, declarando-se abertamente contra a Ditadura, ao mesmo passo que a dirigente Helena Greco se colocava de modo mais enfático como militante de esquerda (SILVA, 2019, p. 141).

Ao desenvolver uma análise sobre o MFPA mineiro, Barreto destacou que o núcleo trazia três bandeiras de luta: a anistia; os direitos humanos e as liberdades democráticas; e a defesa dos direitos da mulher. De início, centrou suas demandas na anistia e nos direitos humanos, contudo, com o passar do tempo, outras temáticas surgiram no seu campo de lutas, como as condições de vida e o racismo (BARRETO, 2011, p. 89-90). Ainda, situa a presença de divergências políticas e ideológicas entre as membras, atentando-se para as diversidades de opiniões e de realidades sociais. Apesar de Therezinha Zerbini enfatizar a abordagem não feminista da entidade, essa dimensão era presente no núcleo mineiro. Discutia-se o papel que a mulher desempenhava e qual deveria desempenhar na sociedade brasileira, aspectos sobre a emancipação feminina, contra a discriminação e a opressão de gênero (DEL PORTO, 2002, p. 104). Desta forma, o caráter feminino do grupo como estratégia não era um consenso no MFPA mineiro, assim como a proibição da participação de homens, outra diretriz da liderança nacional

²⁰¹ Eram elas: Magda Neves, Maria Madalena Soares da Matta Machado (esposa de José Carlos da Matta Machado), Maria Zélia Castilho de S. Rogedo, Maria Tereza de Paula, Yone C. B Weiss, Maria Déia Fonseca, Elza Garcia e Emely Vieira Ribeiro (BARRETO, 2011, p. 77).

(BARRETO, 2011, p. 94-97), o que é também revelador para indicar a autonomia dos núcleos do MFPA, apesar de vinculados nacionalmente.

Quanto às críticas de Zerbini sobre o feminismo, estamos a compreender que, apesar da recusa à expressão “feminista” e as suas implicações, a incluir sua saída do jornal *Brasil Mulher*, por divergir da abordagem imprimida pelo alternativo, e as críticas ao movimento feminista, expressas por toda a vida em entrevistas e posicionamentos públicos, Zerbini, a seu modo, e apesar da recusa de tal alcunha, foi uma mulher feminista. Ao ocupar os espaços de poder, historicamente e tradicionalmente apossados por homens, questionar a política como um espaço masculino – o que levou à separação na história ocidental entre mulheres e poder (BEARD, 2018, p. 22) –, e expressar-se pelos direitos das mulheres, defendendo sua voz ativa no espaço público, Zerbini agiu como uma feminista. É evidente que há algumas ressalvas, dentro dos seus próprios limites, pois não abriu mão de um discurso que prezava pela “igualdade” entre homens e mulheres e sempre argumentou que o problema da mulher brasileira era “pão, teto e saúde” (ZERBINI, 1979).

Além do Encontro Mineiro do MFPA, importante para o cenário das mobilizações pela anistia, outubro de 1977 foi um marco na história da Ditadura Militar devido à demissão do Ministro do Exército Sylvio Frota. Lembremos: Ernesto Geisel já havia anunciado desde 1974 seu projeto de distensão “lenta, gradual e segura”. Se o então presidente buscava conciliar os ânimos com a promessa de tal abertura, havia segmentos das Forças Armadas indispostos e relutantes a abrir caminho para outra forma de Governo, ainda que inicialmente a distensão significasse simplesmente a institucionalização do regime. Um dos maiores representantes dos agrupamentos indispostos com Geisel era o general Sylvio Frota, que ocupava o posto de Ministro do Exército e era um dos maiores representantes da “linha dura”.²⁰²

²⁰² Apesar da complexidade existente – não nos permitindo enquadrar os militares em dois grupos antagônicos, castelistas (Sorbonne) versus “linha dura” –, há que situar ao menos três posições no corpo das Forças Armadas no contexto da distensão: os favoráveis ao projeto de distensão política, concentrados ao redor de Ernesto Geisel e de Golbery do Couto e Silva, na época chefe do Gabinete Civil da Presidência; os contrários ao projeto de distensão, conhecidos genericamente pelo termo “linha dura”, rearticulados através da Comunidade de Segurança e Informações, por intermédio do CIE e principalmente no interior do Ministério do Exército, comandado pelo general Sylvio Frota (TEIXEIRA DA SILVA, 2003); e os setores militares nacionalistas que, no contexto da crise sucessória do presidente Geisel, apoiaram para a Presidência o general Euler Bentes Monteiro, de posição liberal, candidato foi também oficialmente patrocinado pelo MDB (ALVES, 1984, p. 222). Carlos Fico (2004, p. 34-35) afirma que a dicotomia “linha dura” versus “moderados” (ou “castelistas”/“sorbonne”) é uma simplificação forjada pelas primeiras e mais apressadas leituras sobre a Ditadura Militar. Há uma diversidade de opiniões sobre ações dentro das Forças Armadas que não se reduz a essas duas posições. O autor argumenta que “a posição em relação à tortura é apenas um dos critérios possíveis de classificação, havendo a necessidade de também se considerar outros fatores, como a formação militar, os laços de lealdade e a posição em relação ao desenvolvimento econômico do país”, considerando, por fim, que os laços de lealdade muitas vezes se sobreponham às opiniões políticas e ideológicas.

Santa Catarina

Seguindo seu trabalho de conexões pelo Brasil, Zerbini esteve em Florianópolis para participar da instalação do MFPA/SC (25 nov. 1977). O momento foi marcado por uma palestra nas dependências da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Segundo uma *Informação*, estavam à mesa o deputado federal Jailson Barreto (MDB/SC),²⁰³ duas mulheres e um homem, não identificados.²⁰⁴ O analista destacou os principais trechos da conferência.²⁰⁵

Mariane da Silva produziu monografia (2015) e dissertação de mestrado (2019) a respeito do MFPA catarinense. Por meio da História Oral, a autora localizou elementos de uma história regional invisibilizada, destacando como o núcleo de Santa Catarina esteve envolto em um projeto de esquecimento desencadeado pela própria Lei de Anistia (SILVA, 2019, p. 75).²⁰⁶

Margaret Grando, na época estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), representava um conjunto de estudantes indignados com as prisões decorrentes da Operação Barriga Verde, que, semelhante à Operação Radar na Bahia, objetivou desarticular e eliminar os integrantes do PCB em Santa Catarina. Outro elemento análogo ao caso baiano foi a motivação desencadeada pela Operação para a formação do núcleo do MFPA.²⁰⁷

Grando visitou com frequência os presos políticos da Cadeia Agrícola de Canasvieiras.²⁰⁸ Em um desses encontros, fez amizade com o professor da UFSC, Marcos Cardoso Filho, um

A expressão “Sorbonne” foi utilizada para se referir aos militares mais próximos da Escola Superior de Guerra (ESG), de formação mais intelectualizada. Esses tinham comportamentos supostamente mais “moderados” em relação ao uso da violência.

²⁰³ Jailson Barreto (1933-) participou da fundação do MDB em Santa Catarina, em 1965. Foi deputado federal por Santa Catarina por duas legislaturas (1971-1974; 1975-1978) e senador (1979-1983; 1983-1987). Fez parte da ala dos “autênticos do MDB”. Em 1982, disputou as eleições para o governo de Santa Catarina pelo PMDB, ficando em segundo lugar. Disponível em: <http://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/biografia/1211-Jailson_Barreto>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²⁰⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_108617_78. Informação n. 21/78/ DSI/MJ. Data: 10 jan. 1978. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

²⁰⁵ A transcrição do discurso está disponível em *Anistia: semente da liberdade* (1979).

²⁰⁶ Mariane da Silva entrevistou mulheres pertencentes ao MFPA catarinense, entre setembro de 2014 e abril de 2015: Marise Maravalhas, Margaret Grando, Maria Rita Bessa e Maria Helena Garcia. A autora percebeu que a “supervalorização de eventos como a Operação Barriga Verde e a Novembrada” acabaram por silenciar as ações do MFPA/SC. Segundo destaca, a Novembrada é evocada como símbolo da resistência catarinense à Ditadura. O episódio foi marcado por um protesto organizado pelos Diretórios Acadêmicos da UFSC, ocorrido em 30 de novembro de 1979, em frente ao Palácio Cruz e Souza, local que abrigava a sede do governo estadual e que iria receber o presidente João Figueiredo (SILVA, 2015, p. 2; 6).

²⁰⁷ A Operação Radar recebeu nomes diferentes em alguns lugares, mas a lógica era praticamente a mesma, a destruturação do PCB. Iniciada em dezembro de 1975, a Operação Barriga Verde, realizada pelo Exército ao lado das polícias federal e militar, teve por objetivo desarticular e eliminar os integrantes do PCB, em Santa Catarina. Diversas operações desta natureza foram promovidas em outros estados do Brasil. No Paraná foi nomeada de Operação Marumbi e no Rio de Janeiro, por Operação Jacarta. Disponível em: <http://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/4-Operacao_Barriga_Verde_militares_X_comunistas_em_Santa_Catarina>. Acesso em: 1º fev. 2021.

²⁰⁸ A extinta Colônia Penal Agrícola de Canasvieiras era uma prisão sem muros, a única no Brasil, localizada ao norte da Ilha de Florianópolis. O espaço compreendeu, até 1950, uma fazenda, quando foi comprado pelo Estado.

dos 42 presos na Operação.²⁰⁹ Segundo Grando, Marcos a orientou sobre a existência do MFPA. Em seguida, a estudante aproveitou uma viagem que seu companheiro fazia a São Paulo para contatar Therezinha Zerbini. Do encontro com a advogada, trouxe documentos, jornais e “algo semelhante a um estatuto” (SILVA, 2019, p. 83). Após regressar de São Paulo, Grando entrou em contato com as esposas dos presos políticos para organizar o MFPA local: Marise Maravalhas, esposa de Marcos Cardoso Filho, e Maria Rita Bessa Mott, esposa de Roberto Motta (SILVA, 2015, p. 4; 2019, p. 82-83).

No espaço catarinense, um dos mais significativos apoios ao núcleo foi expresso pela Igreja Católica, no papel do arcebispo dom Afonso Nihues e da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Silva (2019, p. 87) destacou inclusive a cessão do espaço físico da Cúria, a “Casa do Bispo”, para a realização de reuniões, semelhante ao núcleo de Belo Horizonte.²¹⁰ O analista do SNI sublinhou que o grupo se reunia todas as sextas-feiras na Cúria Metropolitana com encontros abertos ao público.²¹¹

Há uma inversão de tendência em relação às origens desse núcleo. Isto é, a iniciativa para formar o MFPA/SC parte de mulheres da própria região e não de uma articulação prévia exercida por Zerbini. Quem faz a viagem e o contato inicial é Margaret Grando, em ocasião da ida a São Paulo. Nada obstante, a líder nacional foi convidada para o ato de lançamento da entidade local. Sua presença era carregada de força política dentro do projeto de captar consciências para a campanha. A seção de Florianópolis seria a última formada antes do Encontro Nacional do MFPA, realizado em São Paulo, em dezembro de 1977.

São Paulo: I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia

Entre 8 e 11 de dezembro de 1977, ocorreu o Encontro Nacional dos núcleos do MFPA, no Salão de Conferências do Hotel Eldorado (SP). O evento teria contado com a presença de mais

Em 1969, foi transformado na Colônia Penal Urbano Salles, a Seção Agrícola da Penitenciária Estadual de Florianópolis. Localizada a 2 quilômetros da praia de Canasvieiras, a prisão estava alicerçada no tripé: trabalho, família e responsabilidade para a produção de alimentos. A estrutura da prisão garantia a alimentação da colônia e ainda havia a venda de excedentes para o pagamento dos funcionários. Atualmente, o espaço abriga a sede do Sapiens Parque, um complexo tecnológico. Os dados apresentados estão disponíveis em: <<https://ndmais.com.br/politica/presos-politicos-da-ditadura-ficaram-em-antiga-colonia-penal-no-norte-da-ilha/>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

²⁰⁹ Marcos Cardoso Filho era engenheiro elétrico, professor da UFSC e presidente do Setor Jovem do MDB de Santa Catarina até 1975. Foi preso em novembro daquele ano na chamada “Operação Barriga Verde”, ao lado de 41 pessoas.

²¹⁰ Ao pesquisar o acervo da Cúria Metropolitana, Mariane da Silva teve acesso às cartas da Anistia Internacional endereçadas a dom Afonso Nihues. A autora verificou a presença de uma articulação internacional entre o bispo e a organização.

²¹¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_108617_78. Informação n. 21/78/ DSI/MJ. Data: 10 jan. 1978. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

de trinta representantes do país, originárias de dez estados (ZERBINI, 1979, p. 134).²¹² Na abertura, Zerbini apelou ao povo brasileiro para que se entrincheirasse “na batalha pela liberdade dos trezentos presos políticos” e pelo retorno de cinco mil pessoas exiladas. Exigiu explicação “sobre os incontáveis desaparecimentos” e sobre a negação de cidadania aos filhos de exilados políticos (ZERBINI, 1979, p. 128).²¹³ Sobre este último aspecto, lembremos que o Estado brasileiro não estava concedendo cidadania às crianças que nasciam no exterior, filhas de exilados.²¹⁴ Este era outro ponto que vinha sendo reclamado e divulgado por Zerbini ao longo de 1977, nas diversas conferências e entrevistas que concedia. Vejamos um exemplo, por ocasião da viagem à Bahia, em janeiro:

No exterior, está acontecendo uma situação muito delicada: os filhos dos nossos exilados, dos banidos, após 12 anos, cresceram, estão se casando, tendo filhos. Quando essas crianças nascem, seus registros são levados à nossa embaixada que diz: “Não, nós não registramos, não são cidadãos brasileiros, nós não temos a ordem de registrar”. Então essas crianças ficam apátridas, sem pátria, sem documentos e isso é uma desumanidade, porque essa criança não pode se internar num hospital, não pode viajar. Esta é uma situação de iniquidade e fere frontalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo artigo 15º diz: “Todo indivíduo tem direito à nacionalidade, que é inalienável e própria do ser humano” (ZERBINI, 1979, p. 77).

Desta maneira, a tônica do Encontro discutiu as denúncias de violações aos direitos humanos, ocorridas no exterior e nos estados brasileiros. O caso mais emblemático foi um relato sobre a penitenciária de Itamaracá (PE): “A representante do MFPA em Recife denunciou o isolamento carcerário a que estão submetidos os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rolin Sondi Cavalcanti, impedidos de tomar sol com os demais detentos e com sua correspondência censurada” (ZERBINI, 1979, p. 129). Houve, ainda, outra denúncia: “os presos políticos em greve de fome no mesmo presídio estavam morrendo. Luciano Almeida e José Edmilson Ribeiro permaneciam em coma no Hospital da Polícia Militar, enquanto o secretário de Justiça de Pernambuco ficava inerte” (1979, p. 132).²¹⁵ Em meio a demandas mais gerais, eram inclusas questões específicas de estados ou regiões do Brasil, concatenando personagens e elementos locais à bandeira da anistia e dos direitos humanos.

Além de celebrações ecumênicas na Capela Nossa Senhora do Sion (8 dez. 1977), a programação contou com uma palestra na Câmara Municipal de São Paulo (9 dez. 1977),

²¹² Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Paraíba e São Paulo (ZERBINI, 1979, p. 134).

²¹³ Publicação originária de *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 dez. 1977.

²¹⁴ Ver: Denise Rollemberg (1999) e Pedro Ernesto Fagundes (2019).

²¹⁵ Publicação originária da *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 dez. 1977 e do *Diário Popular*, São Paulo, 9 dez. 1977.

proferida pela escritora e presidente do MFPA de Porto Alegre, Mila Cauduro, intitulada: “A importância da participação política da mulher”.²¹⁶ Naquele ano, a escritora gaúcha lançou a obra *A política é um dever*, seu primeiro livro de não ficção. Em pouco mais de 90 páginas, Cauduro discutiu uma série de temas, como a necessidade de maior participação das mulheres na política, a democracia e a crítica ao bipartidarismo. A questão central repousava na compreensão da política como um dever, enquanto imperativo categórico. O dever político não correspondia apenas à participação política, ao ato de votar e ser votado, mas seria algo mais amplo, um conhecer e fazer social “sempre em contato com o homem, perscrutando, vasculhando, coletando e trazendo à luz a sua vida como ser social. [...] nos pudores das suas misérias [...] a parte mais densa da vida social” (CAUDURO, 1977, p. X). Em linguagem quase literária e repleta de sutilezas, Cauduro abordou temas como o direito ao *habeas corpus*, à liberdade de pensamento e de imprensa, à cidadania e a crítica às ditaduras. O tema da anistia foi tocado diretamente em apenas um parágrafo. Se o exílio foi nomeado como a expressão mais cruel, a Anistia seria “a mais doce das palavras de nosso idioma” (CAUDURO, 1977, p. 48).

No dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), veio a público um documento elaborado pelas membras do MFPA, representando os sentimentos das mulheres ali presentes:²¹⁷

No momento histórico em que a Nação brasileira anseia pela redemocratização do país.

No instante em que o Exmo. Sr. Presidente da República promete devolver ao país a sua mais alta aspiração, que é a democracia, admitindo abertamente a possibilidade da eliminação da legislação de exceção, reconhecendo, assim, o regime de excepcionalidade existente;

Nós, mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia, em nosso I Encontro Nacional, firmamos o seguinte posicionamento:

Que sejamos nós, em meio ao obscurantismo dos estados de fato e do arbítrio, a chama da consciência nacional do estado de direito, clamando pela Anistia política ampla, já que não existem, para estado nenhum, ideais mais altos que os da Justiça e da Liberdade.

Acreditamos que nenhuma abertura política consequente, desde a crise que instalou o país em regime de exceção, será possível sem Anistia política ampla.

Acreditamos, também, que somente a Constituição com representação popular poderá restabelecer a ordem legítima, como legítima aspiração do povo.

Com base nessa crença, solicitamos ao Exmo. Sr. Presidente da República que sejam adotadas medidas imediatas:

— Em face da abordagem da pena do exílio.

— Em face do fato de o governo negar nacionalidade aos filhos de nossos exilados.

²¹⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_4563_80. Anexo do documento.

²¹⁷ O documento foi publicado no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) e *Diário Popular* (São Paulo), em 11 dez. 1977. A responsabilidade da redação do documento ficou a cargo da professora Neide Azevedo, presidente do MFPA/PR e professora catedrática em Psicologia no Paraná.

— Em face dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos de Tavares Bruce e Itamaracá.

Com certeza absoluta que, dizendo assim, exprimimos o legítimo pensamento da família brasileira, nós, mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia, perante a Nação, reafirmamos neste documento histórico o compromisso de não descansar enquanto nossos objetivos não forem atingidos na sua totalidade.

E exprimimos nosso mais sincero pedido para este Natal.

Que em nenhum lar haja criança, homem ou mulher, chorando a ausência dos seus entes queridos.

Que nenhum preso político, exilado, banido, desaparecido ou atingido pelos atos de exceção, comemore no cárcere ou no exílio a data do nascimento de Jesus Cristo, o redentor da humanidade.

E que o gesto da assinatura da Anistia passe para a História como o gesto da redenção do Brasil.

São Paulo, 10 de dezembro de 1977.

(ZERBINI, 1979, p. 134-135)

Recheado de simbolismos e intenções, o documento já se entendia como um texto histórico, sinalizando o grau de consciência que as mulheres eram tomadas como agentes de um processo histórico, de um momento impactante de nosso país. Não é tão frequente encontrar sinais que demarcam, com tanta nitidez, essa tomada de consciência do processo que se atravessa. Em geral, isso ocorre com o passar dos anos, quando o calendário permite enxergar os eventos a distância.

Havia a consciência de se estar presente em um momento histórico que aspirava por democracia, e é dentro desse novo clima que a anistia é requerida, precisada. Mais uma vez, o elemento “família brasileira” é retomado como estratégia do discurso, assim como a revisão de temas já constantes na retórica do MFPA, como a defesa da Constituinte, bandeira que vinha sendo defendida desde o Pacote de abril, e o apelo a ideais cristãos de redenção da humanidade.²¹⁸

O Encontro Nacional do MFPA teve seu desfecho com o show musical “Noite da Liberdade”, realizado no Teatro Ruth Escobar e acompanhado de perto pela fiscalização do Serviço de Censura de Diversões Públicas/SR/SP.²¹⁹ Segundo *Informação*, o espetáculo teve início com a leitura da “Mensagem do Movimento Feminino pela Anistia”, pelas palavras da atriz Ruth Escobar. Ainda, houve a participação do ator Plínio Marcos, que declamou uma poesia com a temática das liberdades democráticas.²²⁰ Finalmente, Therezinha Zerbini

²¹⁸ O cristianismo foi e ainda é um símbolo capaz de captar mentes e corações às causas políticas, especialmente no Brasil, um país majoritariamente cristão.

²¹⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_4563_80. Informação n. 0740/12/77-SI/SRDPF/SP. Data: 27 dez. 1977. Assunto: Show musical intitulado “Noite da Liberdade”. Anexo: cópia xerox de texto.

²²⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_4563_80. Informação n. 1604-B/77. Data: 21 dez. 1977. Assunto: Noite da Liberdade.

promoveu o leilão do livro *A política é um dever* e participou do desenlace do evento. Agradeceu ao público e comandou “um coro das participantes que por duas vezes exclamaram a frase ‘LIBERDADE, LIBERDADE ABRE AS ASAS SOBRE NÓS’”. Sublinhemos que essa frase, encontrada originalmente no Hino da Proclamação da República, foi ressignificada durante as mobilizações pela anistia para simbolizar a luta por liberdade e democracia. A seguir, podemos ver uma síntese da trajetória de Zerbini ao longo de 1977.

Tabela 6: Circulação de Zerbini em 1977

Data	Lugar	Objetivo
15 jan.	Salvador	Palestra de Zerbini em Salvador (BA). Organização preliminar do núcleo baiano do MFPA.
3 mai.	São Paulo	Ato público na PUC/SP, com a presença massiva de entidades estudantis. Zerbini teria proposto a instalação de Comitês Pró-Anistia de Presos Políticos em todos os estabelecimentos de ensino (FAGUNDES, 2019, p. 95).
3 jun.	São Paulo	Conferência na Câmara Municipal de São Paulo a convite do IEPES.
8 jun.	Brasília	Carta entregue à primeira-dama americana, Rosalynn Carter.
14 jun.	Rio de Janeiro	Mesa-redonda integrando a programação da Semana pela Anistia na PUC/RJ. Cerca de 800 pessoas no evento. Organização do Comitê 1º de Maio pela Anistia/RJ.
30 jun. – 2 jul.	Salvador	Participação das comemorações da independência do Brasil na Bahia promovidas pelo MFPA/BA. Entrevista coletiva à imprensa (30 jun.). Conferência na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia (1º jul.). Defesa de uma Assembleia Constituinte.
23 out.	Belo Horizonte	Participação no Encontro Mineiro do MFPA, no Colégio dos Bancários. 250 mulheres presentes.
24 out.	São Paulo	Intervenção da Assembleia Legislativa de São Paulo.
25 nov.	Florianópolis	Palestra na Assembleia Legislativa de Florianópolis, sobre o tema <i>Anistia e Liberdade</i> . É criado o MFPA/SC.
8 - 10 dez.	São Paulo	I Encontro Nacional pela Anistia / MFPA. Salão de Conferências do Hotel Eldorado. Presença de mais de 30 representantes de todo o país. Elaboração de um documento final com a participação de 10 estados.
Dez.	São Paulo	Show “Noite da Liberdade”.

Fonte: elaboração a partir de todas as fontes e historiografia apresentadas neste capítulo.

A partir de 1978, uma nova entidade de anistia será criada, o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Segundo análise de parte substancial dos pesquisadores do tema, o CBA irá se diferenciar pelo enfrentamento direto com a Ditadura, exigindo o seu fim, e fugindo, portanto, do discurso de pacificação operado pelo MFPA.²²¹ Entendemos, contudo, que a presença dessa narrativa mais pacificadora integrou a estratégia de não violência e não enfrentamento, considerando que o confronto pela palavra também precisava ser dosado para evitar prováveis repressões.

No próximo item, iremos analisar o protagonismo exercido pela classe estudantil em 1977. O dizer “Graças a Deus! Nós não estávamos mais sozinhas” era direcionado para os estudantes que voltavam a ocupar os espaços públicos empenhando a bandeira da anistia.

2.3 A hora e a vez dos estudantes: o Movimento Estudantil e Comitê 1º de Maio

Desde o Governo Castelo Branco (1964-1967), o Movimento Estudantil (ME) esteve na ilegalidade. O arbítrio e a violência integraram sua rotina, como nos episódios de invasões nas universidades, que, com frequência, resultavam em prisões e ferimentos. Por participarem das mobilizações a favor das Reformas de Base, ainda no Governo João Goulart (1961-1964) – que incluía a campanha pela reforma universitária e por maior participação nas decisões e expansão do ensino público e gratuito (MARTINS FILHO, 2018, p. 13) – os estudantes foram perseguidos pela Ditadura.²²² Muitos foram presos, expulsos das universidades e/ou abandonaram os estudos, para fugir da repressão ou para se dedicar às atividades políticas (MOTTA, 2014a, p. 31).

O pós-1968 marca o período conhecido como o auge da repressão. Nesse ambiente, o Movimento Estudantil precisou reformular suas estratégias de luta política. O grupo que optou por integrar-se à luta armada acabou por abandonar os ambientes universitários. Com os rostos conhecidos, era perigoso estar às claras. Os que permaneceram realizaram atividades de resistência no interior das instituições. De acordo com Angélica Müller (2016, p. 27), as pautas

²²¹ Dentre essas pesquisas, há os trabalhos de Alessandra Ciambarella (2002) e Heloisa Greco (2003).

²²² Reformas de Base foram um conjunto de propostas de reformas estruturais vindas a público ainda durante o Governo de Jânio Quadros (1961) e que ganharam força política durante a Presidência de João Goulart (1961-1964). As propostas surgiram de uma coligação de forças entre a esquerda e os grupos nacionalistas. Sob o nome Reformas de Base, estavam as reformas: agrária, urbana, do estatuto do capital estrangeiro, educacional, universitária, bancária, tributária e eleitoral. Dentre as propostas desta última, constava a defesa do voto aos analfabetos e sua extensão a oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB (REIS FILHO, 2000, p. 24; FERREIRA, 2003, p. 352; LUNA; KLEIN, 2014, p. 92).

principais se restringiram a questões educacionais e as ações priorizaram a produção artística e cultural. A autora destaca a ocorrência de interações e influências entre artistas e universitários, valorando-se a ideia da obra de arte como auxiliar da política, como forma de resistência cultural. Foram numerosos os ciclos de cinema, cineclubes, apresentações teatrais e shows musicais (2016, p. 69-70). Apesar de não mais visível nas ruas, como nas grandes passeatas de 1967 e 1968, o ME continuou existindo, sendo escolha estratégica e de sobrevivência deixar as ruas e realizar as atividades nas universidades, organizando novas formas de luta. Embora particularmente vinculados a questões de política educacional, as críticas dos estudantes persistiam, como em relação à reforma universitária, à proposta de ensino pago e ao Decreto n. 477 (MÜLLER, 2016, p. 52).²²³

Como já temos ressaltado, a partir de 1974/1975 há uma nítida mudança de clima político. Ascendem a público as bandeiras de democracia e direitos humanos. Nesse contexto, marcado pela proposta de distensão política, há maior sensação de liberdade para retomar os espaços, ainda que permeada pelo medo da repressão. Os assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, em outubro de 1975 e janeiro de 1976 – nas dependências do quartel do II Exército, em São Paulo –, eram mostras de que a repressão continuava. A Operação Radar, desencadeada para desarticular o PCB em vários estados, era outro exemplo da contínua política repressiva. Era preciso estar atento.

Apesar dos medos e receios quanto a possíveis reações do Estado, Angélica Müller (2016, p. 90) argumenta que o Movimento Estudantil foi o primeiro ator, no interior dos movimentos

²²³ Por meio das atribuições do AI-5, em 26 de fevereiro de 1969, entrou em vigor o Decreto n. 477, que definiu “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares” (BRASIL, 1969). Tal legislação teria sido concebida especialmente para desestruturar as organizações estudantis (MOTTA, 2014a, p. 103), o que pode ser verificado pela natureza das atividades passíveis de receber infração disciplinar, entre elas: a deflagração de movimento que tivesse por finalidade a paralisação de atividade escolar; a prática ou participação de atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados; a confecção ou distribuição de material subversivo de qualquer natureza e o uso do recinto escolar para fins de subversão ou para prática de ato contrário à moral ou à ordem pública. No caso de membros do corpo docente ou de funcionários do estabelecimento, havia pena de demissão ou dispensa, com a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por instituição da mesma natureza pelo prazo de cinco anos. Na situação de estudante, o aluno seria desligado da instituição, estando proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos, dentre outras providências específicas (BRASIL, 1969).

Reitera-se que o Decreto n. 477 não foi o único instrumento de repressão aos estudantes no âmbito universitário. Houve intervenção em entidades estudantis, matrículas negadas e expulsões de discentes antes da norma, demonstrando que muitos “reitores dispunham de meios próprios para afastar estudantes tidos como subversivos sem necessitar de lei específica para isso” (MOTTA, 2014a, p. 104). No balanço das implicações do Decreto, Rodrigo Patto Sá Motta verifica que o número de estudantes punidos pelo instrumento foi inferior ao dos expulsos por outros meios. Ainda assim, pode-se compreender que justamente pela sua presença os discentes deixaram de realizar determinadas atividades, instalando “entre os estudantes o medo de protestar contra o governo militar, pois a sensação era de que dificilmente se escaparia das punições” (MOTTA, 2014a, p. 105-106).

sociais, a se reorganizar e a retomar o espaço público na luta pelas liberdades democráticas. Gostaríamos de enfatizar ainda que, ao lado dos estudantes, estiveram os chamados Movimentos de Anistia, dentre os quais um foi, inclusive, formado principalmente pelo ME: o Comitê 1º de Maio pela Anistia.

São Paulo: a constituição do Comitê 1º de Maio pela Anistia

Em 28 de abril, oito pessoas foram presas no ABC paulista, dentre estudantes e operários, na ocasião em que entregavam panfletos para o evento do 1º de Maio.²²⁴ A data que celebrava o Dia do Trabalho assumia a função de luta política, buscando agregar parcelas de insatisfeitos com os rumos do país. Segundo o discurso do Comitê, o evento seria patrocinado “por Pastorais da Igreja, Associações de Moradores, oposições sindicais e DCEs universitários, e não seria uma comemoração festiva, mas sim um dia verdadeiramente consagrado ao trabalhador, a seus problemas e reivindicações”.²²⁵

O “Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio” foi criado em repúdio a essas prisões, durante um ato estudantil em 3 de maio, na PUC/SP. Segundo os autos do DEOPS/SP, a mesa que dirigiu o evento foi formada pelos deputados estaduais Alberto Goldman (MDB/SP) e Vanderley Macris (MDB/SP), pelo suplente de vereador Benedito Cintra (MDB/SP), pela presidente do MFPA, Therezinha Zerbini, por representantes das oposições de vários sindicatos, além de dirigentes estudantis. Os autos destacaram os discursos de Alberto Goldman e Therezinha Zerbini. Enquanto Goldman enfatizou a necessidade de uma nova Constituição, Zerbini por “coincidência” teria proposto a instalação imediata de Comitês Pró-Anistia de Presos Políticos, sugestão aceita por todo o plenário. Desta forma, os autos sinalizam que a iniciativa de criar comitês teria partido da própria advogada, o que provavelmente pode ter

²²⁴ O ABC compreende as três cidades industriais da região Metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. De acordo com os “Autos do Comitê 1º de Maio pela Anistia”, produzido pelo DEOPS/SP os presos foram: Celso Giovaneti Brambilla, José Maria de Almeida e Márcia Basseto Paes. Segundo investigação do DOPS, estas três pessoas teriam buscado emprego na região com baixos salários, comparados a suas qualificações, com o objetivo de “infiltrar-se em entidades sindicais para promover a subversão”. A investigação teria ainda desbaratado duas organizações: “Liga Operária” e “Movimento de Emancipação Popular”, remanescentes da VAR-PALMARES, o que culminou com a prisão de mais cinco pessoas: Anita Maria Fabri, Fernando Antônio de Oliveira Lopes, Fortuna Dweck, Cláudio Júlio Gravina e Ademir Marini. Foram ainda levantadas informações sobre a formação dos presos. Celso Giovaneti estava com matrícula trancada no 5º período Faculdade de Engenharia de São Carlos; Fernando era aluno da Faculdade de Educação e Cultura do ABCD; Anita cursava História na USP e Fortuna e Cláudio eram alunos da PUC/SP. Os autos estão disponíveis em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/anistia/relatorio-sobre-comite-primeiro-de-maio-deopsop0016010001me.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

²²⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio. Anexo: Comitê 1º de Maio – Resposta ao momento atual.

acontecido, haja vista sua atividade já constante de incitar e participar da criação de núcleos do MFPA.

De acordo com os discursos posteriores do Comitê, estudantes paulistas entraram em greve geral em repúdio às prisões, acompanhados pelos discentes da UFMG e por manifestações de solidariedade em várias instituições do país. A narrativa frisa que os protestos não se restringiram aos estudantes:

Amplios setores da população aderiram, e fizeram eco às vozes de denúncia que se levantavam nas universidades. Em vários Estados foram realizados atos públicos de repúdio às prisões de São Paulo. Estudantes, trabalhadores, funcionários, professores, jornalistas, advogados, padres, famílias de presos e exilados políticos, parlamentares, levantaram a bandeira de luta contra as prisões políticas, torturas e assassinatos e pelas liberdades democráticas.²²⁶

A fonte indica a presença de atos públicos pela libertação dos operários e estudantes, nas universidades de Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, Viçosa, Juiz de Fora, Brasília, Curitiba, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Os Comitês 1º de Maio pela Anistia foram constituídos durante esses atos. Segundo o núcleo carioca, a criação foi uma “resposta saída de mobilização popular ampla, para expressar o repúdio ao [...] estado das coisas”. A importância repousaria “no próprio caráter de sua criação” e no papel que assumia, de “unificar na denúncia e na mobilização todos aqueles [que se opunham] à opressão e à injustiça”.

James Jasper (2016) nos auxilia a compreender elementos que os movimentos sociais modernos têm em comum, a maneira como se organizam e transmitem suas causas. Há toda uma infraestrutura necessária para que se estabeleçam, como as comunicações, os transportes, os locais de reunião e as redes sociais que cruzam pessoas e ideias no tempo e no espaço. O autor entende que os significados transmitidos pelos movimentos sociais assumem formas físicas e figurativas.

Dentre os portadores físicos, revelam-se: as palavras; as formas visuais; as músicas; as artes performáticas e o ambiente construído: prédios, rodovias, jardins, parques, monumentos, memoriais, cemitérios, etc. Os nomes dos grupos; as formas visuais que os acompanham (emblemas, fotos, charges, grafites, etc.); a referência a livros como espécie de textos sagrados, emprestando ao movimento uma respeitabilidade intelectual, mesmo que seus membros não tenham feito a leitura das obras; as melodias que aludem aos movimentos, proporcionando um

²²⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio. Anexo: Comitê 1º de Maio – Resposta ao momento atual.

sentimento de solidariedade mútua, além das performances ao vivo, como shows, teatros de rua e os discursos públicos são todos transmissores de significados (JASPER, 2016, p. 67-71). Há ainda os portadores figurativos, que transmitem as mensagens de modo representativo, simbólico, destinados a atrair e a provocar um impacto no público, cativando suas emoções e impressões mais profundas. Estão entre eles: os hinos e *slogans*; os personagens; os fatos; as regras e leis, isto é, as instruções de como agir, sobre o que é normal e moral; as ideologias e as identidades coletivas (JASPER, 2016, p. 73).

Os Movimentos de Anistia se projetam como movimentos sociais centrais do período, que exercem ampla mobilização (política e social), não apenas pró-anistia, mas em defesa dos direitos humanos, e no limite, pela redemocratização do país. Na qualidade de movimentos sociais, toda uma infraestrutura precisou ser organizada, tanto em questões de espaço físico e finanças quanto no que se refere às maneiras mais viáveis de divulgar, transmitir e publicizar a Anistia.

Assim como o MFPA, o Comitê 1º de Maio é formado para agregar pessoas ante uma causa, a anistia. Parte do repúdio ao estado ditatorial e a toda forma de opressão. A escolha do nome – 1º de Maio – foi um importante portador físico transmitido por esse movimento social, na medida em que tal designação representava um dia de luta, dedicado às demandas dos trabalhadores brasileiros, que, na ocasião do 1977, havia sido impedido, anulado pelo Estado. A demanda por denunciar o arbítrio e reunir partidários nos direciona a situar uma das dimensões do conceito de mobilização inscritas nesta Dissertação. Isto é, ao ser formado, o Comitê chama para si a responsabilidade da *mobilização política*, um processo que incita a ação partindo do alto, de um comando, com tendência a impulsionar partidários. Nesse caso, o comando é exercido pelo próprio Comitê. A mobilização proposta pela organização é da mesma forma uma *mobilização social*. Denuncia-se o arbítrio, exige-se a mudança do estado das coisas, a passagem de um comportamento a outro (PASQUINO, 1998), a transformação das dinâmicas políticas, o que, a nível geral representaria o fim da Ditadura.

A criação do Comitê 1º de Maio foi coberta pela Comunidade de Informação, que estava à espreita perante manifestações das oposições. Uma *Informação* declarou que o Comitê foi proposto “em repúdio às prisões de estudantes e trabalhadores no ABC”.²²⁷ Outro analista, de inclinação mais notadamente anticomunista, destacou que o Comitê fora criado em “repúdio às

²²⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte ASP_ACE_6644_81. Informação n. 3103 119/1977/ASP/SNI. Data: 13 jun. 1977. Assunto: “Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio”.

prisões de subversivos”.²²⁸ A alcunha de subversivos já era uma velha conhecida das oposições. Uma leitura feita pelo Comitê tratou de adaptar essa noção:

Subversivas eram as denúncias que faziam. Subversiva era a comemoração que estavam organizando. Porque subversivos são os que denunciam as péssimas condições de vida e a falta das liberdades mínimas a que está submetida a maioria da população e lutam para transformar esse estado de coisas. Sim. No regime em que vivemos, a verdade é subversiva!²²⁹

Um analista destacou a formação e as intenções do Comitê. De acordo com a narrativa, “todos os setores sociais, que se comprometessem com a sua ‘luta’ [poderiam] participar, através de suas entidades”.²³⁰ Outra *Informação*, apesar do conteúdo semelhante, foi novamente mais adequada aos moldes anticomunistas:

O “Comitê” restringe-se à [sic] denúncias de “prisões, assassinatos e torturas”; defesa da volta dos exilados, cassados e banidos; luta pela anistia total e irrestrita e estabelecimento de contatos com a ANISTIA INTERNACIONAL. Entre outras funções, procura realizar passeatas, assembleias e “shows”, objetivando angariar fundos para ajudar as famílias dos operários, estudantes presos em SÃO PAULO, por ocasião do “Dia do Trabalho” (1º Mai 77) e elaborar documentos de divulgação nacional e internacional, *atacando o regime político do País e depreciando a imagem do Brasil no exterior* [destaque nosso].

Para o analista da primeira *Informação*, os documentos de divulgação nacional e internacional abrangiam “*temas violentos de ataque ao regime brasileiro e depreciativos à figura da projeção nacional*” [destaque nosso]. Segundo constava, as divulgações seriam auxiliadas, naturalmente, pela Anistia Internacional. Mais uma vez, entrava em cena a preocupação da Ditadura com a imagem do Brasil no exterior.

Nas relações entre o Governo brasileiro e a França, Paulo César Gomes (2017) destacou que o Itamaraty não apenas buscou evitar a divulgação de aspectos negativos como também estimulou a publicação de notícias laudatórias, esforçando-se para zelar pela imagem do Brasil. Por atingir o prestígio internacional, as campanhas de difamação eram identificadas como problemas de segurança nacional. Desta forma, duas estratégias foram adotadas com vista a revigorar a imagem do país. A primeira resolução acionava as empresas com interesses no Brasil a pressionar os veículos de comunicação de seus países, melhorando o tratamento concedido ao nosso país. As empresas brasileiras que investissem no exterior também deveriam

²²⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

²²⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio. Anexo: Comitê 1º de Maio – Resposta ao momento atual.

²³⁰ Nota-se o uso de luta destacado, no sentido de contestar o significado da palavra.

adotar tal estratégia. Finalmente, Gomes (2017, p. 101) destaca que o próprio setor cultural da Embaixada na França trabalhou na divulgação de aspectos positivos sobre o Brasil, divulgando a música, patrocinando shows de artistas nacionais, fomentando o ensino da língua portuguesa, financiando a tradução de obras brasileiras e distribuindo materiais turísticos.

Além da esfera das relações diplomáticas, havia uma série de outros “inimigos externos” a serem combatidos. Se os inimigos internos eram aqueles inscritos ao espaço brasileiro, o inimigo externo número um ainda era o comunismo internacional. Aos poucos, outros desafetos iam aparecendo, como a Anistia Internacional e figuras de projeção pública, dentre artistas, escritores, políticos, etc.

O ponto seguinte de ambos os documentos da Comunidade tratava da diretriz do Comitê 1º de Maio. Havia a pretensão “de lançar bases [...] em todo o Estado de SÃO PAULO, divulgando as lutas e publicações que ele encaminha, [criando] subcomitês em todas as universidades do Estado, principalmente no interior e nas escolas isoladas”.²³¹ Este ponto deixava evidente um dos principais públicos que integrou o Comitê, os estudantes (MARTINS, 1978, p. 131). Ressalta-se, de todo modo, que, embora maioria, os estudantes e o ME não foram os únicos a compô-lo. A Comunidade de Informação conhecia os demais grupos que participavam dos atos e reuniões, dentre eles: operários, bancários, jornalistas, artistas, gráficos, familiares de presos políticos e exilados. A própria Therezinha Zerbini foi citada nominalmente como integrante. Hoje sabemos que isso não se procedeu, apesar do apoio e de atividades realizadas em conjunto.

O próximo item expunha a criação de um núcleo em Campinas (SP). Nas palavras do analista, sua formação teria o objetivo de “aglutinar forças com o anseio comum de ‘lutar pelas liberdades democráticas’”. Seriam convidados a participar das mobilizações estudantis: a Associação de Docentes da Unicamp, setores do MDB local, da Igreja, jornalistas, advogados, professores secundários, trabalhadores e professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Da forma como a *Informação* é descrita, entende-se que a iniciativa e as manifestações provinham dos estudantes, haja vista que se tratava de mobilizações estudantis.

Apesar dos receios e da manutenção da repressão, a nova estratégia de luta das esquerdas – e de parte do ME – pautava-se na construção de uma via legal, pública, e não clandestina,

²³¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

orientada por sugestões teóricas e políticas diferentes das que haviam nutrido a experiência armada de finais dos anos 1960 (ARAÚJO, 2000, p. 20). A partir destas orientações, seriam realizados os Dias Nacionais de Luta pela Anistia. Partia-se da ideia de atos pacíficos, não violentos, valorando-se o uso da palavra, a incluir os pedidos por democracia e liberdade.

19 de Maio de 1977 – Dia Nacional de Luta pela Anistia

Sob a organização do Comitê 1º de Maio, foi celebrado o primeiro “Dia Nacional de Luta pela Anistia”. As fontes foram unânimes ao descrever a magnitude e a projeção do evento. Os estudantes tinham retomado a força política e os espaços públicos. Devido aos poucos detalhes na documentação do SNI, optamos por uma incursão no jornal *Folha de São Paulo* (ed. 20 mai. 77). Era preciso compreender a amplitude do Dia Nacional. O evento foi a principal manchete do periódico e contou com quatro páginas de reportagem.

A *Folha* fez um levantamento exaustivo das manifestações estudantis e apresentou em detalhes os atores envolvidos. A primeira página destacou o evento em São Paulo. A manifestação estava prevista para ocorrer no Largo do São Francisco, local onde ainda hoje está localizada a Faculdade de Direito da USP. Haja vista o esquema policial montado, impedindo a concentração dos manifestantes, e reunindo todas as forças policiais de São Paulo, o ato ocorreu em frente à Faculdade de Medicina da mesma instituição. A manifestação reuniu oito mil pessoas, dentre estudantes, operários, bancários, professores, deputados e vereadores do MBD e o bispo regional de Osasco. O momento ápice do evento foi a leitura em coro do “Manifesto Paulista da Jornada Nacional de Luta pela Anistia”, cujo texto foi publicado na íntegra na *Folha* (ed. 20 mai. 1977):

Há duas semanas, exigimos nas ruas, a libertação de nossos 8 companheiros presos, operários e estudantes. Presos, sob a acusação de defenderem melhores condições de vida e trabalho para a população. Presos, sob a acusação de defenderem a liberdade de manifestação e organização para os setores oprimidos da sociedade.

Exigimos o fim do arrocho salarial.

Exigimos liberdades democráticas.

A resposta do regime militar tem sido clara: lançando bombas sobre a passeata de 15 mil pessoas; mantendo presos nossos companheiros; decretando novas prisões preventivas; chamando para depor perante a polícia política, *colegas de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará*, tentando, através da força militar, impedir nosso movimento, que hoje *assume um caráter nacional*.

Numa só frase, a resposta do regime militar foi: garantir os interesses dos que exploram os trabalhadores.

Mas não aceitamos. Não nos calamos em *São Paulo, Minas, Rio, Brasília, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, e em outros lugares*. Não podemos nos calar sabendo da existência de torturas, de perseguições e de prisões políticas. A violência tem sido o principal instrumento para garantir o lucro dos patrões. Nos contrapomos a essa violência militar tendo a certeza de estarmos expressando a profunda insatisfação da população brasileira. Nos contrapomos a esse regime com organizações populares, livres e independentes. Essa é uma condição

necessária para reivindicarmos nossos direitos violentados pela exploração econômica e pela repressão.

Hoje, voltamos a nos concentrar, nesta JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA ANISTIA. Para conquistarmos a liberdade que nos roubam. Porque não queremos mais heróis como Vladimir Herzog, Alexandre Vanucchi Leme, Manoel Fiel Filho, Honestino Guimarães e tantos outros companheiros assassinados pela ditadura.

Voltamos a nos concentrar para que soltem nossos companheiros presos. Para conseguirmos anistia total e irrestrita a todos os banidos, cassados e prisioneiros políticos.

Hoje, denunciamos a violência do regime militar!

Hoje, nos manifestamos contra a exploração econômica!

Hoje, não nos calamos perante as torturas!

Hoje, denunciamos as tentativas da polícia política de impedir nossa jornada nacional de luta!

Hoje, nos manifestamos contra a repressão e contra as prisões de nossos companheiros!

Hoje e sempre, não nos calamos e não nos calaremos perante uma realidade injusta que precisa ser transformada!

Pela Libertação Imediata dos Companheiros Políticos!

Contra Torturas, Prisões e Perseguições Políticas!

Pela Anistia Ampla e Irrestrita a Todos os Banidos, a Todos os Presos e a

Todos os cassados políticos!

Pelas Liberdades Democráticas! [destaque nosso]

Além do cenário de violência e da exigência de anistia e liberdades democráticas, um ponto que chama atenção no *Manifesto* é a amplitude nacional que teria tomado o Movimento, não restrita ao eixo Rio-São Paulo. A natureza nacional do ato foi compreendida pela própria *Folha*. Apesar da maior manchete destacar os eventos na capital paulista, o periódico se dedicou a localizar e situar as principais ações ocorridas nas demais capitais e cidades que registraram manifestações de alguma natureza. Outra ênfase narrativa do jornal se refere à dinâmica empreendida pelas forças de segurança (repressão). Em São Paulo, a operação teria durado 12 horas, com inúmeras detenções, iniciadas ainda na madrugada do dia 19. Ao final da tarde, as rádios foram censuradas. O mesmo veio a ocorrer com as emissoras de TV, proibidas pela Polícia Federal de noticiar os eventos.

No Rio de Janeiro, o ato teria se concentrado na PUC/RJ e contado com a participação de cinco mil pessoas. Houve a preocupação de situar a natureza do evento, de caráter estudantil e operário. Um dos principais destaques tratava da aprovação da “Semana Nacional de Anistia”, por 1.057 votos a 1.036. Dentre os *slogans* do Movimento carioca, já era esboçada a frase “Anistia ampla, geral e irrestrita”, que viria a se tornar uma das principais palavras de ordem das mobilizações em 1978 e 1979.

Em Salvador, cinco mil estudantes teriam se reunido no campus da Politécnica. Havia expectativa de se realizar uma assembleia para decidir se entrariam em greve em decorrência

da prisão de sete jornalistas e de um ex-estudante. Durante a assembleia, foram lidos um *Manifesto* e uma *Carta Aberta*, provavelmente de natureza semelhante ao discurso proferido em São Paulo.

Em Porto Alegre, mais de dois mil estudantes teriam se encontrado diante da Faculdade de Filosofia da UFRGS. A notícia destacou que entre 30% e 40% do público não era formado por estudantes, mas por operários, motoristas, bancários, etc. As emissoras de rádio da capital gaúcha também ficaram proibidas de fazer referência à manifestação. A canção “Pra não dizer que não falei das flores” (Geraldo Vandré) teria sido entoada em conjunto, após a distribuição da letra (FOLHA DE SÃO PAULO, ed. 20 mai. 1977). O Comitê 1º de Maio gaúcho teria sido criado justamente nesta ocasião.²³²

Em Brasília, o ato realizado na reitoria da UnB teria reunido “o maior número de estudantes já visto na universidade desde 1971”. Foi feita a leitura de uma *Carta Aberta* e, ao final, ensejou-se a ideia de criar o “Comitê pela anistia irrestrita aos presos políticos”. Uma reunião prevista para o 20 de maio ficaria ao cabo de organizá-lo. Em resposta ao evento, o reitor da Universidade alegou que iria punir os responsáveis do movimento com toda a instrumentação legal disponível, desde a simples suspensão do Decreto n. 477.

Em Belo Horizonte, cerca de mil estudantes teriam se concentrado nas dependências da UFMG. O destaque do ato, segundo a *Folha*, foi a participação oficial do MDB mineiro, que enviou como representante o deputado estadual Pedro Narciso. Ainda teriam discutido a organização do “Comitê Pró-Anistia Manuel Fiel Filho”.

O periódico paulista também destacou eventos de menor projeção em Curitiba e Florianópolis. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), os professores decidiram pela suspensão das aulas, considerando o número pequeno de comparecimentos. Ocorreu uma assembleia estudantil no pátio interno da reitoria, que teria contado com a participação de aproximados 200 estudantes. As tropas da PM cercaram o local. Na UFSC, o evento teria durado pouco mais de cinco minutos, com a presença de 100 pessoas. Foi lida em coro uma *Carta aberta aos estudantes*.

Mesmo nos locais onde não foram registrados eventos, a *Folha* procurou situar as razões da ausência. Isso ocorreu nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Pernambuco, Alagoas, Piauí e Goiás. Nesses ambientes houve intervenção ora das forças policiais, nos arredores de

²³² Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

possíveis locais de aglomeração estudantil, ora dos próprios reitores, proibindo manifestações nas dependências das universidades.

Feita esta incursão pelas manifestações do dia 19, há que se observar a presença de elementos compartilhados, como a participação majoritária dos estudantes, a concentração nos arredores das universidades, a leitura de *Manifestos* e *Cartas Abertas* e a própria criação de novos Comitês 1º de Maio pela Anistia. Esses pontos registram a relação de conexão estabelecida entre os estudantes brasileiros, e o alinhamento exercido nas diferentes cidades do país, apesar do cenário de repressão e violência criado para impedir suas manifestações e comunicações.

No dia seguinte aos eventos, um analista de informações registrou uma reunião na PUC/SP. A natureza dos movimentos sociais não era falha – considerando a dinâmica de organização, que inclui com frequência a composição de um calendário de atividades –, e já estava organizado o próximo “Dia Nacional”, com data para o 15 de junho. Ainda era previsto um “Ato Público Nacional”, em 18 de junho. Durante essa reunião, teriam participado representantes de operários, bancários, jornalistas, artistas e gráficos, e várias entidades estudantis.²³³ Essa descrição por si só revelava a diversidade de procedências do Comitê 1º de Maio. Outro ponto comum aos movimentos sociais, além da organização de um calendário programático, passava pela composição de uma infraestrutura, a incluir as comunicações, os transportes, os locais de reunião, as redes sociais e os fundos financeiros (JASPER, 2016). Na *Informação*, há um item inteiro sobre a proposição de uma comissão de finanças:

Proposta de criação da Comissão de Finanças, que teria como objetivo o dinheiro necessário ao ME [Movimento Estudantil], arrecadado através de contribuições espontâneas; rifas; exposições de artes, feitas com trabalhos de presos políticos; venda de “Cadernos de Denúncias e Torturas”, que “contêm todos os métodos de torturas sofridas pelos presos políticos”; venda de bônus; e venda de literatura de cordel, sob o título “A Luta Secular pela Anistia”.

Outras sugestões foram registradas pelo analista, como a ideia de enviar um ofício ao “Comitê de Anistia Internacional” e às autoridades brasileiras, encaminhando em conjunto um

²³³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

abaixo-assinado, que havia sido firmado no dia 19 de maio durante a manifestação, reivindicando Anistia e liberdades democráticas (FOLHA DE SÃO PAULO, ed. 20 mai. 1977).

Outros núcleos do Comitê 1º de Maio foram criados pelo Brasil, ainda em maio de 1977 (CIAMBARELLA, 2002; FAGUNDES, 2019), o que revela uma significativa conexão entre os estudantes e o ME no país, que figuraram entre os principais personagens do Comitê. Formado em 3 de maio em São Paulo, o coletivo alcançou força política o suficiente para fomentar a criação de congêneres em outros estados, que atuavam com significativa autonomia, superior à dinâmica concebida pelo MFPA, de tónus mais centralizado.²³⁴ Os Comitês se formaram através de diversas referências políticas, tendo como organizador principal o Movimento Estudantil, e promoveram atos públicos de projeção nacional, a exemplo dos “Dias Nacionais de Luta pela Anistia”.

Porto Alegre

Em Porto Alegre, além da criação do Comitê 1º de Maio no ato do dia 19, o documento da Comunidade de Informações apresentou detalhes de uma reunião da entidade (31 mai. 1977), que teria contado com a presença de 20 estudantes. Foram destaques na ocasião: a venda de bônus para arrecadar fundos de ajuda aos exilados, a acusação ao Departamento da Polícia Federal, que estaria violando as correspondências enviadas para o exterior e a necessidade de organizar a identificação dos participantes das reuniões, para maior segurança de todos. Segundo o analista, o núcleo gaúcho congregava

[...] costumeiramente, em suas reuniões, cerca de vinte estudantes, dos quais destacam-se CÉSAR SANTOS ÁLVARES, ELISABETE PRIMO PORTUGAL e MÁRCIA PINTO CAMARGO, todos líderes do grupo ‘Perspectiva’, de *tendência esquerdista radical* que atua na Universidade Federal do RIO GRANDE DO SUL [destaque nosso].

Finalmente, teria sido entregue o terceiro número do jornal *Luta Contínua*, uma publicação assinada pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre e pelo seu Comitê de Defesa dos Direitos Humanos. A versão completa foi inclusa nos anexos da *Informação*.²³⁵ A maior parte do texto abrangia a carta assinada por Marcos Cardoso Filho.²³⁶

²³⁴ Alessandra Ciambarella (2002, p. 39) aponta para a atuação de 16 núcleos do Comitê 1º de Maio, mas não os especifica.

²³⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

²³⁶ Engenheiro eletricitista, professor da UFSC e preso político em Santa Catarina. Como destacado anteriormente, Marcos Cardoso Filho teria incentivado a estudante Margaret Grando a procurar Therezinha Zerbini para formar

Essa produção nos ajuda a compreender parte da retórica do Setor Jovem do MDB, alinhado com as oposições, apesar de todo o leque de ambiguidades que envolveu o partido durante a Ditadura.²³⁷

A partir da motivação do título – “Em defesa dos direitos humanos” –, a publicação ressalta o cenário de violações, dentre cassações, torturas e assassinatos. Desta forma, o Setor Jovem propõe a luta contínua pela redemocratização, defendendo uma Assembleia Nacional Constituinte eleita livremente. Como já observamos, a pauta da Constituinte ganhou força a partir de abril de 1977, sobretudo após o Pacote de Abril. Diferente do MDB, as entidades da sociedade civil exigiam uma Constituinte nos moldes populares, isto é, a ser formada por representações populares.

Antes da publicação integral da carta de Marcos Cardoso Filho, há uma pequena introdução que explica a situação do preso político. De acordo com o texto, Marcos, Alécio Verzola e Roberto Cologni estavam presos sem nenhuma denúncia formalizada pela Justiça Militar. Com o objetivo de obter um julgamento, os três presos recorreram à greve de fome por 14 dias. Em decorrência desse fato, foi formada uma Comissão Especial, que deveria se dirigir a Curitiba para contatar as autoridades da Auditoria Militar. A Comissão era integrada pelo Arcebispo de Florianópolis, dom Afonso Niehues, pelo deputado arenista Martin Herculano Guizo e por um representante do Setor Jovem do MDB de Santa Catarina.²³⁸ Ainda em maio, destacou o *Luta Contínua*, a pedido do Setor Jovem, o Presidente do MDB gaúcho, deputado Pedro Simon, fez um pronunciamento na tribuna na Assembleia Legislativa e denunciou a situação daqueles presos políticos.

Notava-se, assim como na região Nordeste, uma relação de solidariedade entre as oposições dos estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – no que dizia respeito a liberdades e melhores condições para os presos políticos de seus respectivos lugares, de seus círculos de conhecidos, e, em termos mais amplos, da luta pelos direitos humanos e por anistia. A partir de 1978, essa ligação regional ficaria ainda mais explícita, outros personagens e outras referências adentrariam o cenário político.

o MFPA/SC.

²³⁷ Sobre o MDB durante a ditadura, ver: Maria Dalva Gil Kinzo (1988), Rodrigo Patto Sá Motta (1997). Para um estudo regional da trajetória do partido, ver, sobre o Espírito Santo: Ueber José de Oliveira (2013).

²³⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio. Anexo da Informação.

A carta escrita por Marcos Cardoso Filho foi um relato da opressão. Ela representou um conjunto de pessoas que não se calou perante as violações aos direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado. A inclusão de alguns excertos nesta Dissertação busca situar uma das razões da necessidade de uma anistia inserida no paradigma da anistia como conquista dos direitos humanos (FAGUNDES, 2019). Conquistar direitos humanos significava, no limite, conceder liberdade aos presos políticos, e, em termos mais individuais, conceder-lhes o direito a um julgamento justo em condições de dignidade, o que não incluiria os cenários de tortura narrados pelos encarcerados.

Escrita em 21 de dezembro de 1975, a carta foi publicada pelo Setor Jovem gaúcho apenas em maio de 1977. Sua narrativa traz algumas passagens da repressão aos presos políticos. De início, o autor procura contextualizar o cenário e a onda de violência exercida sobre qualquer indivíduo ou coletivo. Em seguida, e talvez este seja o ponto mais nevrálgico do texto, passa a relatar os últimos acontecimentos que o envolveram:

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos por elementos estranhos. Falei prisões, mas na realidade foram sequestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retiradas sem ordem livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares.

Fui levado para as dependências do Exército local (63 RI) onde mais tarde ouvi vozes de outros amigos. [...]

[...] “Coronel Rui” atacou-me moralmente com injúrias. Acusou-me de pertencer ao extinto Partido Comunista Brasileiro, PCB, sendo membro do Comitê Estadual e Comitê Municipal, responsável pelo Setor de Agitação e Propaganda. Queria que desse o nome de outras pessoas que pertencessem ao mesmo organismo. Como reafirmasse a minha participação no Movimento Democrático Brasileiro e negasse qualquer participação clandestina fui ameaçado fisicamente e mandado para a cela com Vladimir Amarante e Newton Cândido, que me contaram por que espécies de torturas tinham passado. [...]

Ao chegarmos em Curitiba fomos colocados em outro carro e levados para as dependências do Exército (DOI-CODI). Fui imediatamente levado ao interrogador que me disse “estas nas garras da polícia da ditadura militar-fascista “e que eram “melhores que a Gestapo”.²³⁹ Como mantivesse a mesma posição fui levado para a sala de torturas, o “Purgatório” como o chamavam. A tortura ficou a cargo de Jorge. Fez-me tirar as roupas. Era uma noite terrivelmente fria. Mandou então ficar sobre uma lata de cera destampada (estava descalço), ficando genaflexionado, com os braços horizontais e as palmas das mãos para cima. Recebi várias raquetadas (um pedaço de tábua) na mão para “experiência”: se caísse ou mudasse de posição receberia duas delas em cada mão. Deram-me então vários eletrochoques. Como perdesse o equilíbrio, levei várias raquetadas novamente. Fiquei nessa situação mais de 30 minutos. Como continuasse negando acusações fui colocado no “pau-de-arara”. Deram-me então várias raquetadas nas nádegas e na sola dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervente sobre os órgãos sexuais. Como permanecesse calado, ameaçaram e levaram a efeito o afogamento no pau-de-arara. Como estava

²³⁹ Gestapo foi a polícia secreta oficial da Alemanha Nazista, formada em 1933 e dissolvida em 1945.

encapuçado, molharam o capuz que passou a aderir ao nariz e à boca, tornando a respiração praticamente impossível. [...]

Marcos desmaiou devido aos vários afogamentos. Ao recobrar os sentidos, estava novamente no pau-de-arara recebendo eletrochoques. Em seguida, foi atendido por um enfermeiro que avaliou o seu estado físico.²⁴⁰ Já no limite da resistência física, a tortura sessou.

[...] Como a resistência física tivesse chegado ao limite e poderia ocorrer a minha morte, resolveram parar. [...] Estava molhado, com frio e com sede. Bebi água espremendo o capuz, que estava molhado. [...] Dirigiam-se a mim com ameaças de morte, com injúrias, ameaça de trazer os familiares para serem torturados na minha frente. [...] À noite ouvíamos gritos de crianças e mulheres sendo torturadas. Várias vezes éramos acordados para depor criando assim um clima de terror inquisitorial.

As cenas narradas por Marcos Cardoso Filho representaram uma constante em diversos DOI-CODIS espalhados pelo Brasil. Há inclusive certa semelhança quanto aos métodos de tortura empregados nas inúmeras narrativas de ex-presos políticos, vindas à tona especialmente após o final da Ditadura Militar. Muitos familiares, sem nenhum envolvimento com as agremiações políticas, foram torturados em frente aos presos políticos. Chegava ao desespero os métodos acionados pelo Estado para que certas “verdades” ou versões fossem captadas.²⁴¹

Escrita há pouco mais de um ano, a carta adentrava 1977 ainda como uma realidade. Parece-nos que o objetivo de divulgá-la dentro de uma reunião do recém-criado Comitê 1º de Maio passava justamente por sensibilizar e situar os presentes quanto à contínua arbitrariedade do Estado.

Rio de Janeiro e a entrada de Iramaya Benjamin na campanha pela anistia

No Rio de Janeiro, o Comitê 1º de Maio foi criado durante o ato de 10 de maio de 1977. De acordo com um panfleto produzido pela própria organização, o evento foi realizado na PUC/RJ com a presença de sete mil pessoas.²⁴²

Segundo a narrativa do analista, o Comitê carioca teria sido composto por 40 membros, na maioria estudantes. A fonte apresentou a citação de alguns nomes, acrescidos de dados

²⁴⁰ O trabalho de Greco (2003) apresenta uma série de dados sobre profissionais da saúde que colaboraram com os episódios de tortura e mantiveram-se nos seus postos de trabalho após o fim da Ditadura.

²⁴¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre as torturas e as narrativas de ex-presos políticos, consultar o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014).

Disponível em: < <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/relat%c3%b3rios.html> >. Acesso em: 4 fev. 2021.

²⁴² Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Anexo da Informação. Comitê 1º de Maio – Resposta ao Momento Atual.

peçoais, como filiação, local de nascimento e atividades que exerciam.²⁴³ Entre os citados, estava Iramaya Poranci de Queiroz Benjamin.

Até o início de 1968, Iramaya Benjamin era uma típica mulher de classe média, formada em Química e no Curso Normal. Já graduada e aprovada no concurso para o Ministério da Fazenda, foi trabalhar na Alfândega do Rio de Janeiro, examinando mercadorias importadas. Casou-se em 1947 com o oficial do Exército Ney Benjamin e teve três filhos – Cid, Leo e César, nascidos em 1948, 1952 e 1954, respectivamente (BENJAMIN, 1999, p. 5-6).

A entrada de Iramaya na vida pública adveio por ocasião da atuação política de seus filhos, Cid e César. Entre 1966 e 1967, Cid fez vestibular para a Escola de Engenharia do Rio de Janeiro.²⁴⁴ Iramaya, na procura por abrir novas janelas, veio a cursar Filosofia na mesma instituição. Em 1967, Cid já participava do Movimento Estudantil. Em 1968, foi preso pela primeira vez durante o Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Por ser principiante, na visão dos agentes de segurança, ficou detido apenas uma semana. Depois do AI-5, em dezembro daquele ano, saiu de casa e foi viver clandestinamente. No início de 1969, o filho mais novo, César, também saiu de casa, aos 14 anos de idade (BENJAMIN, 1999, p. 7-8; BENJAMIN; AUTRAN, 1982, p. 10).

O primeiro contato mais direto de Iramaya com a repressão ocorreu pelo envolvimento de Cid com o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969.²⁴⁵ O depoimento de Iramaya a Margarida Autran (1982, p. 9) é revelador:

Em princípios de setembro de 1969, Cid, que estava em uma semi-clandestinidade [*sic*], me telefonou certo dia pedindo que eu arranjasse um pouco de clorofórmio. Como eu sabia que eles estavam lidando com armas de fogo, pensei que algum deles estivesse ferido e fosse preciso fazer alguma extração de bala, ou qualquer operação semelhante, e o clorofórmio fosse para isso. Na manhã seguinte, fui bem cedo para o

²⁴³ Os citados foram: Paulo Roberto de Araújo Abrantes, presidente do DCE/PUC/RJ e responsável pelo jornal Quilombo dos Palmares. Aloísio Henrique Castelo de Carvalho, vice-presidente do DCE/PUC/RJ. Outros citados nominalmente foram: Edson Khair, deputado estadual (MDB/RJ); José Frejat, vereador (MDB/RJ); Antônio Carlos Nunes de Carvalho, vereador (MDB/RJ); e Iramaya Poranci de Queiroz Benjamin. Segundo constava, havia indicações de que Aloísio militava na Política Operária (POLOP) em face das posições políticas que vinha defendendo. Talvez a fim de explicar a natureza de suas posições, o analista observou que, em uma das últimas reuniões do Comitê, Aloísio se colocara como partidário de um “governo revolucionário dos trabalhadores” e da criação de “tribunas populares”.

²⁴⁴ Compõe os quadros da atual UFRJ.

²⁴⁵ Integrantes de duas organizações de esquerda – ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – planejavam e executaram o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Em troca de sua liberdade, exigiu-se a libertação de 15 prisioneiros políticos e a transmissão de um manifesto em rede nacional denunciando a imagem pública do regime (RESENDE, 2019). Em consequência desse sequestro, que foi o primeiro de cinco organizados por grupos de oposição no Brasil, foi decretado o AI-13, dispondo sobre o banimento do território nacional de brasileiro “inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional” (BRASIL, 1969).

laboratório onde eu trabalhava, peguei o clorofórmio que tinha, e que era mais ou menos um litro, e me encontrei com Cid e Vera Silvia no Cais do Porto.

Fiquei muito admirada com o aspecto deles. Estavam vestidos como pessoas sem nenhuma posse, pobres mesmo. E estavam muito alegres, excitados. Eram mais ou menos 7:30h da manhã. Entreguei o clorofórmio e eles me ofereceram uma carona para o centro da cidade ou para a zona sul, mas como eu já estava perto do trabalho decidi ficar por lá mesmo, trabalhando.

Já que eu havia chegado muito cedo ao laboratório, também saí cedo. A uma hora da tarde, quando cheguei em casa, ouvi no rádio a notícia: sequestrado o embaixador americano, com clorofórmio. Então pensei, lá está o meu clorofórmio.

Ao chegar da Universidade sua casa estava completamente revirada, “até os travesseiros eles abriram e espalharam o recheio pela casa toda, procurando pistas”. Os policiais presentes teriam lamentado o fato de seu filho ser um dos sequestradores. Por esse episódio, Cid foi preso em abril de 1970. Em junho daquele ano, foi trocado pelo embaixador alemão (outro sequestro organizado) e banido (BENJAMIN; AUTRAN, 1982, p. 10; BENJAMIN, 1999, p. 9).

Em agosto de 1971, César Benjamin foi preso na Bahia, ainda menor de idade. A partir daquele ano, Iramaya iniciou verdadeira peregrinação. Primeiro, na procura de informações a respeito do filho. E, em um segundo momento, buscando sua liberdade. César ficou cinco anos na prisão. Destes, esteve três anos e meio na solitária, com a visita da família uma vez por semana (BENJAMIN, 1999, p. 11). Foram seis processos no âmbito da justiça, todos considerados inimputáveis por ser menor de idade. Em meados da década de 1970, já sob a presidência de Ernesto Geisel, Iramaya lembra que se tornou insustentável para os militares conservarem seu filho preso. A Anistia Internacional bombardeava Geisel com telegramas a ponto de o presidente exigir a liberdade de César com segurança. Contudo, depois de solto deveria deixar o país (BENJAMIN; AUTRAN, 1982, p. 66; BENJAMIN, 1999, p. 12-13).

Ao final de 1976, Iramaya percebeu que tinha dois filhos no exílio (Suécia) e que não estava fazendo nada em favor da Anistia, nada para trazer seus filhos de volta (BENJAMIN; AUTRAN, 1982, p. 68). Foi a partir desta motivação pessoal que a personagem passou a se empenhar na luta pela Anistia. Nos idos de 1977, Iramaya era apresentada pela Comunidade de Informação como:

Mãe de CÉSAR QUEIROZ BENJAMIM (militante do MR-8, ora no exterior) e CID QUEIROZ BENJAMIM (militante do MR-8, banido).
Pertence ao “Comitê Feminino Pró-Anistia”, tem ligações com a “Amnesty International” e com o “Tribunal Bertrand Russel II”.
Representa, no “Comitê 1º de Maio”, os familiares dos “presos políticos”, *onde defende posições ultra-esquerdistas*.
É funcionária do Ministério da Fazenda, no RIO DE JANEIRO, e é casada com o Cel. Ex. R/1 NEY BENJAMIM.

A “mãe de César e Cid”, como é descrita pelos analistas, integrou a campanha pela anistia política a partir de 1977, e será descrita nos idos de 1979 como “a presidente do CBA/RJ”. Neste ano, participou dos quadros do Comitê 1º de Maio no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1978, foi uma das principais organizadoras do CBA.

A força política adquirida no Comitê 1º de Maio do Rio de Janeiro foi tamanha que, dentro de um mês de criação, foi organizada uma “Semana pela Anistia” (8 a 15 jun. 1977). Apesar de não termos muitos detalhes sobre a programação do evento, encontramos um exemplar de um panfleto no fundo SNI, distribuído para convidar o público:

Como primeira atividade do Comitê 1º de Maio, com o objetivo de aglutinar e mobilizar os amplos setores que hoje lutam pela Anistia, será realizada, de 8 a 15 de junho, uma SEMANA PELA ANISTIA, que constará de diversas atividades, como um show de música popular, uma Mesa-Redonda sobre Anistia, feira de artesanato dos presos políticos do RJ, painéis sobre a situação dos presos, uma sessão de cinema com debate, e várias outras.²⁴⁶

Se a programação completa não foi pormenorizada, a mesa-redonda que tratava o panfleto foi descrita por uma *Informação*, que apresentou sua composição e os principais trechos dos discursos. Realizado em 14 de junho de 1977, no restaurante da PUC/RJ, o evento contou com a participação de aproximadas 800 pessoas.²⁴⁷ Segundo a fonte, a reunião durou cerca de duas horas. A mesa dirigente esteve composta por:

MÁRCIO SILVEIRA LEMGRUBER, presidente do DCE/UFF; MARCOS GOMES, representante do jornal “MOVIMENTO”; ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO, vereador pelo MDB/RJ; TEREZINHA ZERBINI, do Movimento Feminino pela Anistia; EDNA MANGABEIRA NUNES, representante das famílias dos “presos políticos”; e MODESTO DA SILVEIRA, advogado.

Para o analista, o discurso de Zerbini “atacou” o regime político do país e procurou orientar as lideranças estudantis quanto à forma de condução do Movimento Estudantil. Ao final, utilizou-se dos *slogans*: “pelo fim das prisões e torturas”; “pelo fim de todos os atos e leis repressivas” e “pelas liberdades democráticas”.

Quanto a possíveis orientações da advogada ao ME, há certas dúvidas sobre essa intenção do modo como vem descrito pelo SNI. Isso porque a líder do MFPA ressaltou por diversas vezes, sobretudo em entrevistas posteriores, que não tinha laços estreitos com o Movimento

²⁴⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio. Anexo: Semana pela Anistia.

²⁴⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

Estudantil, e que apresentava inclusive dificuldade em contatar os estudantes. O clamor “Graças a Deus! Nós não estávamos mais sozinhas” representava justamente isso. Por dois anos (1975 e 1976), Zerbini demonstrara-se uma personagem incansável na campanha pela anistia, mas o fato é que a entrada dos estudantes na campanha representou um respiro. Havia mais braços a somarem na luta.

Como característico das *Informações* do SNI, geralmente o analista expressava suas impressões pessoais, suas interpretações acerca dos eventos que lhe cabia registrar. Desse modo, parece-nos que, provavelmente, o analista superestimou a capacidade de influência de Zerbini.

No evento, há ainda dois discursos que gostaríamos de destacar, proferidos por Márcio Lemgruber e por um representante do Comitê 1º de maio, não identificado pelo analista.

A fala de Lemgruber, que representava expressivo número de estudantes, demonstra o quão consciente estava esse grupo em relação ao processo político que os atravessava. Destacou que “o Governo já vinha sofrendo desgastes nos setores empresariais, descontentes com as medidas destinadas a superar a ‘crescente crise econômica’”. As recentes mobilizações estudantis enfraqueciam-no ainda mais. O Governo estaria ainda desgastado e isolado pelas divisões internas e por se mostrar incapaz de apresentar um projeto político que unificasse as camadas dominantes: “ora forçado a permitir, ora forçado a reprimir”, avançando e recuando em suas decisões.²⁴⁸

O último discurso destacado pelo analista não foi identificado nominalmente. O representante do Comitê 1º de Maio abordou a necessidade de

[...] sair às ruas; que não era uma questão de princípio, mas uma necessidade política para o avanço do Movimento Estudantil, ampliando as mobilizações, realizando concretamente, a unificação com outras classes na luta pelas liberdades democráticas. Seria a forma de estender a luta aos bancários, comerciários, funcionários públicos, donas de casa e operários entre outros.

Era 14 de junho de 1977. A ênfase que atribuímos a esse discurso passa por compreender a demanda por ampliar as mobilizações e unificar-se com outros grupos, estendendo a luta aos demais setores da sociedade. Tal anseio era crescente justamente pela necessidade de conectar-se com as bases para a luta, popularizando-a, a exemplo do dizer: “Vamos avançar com a

²⁴⁸ Leitura semelhante a Lemgruber, que a fez no calor dos acontecimentos, foi apresentada pela Ciência Política e pela Historiografia, quanto aos avanços e recuos e aos projetos que pudessem recompor e institucionalizar o Estado. Ver: Lemos (2018); D’Araújo; Soares e Castro (1995); Diniz (2016 [1985]) e Alves (1984).

resistência popular”. Como veremos no próximo Capítulo, a demanda por popularização da campanha da Anistia vai ser um dos principais pontos de pauta dos encontros e congressos de Anistia, em 1978 e 1979.

Para o 15 de junho, estava programada uma manifestação pública nas escadarias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). O analista observou que os membros do Comitê 1º de Maio fariam um prévio reconhecimento do local. Caso a área estivesse tomada pelos Órgãos de Segurança, a manifestação seria transferida para um “ponto alternativo”, no campus da UFRJ. Por fim, observou a falta de interesses dos estudantes em entrar em choque com a “repressão”, haja vista o novo clima político que passava a repudiar as práticas de violência (ARAÚJO, 2000).

15 de junho de 1977 – Dia Nacional de Luta pela Anistia

Havia certa expectativa para o 15 de junho. Considerando o saldo positivo do 19 de maio, esperava-se, ao menos, repetir a projeção do evento precedente. Desse modo, os diversos Comitês dispuseram-se a organizar atividades em suas respectivas regiões com vista a continuar o trabalho de visibilidade e mobilização.

Uma *Informação*, originária da Agência Porto Alegre do SNI (APA/SNI), registrou a reunião nas dependências do Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE/UFRGS), com a participação de aproximados 100 estudantes.²⁴⁹ Durante essa reunião teria sido

[...] vendido, a Cr\$ 5, 00, bônus (anexo) que publica a gravura “The Parents”, de autoria de KATHE KOLLWITZ,²⁵⁰ acompanhada das seguintes palavras de ordem: “Fim às prisões e torturas”; “Pela Anistia Ampla e Irrestrita”; “Por uma Constituinte livremente eleita”; “Pelas liberdades democráticas”.

²⁴⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ ACE_8628_84. Informação n. 343/119/APA/77. Data: 17 jun. 77. Assunto: Movimento Estudantil; Dia Nacional de Luta pela Anistia; Comitê pela Anistia 1º de Maio.

²⁵⁰ A gravura “The Parents” é um dos sete *woodcuts* produzidos pela desenhista, pintora, gravurista e escultora expressionista alemã Käthe Kollwitz (1867-1945), entre 1921 e 1922. Segundo o *site* [tate.org.uk](http://www.tate.org.uk) a obra é parte de um memorial das catastróficas vidas perdidas, por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). *The Parents* representa o momento da partida, a decisão de ir à guerra. A figura de pai e mãe abraçados é a condensação da perda. É evidente que a obra foi contextualizada para o tempo da Ditadura brasileira. A perda não era mais para a guerra, mas para o próprio Estado, para a repressão que prendia, torturava, assassinava e bania. Os detalhes estão disponíveis em: <<https://www.tate.org.uk/art/artworks/kollwitz-the-parents-p82461>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

Imagem 8: Comitê pela Anistia 1º de Maio – Gravura *The Parents*²⁵¹



Segundo os promotores do evento, o dinheiro arrecadado teria por objetivo auxiliar os presos políticos e seus familiares. Dentre os assuntos em pauta, o analista destacou os números de estudantes presos no país. Segundo os dados, seriam oito no Rio Grande do Sul, 600 no Paraná, 20 em Santa Catarina, 30 em São Paulo, e 98 em Belo Horizonte. Outra *Informação* foi mais sintética e destacou apenas a soma dos números: 756 presos.²⁵² Ainda, teriam comentado na reunião sobre a carta de Marcos Cardoso Filho, e denúncias sobre torturas em outros estudantes, não identificados. Houve “a proposta para que o Movimento Estudantil do Rio Grande do Sul solicitasse apoio aos sindicatos, à CNBB, à OAB e ao povo em geral”.

Finalmente, o documento enfatizou a presença de Lícia Peres, uma das lideranças do MFPA/RS, no evento. Segundo a *Informação*, Lícia “solidarizou-se com o ME e colocou sua Entidade à disposição para atividades conjuntas em prol dos mesmos objetivos. Assegurou que essa atuação teria a adesão e a participação de parlamentares do MDB, do operariado e dos estudantes secundaristas”.²⁵³ Em seguida, teria sido marcada uma outra reunião do Comitê 1º de Maio, para o dia 22 de junho, às 20h30 no salão do CEUE/UFRGS. Estariam convocados o

²⁵¹ Fonte: Arquivo Nacional. Fundo SNI. APA_ACE_8628_84. Informação n. 343/119/APA/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Movimento Estudantil; Dia Nacional de Luta pela Anistia; Comitê pela Anistia 1º de Maio.

²⁵² Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

²⁵³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_8628_84. Informação n. 343/119/APA/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Movimento Estudantil; Dia Nacional de Luta pela Anistia; Comitê pela Anistia 1º de Maio.

Setor Jovem do MDB, o MFPA, Sindicatos e a população em geral. A presença de Lícia, notada e registrada na *Informação* do SNI, era uma evidência das relações entre o Comitê 1º de maio e o MFPA.

Se a *Informação* do 15 de junho em Porto Alegre foi descrita de forma positiva, haja vista o acúmulo político para o Comitê, os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo representaram, segundo *O Globo*, um fracasso (ed. 16 jun. 1977). O periódico destacou que, devido à presença da polícia, o grupo carioca teria se dispersado para se reunir mais tarde na UFRJ, na Praia Vermelha. O jornal apresentou ainda detalhes sobre a atuação da polícia. Policiais à paisana estariam circulando utilizando pequenos aparelhos de transmissão dentro do campus. Um helicóptero também teria sobrevoado o local pela tarde. Por volta das 15 horas, cinco choques e viaturas teriam estacionado do lado de fora do *campus*.

Em São Paulo, a polícia também impediu uma concentração no Parque Dom Pedro e os estudantes foram cercados no interior da Faculdade de Direito, no Largo do São Francisco. De acordo com o periódico, a polícia não entrou no prédio e o episódio teria terminado “pacificamente”. Apesar do suposto fracasso, salientamos que a notícia foi um dos destaques na capa da grande imprensa, a incluir *O Globo* e *Folha de São Paulo*, sugerindo que, apesar do malogro, a nível de manifestação e projeção pública, o ato teve representação para a imprensa e para a própria Comunidade de Informação.

Na leitura do SNI, a mobilização estudantil em São Paulo não teria alcançado a mesma proporção que o “Dia Nacional de Luta”, de 19 de maio. A *Informação* destacou que este fato se verificou pela não participação do “Comitê 1º de Maio”.²⁵⁴

Outra *Informação* – restrita aos eventos do 15 de junho paulista – apontou que mais um motivo para o esvaziamento do ato foi o “choque de ideias existencial [*sic*] entre as duas principais chapas do DCE-Livre da USP”. A chapa “Refazendo”, reeleita nas últimas eleições, votou por realizar um ato interno, na Faculdade de Medicina da USP, enquanto a chapa “Liberdade e Luta”, descrita como “a mais radical”, teria se posicionado a favor da realização do ato em espaço público. A diferença de votos para organizar o evento foi mínima. Para o analista, a ideia de manifestar-se em espaço público era uma “posição radicalista”. O agente afirma atribuir-se da opinião de boa parte do corpo estudantil ativo. Observa que as manifestações de rua eram “feitas em aberto desafio às autoridades”, podendo se transformar

²⁵⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

“facilmente em instrumento de grupos radicais”, não se constituindo “a forma mais conveniente de tentar resolver os problemas do País, podendo até pelo contrário, agravá-los ainda mais”. Por fim, sugere a existência de formas mais eficazes de fazer chegarem as preocupações na opinião pública e nas autoridades, “sem utilizar de meios agitadores”.²⁵⁵ Apesar de sugerir formas, o analista parece ter se esquecido de especificá-las. Alegou, ainda, sem localizar as referências, que a maioria dos estudantes não defendia a realização de atos públicos.²⁵⁶

Há outro elemento interessante nessa análise: a crítica aos órgãos de comunicação social.

Segundo a *Informação*:

Os órgãos de comunicação social, principalmente as Rádios Bandeirantes e Jovem Pan continuam a participar de forma tendenciosa, deturpando os eventos ocorridos, atentando ao seu objetivo primordial de utilidade pública, *aproveitando-se da oportunidade para dirigir críticas às autoridades, alarmar a população e apoiar o Movimento Estudantil, dando cunho sensacionalista* [destaque nosso].

Os jornais que compunham o grupo “Folhas” também foram indicados como tendenciosos.²⁵⁷ Com vista a observar o referido “sensacionalismo”, analisamos as reportagens de *Folha de São Paulo* e *O Globo*, de 16 de junho de 1977, o dia seguinte aos eventos. O que o analista aponta como tendencioso ou sensacionalista é uma descrição detalhada dos acontecimentos, que ocuparam destaque na primeira página dos periódicos, ao lado da aprovação do divórcio no Congresso Nacional.²⁵⁸ Ambas as reportagens destacaram a ação ostensiva das forças de segurança, que reprimiram as manifestações, antecipando-se aos próprios manifestantes.

O Globo destacou que a cidade teria amanhecido “mais policiada do que de costume, com três ou quatro soldados em cada esquina do Centro e bairros próximos”. A Polícia Militar (PM) usou todo o seu efetivo na capital, um total de 27 mil homens, para impedir que os estudantes realizassem o “Dia Nacional de Luta”. Além desse efetivo, dois mil investigadores e 200 delegados da polícia civil teriam participado do policiamento. Outro destaque do jornal foi o

²⁵⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 3247/119/1977/ASP/SNI. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Movimento Estudantil.

²⁵⁶ Quanto à participação ou não do Comitê 1º de Maio em São Paulo, não possuímos evidências o suficiente para sustentar ou negar a afirmativa. Todavia, segundo os autos do Deops/SP, o Comitê 1º de Maio estava mais alinhado com a chapa Refazendo.

²⁵⁷ Além da *Folha de São Paulo*, o grupo Folha (Empresa Folha da Manhã S. A.) publicou entre 1967 e 1999 o jornal *Folha da Tarde*. A partir de 1999, o projeto gráfico e o nome desse último periódico foram alterados para *Agora São Paulo*.

²⁵⁸ O Congresso Nacional aprovou, na madrugada de 16 de junho de 1977, o divórcio no país, por 219 votos a favor, contra 161 votos. O mínimo necessário para aprovação era de 212 votos. Ademais, o presidente do Congresso ainda convocaria uma sessão especial na semana seguinte para o segundo turno regimental, quando a Emenda passaria por uma segunda e definitiva votação (*O GLOBO*, 16 jun. 1977).

número de detenções, que passou de uma centena. Cerca de 80 pessoas foram levadas pela PM para as dependências do DEOPS, dentre estudantes, trabalhadores e artistas. O diretor do órgão, delegado Romeu Tuma, afirmou que os detidos foram soltos após fotografias e fichamentos. Entretanto, houve comentários entre os estudantes de que pelo menos 10 pessoas iriam permanecer detidas, “para serem enquadradas na Lei de Segurança Nacional”. Para a Comunidade de Informação, a atuação das autoridades policiais teria sido “positiva, consciente e moderada”, ao “não usar da violência e manter a ordem pública”, “mesmo que a imprensa quisesse, através de fotos, deturpar”.²⁵⁹

Por fim, uma notícia comum aos periódicos e à própria *Informação* foi a prisão de dez atores. Segundo o analista, o grupo teatral era composto por personagens conhecidos nacionalmente, como Ruth Escobar e Renato Consorte. Os atores teriam demonstrado apoio aos estudantes, atuando em conjunto e por meio de um *Manifesto*, lido ainda no dia 15 de junho, antes da realização dos espetáculos em São Paulo:²⁶⁰

A Classe Teatral Comunica

Em assembleia geral realizada no dia 14 de junho de 1977, solidariza-se às manifestações estudantis, ao Sindicato dos Jornalistas, à ABI e à OAB, firmando sua posição pela liberdade de expressão, certa de que nesse momento, representa um pensamento e um desejo comuns a toda Nação Brasileira.

Assim, decide realizar um ato público de solidariedade, abrindo as portas de todos os teatros de São Paulo na noite de quinta-feira, dia 16 de junho de 1977, no sentido de estreitar a união entre nós, artistas e o público em geral.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Para a Comunidade de Informação, a atuação ativa da classe teatral, que até então estava ausente, teria representado “um fator importantíssimo para o ME”, tendo em vista que o apoio de uma camada de “intelectuais” era “fundamentalmente positivo para dar continuidades às lutas” que vinha desencadeando. O comunicado também foi reproduzido integralmente na grande imprensa, ao lado de uma *Carta Aberta*:

Frente à situação política registrada no País, os artistas, técnicos, críticos e produtores em teatro, cinema e TV abaixo assinados vêm apresentar sua solidariedade às manifestações públicas que têm ocorrido desde a prisão de estudantes e operários às vésperas do 1º de maio, Dia dos Trabalhadores (O GLOBO, 16 jun. 1977).

²⁵⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 3247/119/1977/ASP/SNI. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Movimento Estudantil.

²⁶⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 3247/119/1977/ASP/SNI. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Movimento Estudantil.

Ao contrário do que procurou comunicar o analista, as notícias de *O Globo* e de *Folha de São Paulo* foram unânimes ao descrever as cenas de violência. *O Globo* acabou por se contradizer. Se na capa apontava para um ato pacífico, na página de reportagem descrevia cenas de prisões e violências, o que assinala para um comportamento ambíguo desse veículo de imprensa, que pode ser entendido pela diversidade de jornalistas que compunham os quadros dos periódicos.²⁶¹

A classe teatral passou a participar ativamente da campanha pela anistia a partir do *Manifesto* e da *Carta Aberta*. A principal representante aos olhos da Comunidade foi Ruth Escobar, uma mulher substancial no desenvolvimento do Movimento, tanto pelo engajamento pessoal, quanto pela capacidade de mobilizar partidários e de transitar entre os meios, ação que já vinha sendo empenhada por Therezinha Zerbini desde 1975.²⁶²

O pós-15 de junho para o Comitê 1º de Maio: conflitos e redefinição de prioridades

“Fortalecer o Comitê 1º de Maio”. Esta frase foi título do último panfleto da entidade encontrado na documentação do SNI, de agosto de 1977.²⁶³ As fontes da Comunidade de Informação não mais se deteriam na sua atuação.

A reflexão produzida expunha a necessidade de redefinir a organização para que suas propostas iniciais se realizassem. Prezavam-se ações que propagassem “todas as formas possíveis de luta pela Anistia”, contatando os diversos setores que reivindicavam a medida, inclusive para ampliar as lutas a suas respectivas bases. A principal autocrítica enfatizou uma descaracterização da proposta inicial da entidade, transformando-se em um organismo que vinha dirigindo o movimento dos vários setores que compunha, como se fossem homogêneos.

²⁶¹ Isto é, apesar de haver uma orientação editorial, havia certa “liberdade” de escrita em reportagens e textos de opinião, diferente dos editoriais, caracterizados pela opinião expressa dos proprietários dos veículos de comunicação (NAPOLITANO, 2017; TEÓFILO, 2019).

²⁶² Para um panorama sobre a atuação da classe teatral durante a Ditadura Militar, ver: Miriam Hermeto (2014). Em linhas gerais, a autora apresenta diferentes vertentes do teatro brasileiro. No que toca os anos 1970, há duas grandes vertentes: o teatro comercial, feito por empresários e companhias profissionais; e o teatro alternativo: construído a partir de reflexões da realidade brasileira e desvinculado de instituições. A autora questiona uma divisão restrita dentro dessas duas vertentes, por considerar certo hibridismo, “entre o engajamento e os interesses comerciais” (HERMETO, 2014, p. 212).

Para uma leitura ampla sobre a resistência exercida pelo setor cultural durante a Ditadura, ver: Marcelo Ridenti (2003). Dentre as contribuições feitas pelo autor, destacamos a reflexão sobre os paradoxos do período militar, como o esforço modernizador nas áreas de comunicação e cultura atrelados à prática da censura a filmes, peças teatrais, produções escritas e visuais, etc.

²⁶³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte ASP_ACE_6644_81. Panfleto anexo.

Adiante, destacou que o ME, na qualidade de grupo predominante e representativo, arrogava-se o direito de dirigir o Comitê.

O texto, que a olhos e ouvidos parecia um desabafo, sinalizava a presença de conflitos dentro do Comitê, sobretudo relacionados à direção da organização. Acreditamos que o Movimento Estudantil acabou por confundir suas próprias vontades e demandas com as da entidade. A narrativa do panfleto destacava o anseio estudantil de se orientar, sem as influências do Comitê, que era formado por outros setores da sociedade. Isto é, o ME que retornava aos espaços públicos almejava dirigir suas próprias ações e, ao mesmo tempo, integrar-se às principais bandeiras das oposições à Ditadura, a incluir a anistia.

Ao final do panfleto, como uma espécie de agenda, algumas datas foram destacadas. Para o dia 27 de agosto, estava previsto o Congresso de Fundação da União Estadual Estudantil, em São Paulo (UEE). Para setembro, havia dias de luta e apoio aos estudantes da UnB – em greve há mais de 70 dias –, além do Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), marcado para o dia 21 daquele mês.

Lembremos que houve uma primeira tentativa de realizar o Encontro Nacional, em 4 de junho de 1977, nas dependências da Faculdade de Medicina da UFMG, em Belo Horizonte. A ocasião foi marcada pela repressão e prisão de mais de 500 estudantes (FOLHA DE SÃO PAULO, ed. 5 jun. 1977). O 21 de setembro não foi muito diferente, salvo o número inferior de prisões (200) e o nível de repressão. Segundo a *Folha de São Paulo* (ed. 22 set. 1977), a USP amanheceu bloqueada por policiais, além de outros pontos da capital considerados estratégicos, como a PUC, a Fundação Getúlio Vargas e a Faculdade de Direito, no Largo do São Francisco. O cerco policial também se estendeu às estradas. Ônibus que traziam estudantes de outros lugares foram obrigados a retornar. Apesar dos impedimentos, representantes de todo país conseguiram aprovar a criação da Comissão Pró-UNE (CP-UNE).

Segundo uma *Informação* do SNI, a consolidação da Comissão teria se constituído ainda em setembro, na PUC/RJ. Desde sua instalação, a organização realizou diversas reuniões pelo país, em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Brasília. A Comissão era formada por diversas entidades estudantis, desde DA's a DCE's, que, aos poucos, e na medida do possível, vinham se organizando. Durante o IV Encontro Nacional dos

Estudantes, em 16 e 17 de setembro de 1978, em São Paulo, ficou acertada a data de 29 de maio de 1979 para o Congresso da UNE, em Salvador.²⁶⁴

Fagundes (2019, p. 113) destaca que a CP-UNE foi herdeira do Comitê 1º de Maio ao continuar o trabalho de mobilizações pela anistia no que toca às ações do Movimento Estudantil. Há registros esparsos da presença do Comitê 1º de Maio até pelo menos abril de 1978,²⁶⁵ ou seja, o Comitê não se extinguiu logo após a criação da CP-UNE, apesar do evidente esvaziamento, considerando que era formado majoritariamente pelos estudantes.

Um analista destacou a presença de representantes do Comitê 1º de Maio em uma reunião de 27 março de 1978, que viria desembocar no CBA/SP. Representantes teriam proposto, na ocasião, “a realização de reuniões periódicas a fim de não cometerem os erros de 1977, motivados pela ausência de uma estrutura que impossibilitou o desenvolvimento do Movimento”.²⁶⁶

Podemos perceber que, além dos dilemas envolvendo o Movimento Estudantil, teria faltado ao Comitê 1º de Maio, segundo leitura de seus próprios membros, uma estruturação mais edificada. A partir de abril de 1978, até onde pudemos verificar, os integrantes do Comitê 1º de Maio parecem ter aderido, em sua maioria, ao CBA, uma nova arena política viabilizada para continuar o processo de mobilização política e social.

De todo modo, era necessária uma entidade que respondesse à demanda. Havia o MFPA, mas nem todos estavam dispostos a integrar essa organização, que apresentava, inclusive, algumas restrições em relação à participação de homens – restrições estratégicas, diga-se de passagem. Iramaya Benjamin, que participou do Comitê 1º de Maio do Rio de Janeiro, foi uma das articulistas para criar o primeiro CBA na capital carioca. Segundo seus depoimentos, era muito difícil lidar com Therezinha Zerbini, o que a teria motivado a criar outra entidade (BENJAMIN; AUTRAN, 1982; BENJAMIN, 1999).

A tabela a seguir sintetiza os principais eventos protagonizados pelos estudantes e pelo Comitê 1º de Maio pela Anistia em 1977.²⁶⁷

²⁶⁴Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_2854_79. Informação n. 0186/19/AC/79. Data: 30 abr. 1979. Assunto: Congresso da UNE.

²⁶⁵Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_7464_81. Informação n. 1982/119/78-ASP/SNI. Data: 19 abr. 1978. Assunto: Atividades do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) – São Paulo (SP).

²⁶⁶Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_7464_81. Informação n. 1982/119/78-ASP-ANI. Data: 19 abr. 1978. Assunto: Atividades do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) São Paulo – SP.

²⁶⁷ Por insuficiência das fontes encontradas e pelo tempo restrito para a escrita da Dissertação, o trabalho não aprofundou o histórico dos demais núcleos do Comitê 1º de Maio pela Anistia. Alessandra Ciambarella (2002) cita

Tabela 7: Principais eventos protagonizados pelos estudantes e pelo Comitê 1º de Maio pela Anistia em 1977

Data	Local	Evento
28 abr.	São Paulo	Prisão de estudantes e operários na região do ABC.
Abr. (s.d.p)*	Porto Alegre	1ª Manifestação pública pró-anistia contra as prisões políticas.
3 mai.	São Paulo	Criação do Comitê pela Anistia 1º de Maio, em Assembleia Geral na PUC/SP.
5 mai.	São Paulo	Grande passeata estudantil. Concentração no Largo do São Francisco – faculdade de Direito da USP, 10 mil pessoas.
5 mai.	Belo Horizonte	Ato público. Concentração na Faculdade de Medicina da UFMG.
10 mai.	Rio de Janeiro	Ato público na PUC/RJ, pela libertação dos estudantes e presos políticos. Cerca de 7 mil presentes. Presença de órgãos de segurança. Origem do Comitê 1º de Maio do Rio de Janeiro.
Mai. (s.d.p)	Campinas	Criação de um núcleo do Comitê 1º de Maio.
<i>19 de maio: Dia Nacional de Luta pela Anistia</i>		
19 mai.	São Paulo	10 mil pessoas no Largo do São Francisco. Manifestações na maioria das capitais.
19 mai.	Rio de Janeiro	Durante a manifestação na PUC/RJ, decidem organizar uma “Semana pela Anistia”, que integraria a “Jornada Nacional de Luta pela Anistia”.
19 mai.	Porto Alegre	Criação do Comitê 1º de Maio na UFRGS.
4 jun.	Belo Horizonte	Repressão a III ENE na UFMG. Cerca de 800 prisões.
8 a 15 jun.	Rio de Janeiro	Semana pela Anistia.
14 jun.	Rio de Janeiro	Mesa-redonda no restaurante da PUC/RJ. Cerca de 800 pessoas. Participação de Zerbini.
<i>15 de junho: Dia Nacional de Luta pela Anistia</i>		
15 jun.	Rio de Janeiro	Dia Nacional de Luta pela Anistia. Ato impedido nas escadarias da ALERJ é transferido para o campus da UFRJ. Forte esquema policial para impedir o evento.
15 jun.	São Paulo	Ato em São Paulo. Forte esquema policial para impedir o evento. Prisão de quase uma centena de pessoas, a contar um grupo teatral, dentre os integrantes Ruth Escobar e Renato Consorte.
15 jun.	Porto Alegre	Reunião do Comitê 1º de Maio. Participação de 100 estudantes, nas dependências na UFRGS. Presença de Lícia Peres (MFPA/RS).
15 jun.	Brasília	Reunião dos estudantes que estavam em greve desde o dia 1º de junho. Leitura de uma <i>Carta Aberta</i> .
20-22 Set.	São Paulo	Reorganização do III ENE na PUC/SP. Policiais invadem e depredam instalações da PUC/SP. Prisões de centenas de estudantes. Criação da Comissão Pró-UNE (CP-UNE), considerada herdeira do Comitê 1º de Maio.

Fonte: Elaboração nossa a partir de informações obtidas em Martins (1978); Ciambarella (2002); Fagundes (2019) e nas fontes primárias apresentadas ao longo deste Capítulo.

*s.d.p.: sem data precisa identificada nas fontes.

a existência de 16 núcleos criados no Brasil, mas não avança em detalhes. Acreditamos que seria necessário um trabalho específico para tratar do Comitê.

2.4 Aspectos Finais

O ano de 1977 significou um respiro às mulheres do MFPA, e, ainda, elevou o Movimento Estudantil a um dos principais movimentos sociais mobilizados na campanha de anistia, através da criação do Comitê 1º de Maio pela Anistia. Verificamos a continuidade do trabalho do MFPA através da líder nacional, Therezinha Zerbini, assim como por meio das atividades desenvolvidas nos núcleos regionais, que continuaram a ser criados ao longo de 1977, a exemplo dos grupos da Bahia, de Minas Gerais e Santa Catarina. Dentro desse trabalho organizativo, chegamos ao final de 1977 com a concepção de um Encontro Nacional cuja marca foram as denúncias de violações aos direitos humanos.

Percebemos como Therezinha Zerbini continuou a aproveitar as “oportunidades”. Desta vez, em ocasião da viagem da primeira-dama americana ao Brasil, a advogada utilizou o ato de entregar uma carta para projetar a campanha pela anistia a níveis mais amplos, no seio de um clima político que habilitava a democracia e os direitos humanos contra os cenários de exceção atravessados em diversos países do mundo, a incluir as ditaduras latino-americanas.

À medida que percorríamos a trajetória de Therezinha Zerbini e do Comitê 1º de Maio / Movimento Estudantil, apresentamos os discursos produzidos, ora por esses personagens, ora pela Comunidade de Informação, que continuava à espreita contra os chamados “subversivos”. Pudemos perceber a continuidade da vigilância e a redefinição de novos focos de espionagem vinculados à campanha pela anistia, como os estudantes, a imprensa, o clero progressista e a classe teatral. Apesar desses novos focos, os olhares da vigilância ainda estavam na zona de Zerbini e do MFPA, que continuaram sendo observados, inclusive, ao longo das atividades conjuntas com os estudantes.

Apesar de, em uma primeira impressão, haver certa distinção entre o grupo “mulheres” e o grupo “estudantes”, verificamos que muitas dessas mulheres ora eram mães, amigas e irmãs de estudantes, presos nos anos 1960 ou 1970, ora haviam sido, elas próprias, estudantes na década de 1960. Portanto, 1977 representou, em nossa opinião, um encontro de gerações de duas décadas, que, a seu modo, articularam-se nas mobilizações pela anistia.²⁶⁸

Se o Comitê 1º de Maio pela Anistia foi uma primeira forma de o Movimento Estudantil retomar os espaços públicos em 1977, e mesmo se organizar – após um longo período de

²⁶⁸ Essa compreensão de 1977 como um encontro de gerações é também percebida por Pedro Ernesto Fagundes (2019), a partir das reflexões iniciadas por Denise Rollemberg (1999) sobre as diferentes gerações que viveram a Ditadura Militar brasileira.

atividades realizadas em espaços internos, a exemplo das universidades (MÜLLER, 2016) –, observamos que, gradativamente, novas prioridades foram gestadas, como a própria necessidade de reorganizar a UNE, além de bandeiras mais particulares à classe estudantil.

Por sua vez, as mulheres do MFPA continuaram seu trabalho de mobilização. Ao longo de 1977, novas personagens adentraram a cena, como Iramaya Benjamin e Ruth Escobar. O MFPA parecia não ceder espaço suficiente para suas demandas, para seus anseios. A partir desta procura por espaço, será concebida a criação do CBA, história a ser destacada no próximo capítulo, ao lado do crescimento das mobilizações pela anistia.

CAPÍTULO 3

Anistia: “o motor da redemocratização”²⁶⁹ (1978-1979)

As portas de 1978 estavam abertas, e, como em todo início de ano, certas energias e promessas de tempos anteriores seriam potencializadas. Uma das marcas do período foi o crescimento das lutas por melhores condições de vida. Pela primeira vez, desde 1968, reapareceram as greves de operários, paralelas ao crescimento do Movimento Contra a Carestia, empenhado em um primeiro momento pelas donas de casa de São Paulo e ampliado pelo Brasil.²⁷⁰ Os Movimentos de Anistia foram contemporâneos de tais eventos. A partir de 1978, multiplicaram-se, ampliando conexões. Este capítulo analisa a trajetória de Therezinha Zerbini em conjunto de tais Movimentos, entre 1978 e 1979.

3.1 1978: uma explosão de Comitês de Anistia

No primeiro semestre de 1978, a intensidade das mobilizações assistiu a um crescente de ações. Uma série de Comitês de Anistia foram formados, paralelos à intensificação da campanha. Em janeiro, a Bahia foi palco de duas visitas de projeção nacional: Hélio Bicudo e Therezinha Zerbini. Assim como Zerbini, Bicudo já era uma figura pública reconhecida por seu trabalho como Procurador no Estado de São Paulo. Fazia pouco tempo que havia lançado o livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (1976), que trazia detalhes sobre as investigações realizadas por ele sobre essa organização parapolicial, em São Paulo.²⁷¹ Devido a esse caráter

²⁶⁹ Frase expressa por Therezinha Zerbini à imprensa potiguar, por ocasião de sua ida ao Rio Grande do Norte, em julho de 1978 (ZERBINI, 1979, p. 191).

²⁷⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_267_79 BA FEIRA. Excerto do Manifesto do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana/Bahia, em comemoração ao seu primeiro ano de existência, completado no dia 25 de agosto de 1979.

²⁷¹ Hélio Pereira Bicudo (1922-2018) foi um jurista e político brasileiro. Durante a Ditadura Militar foi Procurador de São Paulo e um dos encarregados de combater o “Esquadrão da Morte”, um grupo de extermínio formado por policiais (organização parapolicial). Em 1971, teve sua missão cancelada pelo procurador-geral de justiça sem que fossem apuradas a maior parte das responsabilidades. Um dos acusados de envolvimento com o Esquadrão da Morte foi o delegado Sérgio Fleury, notabilizado pelo comando da repressão às organizações de esquerda nos anos 1970. Bicudo foi alvo de ameaças devido a suas investigações e contou com a proteção de dom Paulo Evaristo Arns. Em 1976, lançou o livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, publicado pela Arquidiocese de São Paulo. Filiou-se ao PT em 1980 e atuou como Deputado Federal entre 1991 e 1999. Em 2000, foi eleito presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi vice-prefeito de São Paulo em chapa com Marta Suplicy. Deixou o PT em 2005, na época do “escândalo do Mensalão”. Em 2006, declarou ser favorável à revisão da Lei de Anistia, “para que os responsáveis por torturas e outros crimes políticos praticados durante o regime militar

público, Bicudo foi alvo de interesse da Comunidade de Informação. Seu voo de São Paulo para Salvador foi descrito pelos analistas, assim como os registros sobre a chegada ao aeroporto Dois de Julho (BA) e seu deslocamento até a Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, onde proferiu conferência sobre o tema dos Direitos Humanos para aproximadas 200 pessoas.²⁷²

Esse evento foi dirigido pelo pastor Celso Loula Dourado e contou com as participações do vereador Marcelo Ribeiro Cordeiro (MDB/BA) e do economista Rômulo Almeida, além de integrantes do MFPA e de estudantes. Segundo o documento do SNI, a tônica do discurso de Hélio Bicudo criticou o estado ditatorial vigente, conflitante com a democracia. O jurista, ainda, teria exaltado “a coragem das mulheres empenhadas na luta pela Anistia, através do Movimento Feminino pela Anistia”. Na ocasião, foram vendidos seu livro recém-lançado, jornais alternativos, ingressos de shows e um panfleto do núcleo baiano do MFPA.²⁷³ Diferente de outras personagens dos Movimentos pela Anistia, percebemos que a figura de Bicudo despertou maior interesse da grande imprensa. Isso pôde ser notado pelo trabalho que o procurador continuou a realizar no cenário de mobilizações. Inclusive, Bicudo esteve presente no ato de lançamento do CBA/ES (9 mar. 1979) e, aos olhos da grande imprensa capixaba, chamou mais atenção do que o próprio evento de instalação do Comitê. A cobertura ampla dos ocorridos no Espírito Santo coube ao jornal alternativo *Posição* (ed. 52, p. 10), que tinha por objetivo divulgar temas marginalizados. Desta maneira, foi perceptível que a figura de Hélio Bicudo se tornava uma personagem promotora das conexões.

Therezinha Zerbini chegou a Salvador dez dias após a estada de Bicudo, ainda integrando as comemorações do primeiro ano de existência do MFPA/BA. De acordo com um *Informe* (B-2) que previa a chegada da liderança à capital baiana: “A presença da dirigente nacional seria aproveitada para tentar eliminar as divergências existentes entre os integrantes

pudessem ser punidos”. Entretanto, em 2010, Bicudo concedeu uma declaração em sentido oposto, considerando desnecessária a revisão da legislação para punir os torturadores. No verbete biográfico sobre Bicudo produzido pelo CPDOC, é evidente uma virada crítica e política deste personagem após 2010, marcada por forte crítica ao PT. De acordo com o professor José Carlos Vaz, Bicudo traiu os valores que construíram sua biografia. Em 2015, foi um dos juristas que assinou o pedido de *Impeachment* à então presidente Dilma Rousseff, defendendo a presença de crime de responsabilidade por motivo das pedaladas fiscais. Seu filho, José Eduardo Bicudo, classificou o pedido de *Impeachment* como insensato. Hélio Bicudo notabilizou-se em toda a carreira pela defesa dos direitos humanos. Informações disponíveis em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/helio-pereira-bicudo>>. Ver também: <<https://g1.globo.com/tudo-sobre/helio-bicudo/>>. Acessos em: 17 jun. 2021.

²⁷² Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_3222_82. Relatório de Investigação n. 004/310/ASV/78, de 23 jan. 1978. Data: 8 fev. 1978. Assunto: Atividades – MFPA – Núcleo da Bahia – Salvador/BA.

²⁷³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_3222_82. Relatório de Investigação n. 004/310/ASV/78, de 23 jan. 1978. Data: 8 fev. 1978. Assunto: Atividades – MFPA – Núcleo da Bahia – Salvador/BA.

da mencionada entidade”.²⁷⁴ A *Tribuna da Bahia* também registrou a ocasião, apresentando detalhes sobre a posse da diretoria do núcleo, que seria presidido por Isabel Santana, “considerada por todas como o símbolo da mãe de família”. Segundo o jornal, a escolha “representou a vontade de todas as participantes do núcleo baiano” (ZERBINI, 1979, p. 149).²⁷⁵ O *Informe* do SNI e a notícia do jornal apresentam certa contradição quanto a possíveis amenidades no MFPA/BA. Enquanto o SNI sinalizava a presença de divergências, o jornal transparecia, de maneira até forçada, a presença de vozes uníssonas. Percebemos que a observação do SNI em relação a Zerbini ilustra o lugar ocupado por ela dentro da entidade como alguém que poderia dirimir conflitos entre as representantes locais e que poderia conciliar e unificar possíveis interesses difusos.

Entretanto, se na Bahia Zerbini ocupava esse lugar de conciliadora, isso não ocorria em outros lugares do Brasil, como em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (SILVA, 2019). Nesses estados houve confrontos entre o intento da líder em dirigir e direcionar as ações do MFPA em níveis nacionais e as autonomias desejadas pelas dirigentes locais. Em entrevista ao CPDOC, Iramaya Benjamin (1999, p. 15) declarou que não se ajustou ao MFPA “porque ele era dirigido pela dona Teresinha Zerbini, que era muito autoritária”. Em entrevista de 1982, que deu origem ao livro *Ofício de Mãe* (1982), afirmou:

Eu constatei que o modo de agir do Movimento Feminino pela Anistia não era bem aquele modo de agir que eu procurava. Quer dizer, as senhoras do MFA [*sic*] tinham como objetivo sensibilizar o governo, através dos sentimentos, de apelos à senhora do presidente, esse tipo de coisa de mãe, de esposa e tal.

Eu achava que a anistia que a gente queria era uma anistia política e que só poderia ser obtida através de um trabalho político. Era evidente isso prá mim [*sic*]. E as pessoas do MFA não concordavam com o nosso tipo de pensar. Resolvemos nos desligar do MFA e fazer outra coisa que fosse nossa, na qual pudéssemos agir da maneira que achássemos melhor (AUTRAN; BENJAMIN, 1982, p. 70).

Estas motivações de Benjamin estão no cerne da criação do CBA do Rio de Janeiro (CBA/RJ). Instalado oficialmente em 14 de fevereiro de 1978, com 500 pessoas no evento, e com a presença do general Peri Bevilacqua, convidado para a conferência de abertura, o CBA/RJ foi o primeiro de dezenas de comitês que seriam formados no Brasil a partir de 1978 (GRECO, 2003, p. 117).²⁷⁶ Em março daquele ano, as comemorações do Dia Internacional da

²⁷⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_108669_78. Informe n. 0354/31/AC. Data: 23 jan. 1978. Assunto: Bahia – Movimento Feminino pela Anistia. Avaliação: B-2.

²⁷⁵ Publicado originalmente no jornal *Tribuna da Bahia*, Salvador, 28 jan. 1978.

²⁷⁶ Destacamos o depoimento de Iramaya Benjamin sobre a presença de Peri Bevilacqua no evento: “Para o lançamento desse comitê, procuramos trazer uma pessoa que chamasse a atenção. E para tratar de um tema como

Mulher (8 de março) e o Dia Nacional de Protesto (28 de março), data que marcou os 10 anos da morte do estudante Edson Luís, também representaram o crescimento das mobilizações. Pedro Ernesto Fagundes (2019, p. 139-140) entende que esta efeméride foi um ponto de inflexão em relação à radicalização do Movimento: a anistia requerida passaria a ser exigida via paradigma de conquista e luta pelos direitos humanos.

São Paulo

Em paralelo a esses eventos mais localizados, outros grupos que compunham a ampla e diversa oposição à Ditadura procuravam se inserir com maior ênfase e organização na campanha. Em 3 de março, foi publicado em seção paga no jornal *O Estado de São Paulo* um Manifesto dos Publicitários pela Anistia, que contou com um abaixo-assinado de cerca de 160 profissionais. Esse episódio foi alvo de preocupação da Comunidade de Informação, que fez uma análise ampla acerca dos Movimentos pela Anistia, e específica sobre a atitude dos publicitários. Observemos:

O Movimento pela Anistia tem sido palavra de ordem de todos os Movimentos Estudantis, de constantes apêlo [*sic*] de D. PAULO EVARISTO ARNS, de declarações do presidente da OAB, de continuados pronunciamentos de artistas e intelectuais, do almirante JÚLIO DE SÁ BIERREMBACH, Ministro do STM. A própria CNBB tem, através de vários de seus mais proeminentes integrantes, feito apêlo [*sic*] a Anistia. ”

É a primeira vez em toda a campanha desse Movimento pela Anistia que um grupo profissional se manifesta em abaixo-assinado publicado em jornal, gerando daí um exemplo pioneiro, que se for imitado por outros grupos, tais abaixo-assinados poderão se converter em forte instrumento de pressão sobre o Governo.

É lícito, ainda, somar a estes manifestos, por enquanto isolados, a campanha internacional difamatória sobre o Brasil, sempre distorcendo a ação de repressão.²⁷⁷

Através desses fragmentos, podemos observar o receio do analista que os abaixo-assinados pudessem se converter em “forte instrumento de pressão sobre o Governo”, somando-se à “campanha difamatória sobre o Brasil”. Trechos como esse são úteis ao revelar a presença de possíveis instrumentos de pressão, corroborando nossa interpretação sobre o papel exercido

a anistia ninguém melhor, politicamente – nunca ideologicamente –, de que um general que iria atrair as atenções das autoridades sobre o assunto. Convidamos o general Peri Bevilacqua para falar nesse lançamento. É preciso prestar atenção numa coisa: o general Peri foi o nosso convidado e muito nos honrou no lançamento do comitê. Agora, ele foi convidado por nós para fazer uma palestra sobre anistia; ele não pertencia, como nunca pertenceu, ao Comitê Brasileiro pela Anistia. O modo dele pensar sobre anistia é diferente do nosso. Nós o convidamos porque ele era uma pessoa capaz de chamar a atenção das autoridades, como general (AUTRAN; BENJAMIN, 1982, p. 70).

²⁷⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_7314_81. Informação n. 0946/119/1978/ASP/SNI. Data: 3 mar. 1978. Assunto: Manifesto de Publicitários pela Anistia.

pelos movimentos sociais e pela sociedade civil tanto na proposição da anistia quanto no processo de redemocratização do país.

Além dos publicitários, outros grupos profissionais procuraram se posicionar ao longo de 1978 e 1979, publicando notas em jornais, promovendo discussões em suas sedes ou em suas publicações internas, a exemplo dos metalúrgicos de Santo André – na região do ABC paulista – que contaram com a presença de Therezinha Zerbini no Dia Internacional da Mulher (8 de março) (ZERBINI, 1979, p. 151-153).

Ainda, entre março e abril de 1978, houve encontros, em sua maioria semanais, no espaço do Teatro Ruth Escobar, em São Paulo. O objetivo de tais momentos era, no limite, criar uma entidade de luta pela anistia na capital paulista, paralela ao MFPA e ao Comitê 1º de Maio. Nas fontes da Comunidade de Informação há relatos da presença de membros do MFPA e do Comitê 1º de Maio nas reuniões realizadas.²⁷⁸

Desde finais de 1977, Ruth Escobar já apresentava sinais de interesse em relação à campanha pela anistia, mas foi no primeiro semestre de 1978 que a atriz se projetou definitivamente como uma protagonista das mobilizações.²⁷⁹ Segundo um *Informe* (B-2), em 23 de janeiro Escobar ofereceu um jantar ao senador Magalhães Pinto e outras 300 pessoas, dentre jornalistas, publicitários e artistas de teatro e televisão. Ainda segundo esse documento, a atriz iria organizar um Seminário sobre a conjuntura política do país. O discurso de abertura seria proferido por Magalhães Pinto, personagem civil central para a consecução do golpe de 1964, quando governou o Estado de Minas Gerais.²⁸⁰ Em outro *Informe* (B-3), nomes conhecidos foram elencados na programação do seminário: Severo Gomes, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Jarbas Passarinho, Peri Bevilacqua e dom Paulo Evaristo Arns.²⁸¹ Em

²⁷⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_7464_81. Informação n. 1982/119/78-ASP/SNI. Data: 19 abr. 1978. Assunto: Atividades do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) – São Paulo (SP).

²⁷⁹ Maria Ruth dos Santos Escobar (1935-2017) foi uma atriz luso-brasileira, empresária teatral e política. Seu teatro, fundado em 1963 na cidade de São Paulo, foi palco de muitas peças de contestação à Ditadura e de reuniões dos Movimentos. A partir da década de 1980, esteve dedicada à vida política e à gestão cultural, atuando como deputada estadual por dois mandatos em São Paulo. Em 1987, esta personagem lançou uma autobiografia (*Maria Ruth*). Foi presidente do Conselho dos Direitos da Mulher em Brasília. No início dos anos 1990, apoiou Fernando Collor de Mello e atuou como assessora cultural do Brasil na Califórnia (EUA). Em 2020, o espaço do Teatro Ruth Escobar foi posto à venda por problemas financeiros. Em 2021 foi lançada uma biografia sobre sua vida, intitulada [...] *Metade é verdade – Ruth Escobar*, escrita por Álvaro Machado. Informações disponíveis em :: <<http://memoriasdaditadura.org.br/personalidades/ruth-escobar/>>. Acesso em: 4 jun. 2021. <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/02/ruth-escobar-feminista-precoce-e-polemica-na-ditadura-ganha-biografia.shtml#>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

²⁸⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_109334_78. Informe n. 0538/31/AC/78. Data: 31 jan. 1978. Assunto: Ruth Escobar. Avaliação: B-2.

²⁸¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_109334_78. Informe n. 0848/31/AC/78. Data: 22 fev. 1978. Assunto: Ruth Escobar. Avaliação: B-3.

relação a Evaristo Arns, um *Informe* (B-3) assinalou que a atriz seria recebida por ele “com o objetivo de submeter à apreciação deste os detalhes de sua campanha”. A mesma fonte destacou a pretensão de Escobar viajar à Europa ainda naquele mês, onde estabeleceria “contatos com elementos da Anistia Internacional”.²⁸² Apesar de os *Informes* não apresentarem tanta confiabilidade e precisão, considerando suas avaliações em B-2 e B-3, o fato de existirem já era um sinal da influência política que Escobar exerceria no cenário das mobilizações. Nos meses seguintes, isso se tornaria evidente. Entre março e abril de 1978, o Teatro Ruth Escobar passou a reunir diversos encontros com a pretensão de criar um Movimento Nacional de Anistia.

Tabela 8: Encontros dos Movimentos de Anistia no Teatro Ruth Escobar (1978) segundo a Comunidade de Informação

Data	Objetivos e ocorrências nos eventos
20 mar. 1978	Organizar manifestações para o dia 27 mar. 1978. Proposta de criação de um Movimento pela Anistia em caráter nacional.
27 mar. 1978	Ato Público pela criação de um Movimento Nacional de Anistia.
3 abr. 1978	Assembleia pró-anistia. Therezinha Zerbini se retira antes do findar do evento devido a divergências de estratégia política.
10 abr. 1978	Nova Assembleia geral pró-anistia. Proposta de criar uma diretoria provisória com estatutos registrados oficialmente. Plano de criação de um Movimento Nacional de Anistia.

Fonte: elaboração nossa a partir das fontes apresentadas neste tópico.

Segundo *Informação* do SNI, a primeira dessas reuniões ocorreu em 20 de março, com o objetivo de organizar as manifestações que ocorreriam no dia 27 daquele mês. A reunião presidida pelo advogado de presos políticos Luis Eduardo Rodrigues Greenhalgh teria sido cercada de polêmicas e composta por uma pluralidade de organizações e grupos, como artistas, metalúrgicos, professores, estudantes, jornalistas, bancários e familiares de presos políticos, banidos, exilados e desaparecidos.²⁸³ Destaca-se a presença do Movimento de União dos

²⁸² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_109334_78. Informe n. 0806/31/AC. Data 20 fev. 1978. Assunto: Ruth Escobar.

²⁸³ Luis Eduardo Rodrigues Greenhalgh (1948-) estudou Direito na USP (1969-1973), onde participou do Movimento Estudantil de resistência à Ditadura Militar, sendo diretor do Centro Acadêmico XI de Agosto. Em 1974, filiou-se ao MDB. Atuou como advogado de presos políticos e lideranças, como o na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio Lula da Silva. Foi, ainda, uma das lideranças do CBA de São Paulo, além de integrar posteriormente o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor), o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS), a Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados. Fundou e dirigiu o Centro Santos Dias de Direitos

Professores (MUP) e do Movimento Afro-Brasileiro. Naquela ocasião, alguns itens foram elencados para serem discutidos na semana seguinte, dentre eles: a “Criação do Movimento pela Anistia, em caráter nacional, abordando sua estruturação, composição, atuação e fundamentos”, além de uma retrospectiva do Movimento, de uma discussão política sobre o tema anistia, de consultas ao plenário sobre outras formas de luta e a criação de uma diretoria provisória.²⁸⁴

A segunda reunião dessa sequência ocorreu em 27 de março. O evento ficou marcado por um ato público pela criação do Movimento Nacional de Anistia, contando com aproximadas 450 pessoas. Novamente, a seção foi presidida por Luis Eduardo Greenhalgh. Neste evento, Ruth Escobar teria relatado sua viagem ao exterior, onde afirmou ter contatado “a totalidade dos movimentos internacionais pela Anistia, solicitando-lhes apoio ao Movimento Brasileiro pela Anistia”. Ainda, teria defendido a tese de que os Movimentos de Anistia deveriam estar bem estruturados em função dos encontros que seriam realizados em julho próximo. Após a aprovação da palavra de ordem: “Pela Anistia Ampla e Irrestrita a todos os presos políticos e perseguidos”, uma série de representantes teriam feito uso da palavra. Sublinhamos a declaração de Therezinha Zerbini, ao afirmar “que as lutas pela anistia deveriam ser estruturadas tecnicamente e que o movimento de massas deveria utilizar-se das brechas da ditadura”.

Dentre as pessoas e entidades presentes, destacaram-se o advogado auditor Valter Vetuli, Therezinha Zerbini, a escritora Lígia Fagundes Teles, Fernando Moraes, representantes de entidades estudantis, Movimento Afro-Latino, MUP, Movimento da Convergência Socialista, Oposição ao Sindicato dos Bancários e Metalúrgicos do ABC. Após alguns destaques e leitura de moções, o analista de informações destacou o suposto descontentamento dos grupos presentes “em razão das principais deliberações não terem sido decididas”.

Humanos e contra a Violência Policial, além de ter sido um dos coordenadores do Projeto Brasil Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo. Em 1979, por ocasião do fim do bipartidarismo, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), partido ao qual se encontra filiado até hoje. Greenhalgh foi vice-prefeito de São Paulo, em chapa liderada por Luísa Erundina. Ainda exerceu mandatos como deputado federal, na década de 1990 e nos anos 2000. Durante esses anos notabilizou-se pela defesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da reforma agrária. Foi um dos autores de uma ação popular que pleiteou a suspensão da venda da Companhia Vale do Rio Doce. Além de parlamentar, Greenhalgh atuou como advogado de personagens na cena pública: as famílias de 22 militantes do PC do B mortos na Guerrilha do Araguaia; Luís Gonzaga da Silva (Gegê), uma das lideranças dos sem-teto em São Paulo; e Cesare Battisti, militante da extrema esquerda italiana que teve o *status* de refugiado político no Brasil. Informações biográficas de Greenhalgh disponíveis em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-eduardo-rodrigues-greenhalgh>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

²⁸⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_7464_81. Informação n. 1982/119/78-ASP-ANI. Data: 19 abr. 1978. Assunto: Atividades do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) São Paulo – SP.

A terceira reunião ocorreu na semana seguinte (3 abr. 1978). Segundo o analista, o centro do evento tratou de uma assembleia pela anistia, e contou com as seguintes presenças: Therezinha Zerbini, Alberto Goldman, Ruth Escobar, Luis Eduardo Greenhalgh e representantes das seguintes entidades: DCEs da USP e PUC, Arquidiocese de São Paulo, Centro Acadêmico da Universidade Mackenzie, Escolas Superiores de São José do Rio Preto, Associação das Mulheres Católicas, bancários, professores e familiares de presos políticos.

Um elemento recorrente na narrativa do analista trata-se da presença de divergências entre as personagens no evento. Por motivo desses conflitos internos, Therezinha Zerbini teria se retirado da reunião antes de seu findar, afirmando que pretendia “isolar-se de outros grupos e continuar os trabalhos que vinha desenvolvendo anteriormente”.

Ao analisar uma sequência de fontes da Comunidade de Informações (1978 e 1979), concomitantes a memórias e produções promovidas pela própria líder do MFPA, tendemos a observar que, provavelmente, o evento de 3 de abril tenha sido uma espécie de divisor de águas nas relações entre Zerbini e o grupo de São Paulo, liderado por Luis Eduardo Greenhalgh e Ruth Escobar. Isto é, apesar da motivação de lutar pela anistia, as formas de ampliar a campanha propostas por esse grupo pareceram não agradar a advogada, que defendia um caráter mais técnico, estratégico.

Segundo o analista, o Teatro Ruth Escobar ficaria aberto por uma semana para reuniões com representantes de entidades e recebimento de propostas. Haveria nova reunião no dia 10 de abril, quando estruturariam o Movimento e o Ato Público pró-anistia, a acontecer em 18 de abril. Ainda, havia a intenção de formar comissões regionais em todo o interior do Estado de São Paulo, o que demonstra a iniciativa de interiorizar as mobilizações, além da criação de uma comissão para arrecadar fundos para prestar assistência jurídica e financeira aos familiares de presos políticos, e a obtenção do direito de retorno de exilados, expulsos e banidos. Mais uma vez, é possível verificar a composição de toda uma infraestrutura típica dos movimentos sociais (JASPER, 2016).

Em 10 de abril, o analista descreveu a presença de nova Assembleia Geral Pró-Anistia no Teatro, com público de aproximadas 300 pessoas. Dentre as propostas, destacou-se a criação de uma diretoria provisória, “cujos estatutos seriam registrados oficialmente. Tal fato daria poder legal à entidade para fazer reuniões e atuar juridicamente”. Observemos novamente a estratégia de legalizar o Movimento, atitude que já vinha sendo tomada por Therezinha Zerbini desde 1975. Mais uma vez, o analista destacou o tumulto e a falta de organização no evento. A

conclusão da *Informação*, composta por sete páginas de análise, observou a articulação de um plano para criar, a nível nacional, um movimento em prol da anistia, sinalizando a ocorrência de cisões entre as entidades:

Enquanto que representantes de entidades estudantis e do COMITÊ 1º DE MAIO visam socializar o movimento, o MFPA procura manter-se alheio ao aspecto político, preferindo a idéia [sic] de continuar isolado na consecução de seus objetivos. Para tal, dispõe de núcleos em diversos Estados brasileiros, fato este que facilita a execução de uma campanha a nível nacional.

Esta análise parece ter sido fruto de uma absorção acrítica de próprios dizeres do grupo de São Paulo. Isto é, em qual sentido o MFPA encontrava-se alheio ao aspecto político? Isso se deveria ao fato de não compor diretamente os quadros do único partido político de oposição da época, o MDB? Ainda assim, tal afirmativa não fazia muito sentido, pois havia diálogos entre as lideranças do MFPA e líderes do MDB. Havia integrantes do MFPA, inclusive, que tinham sido candidatas pelo partido ou que viriam a ser ainda naquele ano, como Mila Cauduro, no Rio Grande do Sul, em 1974, e Maria Luíza Fontenele, no Ceará, eleita deputada estadual em 1978. Ademais, Therezinha Zerbini viajava para algumas cidades do país a convite de lideranças emedebistas, como em Goiás e no Rio Grande do Norte. Então, em qual sentido o MFPA estaria isolado?

Destaca-se também a pretensão de se transformar o Movimento em “nacional”. A campanha pela anistia já não vinha apresentando dimensões transnacionais e transregionais desde 1975, com a formação de núcleos do MFPA e de comitês estrangeiros? Observamos que uma contribuição do Comitê paulista, posteriormente nomeado CBA/SP, foi promover a capilaridade de Comitês de Anistia, auxiliando, inclusive, na interiorização de núcleos no Estado de São Paulo.²⁸⁵ Mas o fato é que tal ação já vinha sendo empreendida pelo MFPA, e o CBA continuou esse trabalho em uma época em que havia mais pessoas e grupos dispostos a se unir à campanha, elemento que contribuiu substancialmente para o crescimento das mobilizações, em termos qualitativos e quantitativos, como viria a observar Heloisa Greco (2003). Nota-se que havia uma pretensão do grupo de São Paulo em liderar um movimento nacional que, na verdade, em termos de organização, já estava estruturado pelo MFPA desde 1975.

Em entrevistas, Zerbini criticou a tentativa de Luis Eduardo Greenhalgh de “aparelhar” o Movimento, tomando-o para si e para seu grupo político. De acordo com a advogada, ela não

²⁸⁵ Em 12 de maio de 1978 foi criado oficialmente o CBA de São Paulo.

teria deixado isso ocorrer (DUARTE, 2019, p. 3). Esse conflito é ilustrativo da presença do dissenso entre partes que comungavam interesses semelhantes, a anistia e a redemocratização, o que sinalizava para a diversidade de opiniões e atuações dentro das amplas e plurais oposições à Ditadura.

Isto é, apesar do interesse comum de retorno ao Estado democrático de direito, a história de nosso país no pós-1979 revelou um caleidoscópio de caminhos e projetos políticos, ramificados, por exemplo, nos diversos partidos criados. Esses próximos passos de nossa República são reveladores aos conceitos de política e democracia, marcados pela disputa do poder público através da persuasão, e não pela via violenta (ARENDRT, 2007, p. 35-36). Um dos vieses de estados com grau razoável de democracia é justamente a possibilidade de disputarem espaços políticos, nos quais é permitida a oposição, através da liberdade de formar organizações políticas, sejam elas partidárias ou não, por meio expressão de ideias, do direito ao voto e de eleições livres e idôneas (DAHL, 1971, p. 25-26). Em outras palavras, o dissenso funda a política e a democracia. Uma das dimensões de viver a democracia é a possibilidade de discussão e conflito de ideias políticas com respeito e paridade de vozes dentro de um Estado de igualdade, equidade e liberdade. Nesse sentido, é evidente e importante que as vozes dissonantes sejam ouvidas, isso fornece vitalidade à política e à democracia, haja vista a afirmativa de Hannah Arendt (2007, p. 15): “a pluralidade é a condição de toda a vida política”.

Portanto, o direito de expressão pertence a todo cidadão e a toda cidadã, embora devamos ressaltar, utilizando-nos das palavras de Marcos Napolitano (2021, p. 96): “nenhum direito de opinião e de expressão pode incitar o ódio ou a injúria racial, colocando-se acima de um crime tipificado”. De outra maneira, há certos limites para opiniões e expressões, entre eles, a não violação aos direitos fundamentais de uma pessoa, expostos em linhas gerais, a nível de Ocidente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Desta forma, observamos de modo positivo o dissenso presente nas mobilizações pela anistia, uma vez que a presença de contradições e opiniões plurais é a própria essência das democracias.²⁸⁶

²⁸⁶ Fagundes (2019, p. 159) também considera positiva a presença de dissensos nas mobilizações pela anistia: “antes de causar maiores danos às mobilizações pela anistia, esses desacertos em relação às estratégias, em nossa opinião, foram um dos elementos positivos dos movimentos. [...] A pluralidade e a diversidade de opiniões foi uma das chaves para explicar a amplitude política alcançada”, de modo que “a assimetria política entre entidades, figuras e organizações foi um elemento que marcou a singularidade dos Movimentos pela Anistia.”

A mobilização se espalhando: Goiás, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Brasília...

Em abril, Therezinha Zerbini seria convidada para ir a Goiânia para auxiliar na fundação do Comitê Goiano pela Anistia. Nota-se que o evento realizado nessa capital contou com a participação majoritária de políticos homens, ligados ao MDB, e o Comitê criado não consistiu em um núcleo do MFPA. Apesar desses detalhes, Zerbini esteve presente e se mostrou satisfeita com os resultados obtidos (ZERBINI, 1979). Situação semelhante viria ocorrer no Rio Grande do Norte, em julho de 1978 e no Mato Grosso, em agosto.

Imagem 9: Therezinha Zerbini em Goiás²⁸⁷



Therezinha Zerbini: a anistia é um direito histórico de nosso país.

Em 18 de abril, data que celebrava os 33 anos da Lei de Anistia de 1945, Zerbini encontrava-se no evento em Belo Horizonte. Na ocasião, houve ameaças de bombas na UFMG e uma explodiu no jardim da casa de Helena Greco, então presidente do MFPA da capital mineira (BARRETO, 2011).

O 18 de abril já era marcante no calendário das mobilizações pela anistia. A data que celebrava a anistia de 1945 vinha sendo destacada desde 1975, contribuindo para associar o evento dos anos 1940 com uma possível anistia (FAGUNDES, 2019, p. 36; RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011). Diversos eventos cortaram o Brasil, especialmente onde havia núcleos do MFPA. Na Bahia foi criado o CBA/BA, espécie de ramificação do CBA/RJ.

²⁸⁷ Recorte do jornal semanário *Cinco de Março* (ed. 13 a 19 mar. 1978), contido na fonte AGO_ACE_4769_83. Informação n. 0036/116/NAGO/SNI/78. Data: 28 Mar. 1978.

No Ceará, o MFPA/CE promoveu no salão paroquial da Igreja de Otávio Bonfim uma mesa redonda sobre anistia e direitos humanos. Ainda, foi instituída a Comissão Organizadora do Comitê Estadual pela Anistia do Ceará (CEPA/CE). Segundo o SNI, o evento teria contado com 150 pessoas, “em grande parte integrantes e adeptas mais ativas do *esquema subversivo* atuante no CEARÁ, denominados pelos 01 da área como o ‘GRUPÃO’” – formado pelo MFPA/CE, Associação de Sociólogos do Ceará (ASEC), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/CE) e pela Palma Promoções e Publicações, editora do periódico *Mutirão* –.²⁸⁸ O evento contou com a presença de Eny Moreira, presidente do CBA/RJ e advogada de presos políticos.

289

A exemplo de Zerbini, a partir de 1978 Eny Moreira iria se projetar na cena pública através de viagens pelo Brasil, nas quais proferia conferências em defesa da anistia. Em maio de 1978, esteve em Vitória (ES) para participar de um Seminário organizado pelo MDB. O encontro contou com um expressivo público de mais de duas mil pessoas. Dentre os temas discutidos, constavam: a situação econômica do país, a anistia, os direitos humanos, o Estado de direito e a democracia. Eny Moreira compôs uma das mesas do evento (18 mai. 1978) junto com Peri Bevilacqua e o arcebispo de Vitória, dom João Batista da Motta e Albuquerque (BERNARDES; FAGUNDES, 2020, p. 139).

Em 7 de maio de 1978, houve uma reunião no Sindicato dos Bancários de Vitória/ES com objetivo de organizar a criação de um Comitê de Anistia para o Espírito Santo. Segundo Jô Amado, um dos editores do jornal *Posição*, o principal periódico alternativo capixaba naquele período, não se admitia que não houvesse um Comitê de Anistia no estado (BERNARDES; FAGUNDES, 2020, p. 137). Apesar de criado apenas em março de 1979, o caso capixaba nos leva a pensar que encontros dessa natureza teriam ocorrido em demais estados do país. Ou seja, o primeiro semestre de 1978 assistiu tamanho crescimento das mobilizações pela anistia que os movimentos e os lugares que faziam algum tipo de oposição à Ditadura desejavam integrar-se à campanha, que, além de se projetar como um movimento a favor da anistia, compunha as atividades pela restauração da democracia no Brasil.

²⁸⁸ O jornal *Mutirão* foi um jornal alternativo no Ceará, que circulou entre 1977 e 1982. Entre suas prioridades constava a luta pela democratização a partir de um trabalho de crítica ao estado ditatorial (SOUZA, 2012, p. 20-21). Observamos que o cenário e os objetivos de criação desse periódico são muito semelhantes ao jornal *Posição*, criado no Espírito Santo na mesma época (BRUMANA, 2016).

²⁸⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ACE_1769_82. Informação n. 160/116/AFZ/78. Data: 2 mai. 1978. Assunto: Criação do Comitê Estadual pela Anistia no Ceará.

Na mesma semana (7 a 12 mai. 1978) ocorreu no Paraná a VII Conferência dos advogados de Curitiba, com a presença de Therezinha Zerbini. A advogada defendeu uma tese justificando a aplicação da anistia “como medida preliminar e essencial a uma abertura democrática e consequente” (ZERBINI, 1979, p. 173), que foi aprovada por unanimidade e aclamação (1979, p. 179). Na ocasião, Zerbini teria tido a oportunidade de conversar com um grupo de estudantes de Direito da UFPR, e segundo conta, sugeriu que formassem um Comitê de estudantes. Uma fonte da Comunidade de Informação também registrou esse episódio, apontando para a criação do Comitê Estudantil Independente pela Anistia, que teria sido criado por “inspiração de Zerbini presente ao evento”. Um desses alunos viria se tornar o ministro do STF Edson Fachin, descrito pelo analista à época como “o principal militante” da entidade. Ainda segundo o analista, em mais uma manifestação de anticomunismo clássica da Comunidade, a organização era caracterizada como esquerdista, visando “criar novo pólo agitacional junto ao ME”,²⁹⁰ e foi citado mais duas vezes em nossas fontes, como em ocasião de distribuição de panfletos convidando para o ato em 18 de abril de 1979, que ocorreria no auditório da Igreja de Guadalupe, sob promoção do CBA/Curitiba para comemorar o “Dia Nacional de Luta pela Anistia”.²⁹¹

Em 5 de junho foi a vez de se organizar o CBA/DF. Nesse mês, foram ainda criadas entidades em Santos (SP) e em São Carlos (SP) (GRECO, 2003). Iramaya Benjamin destacou que cada estado foi formando sua organização: “a princípio independentemente, como um rastilho de pólvora. Corria a notícia: ‘Estão fazendo Comitês de Anistia no Rio de Janeiro, em São Paulo...’ Cada estado queria fazer o seu também. E nós éramos chamados para ir explicar como tínhamos feito o nosso”. Iramaya destacou algumas diferenças entre os núcleos carioca e paulista, apesar de um projeto comum. O CBA do Rio de Janeiro era a base de pessoas, enquanto o CBA de São Paulo seria formado por um agrupamento de entidades (BENJAMIN, 1999, p. 16-17).

Entre 6 e 7 de julho, Zerbini esteve novamente em Salvador. Desta vez, para participar do lançamento da Campanha de Assinaturas pela Anistia, na Associação dos Funcionários Públicos.²⁹² A advogada caracterizou a campanha como dinamizadora e catalisadora, cuja função passaria por “ganhar novos adeptos à luta que, ‘é o motor que vai redemocratizar o

²⁹⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ACT_ACE_1305_81. Informação n. 1482 – E2/78. Data: 18 dez. 1978. Assunto: Comitê Estudantil Independente pela Anistia.

²⁹¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ACT_ACE_1305_81. Informe n. 015/79/ASI/UFPR. Data: 18 abr. 1979. Assunto: Panfletagem do Comitê Estudantil Independente de Curitiba.

²⁹² Publicado originalmente na *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 jul. 1978.

País”’. Novamente, fez questão de ressaltar a importância da anistia para a redemocratização do Brasil, para o restabelecimento do Estado de direito, da cidadania e das liberdades (ZERBINI, 1979, p. 184).

Rio Grande do Norte

Em 18 de julho de 1978 Zerbini esteve em Natal (RN), para uma palestra na Câmara Municipal. Na ocasião, deu continuidade à campanha de coleta de assinaturas, iniciada em Salvador (ZERBINI, 1979, p. 192).²⁹³ De acordo uma reportagem da *Tribuna do Norte* (18 jul. 78), o Comitê Norte Rio-Grandense pela Anistia (CNA) tinha sido fundado há três meses da vinda de Zerbini e se reunia às quartas-feiras, na sede da OAB, “aberto a todos os interessados, liberto de qualquer ligação político-partidária ou ideológica” (ZERBINI, 1979, p. 189).²⁹⁴

Ao localizar alguns trabalhos monográficos sobre a anistia no Rio Grande do Norte, observamos um problema cronológico. Segundo Maria Izabel Rodrigues (2006, p. 41) e Rodrigo Torres de Moraes (2008, p. 57), o CNA foi oficializado em 18 de abril de 1979. Segundo os autores, a seção ocorrida na Câmara dos Vereadores de Natal teria contado com a presença de Therezinha Zerbini, advinda a contragosto da maioria dos vereadores (MORAES, 2008, p. 56).

Ao que indicam as monografias, fruto de entrevistas de História Oral e pesquisas em jornais locais – *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal* –, não houve um núcleo do MFPA, mas um Comitê de Anistia. A entidade foi presidida pelo advogado e ex-deputado Roberto Furtado,²⁹⁵ vice-presidida por Sérgio Dieb (vereador pelo MDB) e secretariada por Rizolete Fernandes. Diferente das monografias, que destacam a criação do Comitê em 1979, a reportagem do *Diário de Natal* (19 jul. 1978) localiza a presença de uma organização de anistia no estado ainda em 1978.

²⁹³ Publicado originalmente na *Tribuna do Norte*, Natal, 19 jul. 1978.

²⁹⁴ Publicado originalmente na *Tribuna do Norte*, Natal, 19 jul. 1978.

Destacamos que há um erro em *Anistia: semente da liberdade* (1979, p. 107) ao situar a ida de Zerbini em 1977. Localizamos essa imprecisão ao acessar diretamente a fonte original do periódico. Trata-se, na verdade, de sua viagem a Natal em 1978, para a conferência na Câmara dos Vereadores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22Humilha%20e%20envergonha%20qualquer%20na%20civilizada%22&pagfis=27699>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²⁹⁵ Roberto Furtado (1933-) foi procurador da prefeitura de Natal em 1963 e, a partir de 1964, foi advogado de mais de cem presos políticos do Rio Grande do Norte. Fundou o MDB nesse estado em 1965, sendo eleito deputado estadual em 1966, 1974 e 1978. Foi eleito presidente da OAB/RN em 1980, e criou a Comissão de Direitos Humanos na seccional. Presidiu o Comitê de Anistia e o Comitê Pró-Constituinte. Exerceu ainda o cargo de vice-prefeito de Natal, a chefia da Casa Civil da Prefeitura, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Administração Pública.

As informações estão disponíveis em: <<https://www.oabrn.org.br/2017/noticias/5409/ciclo-da-verdade-roberto-brando-furtado-homenageado>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Os cargos mais altos da entidade potiguar foram ocupados por homens, situação análoga à que seria observada nos estados: Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso. Na maioria dos casos, os líderes locais atuavam também como advogados de presos políticos e/ou eram membros do MDB. Se o protagonismo das mulheres não adveio na liderança no Comitê potiguar, houve destaque para as participações através do Centro da Mulher Natalense (CMN), que prestou apoio e compôs as atividades na capital (MEDEIROS, 2009).²⁹⁶

De acordo com as monografias, mesmo antes da oficialização do Comitê, o grupo no Rio Grande do Norte já era organizado. Devido ao receio da repressão, as reuniões ocorriam em diversos lugares – inicialmente no beco, por trás do Colégio Churchill, no centro da cidade (Natal); em uma oficina de móveis, na rua Jovino Barreto, e na garagem da casa de Rossana e Rose Sudário – até a transferência para a sede da OAB/RN, articulada por Roberto Furtado (MORAES, 2008, p. 53).

Com vista a compreender o problema cronológico, localizamos alguns exemplares da *Folha de Natal* que diziam respeito ao CNA.²⁹⁷ A edição de 22 de dezembro de 1978 abordou elementos da criação da entidade, que teria sido formada em julho de 1978. Ainda destacou que uma das primeiras atividades do Comitê foi trazer para Natal a presidente do MFPA, Therezinha Zerbini, para participar de um debate na Câmara Municipal (18 jul. 1978).

A mesma reportagem fez um balanço das atividades do CNA, destacando a campanha de arrecadação de fundos para que cinco presos políticos potiguares passassem o Natal com seus familiares. Além de ações concretas a favor dos presos políticos, como ajuda de custos e venda de produtos artesanais produzidos pelos presos (MORAES, 2008, p. 53), sublinhou que o Comitê promovia estudos, participava de manifestações em outros estados, além de visitas periódicas ao presídio de Itamaracá (PE). Ainda segundo essa fonte, na primeira semana de dezembro de 1978, houve a promoção conjunta de 26 entidades natalenses de “um ato Público em comemoração aos trinta anos da Declaração dos Direitos do Homem”, em que ocorreram palestras e debates em defesa dos direitos humanos e em crítica ao regime político. Por fim, destacou que o Comitê era “devidamente legalizado” e que suas reuniões ocorriam às quartas-feiras, na OAB/RN.²⁹⁸

²⁹⁶ De 18 integrantes do Comitê, Florizel de Medeiros localiza a presença de seis mulheres (MEDEIROS, 2009, p. 3): Rossana Sudário, Rose Sudário, Marluce, Ana Valcácia, Fátima Arruda e Rizolete Fernandes.

²⁹⁷ Essa sigla aparece com constância nas edições do periódico para se referir ao Comitê Norte-Riograndense pela Anistia.

²⁹⁸ Ao que indicam as fontes da imprensa, a oficialização do CNA ocorreu em julho de 1978. De fato, houve um evento no dia 18 de abril de 1979, como indica a reportagem da *Tribuna do Norte* (ed. 20 abr. 1979), entretanto,

Pernambuco, Mato Grosso, Ceará e Paraíba

De Natal, Zerbini viajou para Recife (PE), onde assistiu o interrogatório de Edval Nunes da Silva, o “Cajá”, estudante preso pela Ditadura.²⁹⁹ Segundo *O Diário de Pernambuco* (ed. 20 jun. 1978), a advogada expressou “desapontamento pela negativa do Conselho em relaxar a prisão do jovem”, que possuía bons antecedentes. Ainda, citou aos jornalistas que haviam realizado uma vigília na Igreja da Consolação a favor do estudante, em São Paulo (ZERBINI, 1979, p. 194).

O caso de Cajá ganhou a imprensa nacional e internacional e auxiliou o fortalecimento da imagem do Brasil como um país que violava os direitos humanos. Dom Helder Câmara foi uma das personalidades que mais trabalhou em defesa do estudante preso. Em 10 de julho, o arcebispo celebrou uma via-sacra na matriz de São José. *O Diário de Pernambuco* apresentou o evento com chamada de capa. Entre as pessoas que integraram o evento, destacou-se a presença da artista Elis Regina, que cantou hinos religiosos e escreveu uma carta para Cajá, em solidariedade e admiração.³⁰⁰

Entre 31 de julho e 1º de agosto de 1978, Zerbini esteve em Campo Grande, na época ainda pertencente ao Estado do Mato Grosso.³⁰¹ No dia 1º, participou da instalação do Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos, que seria a primeira organização de anistia daquele local, presidida pelo advogado Ricardo Brandão. O evento ocorreu na Casa da Cultura das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, durante a aula inaugural do curso de Direito, e foi vastamente coberto pela imprensa escrita regional, a exemplos dos jornais

Therezinha Zerbini não apareceu entre os presentes, que foram elencados pelo periódico.

Segundo o jornal, estiveram no evento: representantes do Comitê Norte Rio-Grandense pela Anistia, Comissão Pontifícia Justiça e Paz, OAB/RN, Centro da Mulher Natalense, Pastoral da Juventude, Diretórios Acadêmicos, Associação dos Sociólogos, Cine Clube Tirol e Diretório Municipal do MDB de Natal.

²⁹⁹ Cajá foi preso em 12 de maio de 1978 de maneira “atípica”. Enquanto esperava o ônibus em um ponto, foi agarrado por três homens sem identificação, colocado no carro, algemado e espancado. Não havia um mandado de prisão, que só foi emitido por um juiz militar dias depois, quando sua prisão já estava pública. Cajá era líder estudantil na UFPE e integrante da Comissão de Justiça e Paz, ligado a dom Helder Câmara. Foi submetido a interrogatório e a torturas, preso sob acusação de tentar reorganizar o Partido Comunista Revolucionário (PCR). 40 anos após as cenas de torturas, Cajá relatou que as sequelas ainda o incomodavam, e que submetia-se a tratamentos médicos regularmente. Eduardo Pandolfi*, advogado de presos políticos, descobriu por meio de informações de seus clientes a prisão de Cajá. O caso ganhou o noticiário nacional e internacional devido à ação de dom Helder Câmara, muito popular na cena pública. Cajá saiu da prisão em outubro de 1978, sendo preso novamente em novembro. Ganhou a liberdade definitiva em 1º de junho de 1979. (Adaptação). Disponível em: <<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2018/05/caja-40-anos-da-prisao-que-comoveu-o-brasil.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

*Eduardo Pandolfi foi Deputado Estadual e presidente do CBA/PE.

³⁰⁰ Disponível em: <<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2018/05/o-apoio-de-d-helder-e-elis-regina.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

³⁰¹ Atualmente, Campo Grande é a capital do Estado do Mato Grosso do Sul. O processo de divisão do Estado do Mato Grosso em duas unidades federativas ocorreu em 11 de outubro de 1977. Entretanto, tal divisão se tornou oficial em 1º de janeiro de 1979.

Correio do Estado, *A Tribuna*, *Diário da Serra* – todos de Campo Grande – e *Jornal da Praça*, de Dourados.³⁰² Segundo *A Tribuna* (ed. 2 ago. 78), o auditório contou com mais de 2 mil pessoas e os debates teriam se prolongado até altas horas. O *Diário da Serra* (ed. 1º ago. 78) destacou a presença de políticos cassados, como Wilson Barbosa Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-deputado federal atingido pelo AI-5 em 1969) e Nelson Trad (vereador e vice-prefeito, punido pelo primeiro ato de cassação). Também foi destaque a presença de vários políticos do MDB, e, especialmente, a participação de Wilson Fadul, ex-ministro da saúde do governo João Goulart e Flávio Bierrenbach, professor de direito da PUC e vereador por São Paulo, líder do MDB na Câmara de Vereadores (ZERBINI, 1979, p. 195-202).³⁰³

Em 8 de agosto, Zerbini esteve em Fortaleza (CE) para participar do lançamento da *Campanha Nacional pela Anistia 1978*. Segundo *O Povo* (ed. 9 ago. 1978), “a solenidade de lançamento da campanha coincidiu com uma homenagem à família de Frei Tito de Alencar Lima, no quarto aniversário de sua morte”. Lembremos que sua irmã, Nildes de Alencar Lima, era presidente do MFPA/CE (ZERBINI, 1979, p. 209).³⁰⁴

Em entrevista ao Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa cearense, a advogada destacou o trabalho do MFPA de conscientizar a população para eleger o maior número de deputados comprometidos com a anistia. Isso não queria dizer, observava, que a entidade estivesse vinculada com um partido político específico, tendo em vista que havia parlamentares de ambas as legendas (Arena e MDB) “identificados com a filosofia do movimento”, de caráter “ecumênico, eclético e aberto” (ZERBINI, 1979, p. 205-208).³⁰⁵ Todavia, sublinha-se que a grande maioria desses era pertencente aos quadros do MDB (CÂMARA DA SILVA, 2007; LEMOS, 2018). Conforme já destacamos, o discurso apartidário era uma das constantes na retórica da advogada, que afirmava reiteradamente fazer um trabalho político isento de ligações com siglas específicas, embora, devamos ressaltar, suas extensas ligações com o MDB, a incluir membras do MFPA ligadas à agremiação – como a cearense Maria Luísa Fontenele, candidata e eleita no pleito daquele ano – e palestras e conversas em câmaras de vereadores (Rio Grande do Norte, Goiás, Campos de Jordão, São Paulo, etc.) e assembleias legislativas (Rio Grande do

³⁰² Dourados é uma cidade pertencente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul, localizada a 235 km da capital Campo Grande.

³⁰³ Todos os excertos dos jornais citados encontram-se em *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979).

³⁰⁴ Publicado originalmente em *O Povo*, Fortaleza, 9 de agosto de 1978.

³⁰⁵ Publicado originalmente na *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 9 de agosto de 1978, e no *Correio do Ceará*, Fortaleza, 9 de agosto de 1978.

Sul, Santa Catarina, Paraíba, etc.) a convite de vereadores e deputados da legenda, onde chegou a auxiliar na fundação de núcleos de anistia.

As eleições previstas para novembro já despertavam o interesse dos Movimentos, afinal, a depender dos congressistas eleitos, uma possível anistia poderia (ou não) ser discutida. No entanto, é preciso lembrar que a iniciativa de anistia deveria partir exclusivamente do Poder Executivo. Somente após essa prerrogativa, o projeto seria encaminhado ao Congresso para discussão, proposição de emendas e/ou substitutivos e aprovação. A sanção final era também reservada ao presidente da República (LEMOS, 2018).³⁰⁶

Segundo *A Tribuna do Ceará* (ed. 9 ago. 1978), Zerbini ainda passaria por Recife, João Pessoa, Aracaju, Salvador e Rio de Janeiro, locais onde deu sequência a seu trabalho de mobilização.

Há dois registros diferentes sobre a ida de Therezinha Zerbini a João Pessoa (PB) em agosto de 1978. No dia 11, esteve presente em uma sessão na Assembleia Legislativa e em um almoço de confraternização do Dia do Jurista. Segundo *O Momento* (ed. 13 a 19 ago. 1978), o evento na Assembleia foi tumultuado devido ao “comportamento arbitrário do deputado Assis Camelo (Arena/PB), que presidia a sessão, por não permitir a abertura do debate e mandar desligar o som. Em seguida, o deputado Ramalho Leite (MDB/PB) teria aberto outra sessão contando com apoio de parlamentares arenistas e emedebistas. Nos dizeres do jornal, a reunião poderia “ser incorporada entre as mais importantes de toda a história do legislativo paraibano” e “a mais movimentada sessão [daquele] ano”, ao descrever as galerias lotadas e o nível de agitação dos presentes (ZERBINI, 1979, p. 211-215). Devido ao gesto de enfrentamento empreendido pelos parlamentares e o apoio dos espectadores, Zerbini teria enunciado a frase que rendeu o título da reportagem: “A bandeira da anistia acaba de ser fincada na Paraíba neste instante”.³⁰⁷

O segundo registro da advogada em João Pessoa foi uma *Informação* da Agência Recife do SNI (ARE). Ainda estava anexa uma cópia do Diário Oficial do Estado da Paraíba (ed. 30 set. 1978), o qual trazia o Regimento Interno do MFPA/PB, fundado em 22 de agosto, quando a Presidente Nacional da entidade estava na cidade. Tal documento conectava as mulheres paraibanas à campanha pela anistia, e, em específico, buscava executar o programa do MFPA. No texto, é explícito o alinhamento do núcleo paraibano com a Direção Nacional, incluindo a

³⁰⁶ Sobre a proposição de anistia ao longo das constituições federais brasileiras, ver: Apêndice C desta Dissertação.

³⁰⁷ Publicado originalmente em *O Momento*, João Pessoa, 13 a 19 de agosto de 1978.

não participação de homens nos quadros de sócias – que poderiam ser apenas colaboradores sem direito a voto –, a ausência de finalidade político-partidária, a luta pelo respeito aos direitos humanos e a elevação sociocultural da mulher.³⁰⁸ O Regimento era assinado por cinco mulheres: Maria José Limeira Ferreira, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Maria de Fátima Cardoso, Maria das Graças Leite de Souza e Ayla de Almeida Rocha.³⁰⁹ Uma primeira *Informação*, originária do Ministério do Exército, localizou a sede do núcleo na residência de Maria José Limeira Ferreira e uma atividade empreendida a nível local, a distribuição à imprensa de um relatório enviado por 18 presos na Penitenciária de Itamaracá à OAB, à Comissão Executiva Nacional do MDB e ao MFPA portando denúncias de violências sofridas ao longo dos anos, dentre elas torturas e assassinatos cometidos pelas equipes dos DOPS e DOIs e por organizações fascistas paramilitares, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) (O NORTE, 12 nov. 1978).³¹⁰

3.2 Os eventos coletivos: uma explosão de conexões

A explosiva formação de entidades foi essencial para que, no segundo semestre de 1978, ocorresse uma série de encontros dos Movimentos de Anistia. Isto é, os comitês regionais criados sentiram a necessidade de promover conexões mais diretas. As viagens isoladas, que antes eram empreendidas por Zerbini, Eny Moreira, Hélio Bicudo, por religiosos como dom Paulo Evaristo Arns ou dom Helder Câmara e por alguns parlamentares do MDB, já não bastavam para as mobilizações. Foram inevitáveis eventos de maior relevo, que concentrassem os Movimentos de vários locais do Brasil, além dos advindos do exterior. De acordo com Heloisa Greco (2003, p. 89), essa urgência parece ter sido diagnosticada durante a 30ª Reunião

³⁰⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARE_ ACE_545_79. Informação n. 382/119/ARE/79. Data: 8 out. 1979. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Paraíba. Anexo: Cópia xerox do Regimento Interno do MFPA/PB (2 fls.).

³⁰⁹ Outra *Informação* do SNI apresentou a caracterização de cada mulher, data de nascimento, números de documentos, filiação, endereço, registros existentes e ocupação à época. Destaquemos resumidamente alguns registros e ocupações: Maria José Limeira Ferreira (jornalista, ex-editora do semanário “O MOMENTO”. Admiradora da ação desenvolvida por dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba); Maria dos Anjos Mendes Gomes (participação na 28ª e 29ª Reunião da SBPC, frequentava o Mestrado na UFPB); Maria de Fátima Cardoso (irmã de José Calixtrato Cardoso Filho, terrorista, condenado a 40 anos de reclusão, recolhido à Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá (PE); Maria das Graças Leite de Souza (participação da delegação de Pernambuco no II Festival de Inverno de Campina Grande, em julho de 1977); Ayala de Almeida Rocha (companheira de Vanderley Caixe, coordenador do CDDH/Arquidiocese da Paraíba. Uma das responsáveis pela tensão social gerada entre proprietários e moradores das fazendas “Mucatu” e “Alagamar”). *[A leitura do nome das fazendas na fonte é precária].

³¹⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARE_ ACE_545_79. Informação n. 1159-I [Leitura precária]. Data: 20 dez. 1978. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Paraíba. Anexo: Cópia de recorte do Diário Oficial do Estado da Paraíba, de 30 set. 78, e de “O NORTE”, de 12 nov. 78.

anual da SBPC, em julho, quando ocorreu uma articulação para unificar programas e planejar ações em conjunto.

Naquele 1978, a 30ª Reunião, acrescida de outros três eventos, iria reunir praticamente todas as entidades de anistia no Brasil, a saber: a I Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia no Brasil, o I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia e o I Congresso Nacional pela Anistia. Greco (2003, p. 89) destacou que, além das campanhas aprovadas e das denúncias empreendidas nesses eventos, por si só, eles constituíram “fatos políticos de grande repercussão, momento privilegiado para dar visibilidade à luta, reverberar as denúncias e incrementar as formas de atuação”.

Tabela 9: Eventos integrados pelos Movimentos pela Anistia em 1978

Evento	Data/Mês	Local
30ª Reunião Anual da SBPC	7 a 14 jul.	São Paulo
I Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia no Brasil	5 e 6 ago.	Brasília
I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia	7 a 9 set.	Salvador
I Congresso Nacional pela Anistia	2 a 5 nov.	São Paulo

Fonte: elaboração nossa a partir de dados extraídos das fontes primárias e a partir da bibliografia do tema. Ver: (CIAMBARELLA, 2002; GRECO, 2003; LEMOS, 2018; FAGUNDES, 2019).

A dinâmica de conexão, antes empreendida por personagens isolados, passou a ser exercida através dos diversos encontros dos Movimentos, o que levou a uma ampliação de conectores. Assim como ocorre a uma rede elétrica, na medida em que se aumentam os cabos, os fios e os postes, ampliava-se a dinâmica da conexão.³¹¹ Além desses eventos, os próprios Movimentos potencializaram a conexão pela dinâmica de circulação entre os espaços. Realizaram-se incursões para o interior dos estados, seguindo o propósito de popularizar a luta, ou, ainda, entre os estados, para articular demandas da campanha e para visitar presos políticos. No Nordeste, viajava-se com constância para Itamaracá (PE).

A história da maioria dos encontros de anistia já foi destacada pela historiografia (CIAMBARELLA, 2002; GRECO, 2003; DUCCINI, 2017; LEMOS, 2018; FAGUNDES,

³¹¹ Esta metáfora das conexões a partir de uma rede elétrica é uma apropriação da abordagem das *Histórias Conectadas*, destacadas na Introdução desta Dissertação.

2019).³¹² Entretanto, acreditamos que nossa contribuição passa por sublinhar a dinâmica de conexão empreendida e esse deslocamento de comportamentos, ou seja, as ações, antes individualizadas, tornam-se coletivas. Ademais, procuramos lançar luz em pontos não totalmente destrinchados. Nessa ação agora coletiva, procuramos localizar onde esteve Therezinha Zerbini, figura que compreendemos como central na campanha de anistia. Nossa leitura em relação a esses eventos é que há uma diminuição de seu protagonismo, ao mesmo tempo em que ocorre certa ascensão dos personagens identificados ao Comitê Brasileiro pela Anistia. Observamos que, provavelmente, essa gradativa redução de sua expressão já era um sinal da entrada de outros nomes em cena, como Luis Eduardo Greenhalgh e Ruth Escobar.

Esses fatos podem ser observados, por exemplo, nos conflitos que envolveram Zerbini, Greenhalgh e Escobar, nos idos de março e abril de 1978, quando a advogada teria apartado o MFPA de ligações mais profundas com o Comitê paulista em formação. O dissenso é novamente evidente quando Zerbini deixa de mencionar em entrevistas à imprensa internacional a existência dos demais Movimentos de Anistia, restringindo seu discurso às atividades do MFPA (ZERBINI, 1979), ou quando, por ocasião da Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita – doravante “Congresso de Roma” –, entre junho e julho de 1979, Greenhalgh não indicou o nome da líder do MFPA como uma das representantes brasileiras no evento.³¹³

A 30ª Reunião Anual da SBPC não é analisada detidamente pela historiografia da anistia, embora seja citada como fundamental para uma primeira reunião dos Movimentos (GRECO, 2003, p. 88). Apesar de não se tratar de um evento específico da campanha pela anistia, acreditamos que esse encontro foi a centelha que faltava para a organização das próximas reuniões.

A 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

A SBPC é ainda hoje uma das organizações científicas mais sérias e respeitadas do Brasil, reunindo pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Helena Nader, presidente da SBPC entre 2011 e 2017, destacou que, ao longo do tempo, a entidade deixou de se voltar exclusivamente para temas científicos e tecnológicos e transformou-se em local de debates mais

³¹² Referimo-nos aqui especialmente ao I Encontro pela Anistia, em Salvador (DUCCINI, 2017; FAGUNDES, 2019), ao I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo (CIAMBARELLA, 2002; GRECO, 2003; LEMOS, 2018) e aos eventos ocorridos em 1979 (GRECO, 2003; LEMOS, 2018; FAGUNDES, 2019).

³¹³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1270_79. Informe n. 0138/310/ASP/79. Data: 5 jun. 1979. Assunto: Congresso dos CBA da Europa. Avaliação: A-1.

amplos da sociedade. Durante a Ditadura Militar, a SBPC figurou como um fórum democrático de crítica, cumprindo um papel de resistência, quando se manifestou contra perseguições de professores, pesquisadores e estudantes e contra quaisquer ações governamentais que interferissem na autonomia das universidades. Na época, a entidade contou com 30 mil sócios (NADER, 2014, p. 4).

O Centro de Informações da Marinha (Cenimar) produziu um documento sobre a 30ª Reunião da SBPC, ocorrida em julho de 1978, em São Paulo.³¹⁴ Destacou-se a data de fundação (1948) e o fato de a organização realizar anualmente seus encontros nas capitais dos estados brasileiros. O analista de informações ainda teceu comentários sobre os posicionamentos políticos da SBPC ao longo de sua existência:

No começo, os congressos eram realizados dentro de uma filosofia estritamente científica, em função das áreas de ciências que congregavam, reunindo sempre cientistas, professores e estudantes, já que acreditavam que não havia como dissociar a ciência e a pesquisa da universidade, uma vez que esta é a continuidade daquelas.

A partir dos anos setenta, porém, *as ciências humanas passaram a ter representatividade cada vez maior no seio da Sociedade, acarretando um desvio de sua filosofia inicial*. Os congressos ganharam o foro de debates de caráter político e contestatório sob a argumentação de que este novo procedimento criava uma consciência de participação dos cientistas nos problemas políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira” [destaque nosso].

O documento percorre alguns parágrafos apresentando detalhes das reuniões da SBPC na década de 1970. Por esse olhar, a partir da 26ª Reunião (1974, Recife), o evento teria enveredado

[...] definitivamente, pelos *caminhos da contestação*. *O excesso de temas políticos e sociais, disfarçados em ciência, já não conseguia esconder seu verdadeiro caráter ideológico, sintonizado com as orientações das diversas Organizações Subversivas* (PCB, PC do B, IV Internacional – Seção Brasileira, etc.) [destaque nosso].

Novamente, estamos perante declarações explícitas do anticomunismo que formou civis e militares ao longo dos anos de Ditadura e ainda se faz presente na formação das Forças Armadas e policiais brasileiras. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021, p. 49), há um *corpus* doutrinário integral, que se inicia nos anos 1950, passa pela Escola Superior de Guerra (ESG), via IPES/IBAD, e estende-se por escolas e academias militares até os nossos

³¹⁴ A Apreciação Especial contém 18 páginas, incluindo os antecedentes da organização. Todos os detalhes descritos sobre a 30ª Reunião como produzidas pela Comunidade de Informações têm por base a fonte abaixo. Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_114367_78. Centro de Informações da Marinha. Encaminhamento n. 0690. Data: 29 set. 1978. Assunto: “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC” 30ª Reunião Anual. Anexo: Cópia xerox da Apreciação Especial.

dias, povoando as mentalidades dos clubes militares e formando os novos militares, criando o “perigoso fantasma no inimigo interno”.³¹⁵ Ainda hoje, é recorrente a repulsa à área de Ciências Humanas, por se tratar daquela que discute temas estritamente relacionados à política, economia, história e sociedade. De acordo com o analista de informações, criar consciência da participação de cientistas nos problemas sociais é algo desviante, o que consagra o caráter ideológico da entidade orientada a organizações “subversivas”.

No mesmo documento, o analista destaca as últimas reuniões da SBPC. Na 27ª Reunião (1975, Belo Horizonte), os cientistas condenaram “o modelo econômico brasileiro, o autoritarismo político, a devastação da Amazônia e o acordo nuclear BRASIL – ALEMANHA”. Na 28ª Reunião (1976, Brasília), o Governo teria sido criticado de frente: “Os convidados oficiais tiveram de ouvir pesadas críticas à estatização, ao avanço do capital estrangeiro e ao AI-5”, ainda observando a presença do presidente Ernesto Geisel, “convidado de honra”. Para o informante, a politização das reuniões da SBPC resultou nos conflitos da 29ª Reunião (1977, São Paulo), marcada por “tumulto e agitação”. De acordo com os integrantes da Sociedade, os conflitos vieram à tona pelo fato de o Governo se negar a liberar verbas, impedir a realização do evento nos *campi* universitários e proibir os servidores de viajar para o encontro.³¹⁶

³¹⁵ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi fundado no final de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Reunindo a nata do empresariado brasileiro, além de diretores de multinacionais e dirigentes das principais associações de classes empresariais, o IPES na fachada era uma instituição de orientação política conservadora voltada para a realização de estudos sobre a realidade brasileira, por meio de atividades de produção intelectual, como edição de livros, filmes e ciclos de palestras. Contudo, também dentre seus propósitos, embora não explícitos ao público, constavam políticas de duas vertentes cujo objetivo era a ação contra o governo de João Goulart. Primeiro, o esforço de desestabilização do governo, por meio de campanha anticomunista, patrocínio de manifestações públicas antigovernistas e apoios a grupos de oposição a Jango ou de extrema direita. E, em uma segunda vertente, constavam estratégias de planejamento com objetivo de subsidiar um novo projeto de Governo e de desenvolvimento para o Brasil, marcado pela abertura ao fluxo do capital internacional e com vocação autoritária (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 440-441).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgiu em 1959 e se tornou conhecido do público por meio da revista *Ação Democrática*. Uma de suas principais funções foi trabalhar na campanha anticomunista. Durante a campanha eleitoral de 1962, o Instituto gastou em torno de 5 milhões de dólares no financiamento de candidatos anticomunistas. Diante desse episódio, grupos progressistas no Congresso Nacional criaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a origem do dinheiro investido nas campanhas. Os resultados da CPI não foram conclusivos devido ao fato de que muitos parlamentares conservadores tentaram bloquear as investigações. Em seguida, a entidade foi fechada por meio de decreto do presidente Goulart (MOTTA, 2000, p. 298-299).

³¹⁶ Helena Nader (2014, p. 5), no retrospecto que fez em 2014 sobre a SBPC, destacou a Reunião de 1977, descrevendo-a como um dos momentos dramáticos de sua história: “Em 1977, por exemplo, essa ‘liberdade’ foi ameaçada e quase que a 29ª Reunião Anual não aconteceu. O governo exigiu da SBPC o adiamento do evento programado para Fortaleza, sob a alegação de que a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizava um movimento simultâneo. O adiamento foi recusado pelo presidente da SBPC na época, o físico nuclear Oscar Sala, e a reunião foi transferida para São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a convite de Dom Paulo Evaristo Arns. Primeiro houve a tentativa de realizar a reunião na USP, mas a reitoria não autorizou.

O analista observou que o boicote do Governo à 29ª Reunião propiciou o aumento das campanhas contra o Brasil. Por tal reverberação negativa, em 1978 o Estado resolveu não dificultar o evento, abonando o ponto dos funcionários e cedendo instalações da USP. O presidente da SBPC, Oscar Sala, foi recebido pelo presidente Geisel e pelo general Figueiredo,³¹⁷ o que indicaria “uma tentativa de aproximação do Governo com os setores mais moderados da entidade, com o propósito de neutralizar sua corrente radical”.

A 30ª Reunião ocorreu nas dependências da USP, em julho de 1977. Alguns eventos foram proibidos de ocorrer nessa instituição sob a justificativa da possibilidade de tumultos.³¹⁸ Durante a sessão inaugural, o professor Maurício Rocha e Silva, presidente honorário da entidade, teria lido uma nota em favor de assinaturas pró-anistia, sob a responsabilidade do CBA/SP.

Segundo o analista, os eventos de maior destaque ficaram a cargo do clero progressista. A palestra com o público mais expressivo (cerca de 2. 500 pessoas), “A Questão Indígena”, teria sido o evento mais importante de toda a 30ª Reunião, devido “à notoriedade dos oradores e sua penetração nos meios ‘intelectuais’ ligados à contestação”.³¹⁹ Os membros da mesa criticaram o projeto em tramitação do Ministério do Interior que visava um programa de emancipação do índio. De acordo com Darcy Ribeiro, por trás da emancipação estava um golpe político do Ministro, que era também candidato a governar o Estado do Mato Grosso do Sul, haja vista a existência de áreas indígenas de valor agrícola naquela região.

Outras mesas foram analisadas pelo Cenimar. Em “As Perspectivas da Democracia na América Latina”, os oradores teriam conduzido suas exposições criticando os governos da região.³²⁰ O analista ainda pormenorizou atividades ocorridas nos sete dias da 30ª Reunião, descrevendo-as como agressivas e contestatórias, com destaque para as atividades pró-formação da UNE e manifestações públicas organizadas pelos estudantes. Na manifestação de 14 de julho, no *campus* da USP, a Comunidade de Informação destacou a presença de

Apesar de todos os empecilhos, e embora mais de 800 trabalhos inscritos não tenham sido apresentados por estarem os seus autores proibidos de participar, a reunião teve grande sucesso e repercussão. Foi a primeira reunião no exterior, pois sendo a PUC território do Vaticano, os militares não puderam coibir a realização do evento”.

³¹⁷ João Baptista Figueiredo foi o último presidente da Ditadura Militar (1979-1985).

³¹⁸ A sessão inaugural, as assembleias gerais e extraordinárias.

³¹⁹ A palestra foi coordenada por Carlos Augusto Ricardo, com as seguintes participações: Darcy Ribeiro, D. Tomás Balduino, professora Lux Boelitz Vidal, socióloga Carmen Junqueira e Shelton H. Davis, do “Antropology Research Center” (EUA).

³²⁰ A mesa foi coordenada pelo professor José Álvaro Moisés, com as participações dos professores Francisco Correa Weffort, Ernesto Laclau, José Serra e Fernando Henrique Cardoso. Este último foi presidente do Brasil por dois mandatos (1995-1998 / 1999-2002).

Therezinha Zerbini. Segundo o documento, nesse mesmo evento foi levantado um informe dando conta “da realização em BRASÍLIA, no início de agosto, de uma concentração popular e estudantil, para tratar de assuntos gerais da Anistia, promovido pelo ‘Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA’”. Tratava-se da 1ª Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia.

Finalmente, é notável a análise em relação aos Movimentos de Anistia. Um dos tópicos da *Apreciação* destacou a atuação marcante do MFPA e do CBA/SP no evento. Segundo o analista, o MFPA montou um estande coordenado por Therezinha Zerbini, que vendia diversas publicações, entre elas: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e o *Maria Quitéria*. Ademais, havia distribuição de panfletos, como uma produção do núcleo cearense, “convocando a população do Estado a incorporar-se na luta pelo aprimoramento das instituições políticas”. Ainda, enfatizou que o MFPA, durante todos os dias da Reunião, teria promovido “uma grande campanha de coleta de assinaturas a favor da anistia”. O CBA/SP, também com estande próprio, teria desenvolvido “grande atividade contestatória”, distribuindo panfletos e recolhendo assinaturas. Destacou-se a divulgação de dois documentos produzidos por esta entidade: a *Carta de Princípios* e o *Programa Mínimo de Ação*. O analista resumiu a *Carta de Princípios* ao afirmar que a anistia pela qual o CBA lutava não deveria se estender “aos algozes de suas vítimas”. Em outras palavras, repudiava-se qualquer iniciativa de anistia que proporcionasse alguma espécie de perdão para os agentes do Estado, especialmente para os torturadores. Por sua vez, o *Programa Mínimo de Ação* foi descrito como um documento com sete itens, sendo o mais significativo para a Comunidade aquele que dizia respeito à “elucidação da situação dos desaparecidos”.

Ao acessar os documentos integralmente, observamos que a *Carta de Princípios* proclamava a anistia como uma conquista das oposições democráticas. Para tal, eram imprescindíveis as liberdades de expressão, manifestação, associação, reunião, autonomia sindical e direito à greve, além das liberdades de atuação política e organização partidária. O *Programa Mínimo de Ação* era composto por sete objetivos imediatos: 1) Fim radical e absoluto das torturas; 2) Libertação dos presos políticos e volta dos cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos; 3) Elucidação da situação dos desaparecidos; 4) Reconquista do *habeas corpus*; 5) Fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos; 6) Revogação da Lei de Segurança Nacional e fim da repressão e das normas punitivas contra a atividade política; 7) Apoio às lutas pelas liberdades democráticas.³²¹

³²¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_947_79 SP. Informação n. 096/310/ASP/79. Data: 18 abr. 1979.

Pedro Ernesto Fagundes (2019) produziu uma análise sobre esses dois documentos elaborados pelo CBA/SP. O autor destacou que entre 1978 e 1979 tais textos foram adotados por todos os segmentos relacionados à campanha pela anistia, condensando uma série de propostas que circulavam entre os setores engajados na luta pela redemocratização do país, vindo a consagrar aquilo que considerou como as bases do “Paradigma da Anistia como Conquista dos Direitos Humanos”. Destaca que a partir da publicação da *Carta Programa* e do *Programa Mínimo de Ação*, o CBA/SP teria passado a conduzir politicamente os Movimentos de Anistia (FAGUNDES, 2019, p. 160-163).

Brasília: Iª Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia no Brasil

Conforme o combinado durante a 30ª Reunião da SBPC, nos dias 5 e 6 de agosto de 1978 os Movimentos de Anistia se encontraram em Brasília com o objetivo de ajustar algumas agendas e unificar programas. Reuniram-se 14 entidades de todas as regiões do Brasil, dentre núcleos do CBA, MFPA e Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) (GRECO, 2003, p. 88-89; FAGUNDES, 2019, p. 168).³²² Dessa reunião já ficou marcado o I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, para setembro próximo.

Salvador: I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia

Entre 7, 8 e 9 de setembro de 1978, adveio o I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, em Salvador, com a presença de entidades de todas as regiões do país. O principal saldo político do Encontro foi a *Carta de Salvador*, um documento público de cinco páginas, assinado por todos os Movimentos de Anistia presentes. A última lauda já deixava registrada a data do próximo evento, o 1º Congresso Nacional pela Anistia, previsto para novembro, em São Paulo.³²³ Já de antemão foi estabelecida uma Comissão Organizadora para o Congresso Nacional, formada pelos CBAs do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e da Bahia e pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (GRECO, 2003, p. 89).

Apesar de analisada pela historiografia (DUCCINI, 2017; FAGUNDES, 2019), gostaríamos de ressaltar alguns elementos da narrativa empreendida pela *Carta de Salvador*, doravante *Carta*. O texto se inicia abordando o caráter da anistia requerida:

Assunto: Distribuição dos Anais do Congresso Brasileiro pela Anistia. Anexos: xerox da Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação.

³²² Os estados citados são: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco e o Distrito Federal.

³²³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_947_79 SP. Carta de Salvador em anexo. Data: 9 set. 1978.

As entidades que hoje pugnam pela ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA para todos os presos e perseguidos políticos, vem conclamar os brasileiros de todos os quadrantes e de todas as origens sociais para se incorporarem a essa luta.

Lutamos por ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA por entendermos ser esta a única forma consequente da Anistia, pois atende aos interesses de todos os setores e camadas sociais na luta por liberdades democráticas.³²⁴

Ao destacar o *slogan* “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” a *Carta* explica a definição de cada palavra. Afinal, qual era o sentido das expressões “ampla”, “geral” e “irrestrita”? De acordo com o documento, cada adjetivo era fundamental, devido a seu significado específico: “A Anistia deve ser AMPLA – para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; GERAL – para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTRITA – sem discriminações ou restrições”. Para os Movimentos, a anistia só seria “efetivamente garantida com o fim do aparelho repressivo político oficial ou autônomo” que desrespeitava “cotidianamente os direitos humanos”. Portanto, a conquista da anistia não era ação isolada, exigia-se “a eliminação dos atos e leis de exceção, o estabelecimento das leis e mecanismos de livre participação e representação popular, além do fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização criminal dos que a praticam”. Era imprescindível obter uma “conquista maior: as liberdades democráticas”.³²⁵

Além de apresentar as intenções da campanha pela anistia, podemos observar o alto grau de consciência política dos movimentos de oposição em relação ao contexto. Um ponto relevante criticava as reformas constitucionais enviadas pelo Governo para aprovação no Congresso. Segundo a *Carta*, as reformas teriam “uma mesma base e objetivo: a negação da soberania popular, a perpetuação do arbítrio governamental e a manutenção da grande maioria da população marginalizada do processo político”. Denunciava-se: a eleição indireta da Presidência da República; a eleição de governadores e senadores biônicos por meio de Colégios Eleitorais fabricados sob medida para que garantissem vitórias para o partido do Governo cuja oposição era majoritária; as campanhas eleitorais subordinadas à Lei Falcão, etc.³²⁶ Finalmente,

³²⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_947_79 SP. Carta de Salvador em anexo. Data: 9 set. 1978.

³²⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_947_79 SP. Carta de Salvador em anexo. Data: 9 set. 1978.

³²⁶ Outra análise mais detida sobre a *Carta de Salvador* pode ser encontrada no trabalho de Felipe Duccini (2017), que se debruça especialmente sobre os Movimentos de Anistia na Bahia. Um ponto em que divergimos em relação à análise desse autor se trata da própria autoria da *Carta de Salvador*, porque o autor apresenta sua análise como se ela tivesse sido escrita pelo CBA. Embora destaque a presença do MFPA, cita-se por diversas vezes: “Segundo o CBA...”, “Para o CBA...”, “O CBA denunciava...” (2017, p. 95-96). Gostaríamos de destacar que a *Carta* foi escrita e assinada em nome dos Movimentos pela Anistia, contemplando núcleos de CBAs, MFPAs, SDDHs e Movimentos pró-anistia e direitos humanos não vinculados em específico a essas entidades. Consideramos importante fazer esse reparo, pois temos observado uma certa imprecisão ao isolar o CBA como única entidade ou a “mais importante” que teria atuado na campanha pela anistia no pós-1978 [observamos esse detalhe especialmente em Ciambarella (2002) e Greco (2003)]. O trabalho de Greco (2003) é um dos mais citados pela

definiu como tarefa fundamental a transformação da luta pela anistia em movimento de massas, ampliando-a para todas as regiões e grupos sociais. O documento foi assinado por 17 entidades:

Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ
 Comitê Brasileiro pela Anistia – SP
 Comitê Brasileiro pela Anistia – BA
 Comitê Northeriograndense de Anistia
 Comitê Goiano pela Anistia
 Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos – Seção CBA
 Comitê Paraense pela Anistia da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (PA)
 Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana – BA
 Movimento Feminino pela Anistia – SP
 Movimento Feminino pela Anistia – BA
 Movimento Feminino pela Anistia – MG
 Movimento Feminino pela Anistia – CE
 Movimento Feminino pela Anistia – PB
 Movimento Feminino pela Anistia – RS
 Movimento Feminino pela Anistia – SE
 Movimento Feminino pela Anistia – PE
 Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos.³²⁷

Ainda em 9 de setembro, o MDB aproveitou a ocasião desse Encontro e a reunião de uma série de lideranças regionais e nacionais em Salvador para realizar um grande comício de início à campanha para deputados e senadores, nas eleições previstas para 15 de novembro de 1978. Segundo a imprensa baiana, apesar do cerco policial montado “para reforçar a segurança do local” ou para intimidar os presentes, o evento contou com cerca de 800 pessoas, dentre profissionais liberais e estudantes. A tônica da reunião teria sido a luta pela anistia, contando com declarações de diversas lideranças, dentre elas Therezinha Zerbini e Lícia Peres. A pedido da líder do MFPA, o comício foi inaugurado com o *Hino à Anistia* (ZERBINI, 1979, p. 226).³²⁸

Hino à Anistia
 Sol negado a quem ama a luz
 Na terra onde o sol não falta
 Ao desespero conduz
 Crime é amar ao semelhante
 Acabem com a liberdade
 Nada, nada de sol brilhante
 Luz de esperança
 Encarcerada na muralha fria
 Choram pais, choram mães, choram filhos
 Anistia, Anistia, Anistia
 O povo quebra grilhões
 O povo quer a luz do dia
 Choram homens, mulheres e crianças
 Anistia, Anistia, Anistia³²⁹

historiografia]. Esse destaque em demasia acabou por marginalizar a luta empreendida pelas mulheres e por Therezinha Zerbini a partir de 1975 e que se fez presente em todos os eventos de 1978 e 1979.

³²⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_947_79 SP. Carta de Salvador em anexo. Data: 9 set. 1978.

³²⁸ Publicado originalmente na *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1978.

³²⁹ Fonte: ASV_ACE_56/79. Informação n. 031/116/ASV/79. Data: 27 abr. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção da Bahia (p. 9/12).

Essa canção veio a público em 1945, composta por Almiro de Oliveira e Paulo Tavares, em ocasião das mobilizações pela anistia da Ditadura do Estado Novo. Na década de 1970 foi resgatada, o que imprimiu um caráter histórico à campanha. A música foi expressa por diversos momentos do período. Em Salvador, sua letra foi distribuída a ponto de ser captada pelos agentes da Comunidade de Informação.³³⁰

A imprensa baiana registrou a presença de Euryale Zerbini, marido da líder do MFPA, no comício do MDB. O Encontro de Salvador foi um raro momento em que nossas fontes permitiram captar a presença do general cassado acompanhando a esposa (ZERBINI, 1979, p. 221-222). Em mais de uma entrevista, Therezinha Zerbini fez questão de destacar a opinião do marido em relação ao seu trabalho na campanha de anistia.

[...] O general tinha ciúmes, claro. Eu era uma mulher bonita, andando por esse mundo de Deus, sozinha. E ele encheu porque eu andava como caixeiro viajante, com malinha pra cá, pra lá. Telefonava gente de todo lado e tudo. Embora ele confiasse muito em mim, tem hora que enche, né? Ele disse: “Pois é – num dia desses de azedume que todos nós temos, de dormir descoberto (risos) – eu agora virei o marido da guerreira”. Eu olhei bem nos olhos dele. Saiu a voz do meu coração: “Nego, por quantos anos eu fui a mulher do guerreiro? Isso nunca me diminuiu. A bandeira está no chão. Alguém tem que pegar. Você não entende?” (Diz com a voz embargada e emocionada). Ele abaixou a cabeça. Nunca mais, nunca mais... (DUARTE, 2019, p. 6).

Um dia meu marido me disse: Therezinha, agora eu virei o marido da guerreira. Eu disse: nego, que isso?! Eu sempre fui a mulher do guerreiro, isso nunca me diminuiu. Que isso! A bandeira caiu, alguém tem que pegar. Ele abaixou a cabeça... e nunca mais. Que deve ser muito duro mesmo o marido ver a mulher... o marido general ...e ele me obedecia viu?³³¹

Embora as entrevistas sejam de anos diferentes (2006 e 2012), a estrutura narrativa é semelhante. O modo como essa memória é resgatada por Zerbini demonstra seu anseio em deixar o fato registrado para a posteridade. Observamos esse detalhe como mais um indício de seu comportamento feminista, buscando evidenciar os diversos papéis que poderiam ser

³³⁰ Em 21 de dezembro de 1978, o MFPA promoveu uma concentração nas escadarias da Catedral da Sé (São Paulo) para arrecadar fundos destinados à soltura da brasileira presa em Montevidéu (Uruguai), Flávia Schilling. Na ocasião, o *Hino à Anistia* foi cantado por Therezinha Zerbini (ZERBINI, 1979, p. 238) – Publicado originalmente no *Diário de São Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1978.

Em 18 de abril de 1979, data que marcava o 1º aniversário de fundação do CBA/BA, o *Hino à Anistia* também esteve presente. ASV_ ACE_56/79. Informação n. 031/116/ASV/79. Data: 27 abr. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção da Bahia.

Chamou-nos atenção a semelhança dos versos “Choram pais, choram mães, choram filhos” com a canção *O Bêbado e o Equilibrista*: “Choram Marias e Clarices...”, em referência às esposas de Manuel Fiel Filho e Vladimir Herzog, assassinados pela Ditadura em 1975 e 1976. A música foi composta por João Bosco e Aldir Blanc e interpretada por Elis Regina. Em 1979, na ocasião do retorno dos exilados, foi considerada o “Hino da Anistia”, sendo muito ouvida nos aeroportos. Para uma interpretação da letra, há uma boa análise disponível em: <<https://www.letras.mus.br/blog/analise-o-bebado-e-a-equilibrista/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

³³¹ Entrevista concedida ao Instituto Vladimir Herzog, 2012.

assumidos pelas mulheres, a incluir a liderança de uma campanha pró-anistia e a proeminência à cena pública superior ao próprio marido, um general do Exército brasileiro.

São Paulo: I Congresso Nacional pela Anistia

Realizado na PUC/SP no início de novembro, o I Congresso Nacional pela Anistia foi considerado o maior evento dos Movimentos pela Anistia no Brasil, congregando extenso número de entidades, nacionais e internacionais, além de boa cobertura da imprensa escrita. As resoluções do evento foram divulgadas na íntegra pela grande imprensa, ao lado de uma lista atualizada com o nome de 253 mortos e desaparecidos. A imprensa alternativa também detalhou os acontecimentos em suas páginas, como os jornais *Movimento* e *Em Tempo*. Entretanto, a divulgação foi vetada para veículos de rádio e TV (GRECO, 2003, p. 75).³³²

Tal mecanismo de censura nos faz observar a presença de certos limites de exposição da campanha de anistia, como a impossibilidade de discuti-la em canal aberto de rádio e TV, locais que poderia alcançar projeções e públicos mais amplos, o que facilitaria o compromisso-meta dos Movimentos, de popularizar a anistia, item firmado na *Carta de Salvador*. Portanto, já é possível verificar um certo entrave gestado pelo Governo para impossibilitar o projeto de massificar o tema. Como concluiu o jornal *Los Angeles Times*, a partir de uma entrevista concedida por Therezinha Zerbini: havia “apenas uma pequena parcela da população que [lia] os jornais razoavelmente livres [e existia] a grande massa de brasileiros [que ouvia rádio e assistia à] TV, mal entendendo aonde as elites e seu país [estavam] indo” (ZERBINI, 1979, p. 241-242).³³³

Além de trazer detalhes sobre o I Congresso Nacional, Heloisa Greco (2003) apresentou o evento em termos numéricos. Somaram-se 21 entidades de anistia no Brasil, dentre CBAs, MFPA's, Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos e entidades de classe, etc., e cerca de mil pessoas. Segundo Ciambarella (2002, p. 109), Del Porto (2002, p. 94) e Greco (2003, p. 75-76), estava entre os principais objetivos do Congresso a popularização da luta pela anistia, visando a sua transformação em movimento de massas, além das denúncias às violações de direitos humanos e de uma inserção da campanha de modo mais direto no processo de luta pelas liberdades democráticas, repudiando qualquer forma de anistia parcial ou restrita. Dentre as próximas ações dos Movimentos, estava o projeto de formar caravanas para percorrer o país,

³³² Para maiores detalhes sobre o I Congresso Nacional pela Anistia, ver a tese de Heloisa Greco (2003).

³³³ Publicado originalmente no *Los Angeles Times* e em mais de 300 jornais dos Estados Unidos em dezembro de 1978. Observação: escrevemos algumas palavras entre colchetes, pois na versão original os verbos se encontram no presente. Para fins de fluidez da escrita, optamos por deixar os verbos no pretérito imperfeito.

criando uma frente nacional de luta, buscando associar a anistia ao projeto de redemocratização. Segundo Zerbini (1979, p. 249), o Congresso foi um salto qualitativo, através de deliberações e linhas de condutas a serem adotadas de acordo com a realidade de cada estado.

A historiografia sobre a anistia (CIAMBARELLA, 2002; GRECO, 2003; FAGUNDES, 2019) tem reconhecido que um dos grandes saldos desse Congresso foi a criação da Comissão Executiva Nacional (CEN), descrita por Fagundes (2019, p. 176-177) como o “ponto culminante de um esforço organizativo”, “uma espécie de simbiose política das entidades que convocaram o I Congresso”, a “mais bem-sucedida iniciativa no sentido de unificar e articular as ações dos movimentos”. Para Greco, a CEN foi criada “para dar conta do entrelaçamento de antigas e novas tarefas de forma nacionalmente unificada e articulada”, entretanto não se constituiu em si como um órgão deliberativo. A Comissão aprovada nesse Congresso foi composta por sete entidades – MFPA/MG, MFPA/SP, CBA/RJ, CBA/SP, CBA/BA, CBA/SDDH/PA e Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos –, exercendo função de unificar e organizar de maneira sistemática a campanha pela anistia. A partir do I Congresso, houve um assenso político do Movimento, tornando-se incontornável não discutir a anistia no Congresso e na própria imprensa (GRECO, 2003, p. 102-103; 116).

Na *Informação* do SNI, a CEN passa a representar o MFPA e o CBA em suas atividades.³³⁴ Ao observarmos a tabela dos encontros da CEN, é nítido o aumento do ritmo das reuniões, evidenciando o grau de organização dos Movimentos. É, ainda, sugestiva a tentativa de interiorizar os encontros em regiões onde não havia extensa penetração da campanha, como no Pará e no Mato Grosso.

Tabela 10: Encontros da Comissão Executiva Nacional (CEN) (1978-1979)

Nome do evento	Local	Data
I Encontro da CEN	Belo Horizonte	18 e 19 nov. 1978
II Encontro da CEN	Belém	27 e 28 jan. 1979
III Encontro da CEN	Brasília	3 e 4 mar. 1979
IV Encontro da CEN	Campo Grande	5 e 6 mai. 1979
V Encontro da CEN	Salvador	29 e 30 mai. 1979
VI Encontro da CEN	Brasília	22 ago. 1979
VII Encontro da CEN	Belo Horizonte	8 e 9 set. 1979
VIII Encontro da CEN	São Paulo	6 e 7 out. 1979

Fonte: elaboração nossa com base em Greco (2003), Fagundes (2019) e nas fontes primárias utilizadas nesta Dissertação.

³³⁴ AC_ ACE_4214_79. Informação n. 0463/19/AC/79. Data: 26 set. 1979. Assunto: Movimentos de Anistia.

O Pacote de Reformas e o lançamento de Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje

Alguns eventos políticos rechearam o intervalo entre o I Encontro Nacional e o I Congresso Nacional pela Anistia. Outubro de 1978 foi o mês da promulgação do “Pacote de Reformas”. Lembremos: o contexto político estava marcado pelo anúncio do projeto de distensão política, inicialmente planejada como um projeto de institucionalização da Ditadura por meio de medidas liberalizantes. A ideia de institucionalizar significava criar novas bases legais, visto a preocupação do Governo em manter a fachada democrática. Isto é, além de recorrer à força, havia o entendimento de se criar uma base de legitimidade para fornecer sustentação ao Estado (RIDENTI, 2014, p. 30; FORGET, 1994, p. 96).

Os feitos de legalização foram adotados por todo o período. Nos primeiros dez anos (1964-1974), destaca-se a adoção dos atos institucionais, dos atos complementares, dos decretos-leis e da Constituição Federal de 1967, depois emendada em 1969. Não obstante, o Estado enfrentava crises institucionais que enfraqueciam sua base de legitimidade, ocasionadas devido à característica ambígua dos governos, propondo medidas ora liberalizantes, ora coercitivas, o que criava uma “defasagem entre a linguagem de legitimação através da democracia e a realidade da opressão” (ALVES, 1984, p. 28). O Governo Geisel procurou a institucionalização de longo alcance para regularizar os mecanismos de transferência de poder. Defendia-se “o desenvolvimento de novos mecanismos que permitissem a formação de estruturas duradouras de representação como base de sustentação do poder do Estado” (1984, p. 178).

A liberalização inscrita no projeto de distensão implicava a “proteção de indivíduos e grupos contra o arbítrio do Estado ou de outros grupos”. No nível individual, constavam os elementos clássicos da tradição liberal, entre eles: o direito ao *habeas corpus*; a inviolabilidade residencial e da correspondência; o direito à defesa em um tribunal justo e imparcial, de acordo com leis pré-estabelecidas e as liberdades de imprensa, expressão, petição e associação. Em âmbito grupal, as medidas garantiam que não haveria punições contra dissídios e dissensões coletivas advindas contra as políticas do Estado (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995, p. 13).

Os governos de Humberto Castello Branco (1964-1967) e Arthur da Costa e Silva (1967-1969) apresentaram algumas medidas liberalizantes. A Constituição de 1967 incorporou parte substancial dos atos institucionais e incluiu direitos civis, resultado de lutas estabelecidas no Congresso Nacional durante a confecção da Carta (ALVES, 1984). As medidas de liberalização adotadas tinham por objetivo ampliar a legitimidade do Governo, alargando também sua base de apoio. Segundo Marcos Napolitano (2014, p. 234), na qualidade de estadista de visão

estratégica, “Geisel sabia que o aparato polialesco de repressão era insuficiente e arriscado para tutelar o sistema político, sob o risco de o governo isolar-se dele”.

Um exemplo dessa tentativa de captar novas bases foi o “Pacote de Reformas” introduzido na forma da Emenda Constitucional n. 11, em outubro de 1978. Sob um ponto de vista, tais reformas teriam resultado de uma série de encontros do Governo com representantes do MDB, da OAB, ABI e CNBB (ALVES, 1984, p. 217).³³⁵ Conhecidos pelo epíteto “Missão Portela” – devido à coordenação do senador arenista Petrônio Portela –, os encontros tiveram o propósito de identificar os anseios das oposições de elite, sondando-as sobre suas expectativas a respeito das reformas políticas pretendidas por Geisel (LE MOS, 2018, p. 234).

A partir da Emenda, o AI-5 foi eliminado, restaurando-se o *habeas corpus* aos crimes políticos, a incluir o direito de não ser preso sem acusação ou mandado. Também foi restabelecida a independência do Poder Judiciário, como as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, antes suprimidas. Por outro lado, a legislação adotou medidas nominadas de “salvaguardas de emergência”, “bases de uma nova forma de regime forte e da institucionalização a mais longo prazo” (ALVES, 1984, p. 218). Entre elas, o direito de o Poder Executivo decretar o estado de emergência, permitindo a aplicação de medidas presentes no estado de sítio, mas sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional (FICO, 2017, p. 64).

Nesse ambiente, não havia limites para possíveis suspensões de garantias legais, como a liberdade de expressão, a violabilidade dos lares, a liberdade de associação e reunião, a estabilidade dos empregos e a apropriação de propriedades. Ainda assim, Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 218-219) considera que o pacote de reformas e o fim do AI-5 foram decisivos para a liberalização negociada, abrindo o espaço político e permitindo a “formação de vínculos entre a política formal e a política de bases. Tratava-se, para ambos os lados, de uma vitória parcial e negociada”.

Além do “Pacote de Reformas”, outubro de 1978 foi o mês de lançamento do livro *Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje*, escrito por Roberto Ribeiro Martins, com a colaboração de Paulo Ribeiro Martins e Luís Antônio Palmeira. Dividida em duas partes – “Anistia Ontem” e “Anistia Hoje” –, a obra fez um resgate de todas as anistias decretadas no

³³⁵ Instituições da sociedade civil nomeadas por Maria Helena Moreira Alves de “oposições de elite”, em diferença às “oposições de base”, compostas por movimentos sociais, associações cívicas sem vínculo com a administração pública e organizações ligadas à Igreja Católica (ALVES, 1984, p. 226-231).

Brasil, desde os tempos coloniais, somando-se quase cem medidas de natureza semelhante, o que corroborava mais uma vez o discurso dos Movimentos acerca da tradição brasileira nessa matéria. Portanto, os pedidos de anistia ao longo da Ditadura Militar, seja em âmbito do Poder Legislativo, seja através dos movimentos de oposição, já aludem a essa tradição. As iniciativas na matéria surgem justamente pelo fato de a medida ser uma constante no país.

Uma *Informação* registrou a ocorrência de dois eventos de lançamento do livro, em São Luís (MA) e Fortaleza (CE).³³⁶ Na capital maranhense, a obra teria sido lançada em 8 de outubro no comitê político do então candidato a deputado estadual Haroldo Sabóia (MDB/MA), local também descrito como “núcleo provisório do Comitê Pela Anistia no Estado do Maranhão”. Segundo o analista, a solenidade contou com a participação maciça do Movimento Estudantil, além de políticos e intelectuais. O CBA do Maranhão seria criado oficialmente em 28 de março de 1979, ao ser realizado um ato público no Centro de Formação de Líderes da Arquidiocese de São Luís, tendo como presidente o advogado Reginaldo Carvalho Telles de Souza e, como vice-presidente, o já eleito deputado estadual Haroldo Sabóia.³³⁷

O lançamento em Fortaleza foi descrito com maiores detalhes, citando nominalmente os discursos das personalidades presentes. O evento teria ocorrido em 11 de outubro, em uma promoção conjunta das entidades que compunham o “GRUPÃO”. O Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do professor José Maria de Barros Pinho, mencionado como candidato a suplente (MDB/CE), abrigou a solenidade, onde se poderia verificar, segundo o SNI: “as já habituais presenças das lideranças esquerdistas locais membros das entidades acima citadas, além da participação de figuras representativas da chamada ‘ala autêntica’ do emedebismo desta capital”.³³⁸ Lembremos que a campanha eleitoral pelo Legislativo de 1978 estava a todo vapor, de modo que a defesa da anistia estava incorporada às propostas dos candidatos, especialmente os representantes da “ala autêntica”, caracterizado como o grupo mais antigoverno do MDB

³³⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ ACE_1780_82. Informação n. 356/116/AFZ/78. Data: 31 out. 1978. Assunto: Lançamento do livro “Liberdade para os Brasileiros – Anistia Ontem e Hoje”.

³³⁷ Dado disponível em: <<http://acervodigitalanistiamaranhao.net/index.php/impessos/>>. Acesso em: 15 jul. 2021. Nesse *site* há os links para acessar a documentação do DOPS/MA sobre o CBA/MA, além de outros detalhes sobre a campanha pela anistia empreendida nesse estado e no Brasil, como imagens, fontes, referências bibliográficas, além de um profícuo diálogo com o Ensino de História e com os debates atuais em torno da Anistia. O projeto é de iniciativa de Leonardo Leal Chaves, atualmente doutorando em História (Universidade de Coimbra). Destacamos que o projeto é um dos frutos de seu trabalho de mestrado (2018) intitulado *Ensino de História, Ciberespaço e Novas Tecnologias: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do “Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão”*.

³³⁸ Dentre os emedebistas citados: Maria Luiza Fontenele, José Ferreira Alencar, Fausto Aguiar de Arruda, Bianou de Andrade, Antônio Paes de Andrade e José Maria de Barros Pinho.

(SKIDMORE, 1988, p. 133). A *Informação* detalhou o discurso de variadas personalidades, dentre estudantes, políticos, advogados e lideranças dos Movimentos pela Anistia.

Destaca-se a fala de Maria Luiza Fontenele. Segundo o documento, a representante do MFPA “sugeriu ao público presente que a figura de PEDRO JERÔNIMO DE SOUZA, *subversivo que no ano de 1975, suicidou-se em dependências do DOPS/CE*, fosse considerado pelo povo o *símbolo da luta pela Anistia no CEARÁ*” [destaque nosso]. Esse pequeno trecho nos permite tecer duas observações. Primeiro, a descrição de “subversivo” e “suicida” é uma definição do analista. Assim como Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, Pedro Jerônimo compôs a lista dos ditos “subversivos suicidas”, todos assassinados pelo Estado.³³⁹ E, segundo, conforme temos sustentado, os Movimentos pela Anistia buscavam referências locais de personagens que haviam sofrido com a Ditadura, como Pedro Jerônimo. Nesse sentido, Pedro Jerônimo exercia uma conexão geracional devido a sua ausência física naquele espaço, e sua presença na memória coletiva do Ceará, gerando um sentimento de identidade aos presentes quanto à necessidade da anistia.

Por fim, gostaríamos de reforçar o papel desempenhado pelo livro de Martins (1978) na enquanto uma espécie de síntese dos anseios dos Movimentos pela Anistia. Desde 1975, Therezinha Zerbini já tinha percebido a necessidade de levar a público a relevância histórica da medida, em paralelo ao trabalho de conscientizar a população quanto ao papel que a medida poderia exercer para a retomada da democracia. Percebe-se uma preocupação de Martins em tornar a campanha mais popular, um dos pontos expressos na *Carta de Salvador*. Ao criticar algumas correntes que consideravam a anistia elemento da burguesia e de manutenção da ordem capitalista, Martins ressaltou que a sociedade era marcada por problemas múltiplos, não solucionados apenas pela medida:

É claro que a anistia nunca foi uma palavra mágica, varinha de condão capaz de resolver os problemas fundamentais do povo. As experiências demonstram que as contradições de classe da sociedade brasileira, a exploração econômica de que tem sido vítima permanente o nosso povo, e a dependência econômica nacional não desaparecerão com a anistia. A anistia por si só nunca alimentou a fome e a sede de justiça social dos oprimidos. Mas tem possibilitado inúmeras vezes que eles se reorganizem e se preparem para lutas maiores e para a conquista de suas reivindicações mais sentidas. Tem sido um passo à frente, a abertura de um espaço político mais amplo para que o povo possa participar com mais liberdade e autonomia

³³⁹ Pedro Jerônimo de Souza (1912-1975) ingressou no PCB na década de 1940, exercendo importante papel na reestruturação do partido após a cassação legal da sigla. Integrou a direção municipal de Fortaleza e o Comitê Estadual do Ceará. Participou também do Diretório Municipal do MDB em Fortaleza. Em 11 de setembro de 1975, foi preso no DOI-CODI. No dia 17, veio a notícia de seu suicídio. Seis meses após o ocorrido, a família solicitou a exumação do cadáver, momento em que a perícia pôde constatar uma série de torturas, desmontando a versão do suicídio. Informações disponíveis em: <<https://pcb.org.br/porta12/2812/para-nao-esquecer-jamais-historia-de-pedro-geronimo-de-souza/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

no debate e na decisão dos problemas nacionais. E os trabalhadores, sendo os que mais precisam de liberdade por serem o que menos a possuem, são os interessados diretos na anistia (MARTINS, 1978, p. 180).

Popularizar a anistia passou a ser uma constante entre os Movimentos. Era imperante afirmar que a medida beneficiaria toda a população, atingida direta ou indiretamente pelo Estado. A partir de novembro de 1978, a CEN iria assumir um papel de destaque no seio das mobilizações, unificando e organizando a campanha. Em conjunto a esse trabalho mais coletivo, muitas lideranças continuaram seus percursos individuais. Isto é, as dimensões coletiva e individual coexistiram. Esse foi o caso de Ruth Escobar, Therezinha Zerbini e Eny Moreira.³⁴⁰

Finais de 1978: conexões transnacionais (Estados Unidos, Europa e Brasil)

De acordo com uma *Informação* do SNI, Ruth Escobar viajou para a Europa no final de dezembro, passando por países como Portugal, Itália, Inglaterra e França, onde manteve contatos com membros da *Anistia Internacional*. Na Itália, destacam-se seus encontros “com o pessoal do Tribunal LÉLIO BASSO e elementos da Federação dos Sindicatos”, além de “elementos ligados ao VATICANO”, na pretensão de que os dirigentes do CBA fossem recebidos pelo PAPA”.³⁴¹

Ainda em 1978, Therezinha Zerbini foi para os Estados Unidos e para Portugal. Segundo reportagem do jornal lusitano *A Capital* (ed. 20 nov. 1978), a advogada estava em Lisboa a convite do Comitê Português Pró-Anistia no Brasil (CAB). Na ocasião, destacou a importância do I Congresso pela Anistia como uma das ações que mais teria contribuído para a conquista de um espaço político (ZERBINI, 1979, p. 230-232).³⁴² Todavia, chamou-nos atenção o realce conferido ao MFPA *per se*, não mencionando a emergência dos Movimentos de Anistia como um todo (a incluir os CBAs e as SDDHs) e a CEN, recentemente criada. Esse detalhe na entrevista é ilustrativo de certos conflitos internos aos Movimentos, nos quais os personagens

³⁴⁰ Eny Raymundo Moreira (1946) foi advogada de presos políticos durante a Ditadura e uma das principais dirigentes do CBA/RJ. Iniciou seus estudos de Direito em Juiz de Fora (MG), transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1966 para trabalhar no escritório de Sobral Pinto, advogado reconhecido por atuar da defesa de presos políticos. Formou-se em Direito em 1968 na Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ) e passou a trabalhar na defesa de presos políticos no mesmo escritório (MOREIRA, 2013, p. 233-234).

³⁴¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_299_79. Informação n. 006/310/ASP/79. Data: 9 jan. 1979. Assunto: Comitê Brasileiro de Anistia – CBA.

³⁴² Publicado originalmente em *A Capital*, Lisboa, Portugal, 20 de novembro de 1978.

em cena disputaram o protagonismo, mecanismo constantemente presente nas democracias, nas quais há espaço para dissensos, conforme já observado.

Ainda segundo *A Capital*, a líder do MFPA havia passado por Nova York (EUA), onde assistiu o lançamento de um Comitê de Anistia. O *The Los Angeles Times* (ed. dez. 1978) também registrou sua passagem por Washington D.C. (EUA) (ZERBINI, 1979, p. 230). Mais uma vez, alguns padrões discursivos da advogada se fizeram presentes, como a negação do feminismo, a ênfase no político e a supervalorização da entidade que dirigia: “Não somos uma organização feminista, disse a sra. Zerbini com muita segurança, quando visitou Washington recentemente, para falar sobre seu grupo. Somos um grupo de mulheres fazendo um trabalho político” (ZERBINI, 1979, p. 240). Ela enfatizou que o MFPA envolvia núcleos de 300 mulheres atuantes e nota-se aqui um tom de engrandecimento do Movimento criado, se considerarmos que o único núcleo que atingiu a margem de 300 mulheres foi o de Minas Gerais. Tal exaltação é observada por nós como algo compreensível, haja vista a oportunidade de noticiar e projetar o Movimento a nível internacional. Novamente, chamou-nos atenção a não menção à emergência de outros Movimentos de Anistia ao longo de 1978. Se as reportagens de *A Capital* e *The Los Angeles Times* dão sinais sutis de discordâncias presentes nos Movimentos de Anistia, a análise da Comunidade de Informação deixou tais diferenças evidentes:

TEREZINHA ZERBINI, que também estava na EUROPA [...] deverá ser admoestada pela executiva do “CBA/SP”, porquanto em PORTUGAL passou a difamar alguns elementos da “ANISTIA DO BRASIL”, principalmente a Dra ENY MOREIRA (Rua Rainha Guilhermina, 155 – apt 401 / LEBLON/RIO DE JANEIRO) da executiva do CBA/RIO. A Dra ENY também se encontra presentemente fazendo contatos na EUROPA e aproveitando para conseguir procurações / (a 50 dólares cada) de brasileiros para defendê-los no BRASIL.³⁴³

Conforme a *Informação*, Zerbini teria difamado algumas pessoas ligadas aos Movimentos pela Anistia, com destaque para a advogada e dirigente do CBA/RJ Eny Moreira. Não há como saber exatamente o que o analista sugere com a expressão “difamar”, mas, considerando a natureza da descrição, é possível observar a presença de uma discordância envolvendo as partes, fato também explícito em declarações posteriores de Iramaya Benjamin (BENJAMIN; AUTRAN, 1982; BENJAMIN, 1999) e na historiografia da anistia, que abordou alguns desacordos entre Zerbini e as demais integrantes do próprio MFPA (DUARTE, 2009; BARRETO, 2011).

³⁴³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_299_79. Informação n. 006/310/ASP/79. Data: 9 jan. 1979. Assunto: Comitê Brasileiro de Anistia – CBA.

Temos ressaltado os aspectos positivos das discordâncias nas mobilizações. Em outros termos, a pluralidade de opiniões sobre os possíveis caminhos para se empreender uma anistia foi essencial naquilo que consideramos como a presença de um comportamento democrático das oposições inserido em um cenário não democrático, a Ditadura Militar brasileira. Esse comportamento na base de conflitos de ideias e de estratégias discursivas, repudiando qualquer forma de violência, seria novamente visível durante a transição dos anos 1980 e tem sido recorrente na nossa história mais recente. Desta forma, qualquer ação que defenda o uso da violência contrapõe-se às premissas básicas da democracia.

Tabela 11: Circulação de Zerbini em 1978

Data	Local	Objetivo
27 jan.	Salvador	Posse da nova diretoria do núcleo da Bahia.
8 mar.	Santo André (SP)	Participação em reunião de metalúrgicos no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.
15 mar.	Goiânia	Formação de Comitê de Anistia. Sessão extraordinária na Câmara Municipal. Palestra sobre Anistia. Cobertura da imprensa local.
27 mar. e 3 abr.	São Paulo	Presença no Teatro Ruth Escobar.
18 abr.	Belo Horizonte	Participação no evento em comemoração dos 33 anos da Lei de Anistia de 1945.
7 a 12 mai.	Curitiba	Participação da VII Conferência dos Advogados. É criado o Comitê Estudantil Independente pela Anistia por um grupo de alunos do curso de Direito da UFPR. “Segundo a fonte ‘por inspiração de Zerbini’”.
18 mai.	Campinas (SP)	Presença na Unicamp para debater sobre a Anistia com os estudantes.
6 e 7 jul.	Salvador	Presença em Salvador.
14 jul.	São Paulo	Presença em ato público durante a 30ª Reunião Anual da SBPC.
18 jul.	Natal	Palestra na Câmara Municipal de Natal.
19 jul.	Recife	Presença durante o interrogatório de Cajá.
31 jul. – 1º ago.	Campo Grande	Presença durante o lançamento do Comitê Matogrossense pela anistia.
8 ago.	Fortaleza	Entrevista coletiva no Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa; Lançamento da campanha “Anistia/78”.
9 ago.	Recife	Presença no Recife.
11 ago.	João Pessoa	Presença na Assembleia Legislativa de João Pessoa; Presença nas comemorações do dia do jurista.
22 ago.	João Pessoa	Criação do núcleo do MFPA/PB. Participação de Zerbini.
8 a 9 set.	Salvador	Presença no comício do MDB em Salvador e no I Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia.

2 a 5 nov.	São Paulo	Presença no I Congresso Nacional pela Anistia.
Nov.	Nova York e Washington	Presença em Nova York para assistir à criação de um Comitê de Anistia.
19 nov.	Lisboa	Presença em Lisboa a convite do CAB.

Fonte: elaboração nossa a partir de todas as fontes apresentadas neste Capítulo.

3.3 1979: a reta final da campanha pela anistia

Em dezembro de 1978, o tema dos direitos humanos foi o principal recurso utilizado na campanha pela anistia, visto que a Declaração Universal da ONU (1948) completaria seus 30 anos de existência (FAGUNDES, 2019, p. 181). Um *Informe* (A-1) detalhou uma extensa programação prevista para todo o mês no Estado do Rio de Janeiro, dentre palestras, debates, comícios, cultos ecumênicos, solenidades, e o lançamento do CBA/Volta Redonda.³⁴⁴

O crescimento da campanha em 1978 chegou ao ápice em 1979, representando uma ascensão vertical das mobilizações. Além dos Movimentos de Anistia o ano foi também marcado pela intensificação de outros movimentos sociais, especialmente de operários, estudantes, mulheres contra a carestia e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Houve também a criação de comitês e campanhas específicas, como a campanha pela libertação dos presos políticos de Itamaracá (PE) e os atos de solidariedade à Nicarágua.

Em fins de maio, o Movimento Estudantil iria reorganizar a UNE em um congresso histórico (MÜLLER, 2016; FAGUNDES, 2019). Os presos políticos protagonizaram suas ações através de greves de fome, repudiando a proposta de anistia parcial e exigindo melhores condições carcerárias. O período que cobre o envio do projeto de anistia do Governo (27 de junho) até a votação no Congresso (22 de agosto) representou a fase de maior intensificação da campanha (RESENDE, 2013, p. 100). As greves voltaram para as ruas e houve repressão contra professores e bancários que resolveram paralisar suas atividades por melhores condições trabalhistas. O caráter autoritário do Estado continuou mesmo após a sanção da Lei de Anistia. Em setembro, houve repressão à greve dos metalúrgicos em São Paulo. Tropas dispersaram piquetes, igrejas foram invadidas e os grevistas foram perseguidos (ALVES, 1984, p. 253-256).

³⁴⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ_ACE_7189_78. Informe n. 027/116/ARJ/. Data: 7 dez. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, no mês de dezembro/78. Avaliação: A-1. Volta Redonda é uma cidade pertencente ao Estado do Rio de Janeiro, localizada a 131 km da capital carioca.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 256), “o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura [...] o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora. A repressão sofisticava-se, selecionando as classes”, a incluir os trabalhadores das áreas rurais. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que ocorre uma ampliação do espaço político para as oposições de elite (CNBB, OAB, ABI, parcelas do MDB), que passaram a enfrentar o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil, os grupos ligados a movimentos sociais de trabalhadores e camponeses continuaram sofrendo repressão contínua e sistemática do Estado (ALVES, 1984, p. 225).³⁴⁵

Na primeira quinzena de janeiro, ocorreu o lançamento da campanha nacional para a recuperação da memória dos mortos e desaparecidos pelo CBA/SP, contando com a participação de 30 familiares. O evento de lançamento foi marcado por um culto ecumênico na Catedral da Sé (São Paulo) celebrado por dom Paulo Evaristo Arns. Entre os objetivos da campanha, constavam o esclarecimento do Governo sobre os desaparecimentos, a apuração da responsabilidade e uma campanha específica sobre os mortos na região do Araguaia (GRECO, 2003, p. 149-151).³⁴⁶

Concomitante a essa campanha, as demais entidades de anistia continuavam seus trabalhos de mobilização. No plano individual, Therezinha Zerbini prosseguia com suas viagens pelo Brasil, proferindo palestras e participando de lançamentos de entidades, inclusive de CBAs. Como mencionado, além da líder do MFPA, outras personalidades também vinham realizando esse trabalho, a exemplo de Eny Moreira e Hélio Bicudo. No plano coletivo, as entidades estavam desde novembro de 1978 reunidas na CEN, responsável por unificar e articular as atividades dos Movimentos. A Comissão também estava atenta para as recomendações do I Congresso Nacional, especialmente o objetivo de popularizar o Movimento por lugares do país onde a campanha não possuía tanta penetração. Com base nessa meta, o II Encontro da CEN foi organizado na capital paraense (Belém), região Norte do Brasil, entre 27 e 28 de janeiro de 1979.

³⁴⁵ Dentro dessa tipologia proposta por Maria Helena Moreira Alves (1984) entre “oposições de elite” e “oposições de base”, acreditamos que os Movimentos de Anistia se encaixem com maior nitidez nas “oposições de elite”, justamente pelo papel assumido pelas lideranças nos demais setores da sociedade, dentre advogados, artistas, jornalistas e o próprio papel empenhado por diversos bispos, como dom Paulo Evaristo Arns (SP), dom Helder Câmara (PE) e dom João Batista (ES). Contudo, dentro da proposta de popularizar a bandeira de anistia, é perceptível que os Movimentos tendem a se aproximar dos “movimentos de base”, integrando-os nas mobilizações pela anistia.

³⁴⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_213_79. Informe n. 043/116/ASP/79. Data: 10 jan. 1979. Assunto: Culto ecumênico promovido pelo CBA. Avaliação: B-3.

Pará

Segundo uma *Informação* da Agência Belém do SNI, a reunião ocorreu nas dependências do Instituto de Pastoral Regional sob a organização do Núcleo de Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), contando com a presença dos Comitês de Anistia dos estados: RJ, SP, MG, BA, RS e MS. Uma mesa redonda com o tema “Anistia e aberturas políticas” teria sido assistida por aproximadamente 300 pessoas, destacando-se cerca de 70 moradores dos bairros de Igarapé do Una, Terra Firme e Pedreira, transportados em caminhão fretado pela SPDDH.³⁴⁷

O analista destacou as discussões sobre problemas dos moradores do bairro de Igarapé do Una, que declararam ameaçados de expulsão por aqueles que se intitulavam os proprietários do local. É perceptível nesse exemplo a presença do problema do acesso à terra no Brasil, mais visível nas regiões Norte e Nordeste do país. Dentro da estratégia de popularizar a campanha e de destacar que a anistia também significava o direito à terra, as mobilizações apoiaram e abraçaram tais movimentos. Se a anistia significa, em um primeiro momento, a liberdade de presos políticos e o retorno de exilados, para os moradores do Pará presentes naquela reunião, a anistia se ampliava para o direito à terra e moradia.³⁴⁸

Ainda, temos destacado neste trabalho a presença de personagens regionais com capacidade de representar a importância de uma anistia política em níveis mais locais. No Pará, esse papel é conferido a Edson Luís de Lima Souto. Observemos esse detalhe através de uma *Informação*.

O analista registrou uma reunião do Comitê de Anistia da SPDDH em 16 de março, na Igreja Nossa Senhora Aparecida, coordenada por Manoel Alexandre da Cunha, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). O destaque da reunião foi a presença da senhora Maria de Belém de Lima Souto, mãe do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado em 1968 no restaurante “Calabouço”, no Rio de Janeiro. O objetivo daquela reunião teria sido programar as manifestações que seriam realizadas pela SPDDH em ocasião do aniversário da morte do estudante (28 de março de 1968). Nesse sentido, o Comitê realizaria uma campanha com os seguintes objetivos:

³⁴⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ABE_ACE_ 039/79. Informação n. 0065/116/ABE/79. Data: 1º fev. 1979. Assunto: II Reunião da Comissão Executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia.

³⁴⁸ Um representante do Rio Grande do Sul ainda teria destacado que os problemas dos moradores pobres de Belém eram semelhantes aos das camadas mais pobres de seu estado. Lembremos que o acesso à propriedade no Brasil é uma questão histórica de longa duração, que remonta à divisão territorial no período colonial, quando o território ocupado pelos portugueses foi doado para fidalgos no sistema das capitâncias hereditárias.

- transladar os restos mortais de EDSON LUIZ para Belém;
- exigir do governo pensão vitalícia para sua mãe;
- denominar um logradouro com o seu nome;
- punir os responsáveis por sua morte;
- angariar fundos para ajudar a mãe de EDSON LUIZ – através da abertura de uma conta no Banco Sul Americano, Agência Centro, Belém – que irá a Brasília solicitar a solução do inquérito que apurou a morte do filho.³⁴⁹

A presença da mãe de Edson Luís em um evento da campanha pró-anistia é representativo do papel exercido pelo estudante paraense. Edson Luís é esse personagem ausente que representa o quão violenta foi a Ditadura Militar. Reviver as memórias de 1968 em finais dos anos 1970 era também cristalizar na memória coletiva paraense o caráter autoritário da Ditadura.

A polissemia da anistia

Na mesma data do II Encontro da CEN (Belém/PA), Zerbini estava em Londrina (PR) a convite do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. A discussão sobre uma proposta de anistia parcial já estava no ambiente. “O que queremos é a anistia ampla, geral e irrestrita como primeiro passo – e, em segundo, uma Assembleia Nacional Constituinte”, afirmou a advogada. Em relação à proposta de anistia parcial, destacou que seria “o primeiro passo para a geral”. Finalizou a resposta com um exemplo: “quando você tem uma barragem pela frente e faz um furo nela, todo o resto vem abaixo” (ZERBINI, 1979, p. 244-245).³⁵⁰

Diferente da posição mais individual de Zerbini, que via a anistia parcial como um primeiro passo, a CEN e o CBA repudiavam qualquer proposta parcial. Durante o II Encontro, podemos observar esse posicionamento através de Joviniano Netto, presidente do CBA/BA. Segundo o analista, o representante da Bahia “alertou para o artifício, pretendido pelo Governo, de conceder Anistia parcial, excluindo aqueles que praticaram ações armadas; enfatizou que tal engodo não deve ser aceito – ‘a Anistia deve ser ampla, geral e irrestrita’”.³⁵¹ Um dos grandes embates de 1979 iria girar em torno da natureza da anistia: parcial e restrita ou “Ampla, Geral e Irrestrita”.

Nos últimos dias do Governo Geisel foram criados mais três Comitês de Anistia. Em 9 de março, foram instalados os CBAs do Espírito Santo (BERNARDES; FAGUNDES, 2020) e

³⁴⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ABE_ACE_134_79. Informação n. 0187/116/ACE/79. Data: 20 mar. 1979. Assunto: Atividades subversivas – Reunião do Comitê pela Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH).

³⁵⁰ Publicado originalmente na *Folha de Londrina*, Londrina, 28 de janeiro de 1979.

³⁵¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ABE_ACE_039/79. Informação n. 0065/116/ABE/79. Data: 1º fev. 1979. Assunto: II Reunião da Comissão Executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia.

do Paraná (ZERBINI, 1979, p. 248). Eny Moreira foi para Vitória (ES) para auxiliar na organização, enquanto Zerbini se encontrou em Curitiba (PR), com o mesmo objetivo. Na capital capixaba, o evento ainda contou com a participação de Hélio Bicudo. Segundo o alternativo *Posição* (ed. 52, p. 10), a grande imprensa capixaba, não podendo ignorar a presença do procurador, entrevistou-o sobre assuntos que “pouco ou nada tinham a ver com motivo de sua presença pra instalação do Comitê Brasileiro pela Anistia/ES”. Na ocasião, foram eleitos o advogado Ewerton Montenegro Guimarães e o professor universitário Ferdinand Berredo de Menezes como presidente e vice-presidente da entidade (BERNARDES; FAGUNDES, 2020, p. 140).

Em 10 de março, foi instalado o CBA do Ceará, através de uma Assembleia Geral. Em 25 de março, ocorreu seu lançamento público. Uma *Informação* da Agência Fortaleza do SNI demonstrou preocupação em relação à contínua criação de comitês, destacando ainda a futura organização do Comitê do Maranhão:

A criação de COMITÊS BRASILEIROS PELA ANISTIA, na área desta AR [Agência Regional], vem intensificar a campanha pró-anistia que se desenvolve no país, congregando em torno de si expressivo número de elementos esquerdistas, os quais ganham com estas entidades, novos instrumentos para irradiação de suas manifestações contrárias ao Governo e Regime vigentes [destaque nosso].³⁵²

Um *Informe* (A-1)³⁵³ de fevereiro de 1979 demonstra preocupação semelhante em relação ao grau de organização do CBA do Rio de Janeiro:

O CBA, à princípio [*sic*] atuando de forma amadorística e sentimental, já vem se apresentando de maneira mais organizada e objetiva, logrando penetrar nas áreas sindical e estudantil, firme e seguramente. Foi assim na reunião estudantil voltada para a reorganização da UNE e na recente greve dos motoristas de ônibus, sendo de notar a constância das notícias sobre “anistia”, tanto na imprensa escrita quanto televisada e a proliferação de plásticos quanto ao tema.³⁵⁴

Os dois excertos acima nos auxiliam a compreender o incômodo da Comunidade ao observar o crescimento dos Comitês de Anistia e o grau de organização de que se revestiam.

³⁵² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ ACE_45_79. Informação n. 039/116/AFZ/79. Data: 13 mar. 1979. Assunto: Campanha Pró-Anistia – Comitê Brasileiro pela Anistia. Anexos: a. Estatutos; b. Programa Mínimo de Ação; c. Conclamação ao povo cearense.

³⁵³ Apesar do documento ser caracterizado como um *Informe*, é preciso destacar o grau de refinamento da análise, semelhante à *Informação*, cuja característica era justamente a maturidade da escrita, após o cotejamento das diversas fontes disponíveis. Percebemos essa semelhança em outros documentos, o que revela um limite não muito preciso entre as *Informações* e os *Informes*. Isto é, detectamos a presença de *Informes* com análises precisas, erigidas aos moldes das *Informações*.

³⁵⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ_ ACE_139_79. Informe n. 069/30/ARJ/79/GAB. Data: 6 fev. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Avaliação: A-1.

Em 15 de março de 1979, a Presidência passou para o comando de João Baptista Figueiredo (1979-1985), o último dos cinco ditadores que estiveram à frente do Poder Executivo. Figueiredo foi escolhido pelo colégio eleitoral e pelo antecessor Ernesto Geisel para dar continuidade à política de Governo. Logo no começo do mandato, anunciou que estaria disposto a colocar o projeto de anistia em prática, tornando pública sua intenção meses antes de enviar a proposta ao Congresso. Desta forma, “o governo se apropria da questão da anistia”, que passa a envolver parte da opinião pública (FORGET, 1994, p. 131; 134). Para Zerbini, era preciso ser realista. Figueiredo representava o regime de força instalado no Brasil há 15 anos. Havia “um abismo entre a Nação e o Governo” (ZERBINI, 1979, p. 247).

Os meses que antecederam ao envio do projeto de anistia para o Congresso Nacional (27 de junho de 1979) foram marcados por diversas atividades dos Movimentos. O 18 de abril já era parte integrada do calendário das mobilizações, celebrado como “Dia Nacional da Anistia” e “Dia Nacional de Luta”. Ocorreram eventos em diversos lugares do Brasil – como um show no Teatro Vila Velha, em Salvador³⁵⁵ –, além da criação de outro núcleo do CBA, desta vez em Pernambuco (FAGUNDES, 2019, p. 184-190).

Maior de 1979 ficaria marcado como o mês da reconstrução da UNE. O 31º Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), em Salvador, concentrou representantes e entidades de todo o Brasil, além da presença significativa dos Movimentos pela Anistia (FAGUNDES, 2019, p. 195). O IV Encontro da CEN que o antecedeu apresentou a resolução de dar total apoio aos estudantes.³⁵⁶

Therezinha Zerbini foi uma das lideranças presentes no 31º ENE. A advogada novamente destacou a proposta de anistia parcial, atenta para as intenções do Governo de “conceder” a medida: “O MFPA esteve por quatro anos na ofensiva e agora o governo resolveu atender parcialmente as reivindicações ‘não porque ele nos queira bem’, porque porém [*sic*] ‘são os governantes agora quem mais precisam da anistia’ (ZERBINI, 1979, p. 255). Este excerto revela um prognóstico assertivo de Zerbini em relação aos possíveis usos da anistia pelo Governo, isto é, o recurso à medida para fazer esquecer os crimes cometidos pelo próprio Estado e como forma de conciliação.

³⁵⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_156_79. Informação n. 031/116/ASV/79. Data: 27 abr. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia – seção da Bahia.

³⁵⁶ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1078_79. Informe n. 1648/119/ASP/79. Data: 9 mai. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Avaliação: A-2.

Ao analisar os discursos finais da advogada, publicados em *Anistia: semente da liberdade* (1979), observamos que a líder do MFPA congrega, em diferentes ocasiões, os três paradigmas de anistia tipificados por Fagundes (2019): A anistia como esquecimento, a anistia como conquista dos direitos humanos e a anistia como reconciliação ou conciliação. Observemos os trechos abaixo, expressos em 1979:

Anistia que vem do grego *Amnistya*, quer dizer esquecimento. É o processo de se passar uma esponja e apagar o passado (ZERBINI, 1979, p. 250).

Levantamos a bandeira da anistia como uma bandeira de direitos humanos”: liberdade de organização, de livre expressão, liberdade sindical, liberdade para o povo brasileiro ter arroz e feijão no prato e liberdade para escolher o seu destino (ZERBINI, 1979, p. 251).

[...] é mais do que hora para reconciliação, de reencontro da Nação consigo mesma [...] (ZERBINI, 1979, p. 253)

Se, para outros indivíduos e coletivos, a anistia nutria-se de um único sentido – esquecimento e reconciliação para o Estado e conquista dos direitos humanos e democracia para os movimentos sociais –, os discursos de Zerbini tendem a revelar sua capacidade de permitir a “polissemia” da anistia, isto é, ao mesmo tempo em que destacava a herança grega do esquecimento, de se apagar o passado, a líder fazia a defesa intransigente da democracia e dos direitos humanos, aceitando inclusive uma Anistia parcial como um “primeiro passo” para a reconciliação.

Anistia parcial versus Anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”

Em junho de 1979 já estava certo: o Governo deveria apresentar uma proposta de anistia parcial ao Congresso. Desta forma, o III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia no Rio de Janeiro (15 a 17 de junho) concentrou seus esforços em discutir o possível projeto. Para Heloisa Greco (2003, p. 169), houve tamanha polarização que não sobrou tempo para discutir outros pontos da pauta, especialmente a dificuldade de penetração nos setores populares. Segundo um *Informe* (B-2), “elementos” do CBA lamentavam

[...] as divergências evidenciadas no Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia [...] Uma das divergências, segundo afirmam, foi o fato de alguns setores defenderem o repúdio à anistia parcial, enquanto outros entendem que a anistia parcial deveria ser capitalizada como um dos frutos da luta pela Anistia.³⁵⁷

³⁵⁷ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_2764_79. Informe n. 1276/32/AC/79. Data: 27 jun. 1979. Assunto: Comitê Brasileiro de Anistia. Avaliação: B-2.

Apesar desse expresso dissenso, o relatório do III Encontro apontou para a concordância em relação à ofensiva na luta por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Portanto, era preciso denunciar as limitações do projeto de anistia parcial (GRECO, 2003, p. 167-169).

Entre 30 de junho e 2 de julho de 1979, ocorreu o Congresso de Roma, na Itália. O evento, patrocinado pela Fundação Lelio Basso, reuniu mais de 30 entidades de anistia do exterior e contou com a presença de representantes brasileiros, entre eles a presidente do MFPA/MG e CBA/MG, Helena Greco (GRECO, 2003; RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011; FAGUNDES, 2019). Todavia, chamou-nos atenção a ausência de Therezinha Zerbini nas fontes do evento, o que pode ser entendido devido a seu posicionamento favorável à anistia parcial. Este é um sinal, a nosso ver, da sua gradual perda de espaço em relação ao protagonismo na campanha.³⁵⁸

Encontramos um *Informe* (A-1) (5 jun. 1979), que destacou a existência de uma comissão no Brasil encarregada pelo Congresso, composta por Ruth Escobar, Luís Eduardo Greenhalgh e Wania Santana.³⁵⁹ Segundo o documento, durante o “Encontro de São Bernardo”, Escobar teria convidado Lula e mais dois líderes sindicais indicados por ele para o Congresso: Olívio Dutra (Sindicato dos Bancários de Porto Alegre) e Jacó Bittar (Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP)).³⁶⁰ As passagens seriam custeadas pela Central Única de Trabalhadores (CUT) da Inglaterra e os convites, formalizados por uma universidade europeia. Jean Marc Van Der Weid é citado como coordenador do Congresso na Europa, e “os italianos expulsos do Brasil por subversão”, Dario Canale e Tulio Vigevano, são descritos como coordenadores em Roma. Havia, ainda, uma lista de temas a serem discutidos e indicações de prováveis conferencistas:

- a. “Repressão e anistia política” – cargo de LUIZ EDUARDO GREENHALGH, do CBA
- b. “Aspectos jurídicos da Anistia” – por SEABRA FAGUNDES, da OAB
- c. “Questões sindicais” – LULA
- d. “Condições de vida da população” a cargo de JOSÉ CARLOS DIAS, da Comissão de Justiça e Paz de SÃO PAULO
- e. “Liberdade de Expressão” a cargo de BARBOSA LIMA SOBRINHO, da ABI ou JOSÉ GOLDEMBERG da SBPC

³⁵⁸ Sobre o Congresso de Roma, ver: Greco (2003) e Fagundes (2019).

³⁵⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_1270_79. Informe n. 0138/310/ASP/79. Data: 5 jun. 1979. Assunto: Congresso dos CBAs da Europa. Avaliação: A-1.

³⁶⁰ Olívio Dutra (1941-) foi um dos fundadores do PT, junto com Lula e Jacó Bittar. Foi Deputado Federal Constituinte (1987-1991). Renunciou ao mandato na Câmara Federal para assumir a prefeitura de Porto Alegre (1989-1992). Foi governador do Rio Grande do Sul (1999-2003) e Ministro das Cidades do Governo Lula entre 2003 e 2005. Dados disponíveis em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/139323/biografia> >. Acesso em: 5 ago. 2021.

Jacó Bittar (1940-) foi presidente do Sindicato dos Petroleiros, fundador do PT e prefeito da cidade de Campinas/SP (1989-1992). Em 1991, saiu dos quadros do PT para se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

- f. “Mulheres e Minorias Raciais” por alguém do CIMI e alguma mulher ainda não indicada.³⁶¹

Esse excerto nos auxilia a observar pelo menos três dimensões. Primeiro, o papel proeminente já exercido por Lula na liderança do Movimento Sindical. O *Informe* destacou que, caso comparecesse à Itália, haveria uma extensão do convite para que Lula pudesse falar sobre o sindicalismo no Brasil.³⁶² A segunda dimensão é a presença de Luis Eduardo Greenhalgh como um dos principais nomes para falar sobre anistia, o que revela sua primazia como representante do Movimento no país. E, por fim, sublinhamos a ausência de um nome feminino na composição da lista. No item “f”, houve a necessidade de incluir “alguma mulher”, mas não havia um nome expresso até o momento. Questionamos o porquê dessa abstenção, haja vista o protagonismo das mulheres no processo de mobilizações pela anistia. Há a questão estrutural, de longa duração, que é a tradição patriarcal brasileira, na qual os homens se colocam à frente dos processos políticos; e a do acontecimento, de curta duração: o dissenso entre Zerbini e Greenhalgh. Se considerarmos todo o trabalho realizado desde 1975 pró-anistia, o nome da líder do MFPA seria um dos mais representativos para compor o evento.³⁶³ Outro *Informe* (A-1) apontou a estreita ligação dos integrantes da Fundação Lelio Basso com o CBA, o que nos ajuda a compreender a liderança de Greenhalgh na organização do Congresso a nível de Brasil. Esse documento ainda citou o nome de personalidades que deveriam comparecer ao evento: dom Paulo Evaristo Arns, Leonel Brizola e Miguel Arraes.³⁶⁴

A proposta de anistia do Governo foi enviada ao Congresso três dias antes do Congresso de Roma, em 27 de junho de 1979. O período de dois meses que cobre a tramitação do projeto até a sanção presidencial (27 jun. – 28 ago.) foi marcado pelos esforços dos Movimentos em alterar a letra da lei. Foram apresentados substitutivos e emendas ao projeto oficial, de parlamentares emedebistas e arenistas (CÂMARA DA SILVA, 2007; FICO, 2010; LEMOS, 2018).³⁶⁵

Confeccionado sob a coordenação do Ministro da Justiça Petrônio Portella, o projeto foi alvo de amplas e diversas opiniões. Duas questões principais reuniram a maior parte dos esforços para modificar o texto. Primeiro, o projeto excluía da anistia aqueles “condenados pela

³⁶¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1270_79. Informe n. 0138/310/ASP/79. Data: 5 jun. 1979. Assunto: Congresso dos CBAs da Europa. Avaliação: A-1.

³⁶² Bélgica, França, Suécia e Suíça.

³⁶³ Helena Greco foi a principal representante do MFPA em Roma.

³⁶⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1371_79. Informe n. 034/119/ARJ/79. Data: 8 jun. 1979. Assunto: Conferência Internacional pela Anistia. Avaliação: A-1.

³⁶⁵ Sobre as emendas e substitutivos apresentados, ver: Carlos Fico (2010).

prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.³⁶⁶ Nesse sentido, os Movimentos se mobilizaram para ampliar a sua abrangência, isto é, havia o entendimento de que mesmo os condenados deveriam receber a medida, considerando que suas penas teriam se processado dentro do Estado ditatorial a partir das leis de exceção. E, segundo, a inclusão do conceito “crimes conexos” abria a interpretação no sentido de perdoar os agentes do próprio Governo, no qual se chamava atenção aos torturadores.³⁶⁷ Desta forma, os esforços dos movimentos sociais se concentraram em ampliar a anistia para os condenados, com destaque para os que haviam participado da luta armada, ao mesmo passo que repudiavam o uso da medida para os torturadores (FICO, 2010; LEMOS, 2018).

O trabalho de explicar à sociedade o significado e a importância da anistia foi intensificado. O MFPA e Therezinha Zerbini vinham realizando tal empreitada desde 1975. Com o projeto em discussão no Congresso Nacional, essa demanda se tornou urgente. Além dos atos e manifestações públicas que se multiplicaram em julho e agosto de 1979, em diversas partes do Brasil (FAGUNDES, 2019), as entidades de anistia e os movimentos sociais produziram, de maneira frenética, uma série de panfletos, encartes, charges, etc., para informar e ressaltar a relevância da “Anistia Ampla Geral e Irrestrita” e os problemas do projeto parcial apresentado pelo Governo. Uma extensa quantidade dessas produções foi captada e anexada nos documentos da Comunidade de Informação. No dia 21 de julho de 1979, os presos políticos do presídio Frei Caneca (RJ) iniciaram greve de fome exigindo Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Parte deles estava excluída do projeto. Em seguida, entraram em greve os presos políticos do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco (Itamaracá) e de São Paulo.³⁶⁸

Para discutir o projeto, foi criada uma Comissão Mista, composta por deputados e senadores dos dois partidos existentes. O senador Teotônio Vilela (MDB/AL), que poucos meses antes havia migrado da Arena para o MDB, foi eleito presidente da Comissão. Já o cargo de relator coube ao deputado Ernani Satyro (Arena/PB) (LEMOS, 2018, p. 428).³⁶⁹ Ainda em julho, Teotônio Vilela passou a fazer uma série de visitas aos presos políticos, consagrando-se como um dos nomes parlamentares interessados em ampliar os horizontes da anistia. Em

³⁶⁶ Ver a íntegra do projeto em Renato Lemos (2018, p. 400-401).

³⁶⁷ A proposta concedia “anistia a todos quantos, no período entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometerem crimes políticos ou conexos com estes”.

³⁶⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ ACE_1782_79. Informe n. 0257/310/ASP/79. Data: 17 ago. 79. Assunto: Ato público pela Anistia na praça da sé. Anexo, convite para ato público na praça da sé, a ser realizado no dia 21 de agosto de 1979.

Sobre os presos políticos e a luta pela Anistia, ver Capítulo 7 da tese de Heloisa Greco (2003) e ver a dissertação de Joana Santos Rolembert Côrtes (2012).

³⁶⁹ A composição completa da Comissão encontra-se listada em Renato Lemos (2018, p. 428).

agosto, a Comissão enviou subcomissões aos presídios do país para ouvir os presos políticos, considerando de relevo a opinião desse setor da oposição (GRECO, 2003, p. 262).

Após debates e proposições na Comissão Mista, que recebeu emendas de diversos parlamentares, o substitutivo apresentado pelo relator Ernani Satyro, foi aprovado na Comissão por 13 votos da Arena contra 8 do MDB. Esse texto apresentava basicamente a proposta do Governo com pequenas alterações e deveria ir ao plenário.

Os esforços de mobilização – nas ruas, nos presídios, nas universidades, na imprensa e no exterior – continuaram empreendidos inclusive no dia da votação no Congresso. O 22 de agosto de 1979 foi um dia histórico do Legislativo brasileiro. As galerias ficaram lotadas por representantes de diversas partes do Brasil vindos de caravanas acompanhar o processo. Naquela manhã, 800 soldados à paisana ocuparam as galerias, que totalizavam 1.200 lugares. O objetivo era intimidar os representantes dos Movimentos de Anistia, que os expulsaram aos gritos durante a tarde. No dia anterior, houvera manifestação dos Movimentos na rampa do Congresso e bombas de intimidação lançadas por grupos pró-governo (GRECO, 2003, p. 291-292).

Também ocorreram manifestações públicas em várias cidades e no exterior para apoiar a greve de fome e prestar solidariedade aos que acompanhavam o evento no Congresso.³⁷⁰ Após intensas discussões, o MDB e a Arena, através do voto simbólico de suas lideranças, aprovaram o substitutivo de Satyro. Em seguida, o MDB requereu a votação da Emenda proposta pelo deputado Djalma Marinho (Arena/RN), que ampliava a anistia para os condenados, mantendo-a para os torturadores. A proposta foi votada: 201 votos a favor contra 206. Portanto, por uma pequena diferença de 5 votos, o substitutivo de Ernani Satyro manteve-se intacto. Era aprovada a anistia em conformidade com o projeto de Petrônio Portella (GRECO, 2003, p. 294; FICO, 2010, p. 327; 329-330; LEMOS, 2018, p. 454).

De acordo com Danielle Forget (1994), sob o olhar do Governo, a anistia era um favor. Defendeu-se o argumento da evolução histórica como se a medida integrasse o curso normal dos acontecimentos, tentando “fazer crer que a concessão estava prevista desde o começo, que não se [tratava] de uma manobra de salvaguarda ditada pelas circunstâncias e em posse dos grupos de oposição”. A anistia como ato de concessão foi associada às conotações de conciliação, benevolência e controle, figurando na lista de realizações do Governo, por ser este

³⁷⁰ Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1914_79 SP. Informe n. 543/116/ASP/79. Data: 20 set. 1979. Assunto: Atividades do CBA. Avaliação: B-2.

o responsável pela iniciativa do projeto. O discurso dominante não mencionava as reivindicações da sociedade civil, negando a sua presença, com vista a afastar “a hipótese de que poderia tratar de uma vitória da oposição” (FORGET, 1994, p. 139; 151).

Mesmo após o resultado final da votação, os atos políticos das oposições continuaram. A sanção da anistia parcial veio em seguida, na forma da lei n. 6. 683/1979, em 28 de agosto de 1979. O sentimento de limitação da lei aprovada ressonou quase como unanimidade entre as oposições. Entretanto, também foi considerada como uma conquista da luta dos movimentos sociais.

Finalmente, é preciso observar um detalhe: a carência de fontes sobre a atuação de Therezinha Zerbini ao longo dos dois meses de discussão e aprovação da Lei de Anistia. O fator que pode explicar essa ausência é provavelmente a posição favorável da líder pela aprovação da anistia parcial, indo na contramão da maior parte dos Movimentos de Anistia.

A historiografia localizou uma Carta do MFPA, assinada por Zerbini e por Diana Mendonça (Presidente do MFPA/BA), endereçada ao presidente do MDB Ulisses Guimarães, na qual se afirmava a “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Entretanto, a missiva considerava o projeto do Governo como o “fruto de uma vitória de quatro anos e meio de luta”, conclamando que o MDB votasse a favor, avaliando a ação como uma etapa do processo (LEMOS, 2018, p. 394-395). Os quadros emedebistas, por sua vez, apresentaram opiniões dissonantes, ora favoráveis, ora contrárias à medida, o que revelava o caráter plural e divergente de seus segmentos.

Se, de uma forma geral, os Movimentos repudiaram a Anistia aprovada, entendendo-a como limitada, restrita e recíproca, para Therezinha Zerbini a medida foi importante como uma primeira etapa, como um primeiro momento da luta pela redemocratização do país.

Segundo uma *Informação* (26 set. 1979), naquele período a líder do MFPA não fazia pronunciamentos e nem comparecia a manifestações públicas.³⁷¹ Nos meses seguintes, a advogada iria propor a continuidade do Movimento alterando as bandeiras de luta, conclamando os esforços pró-Constituinte, e modificando o nome da entidade para Movimento pelos Direitos Humanos.³⁷²

³⁷¹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_4214_79. Informação n. 0463/19/AC/79. Data: 26 set. 1979. Assunto: Movimentos de Anistia.

³⁷² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_5250_80. Informe n. 02504/32/AC/79. Data: 26 nov. 1979. Assunto: Comentários de Therezinha Zerbini. Avaliação: B-2.

3.4 A continuidade da luta e a invisibilidade histórica e política de Therezinha Zerbini

A luta política continuou. Os Movimentos pela Anistia não estavam satisfeitos com a medida aprovada e insistiam na “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Não obstante, os vários beneficiados pela legislação resolveram aplicá-la nos dias seguintes à sanção presidencial.

Em 29 de agosto, os vereadores gaúchos cassados Glênio Peres e Marcos Klassmann reassumiram suas cadeiras na Câmara Municipal de Porto Alegre. No dia 30, o Superior Tribunal Militar (STM) anistiou 316 pessoas envolvidas, 16 das quais ainda estavam presas, em processos via Lei de Segurança Nacional. Setembro foi o mês em que começaram a retornar do exterior os exilados. Figuras como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves regressavam depois de mais de uma década. Em outubro, foi a vez de Luís Carlos Prestes e Francisco Julião – apenas para mencionar os mais conhecidos. Regulamentada a Lei de Anistia, com atraso, em 1º de novembro, o retorno dos exilados se tornou mais expressivo. Os presos políticos nos cárceres foram soltos. Algumas exceções ainda teriam que realizar greves de fome em 1980 (GRECO, 2003, p. 322; LEMOS, 2018, p. 461-463).³⁷³

De acordo com Denise Rollemberg (1999), de agosto de 1979 até março de 1980, uma das principais atividades dos brasileiros em Paris era ir ao aeroporto se despedir dos exilados que retornavam para o Brasil. Na análise da autora, a anistia foi o fim e o começo, promovendo a retomada de uma sequência interrompida, uma interrupção que, em alguns casos, perdurou por mais de 15 anos. Vidas foram construídas e reconstruídas no exterior. O retorno para a pátria materna foi muito diferente do imaginado no início do exílio. Para alguns, “a volta na clandestinidade para o confronto direto com o regime se transformou em uma volta consentida por uma lei aprovada pela própria ditadura”, a Lei de Anistia (ROLLEMBERG, 1999, p. 264).

A Comunidade de Informação continuou produzindo documentos sobre os Movimentos. Segundo *Informação*:

Após a sanção da Lei de Anistia, que não atendeu à principal reivindicação dos movimentos, que era a anistia total, *estes passaram a exaltar subversivos por ocasião do seu retorno ao País, ou quando eram postos em liberdade os que se encontravam presos*. Atualmente, estão se manifestando publicamente para homenagear *os terroristas mortos* em confronto com os órgãos de segurança. Nessas ocasiões, *os*

³⁷³ Sobre os presos políticos soltos apenas em 1980, há referência a José Calistrato Cardoso Filho, Luciano de Almeida e Rholine Sonde Cavalcante, presos em Itamaracá (PE). Luciano e Rholine realizaram greve de fome a partir de 22 de dezembro de 1979, com duração de 39 dias. O último preso político do país, José Salles de Oliveira, encarcerado entre 1971 e 1980 no presídio Paulo Sarasate (CE), precisou fazer greve de fome em setembro de 1980, por 30 dias, para enfim obter liberdade condicional. A última presa política foi Flávia Schilling, que retornou ao Brasil em abril de 1980, após mais de sete anos no Uruguai (GRECO, 2003, p. 321-322).

*terroristas são apresentados como heróis, conforme ocorreu no último dia 18 Set, por ocasião do aniversário da morte de CARLOS LAMARCA [destaque nosso].*³⁷⁴

No mesmo documento, o analista sugere a proibição das atividades públicas dos Movimentos, descritas como ações de “perturbação da ordem”, respaldando-se no artigo 153 da Constituição e na Lei n. 6.620/1978, a Lei de Segurança Nacional.

Como o MFPA e o CBA não se constituíram juridicamente como associações, na forma do parágrafo 28 do Art 153 da Constituição, aparentemente encontram-se fora do alcance de ações judiciais por parte do Governo, pelos abusos que cometem. Por outro lado, para se manifestarem publicamente contra o Governo, aproveitam-se da faculdade que lhes assegura o parágrafo 27 do mencionado Art 153, que diz: “Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem”. Todavia, como a parte final do referido parágrafo menciona que “A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por este, do local da reunião”, e considerando, também, o disposto no parágrafo 8º do mesmo artigo que estabelece “Não serão, porém, toleradas a propaganda..., de subversão da ordem...”, *poderão as autoridades responsáveis pela segurança pública proibir que essas atividades promovam, constantemente, ações nitidamente identificáveis como de perturbação da ordem*, a exemplo das que foram mencionadas nos itens números 6 e 7, que caracterizam, por parte dos seus promotores, a perpetração de crimes contra a segurança nacional, na forma especificada nos dispositivos da Lei nº 6.620, de 17 Dez 78 [...] [destaque nosso].

Na visão de parte das oposições, era preciso continuar a pressionar o Governo e o Congresso para aprovar a “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Os esforços foram evidentes. A CEN realizaria mais duas reuniões (set. e out. 1979). A partir desses encontros foi organizado o II Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1979. Além desses eventos de caráter nacional, os núcleos e comitês regionais continuaram suas atividades. Dentre esses, destacamos a reunião comemorativa do 1º aniversário do CBA/MG, realizada em 26 de outubro de 1979 na Faculdade de Direito da UFMG, descrita em detalhes por um *Informe (A-1)*.³⁷⁵

Segundo o documento, compareceram em torno de 500 pessoas, entre estudantes, integrantes do CBA, MFPA, Movimento Negro, Movimento de Favelas e deputados do MDB mineiro.³⁷⁶ Destacou-se a venda dos livros *Desaparecidos Políticos*³⁷⁷ e *131-D/Linhares*

³⁷⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_4214_79. Informação n. 0463/19/AC/79. Data: 26 set. 1979. Assunto: Movimentos de Anistia.

³⁷⁵ Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_074_0055. Informe n. 309/79-I/A2-III. COMAR. Assunto: Reunião comemorativa do 1º aniversário do CBA/MG. Data: 6 dez. 1979. Classificação: A-1.

³⁷⁶ Os deputados estaduais citados são Edgar Amorim e Genésio Bernardino.

³⁷⁷ Trata-se do livro *Desaparecidos políticos, prisões, sequestros, assassinatos*. A obra foi organizada por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, e publicada em 1979. Segundo análise feita por Heleno Cláudio Fragoso, para o Caderno B do *Jornal do Brasil* (ed. 20 out. 1979), o livro foi o primeiro levantamento, ainda que incompleto, dos desaparecimentos de militantes políticos ocorridos, especialmente no Governo Médici (1969-1974). Além de textos introdutórios assinados pelo CBA e artigos de Hélio Silva, Barbosa Lima Sobrinho, Sobral Pinto e dom Paulo Evaristo Arns, o trabalho reproduz as cartas enviadas por familiares de desaparecidos aos presidentes Geisel

Memorial, além de uma extensa distribuição de panfletos sobre a anistia. Encontra-se em anexo um texto distribuído para os presentes intitulado “A luta pela Anistia hoje – uma proposta de discussão”.

A narrativa dessa fonte afirma o posicionamento de continuar o processo de luta política: “o fundamental da luta pela anistia ainda está por ser conquistado”. A anistia parcial representaria uma conquista dos Movimentos, entretanto, o conjunto de reformas que a incluía visava mudar a superfície do regime para manter sua essência: “Estas reformas em nenhum momento visam beneficiar a maioria trabalhadora. Pelo contrário, elas visam manter a dominação baseada na opressão e exploração”. Segundo os Movimentos, a luta por “Anistia Ampla Geral e Irrestrita” não poderia “se reduzir à extensão do benefício aos não anistiados”. Afinal, permanecia a Lei de Segurança Nacional, o aparelho repressivo e de livre trânsito e, com altos postos, “os torturadores e assassinos do regime militar”. Desta forma, havia a avaliação de que o processo de intensificação da luta deveria ser retomado. O Congresso Nacional pela Anistia, previsto para novembro de 1979, em Salvador, deveria ser o momento de “definição e retomada da luta”.³⁷⁸

Entre 15 e 18 de novembro, ocorreu o II Congresso Nacional de Anistia, realizado na Escola Experimental do Matutu, em Salvador (BA), único local que se disponibilizou a abrigar o evento. Cabe ao II Congresso “a redefinição do eixo político da continuidade da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. É nesta ocasião que irão se encontrar os diversos personagens perseguidos pela Ditadura, ex-exilados, ex-presos políticos e ex-clandestinos. Quanto aos dados quantitativos do evento, constam: 60 entidades de Anistia, 730 inscritos e um público de 2.500 pessoas nas conferências e debates. Para além do número expressivo, Heloisa Greco (2003) destaca que o Congresso reflete a conjuntura interna dos Movimentos. Muitas entidades de CBAs estariam encontrando dificuldades de continuar o trabalho de mobilização (GRECO, 2003, p. 334-335). Segundo a autora, três questões serão fundamentais para o evento: a reatualização da bandeira pró-anistia, a integração do Movimento à luta do Movimento Operário e popular e a readequação da estrutura político-organizativa à nova fase de luta

e Figueiredo e um apelo ao MDB. Segundo Fragozo: “a parte mais importante do trabalho é constituída por uma narração breve sobre cada um dos casos de desaparecidos, em que se apresenta toda a informação disponível, com indicação dos esforços realizados pelas famílias das pessoas atingidas para localizá-las. Ao final do volume, narra-se como foi boicotada a CPI dos direitos humanos, havendo breve referência à guerrilha do Araguaia e uma relação de mortos pelos órgãos de repressão desde 1964. O trabalho se encerra com um conjunto de fotografias, retiradas dos álbuns de família dos desaparecidos.

³⁷⁸ Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_074_0055. Informe n. 309/79-I/A2-III. COMAR. Assunto: Reunião comemorativa do 1º aniversário do CBA/MG. Data: 6 dez. 1979. Classificação: A-1.

política. Era imperativo defender os movimentos sociais a partir da luta contra a repressão, apoiando as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais e repudiando quaisquer manifestações de violência do Estado (GRECO, 2003, p. 339-344).

A fonte do SNI sobre a realização do II Congresso revela algumas impressões em relação à participação de Therezinha Zerbini no evento. Segundo o *Informe* (B-2):

Em 19 Nov 79, TEREZINHA ZERBINI, Presidente do Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, mostrava-se irritada pelo fato de o PC do B ter dominado o Congresso pela Anistia.

TEREZINHA ZERBINI é de opinião que o MFPA está muito infiltrado por elementos do PC do B, diante disso, pretende fazer uma reestruturação dos quadros do Movimento. [...]

TEREZINHA ZERBINI entende que os membros do MFPA, que serão excluídos do movimento, deverão ingressar no Comitê Brasileiro de Anistia, tendo em vista a adesão do Comitê ao PC do B.³⁷⁹

É preciso analisar o olhar do informante com ressalvas. Com base em toda a trajetória discursiva de Therezinha Zerbini, é verificável a possibilidade do dissenso. Como destacamos, a opinião da líder em considerar a anistia parcial como primeiro passo não foi acatada pela maior parte dos Movimentos, que repudiaram a anistia do Governo. Portanto, em pleno II Congresso Nacional, o destaque conferido a Zerbini já havia perdido terreno para outras personalidades, inclusive lideranças que retornavam do exílio, dos presídios e da clandestinidade.

O mesmo *Informe* descreveu a pretensão da advogada em transformar o Movimento em “Movimento Feminino por Direitos Humanos”. Após essa mudança, a entidade daria prioridade à campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Isto é, a anistia de 1979 pareceu ter sido o suficiente para Therezinha Zerbini, indo na contramão da opinião da maior parte dos Movimentos, especialmente do CBA, organização que mais se fortaleceu entre 1978 e 1979, e que continuou a reivindicar a “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Se a líder do MFPA desejava continuar a luta pró-Constituinte, essa não era a prioridade dos Movimentos. Conforme Greco (2003, p. 345), rejeitava-se qualquer possibilidade de se pensar em uma Constituição dentro do Governo de Figueiredo.

³⁷⁹ Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_5250_80. Informe n. 02504/32/AC/79. Data: 26 nov. 1979. Assunto: Comentários de Therezinha Zerbini. Avaliação: B-2.

A aceitação da anistia parcial e a dificuldade de dialogar com os novos militantes que entravam em cena acabou levando Therezinha Zerbini para fora dos holofotes. Há ainda outras nuances para se considerar, como o fato de a advogada não integrar as esquerdas políticas.

Ainda no final de 1979, o bipartidarismo foi revogado através da nova Lei Orgânica dos Partidos. Segundo estudos realizados à época, o partido de oposição provavelmente ganharia o controle do Congresso Nacional, de assembleias legislativas e de governos municipais nas eleições seguintes. Para impedir tal realização, o Governo propôs a revogação do bipartidarismo e mediu uma série de regras para criação de novas agremiações (ALVES, 1984, p. 269). Os antigos arenistas formaram o Partido Democrático Social (PDS). A maior parte dos emedebistas formou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que acrescentou apenas a palavra “partido”, por obrigação legal. Os membros mais conservadores do antigo MDB formaram o Partido Popular (PP) – integrada por representantes dos setores capitalistas e financeiros, a legenda era liderada por Tancredo Neves (ALVES, p. 275). As correntes do tradicional trabalhismo getulista se diluíram em dois partidos: o PDT, liderado por Leonel Brizola e o PTB, presidido por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas. E, por fim, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), reunindo as bases do movimento operário e popular sob a liderança do líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula (GRECO, 2003, p. 316).

Além de enfraquecer o partido da oposição, o MDB, a criação das novas legendas também diminuiu o peso político dos Movimentos de Anistia. Os esforços de militância partidária se colocavam mais atraentes do que a militância pró-anistia. Não obstante, o trabalho dos Movimentos prosseguiu ainda nos primeiros anos da década de 1980, mas cada vez mais desmobilizado. Houve um esforço de continuidade, tentando-se articular o projeto de apoio aos movimentos populares com as bandeiras mais específicas de anistia, como a questão dos mortos e desaparecidos políticos (GRECO, 2003, p. 352). Em relação à composição partidária, parte substancial das principais lideranças dos Movimentos pela Anistia integrou os quadros do PT, como Iramaya Benjamin, Helena Greco e Luis Eduardo Greenhalgh. Therezinha Zerbini mais uma vez destoou das lideranças e filiou-se ao PDT de São Paulo, partido no qual se manteve até sua morte, em 2015.³⁸⁰

Para além de questões partidárias e dos dissensos entre a líder do MFPA e os demais militantes dos Movimentos de Anistia, é preciso destacar a invisibilidade histórica que se abateu sobre a personagem Therezinha Zerbini. O pós-1979 levou para a cena pública personagens

³⁸⁰ As líderes do MFPA gaúcho, Mila Cauduro e Lícia Peres, também se filiaram ao PDT.

notáveis da resistência dos anos 1960 e 1970 que foram objeto de biografia,³⁸¹ escreveram livros aclamados pelo público ou chegaram às telas do cinema: Fernando Gabeira, Herbert Daniel, Carlos Marighella e Frei Tito.³⁸²

A invisibilidade das mulheres na Ditadura é um ponto discutido pela historiografia recente (FAGUNDES, 2019; DUARTE, 2021). Therezinha Zerbini esteve envolta dentro desse esquecimento, que em parte importante é relacionado ao gênero feminino e à invisibilidade da história das mulheres nos mais variados recortes cronológicos (PERROT, 2009). Outra questão em relação a Zerbini diz respeito a sua posição política de crítica ao PT. De acordo com análises já elaboradas por Ana Rita Fonteles Duarte (2009; 2020; 2021), a líder do MFPA era descrita como uma “figura folclórica”. Apesar de opinião sempre elogiosa em relação à Dilma Rousseff, a advogada era crítica contumaz de Lula. No PDT, Zerbini foi e continua sendo aclamada com um dos seus principais nomes femininos, se não o principal. Em uma publicação comemorativa dos 40 anos de fundação, o PDT destacou em seu *site* a importância de Therezinha Zerbini como mulher em meio a nomes conhecidos da política nacional, todos homens:

Nesta longa caminhada, estiveram conosco: Prestes, Julião, Darcy, Theotônio dos Santos, Wagner Teixeira, Ruy Mauro Marini, Abdias, Juruna, Moniz Bandeira, Bayard Demaria Boiteux, Caó, professor Loureiro. E todos – juntos – bebemos nas águas de Júlio de Castilhos, Sérgio Magalhães, do ISEB, das lutas dos negros americanos por direitos civis e de uma mulherada valente e guerreira, que tem como símbolo Therezinha Zerbini, que defendeu incansavelmente a superação da ditadura com a luz da liberdade.³⁸³

Se nos anos 1970 podem ser encontrados extensos registros da líder do MFPA, no acervo da Comunidade de Informação e na imprensa, os dados sobre sua atuação rareiam a partir da década de 1980. Nos anos 2000, ela se fez presente de modo sutil, tendo sido entrevistada pela Revista *Caros Amigos*, em 2001, e por Antônio Abujamra, no programa *Provocações*, da TV Cultura, em 2012.³⁸⁴ No documentário *Damas da Liberdade* (2012), dirigido por Célia Gurgel e Joe Pimentel, vinculado ao Projeto Marcas da Memória, Therezinha Zerbini está presente

³⁸¹ A discussão sobre a ausência de uma biografia sobre Therezinha Zerbini, comparando-a com outras lideranças da resistência à ditadura, foi realizada em um primeiro momento por Ana Rita Fonteles Duarte (2020; 2021).

³⁸² As obras são: *O que é isso, companheiro?*, escrita por Fernando Gabeira; *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, escrita por Mário Magalhães (2012); *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, escrita pelo brasileiro James Green (2019). Os filmes são: *O que é isso, companheiro?* (1997), dirigido por Bruno Barreto; *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton; e *Marighella* (2019), dirigido por Wagner Moura. Mais recentemente, a história de Iramaya Benjamin foi objeto de uma produção fílmica pelas lentes de sua neta, a cineasta Carol Benjamin: *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil* (2020).

³⁸³ “PDT, 40 anos de um caminho antropofágico”. Por Everton Gomes. 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/pdt-40-anos-de-um-caminho-antropofagico/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

³⁸⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BVNTz9WIjg0&t=921s>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

entre as depoentes, contudo, é uma das lideranças com menor tempo de fala, o que é contrastante com todo o destaque que recebeu durante as mobilizações pró-anistia.³⁸⁵

Finalmente, chama-nos atenção a repercussão da morte de Zerbini na grande imprensa, por ocasião de seu falecimento, em 14 de março de 2015. Na internet, os principais *sites* de notícia apresentaram notas de pesar. No entanto, a imprensa televisiva lançou um comunicado de exatos 30 segundos, proferida pela jornalista Poliana Abritta, durante o programa *Fantástico*, da rede Globo.³⁸⁶ Enquanto narrava, apareciam cenas de Zerbini sendo entrevistada nos anos 1970, destacando-se ao final a nota emitida pela presidente Dilma Rousseff: “O País perdeu ontem uma cidadã que simbolizou como poucas a coragem da mulher brasileira”. Chama-nos atenção o pouco tempo televisivo dedicado a Therezinha Zerbini, o que reflete o esquecimento da personagem.

Em 2017, o viaduto 31 de Março – data do Golpe de 1964, localizado no Brás/São Paulo – passou a se chamar viaduto Therezinha Zerbini, a partir de uma proposta legislativa da vereadora Adriana Ramalho (PSDB). A iniciativa compôs o programa Ruas de Memória, apresentado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania a partir das recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos (2010) e do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014).³⁸⁷

É preciso finalmente considerar que a invisibilidade histórica e política de Therezinha Zerbini se relaciona com a visibilidade alcançada pelos integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia. Na historiografia, o trabalho mais referenciado sobre a anistia, a tese de Heloisa Greco (2003), também concentrou sua análise no CBA, deixando à margem e ausente do recorte cronológico o empreendimento das mulheres entre 1975 e 1977. Nos livros didáticos, a ênfase na campanha pela anistia e as imagens incluídas para ilustrá-la sempre fazem referência ao CBA, ao presidente Figueiredo, ou mesmo aos representantes da Igreja Católica. Não se menciona o protagonismo das mulheres e a presença do MFPA (BERNARDES, 2020).³⁸⁸ Apesar dessa ausência, tem sido expressivo o avanço da historiografia recente em registrar a

³⁸⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IGrZvFCj414>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

³⁸⁶ “Morre Therezinha Zerbini, aos 87 anos”. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4037316/>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

³⁸⁷ Viaduto 31 de Março, no Brás, passa a se chamar Therezinha Zerbini.

Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/viaduto-31-de-marco-no-bras-passa-a-se-chamar-therezinha-zerbini/>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

³⁸⁸ Sobre a Anistia e os livros didáticos, ver trabalho que produzimos: *A Anistia de 1979 nos livros didáticos: considerações críticas*. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/issue/view/1260>>. Acesso em: 15 ago. 2021. Ver, ainda: artigo de Carla Rodeghero e Vanderlei Machado (2010), *A história recente nos livros didáticos: a ditadura militar e a questão da Anistia no Brasil*.

história das mulheres, reforçando a atuação do MFPA como primeiro movimento organizado pela anistia no Brasil (VARGAS; MÉNDEZ, 2019; FAGUNDES, 2019; RODEGHERO, 2020; SOUZA, 2020; DUARTE, 2021).

É necessário, portanto, que as fronteiras entre historiografia e História Pública sejam cada vez mais abertas. Acreditamos que o fortalecimento desta última nos últimos anos é um importante passo para dotar os acontecimentos históricos outrora esquecidos de visibilidade. A emergência do mundo digital tem sido um importante local ocupado por historiadoras e historiadores em tempos atuais. Apesar de todos os problemas gerados pela onda de pandemia que assola o mundo, o contexto levou os profissionais a proverem com maior atenção as redes sociais e plataformas de comunicação online, ampliando e criando espaços de interação com os mais diversos públicos, a incluir os estudantes da Educação Básica.³⁸⁹

3.5 Aspectos Finais

Neste capítulo, percorremos com especial atenção os dois últimos anos das mobilizações pela anistia, 1978 e 1979. Destacamos a emergência de uma série de protagonistas que ampliaram as dinâmicas de conexões envoltas à luta política. Se, por três anos (1975, 1976 e 1977), as mulheres e os estudantes figuraram como grandes protagonistas, apoiadas pelo clero progressista, observamos a entrada mais incisiva de outras personalidades e setores da sociedade a partir de 1978: advogados, jornalistas, publicitários, professores, operários, artistas e parlamentares do MDB, através da criação dos Comitês Brasileiros de Anistia e das Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos. A emergência dessas diversas oposições dentro de um mesmo espaço político fez surgir uma série de dissensos sobre quais seriam as melhores estratégias de se conceber uma luta. Desta forma, a pluralidade se fez como condição daquela vida política, como nos lembrou Hannah Arendt (2007, p. 15).

Observamos que as conexões pró-anistia modificaram sua natureza. Se inicialmente eram marcadas por uma dimensão mais individualizada, protagonizada, por exemplo, por Therezinha Zerbini, a partir de meados de 1978 os encontros dos Movimentos de Anistia irão imperar uma nova dinâmica, as conexões serão marcadas pelo caráter coletivo.

³⁸⁹ Sobre os desafios de Ensino de História nos tempos atuais, indicamos o livro *Novos Combates pela História: desafios – ensino*, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2021). A obra apresenta uma série de capítulos abordando questões sobre negacionismo histórico, anacronismo, *fake news* e usos pedagógicos das plataformas digitais.

Não obstante, há uma combinação de conexões e formas de luta. As viagens isoladas irão coexistir com os encontros nacionais. Essa reunião de estratégias irá agregar e dotar a campanha de anistia de vitalidade. Dentro de ações mais coletivas, percebemos que o protagonismo outrora exercido de modo quase isolado por Therezinha Zerbini perderá terreno para a ascensão de outras personalidades, como Ruth Escobar, Luis Eduardo Greenhalgh, Iramaya Benjamin, Hélio Bicudo e Eny Moreira.

A reta final da campanha em 1979 adveio com o anúncio do projeto de anistia do Governo Figueiredo. Houve mobilizações em diversos espaços: universidades, ruas, presídios, assembleias, câmaras de vereadores, imprensa e, especialmente, no Congresso Nacional, arena privilegiada dos debates legislativos.

Devido a seu posicionamento de apoio à anistia parcial, Therezinha Zerbini não encontrou espaço nas mobilizações de julho e agosto de 1979, centradas em repudiar o Governo e insistir na “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Após a sanção da Lei de Anistia, o processo de luta política continuou. Entretanto, com o fim do bipartidarismo e a possibilidade de criação legal de novas agremiações, a militância privilegiou a atuação partidária, esvaziando os Movimentos. Como destacamos, a própria Therezinha Zerbini teria proposto a alteração do nome da entidade para “Movimento pelos direitos humanos”, o que também deixava evidente a perda de espaço da bandeira da anistia.

Finalmente, sublinhamos, ao final deste Capítulo, o apagamento histórico que se abateu sobre a personagem Therezinha Zerbini e, de forma geral, sobre o MFPA. Notamos que tal esquecimento se deveu a uma série de fatores, como a ascensão dos personagens do CBA à cena pública, a história mais eminentemente masculina, o tom crítico de Zerbini a figuras da esquerda e ao PT, e a ênfase feita pela historiografia em relação aos CBAs, esquecendo-se de reforçar o protagonismo das mulheres na iniciativa da campanha pela anistia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Espaço político em uma Ditadura ninguém tem – se conquista” (ZERBINI, 1979, p. 251)

A conquista do espaço político em plena Ditadura foi empreendida por Therezinha Zerbini mediante estratégia de estar “à luz do sol”, tática um pouco paradoxal, haja vista o intento de legalidade em um Estado ilegal, autoritário. No entanto, foi o caminho encontrado para dar viabilidade à campanha de anistia, para que as peças do jogo pudessem ser movidas. Reiteramos: apesar de lacunar e problemática, a anistia foi uma conquista das mobilizações e dos movimentos sociais dos anos 1970. Está longe de tratar-se apenas de uma concessão do Estado.

Percorremos a trajetória de Therezinha Zerbini ao longo dos cinco anos de campanha, atentos a seus discursos, ao olhar da Comunidade de Informação e para algumas questões memorialísticas. Através do acervo do fundo SNI, percebemos a potencialidade das histórias regionais das mobilizações. Nesse quesito, destacamos quão produtiva e diversa tem se tornado a historiografia regional da anistia, contemplando trabalhos sobre vários estados brasileiros. Foi possível sublinhar temas e personagens que imprimiram um caráter local e identitário a suas respectivas espacialidades e regiões, devido a suas ausências – causada perante alguma forma de repressão estatal – e às presenças constantes na memória coletiva.

O Capítulo 1 analisou os dois primeiros anos das mobilizações de anistia (1975 e 1976). Centrou-se na trajetória de Therezinha Zerbini e na rede de solidariedade que se formou em sua órbita, desde o despertar para a campanha até as viagens realizadas. Constatou-se que a advogada foi a personalidade mais vigiada pela Comunidade de Informações entre 1975 e 1976, até mais que o próprio MFPA, já que, em níveis gerais, e aos olhos do aparato estatal, a líder nacional personificava o Movimento, resguardadas as devidas proporções e especificidades locais da entidade, como indicado neste trabalho. Ainda, discutimos alguns aspectos polêmicos presentes no discurso da líder, como as ambiguidades em relação à política e a rejeição ao feminismo. Concluímos que, a seu modo, e apesar das negativas tecidas ao longo de toda vida, a advogada apresentou comportamentos típicos de uma mulher feminista.

Situamos alguns caminhos percorridos a partir da lógica da conexão, isto é, de um conjunto de articulações que envolveu contatos, correspondências, viagens, impressos e as mais

diversas circulações, de pessoas, objetos e ideias, nos aspectos espaciais e temporais. Argumentou-se que tais circularidades foram promovendo, gradativamente, a ampliação das mobilizações pela anistia e a diversificação das ações, que abrangeu abaixo-assinados, palestras, produção de impressos, entrevistas aos meios de comunicação e participação em eventos. Nos diferentes espaços em que eram concebidas as atividades pró-anistia, novas personagens entravam em cena, compartilhando – direta ou indiretamente – histórias de resistência à Ditadura Militar.³⁹⁰

No Capítulo 2, as fontes analisadas indicaram uma diluição do olhar em relação aos Movimentos de Anistia. A partir de 1977, além do MFPA de Therezinha Zerbini, uma nova entidade seria criada, o Comitê 1º de Maio pela Anistia, formado majoritariamente pelos estudantes vinculados ao Movimento Estudantil. Nesse ínterim, outras personagens adentraram a esfera de preocupações da Comunidade, como Ruth Escobar e Iramaya Benjamin. Ademais, os direitos humanos representariam uma mudança de paradigma em um novo clima político (ARAÚJO, 2000), que passava a valorar a democracia como forma política não violenta, aberta ao diálogo e ao dissenso.

No Capítulo 3, observamos como as conexões se ampliaram e personagens de projeção passaram a somar no trabalho de mobilização. Nomes como Iramaya Benjamin, Eny Moreira, Hélio Bicudo e Peri Bevilacqua se espalharam em eventos nacionais, participando de conferências sobre anistia, direitos humanos e democracia. A partir da expansão dos Movimentos, houve uma inversão da dinâmica de conexões – de individuais, tornaram-se coletivas –, sobretudo através dos diversos encontros e congressos.

Em 1978, os núcleos do CBA ocuparam os olhares centrais da espionagem. A datar desse marco cronológico, os documentos sobre as mobilizações pela anistia se multiplicaram. As Agências Regionais do SNI, os órgãos de informação das Forças Armadas e os serviços de inteligência nos estados, vinculados às polícias civil e militar, passaram a exercer papel central na procura de dados sobre a campanha. Haja vista a estratégia dos Movimentos de criar núcleos locais, houve um acréscimo das ações em diversos estados e cidades do país.

Nesse sentido, a documentação da Comunidade de Informações sobre os Movimentos de Anistia e, em específico, sobre Therezinha Zerbini, direcionou-nos a confirmar a presença de elementos comuns no discurso de agentes e analistas, especialmente a força das ideias

³⁹⁰ A expressão “Quando novos personagens entraram em cena” é o título do livro de Eder Sader (1988), uma obra clássica sobre os movimentos sociais dos anos 1970.

anticomunistas enquanto carro-chefe da maioria das análises, visíveis no extenso uso de jargões como “terrorista”, “subversivo”, “elemento”, “esquerdista”, “comunista”, etc., os declarados “inimigos internos”, paralelos a elogios ao Estado brasileiro. Foi também possível apreciar algumas estratégias da Comunidade para a obtenção de *Informes* e *Informações*: violações/interceptações de correspondências, seguidas de cópias e envio normal; fotografias nos espaços públicos (universidades, aeroportos, sedes de instituições onde circularam as personagens); cópias de passagens aéreas; coletas de materiais das mobilizações: jornais, panfletos, documentos oficiais, letras de músicas e poemas distribuídos nos eventos. Todos esses procedimentos foram úteis para compor as narrativas da Comunidade, recheando seus escritos com fontes de verificação.

Portanto, como já verificado em trabalhos anteriores sobre a visão da espionagem (FICO, 2001; RESENDE, 2013; GOMES, 2014; FAGUNDES, 2019), o discurso da Comunidade de Informações marca-se pelo caráter anticomunista. Os Movimentos de Anistia e, em específico, Therezinha Zerbini, representam o “inimigo interno” a ser combatido. Nesse sentido, não encontramos algo extremamente revelador em relação ao olhar da espionagem à anistia. Se compararmos com os achados da historiografia anterior, percebemos justamente a confirmação de tal narrativa anticomunista em um importante movimento social dos anos 1970 e em uma personagem central nas mobilizações pela anistia. Nesse sentido, há uma continuidade de narrativa, isto é, os agentes da Comunidade de Informações utilizam as mesmas qualificações descritivas, os mesmos adjetivos, tratando-se de estudantes, mulheres, clérigos, imprensa, artistas e movimentos sociais. Em outras palavras, não há uma extensa variedade de caracterizações. Utiliza-se intensivamente expressões como “subversivo”, “esquerdista” e “elementos”, como se todos os indivíduos da oposição pudessem se encaixar perfeitamente nessas descrições.

Ainda, ao cotejar a narrativa do SNI com as produções da campanha e da própria Therezinha Zerbini, verificamos o esforço organizativo empreendido pelos Movimentos de Anistia em diversos espaços do Brasil e do exterior, que se utilizaram de estratégias típicas dos movimentos sociais: arrecadação de fundos financeiros, montagem de estandes em eventos, divulgação de documentos, criação e venda de jornais, venda de artesanatos produzidos pelos presos políticos, distribuição de panfletos e impressos, além da composição frequente nos principais debates públicos e manifestações das oposições à Ditadura. Esses detalhes nos levaram a refletir sobre a natureza dos movimentos sociais (JASPER, 2016; GOHN, 1997). Conforme apresentamos na Introdução desta Dissertação, compreendemos os Movimentos de

Anistia como um tipo diferenciado de movimento social, que foi capaz de captar tanto as influências dos movimentos sociais clássicos, quanto as inovações dos Novos Movimentos Sociais que despontaram na década de 1970. Também foi possível observar a instalação de toda uma infraestrutura organizativa no seio da campanha pela anistia, viabilizada através de transmissores físicos e figurativos (JASPER, 2016).

Dentre os transmissores físicos, as formas escritas, sonoras e visuais assumiram lugar de destaque. As produções textuais, distribuídas ou vendidas, como panfletos, jornais, poesias, letras de música e livros comunicaram a ideia para um público letrado. Dentre essas, destacaram-se os jornais *Brasil Mulher*, *Maria Quitéria* e *Amnistia*, além de panfletos e documentos específicos, tais quais: *Manifesto da Mulher Brasileira*, *Carta de Princípios*, *Programa Mínimo de Ação*, *Carta de Salvador*, etc. Diversos livros foram publicados ao longo dos anos de campanha (MAUÉS, 2011), apresentando denúncias à Ditadura e/ou portando a anistia como um de seus grandes temas: *A política é um dever* (CAUDURO, 1977), *Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje* (MARTINS, 1978), *Anistia: caminho e solução* (FERREIRA, 1979)³⁹¹ e *Anistia: semente da liberdade* (ZERBINI, 1979), etc.

As formas visuais mesclaram-se por vezes a formas escritas, caso de alguns emblemas, como a figura da heroína Maria Quitéria e a pomba da paz, que iniciaram a identidade visual da campanha de anistia em 1975.³⁹² Também devemos destacar a exibição de filmes e documentários ao longo dos eventos, que buscavam aproximar as mobilizações a temas locais: *Caxundé*, *Resistência Familiar*, *Sociedade de Bairro*, *Na realidade*, *Vila da Barca*, etc.³⁹³ Por

³⁹¹ José Ignácio Ferreira (1939-) foi deputado estadual (MDB/ES) cassado em 13 de março de 1969 pelo AI-5, presidente da OAB/ES (1979-1982), membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória e senador (1983-1991/1995-1998). Entre 1999 e 2002, foi governador do Estado do Espírito Santo pelo PSDB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferreira-jose-inacio>>. Acesso em: 14 set. 2021.

³⁹² Ver emblema da pomba da paz nos Anexos.

³⁹³ *Caxundé*: nome como era conhecido um logradouro da periferia de Salvador/BA. O filme versava sobre a invasão, expulsão e condições de vida dos moradores do local.

Resistência Familiar: versava sobre as condições de vida dos moradores do “Maciel”, segundo o analista de informações, tratava-se de uma “zona do baixo meretrício da capital baiana”. O filme *Sociedade de bairro*, dirigido por Sérgio Hage Fialho, também abordava a situação dos moradores da periferia baiana. O longa *Na realidade* tratava do Rio de Janeiro.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ ACE_107422_77. Informação n. 0855/19/AC/77. Data: 9 nov. 1977. Assunto: MFPA/BA.

Vila da Barca, exibido durante uma vigília pela Anistia, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES (3 jun. 1979), mostrava pessoas que viviam em mangues, “sem nenhuma condição de vida, no Estado do Pará”, segundo *Informação* originária do 38º Batalhão de Infantaria (BI), de Vila Velha/ES.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ_ ACE_801/79. Informação n. 560 – c/79. Data: 26 jun. 1979. Assunto: “Noite de Vigília pela Anistia” em Cachoeiro de Itapemirim.

Observação: na maioria das fontes do SNI, não consta o nome dos diretores dos filmes, apenas o título e uma descrição rápida de seus conteúdos.

fim, foi recorrente o recurso a uma série de canções que dotaram os Movimentos de coragem e audácia para seguir adiante: *Hino à Anistia*, *Apesar de Você*, *Pombo Correio*, *Pra não dizer que não falei das flores* e *O Bêbado e o Equilibrista*.³⁹⁴

Em relação aos transmissores figurativos de significado, foi visível o recurso a personalidades que representavam por si a necessidade de anistia: cassados, exilados, banidos, presos políticos, mortos e desaparecidos. Nesse quesito, o fator regional pôde ser observado com frequência, sendo este o aspecto central das particularidades das mobilizações em cada recorte geográfico. Isto é, recorreu-se a personalidades locais que gerassem certo sentimento de identidade coletiva aos indivíduos pertencentes aqueles espaços políticos-geográficos. Estivessem estes vivos ou mortos, a crítica se concentrava no Estado e nas violações de direitos humanos cometidas. Edson Luís, no Pará; Frei Tito e Pedro Jerônimo, no Ceará; Francisco Julião, Paulo Freire e Miguel Arraes, em Pernambuco; Perly Cipriano, no Espírito Santo; Cid e César Benjamin, no Rio de Janeiro; Leonel Brizola, João Goulart, Flávia Shilling, no Rio Grande do Sul, foram personagens legítimas protagonistas de quão longe poderia ir um Estado de exceção para reprimir as oposições.

Uma análise geral das fontes sinalizou para a diversidade de atores, objetivos, propostas e atuações. Observamos o esforço empreendido nos estados brasileiros ao organizar comitês e buscar a popularização da anistia para grupos sem acesso a textos escritos ou que não reconheciam inicialmente a medida como uma importante ferramenta de redemocratização do país. Ademais, identificamos uma série de elementos comuns às mobilizações nas várias regionalidades, de modo que os aspectos de encontro se sobressaíram às particularidades. Foi frequente a presença de certas instituições, organizações e coletivos nos espaços analisados, dentre eles:

- I. MDB: especialmente os vinculados ao grupo dos autênticos, cedendo, inclusive, seus espaços para as reuniões dos Movimentos de Anistia e compondo as representações;
- II. OAB: nas suas várias seções estaduais, na liderança de advogados de presos políticos em Comitês de Anistia e cedendo seus espaços para reuniões;
- III. Ala progressista da Igreja Católica: na figura dos arcebispos locais, que, assim como a OAB e o MDB, disponibilizou seus espaços para reuniões dos Movimentos;

³⁹⁴ *Hino à Anistia*, de Almiro de Oliveira e Paulo Tavares (1945); *Apesar de Você*, de Chico Buarque (1978); *Pombo Correio*, de Moraes Moreira (1977); *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré (1979) e *O Bêbado e o Equilibrista*, composta por João Bosco e Aldir Blanc e eternizada na voz de Elis Regina (1979).

- IV. ABI: representando a imprensa brasileira, também cedeu seus espaços para conferências dos Movimentos. Enfatizamos o papel da imprensa alternativa como um importante canal de comunicação dos Movimentos em níveis nacionais e regionais;
- V. SBPC: através de suas reuniões anuais e na figura de seus associados, atuou como importante coletivo de crítica à Ditadura;
- VI. Instituições de ensino (universidades, escolas, etc.): na qualidade de espaços privilegiados das mobilizações, palco de encontros, discussões e promoção da bandeira de anistia;
- VII. Grupos de militância política: presentes nas várias mobilizações e compondo os quadros dos Movimentos de Anistia.

Finalmente, é preciso destacar que o subcampo historiográfico da anistia é vasto e repleto de possíveis ramificações. Há uma variedade de subtemas que poderiam ser explorados, como um estudo específico sobre as mobilizações pela anistia no exterior, centralizando a história dos comitês europeus que somaram mais de 30 entidades, ou mesmo uma análise comparada e articulada, sobre os comitês estrangeiros de América, África e Europa, explorando a presença de brasileiros exilados e partidários estrangeiros.

Uma outra via de trabalho que se encontra em desenvolvimento é a análise das mobilizações nos aspectos regionais e locais. Como enfatizamos ao longo desta Dissertação, na última década despontaram diversos estudos, além de trabalhos que apresentam outros temas de fundo, como a Igreja Católica (SILVA, 2019), os presídios (CÔRTEZ, 2012), as pichações (SOARES, 2018) e a imprensa (BRUMANA, 2016), mas que inseriram a anistia como um de seus pontos de investigação.

Ainda observamos que há outras regionalidades não destrinchadas, que o nosso trabalho não deu conta de explorar e não teve a pretensão de fazê-lo. As mobilizações na região Norte do país, por exemplo, foram tratadas de maneira sucinta, apresentando alguns elementos notáveis pela Comunidade de Informação no Estado do Pará, não adensando a temática de defesa da Amazônia e dos indígenas. Observamos que tem crescido nos últimos anos o interesse por se estudar o cenário da Ditadura Militar nesta região em suas várias nuances. Uma dessas dimensões, que acreditamos necessitar de melhores análises, são justamente as mobilizações pela anistia. Observamos, de modo geral, a representação da figura de Edson Luís no Pará. A distância territorial entre a região Norte e o Centro-sul do país, especialmente a região Sudeste, fez com que algumas entidades nortistas se sentissem impossibilitadas de participar de reuniões e encontros de nível nacional, ocorridos, na maioria das vezes, em lugares como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. A exceção foi um dos encontros da CEN realizado no Pará.

Na tentativa de ao menos pincelar alguns elementos dessas diversas regiões, estados e cidades de nosso país, resgatamos em parte significativa desta Dissertação a trajetória da líder do MFPA Therezinha Zerbini. Foi, de certa forma, através de suas viagens, que ousamos localizar algumas particularidades dos Movimentos pela Anistia.

Outra possibilidade de trabalho passaria por comparar as diferentes campanhas de anistia, análogas à brasileira, localizando seus protagonistas, seus pontos de semelhança e diferença, como por exemplo, a aplicação das anistias em outros países e suas consequências. Martins (1978) destaca campanhas pelas anistias em Portugal e Espanha, a incluir a realização de comícios em nosso país e no Uruguai, mas não aprofunda esses eventos.

Estudar as consequências da Lei de Anistia no tempo presente é outro tema possível, atentando-se para os esforços das Forças Armadas em deixar a anistia aos moldes de 1979, isto é, restrita e recíproca. Há diversas trajetórias individuais e coletivas que ainda merecem e carecem de análises. Nossa opção foi a protagonista Therezinha Zerbini, mas temos consciência de uma variedade de outras personagens, com seus papéis de significância dentro do processo de luta pela anistia. Há protagonistas com atuações mais regionais e locais, ligadas ao campo religioso, presentes no exílio ou nos cárceres. Afinal, contar uma história, ou histórias, é se deparar com esse vasto campo de variedades humanas (BLOCH, 2001 [1997]). Acrescentamos, deparar-se com a pluralidade, com diferentes olhares, cores, gêneros e posicionamentos políticos.

De algum modo, acreditamos termos realizado um trabalho de síntese, movidos pelo anseio de localizar com mais precisão os Movimentos de Anistia nos variados espaços brasileiros, sobretudo aqueles invisibilizados pela historiografia anterior, situando lugares e nomes políticos. O diferencial de nosso trabalho passou por percorrer esses espaços através da trajetória de Therezinha Zerbini e do olhar paralelo da espionagem, atentos à presença e à ausência da personagem nos espaços, também ocupados por outras figuras, além da variedade de conexões engendradas ao longo da campanha.

Acreditamos que esta Dissertação possa ter dado sua contribuição ao investigar com maiores detalhes os meandros dessa personalidade. Contudo, ainda existem espaços para maiores análises ou produções de outras naturezas, a incluir o mundo audiovisual. Em nossa opinião, Therezinha Zerbini foi uma das personagens mais emblemáticas do século XX brasileiro esquecida pelo grande público. É necessário colocá-la com maior nitidez na historiografia, nos livros didáticos e na memória da Ditadura Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Livros:

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARBOSA, R. **Anistia inversa: caso de teratologia jurídica**. Rio de Janeiro: Oficina de Obras do Jornal do Brasil, 1896.
- BENJAMIN, I. **Ofício de Mãe: a saga de uma mulher**. Depoimento à Margarida Autran. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- CAUDURO, M. **A Política é um dever**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1977.
- CIPRIANO, P.; VIANA, G. **Fome de liberdade: a luta dos presos políticos pela anistia**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- FERREIRA, J. I. **Anistia: caminho e solução**. Vitória: Janc, 1979.
- LEITE, P. M. **A mulher que era o general da casa: história da resistência civil à ditadura**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.
- MACHADO, C. P. **Os exilados: 5 mil à espera da anistia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MARTINS, R. R. **Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- OLIVEIRA, A. M. R. **Helena Greco, eu te batizo: anistia**. Belo Horizonte: [s.n], 1983.
- ZERBINI, T. **Anistia: semente da liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.

Revista: CAROS AMIGOS, ano V, n. 53, ago. 2001.

Jornais disponíveis em acervos digitais:

- O Globo, de 16 de junho de 1977.
- Folha de São Paulo, de 16 de junho de 1977.
- Folha de São Paulo, de 20 de maio de 1977.
- Folha de São Paulo, de 5 de junho de 1977.
- Folha de São Paulo, de 22 de setembro de 1977.
- Tribuna do Norte, de 18 de julho de 1978.
- Diário de Natal, de 19 de julho de 1978.
- Diário de Natal, de 22 de dezembro de 1978.
- Diário de Natal, de 29 de abril de 1979.
- Posição, ed. 52, 1979.

Entrevistas transcritas:

BENJAMIN, I. Q. **Iramaia Queiroz Benjamin** (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

DUARTE, A. R. F. “O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini”. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1-7, 2019.

Vídeos:

Damas da Liberdade (2012), Célia Gurgel e Joe Pimentel. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=lGrZvFCj414&t=499s> >. Acesso em: 18 ago. 2020.

Entrevista concedida projeto *Resistir é preciso*, do Instituto Vladimir Herzog (2011). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU9zGkhRbrc>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Entrevista concedida a Antônio Abujamra, no programa Provocações da TV Cultura (2012). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BVNTz9WIjg0&t=891s> >. Acesso em: 8 jun. 2020.

Legislações:

BRASIL. **Lei n. 4.341**, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-pl.html> >. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5**, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm >. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 477**, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede Anistia e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm >. Acesso em: 8 jul. 2019.

BRASIL, **Lei n. 9.140**, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm >. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.559**, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10559.htm >. Acesso em: 1.º set. 2019.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. >. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm >. Acesso em: 3 abr. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

Documentação proveniente da Comunidade de Informação:

Arquivo online da PUC/SP

Relatório sobre o Comitê 1º de Maio.

Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaoдавerdade/downloads/anistia/relatorio-sobre-comite-primeiro-de-maio-deopsop0016010001me.pdf> >. Acesso em: 2 fev. 2021.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) – Fundo DOPS

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Fundo DOPS, Série Movimentos Sociais, Caixa 24, Dossiê 13 – Mobilizações pela anistia no Brasil, 1975-1979.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. *Relatório Anistia DOPS ES*. Pedido de Busca n. 119/75-SI/SR/DPF/ES. Data: 7 ago. 1975.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. *Relatório Anistia DOPS ES*. Informação n. 249/75** SII/DOPS/ES.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Fundo SNI

1970

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_8675/81. Of. n. 90/70 DEOPS, São Paulo, 18 mar. 1970. Auto de qualificação e interrogatório.

1975

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_84588_75. Encaminhamento n. 2168 19/ASP/SNI. Data: 23 jun. 1975. Assunto: MFPA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_91314_75. Informação n. 012/71/ARJ/SNI/75. Data: 30 dez. 1975. Assunto: Atividades de Therezinha de Godoy Zerbini no Ano Internacional da Mulher.

1976

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103069_76. Informe n. 6039/31/AC/76. Data: 13 set. 1976. Assunto: Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 0109. Cisa-RJ. Data: 11 out. 1976. Assunto: “Movimento Feminino Pela Anistia “ (MFPA).

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 1636/116/ACT/76. Data: 4 nov. 76. Assunto: Joana D’arc Bizzoto Lopes.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 911/19/AC/76. Data: 17 set. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_110237_76. Informação n. 1250/DSI. Data: 12 abr. 1976. Assunto: Imprensa Portuguesa; Publicação contra o Brasil.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_110237_76. Informe n. 143/76. Data: 14 mai. 1976. Assunto: Portugal; Refugiados brasileiros; Márcio Moreira Alves. Aírton Soares.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_92616_76. Informação n. 101/16/AC/76. Data: 19 mar. 76. Assunto: Campanha contra o Brasil no exterior; Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_92616_76. Informação n. 1340/032/ASP/76. Data: 10 mar. 76. Assunto: Campanha Internacional pela Anistia no Brasil; Therezinha Godoy Zerbini e outros.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Encaminhamento n. 1514/XX2/ASP/76. Data: 17 mar. 1976. Assunto: Therezinha Zerbini. [XX = números ilegíveis na fonte].

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Informação n. 207/16/AC/76. Data: 28 mai. 76. Assunto: Cartaz da Campanha da Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_96598_76. Informação n. 578/119/APA/76. Data: 8 set. 1976. Assunto: Influência de intelectual na opinião pública.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_99144_76. Informe n. 8161/31/AC/76. Data: 10 dez. 76. Assunto: Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ACE_1413_82. Informação n. 110/116/AFZ/76. Data: 9 abr. 1976. Assunto: “Movimento Feminino pela Anistia – MFPA”; Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_4119_82. Informação n. 0335/116/ASV/76. Data: 2 abr. 1976. Assunto: Permanência de Terezinha de Jesus Godoy Zerbini em Salvador/BA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Informação n. 207/16/AC/76. Data: 28 mai. 1976. Assunto: Cartaz da campanha da anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_030_0117. Informação n. 014/A-2/IV COMAR. Cisa-RJ. Data: 14 out. 1976. Assunto: “Movimento Feminino Pela Anistia” (MFPA).

Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_034_02019. Informação n. 05025. Cisa. Data: 4 out. 1976. Assunto: Movimento Feminino Pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_080_0125. Informe n. 0236/CISA-RJ. Data: 6 dez. 1976. Assunto: Atividades subversivas; Coordenação do Comitê de Anistia no Exterior; Márcio Moreira Alves.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. DI_ACE_46545_84. Informação n. 393/19/AC/76. Data: 7 mai. 1976. Assunto: Terezinha Godoy de Jesus Zerbini; Movimento de anistia aos presos políticos.

1977

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Encaminhamento n. 0024/CISA-RJ. Data: 24 jan. 1977. Assunto.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Informação n. 0031/116/ASV/77. Data: 1º fev. 1977.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Informação n. 0031/116/ASV/77. Data: 1º fev. 1977. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – MFPA; Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_102098_77. Informação n. 064/16/AC/77. Data: 11 fev. 1977. Assunto: Atividades Subversivas; Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil; Jornal Amnistia; Movimento Feminino pela Anistia; Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_107422_77. Informação n. 0855/19/AC/77. Data: 9 nov. 1977. Assunto: MFPA/BA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_4563_80. Informação n. 0740/12/77-SI/SRDPF/SP. Data: 27 dez. 1977. Assunto: Show musical intitulado “Noite da Liberdade”. Anexo: cópia xerox de texto.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_4563_80. Informação n. 1604-B/77. Data: 21 dez. 1977. Assunto: Noite da Liberdade.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_102098_77. Informação n. 064/16/AC/77. Data: 11 fev. 1977. Assunto: Atividades Subversivas; Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil; Jornal Amnistia; Movimento Feminino pela Anistia; Therezinha Godoy Zerbini.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Anexo da Informação. Comitê 1º de Maio – Resposta ao Momento Atual.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0421/19/AC/77. Data: 29 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio. Anexo: Comitê 1º de Maio – Resposta ao momento atual.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 0408/19/AC/77. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_105488_77. Informação n. 3247/119/1977/ASP/SNI. Data: 17 jun. 1977. Assunto: Movimento Estudantil.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_8628_84. Informação n. 343/119/APA/77. Data: 17 jun. 77. Assunto: Movimento Estudantil; “Dia Nacional de Luta pela Anistia”; “Comitê pela Anistia 1º de Maio”.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte ASP_ACE_6644_81. Informação n. 3103 119/1977/ASP/SNI. Data: 13 jun. 1977. Assunto: “Comitê de Luta pela Anistia 1º de Maio”.

1978

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_108617_78. Informação n. 21/78/DSI/MJ. Data: 10 jan. 1978.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_108669_78. Informe n. 0354/31/AC. Data: 23 jan. 1978. Assunto: Bahia – Movimento Feminino pela Anistia. Avaliação: B-2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_109334_78. Informe n. 0538/31/AC/78. Data: 31 jan. 1978. Assunto: Ruth Escobar. Avaliação: B-2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_109334_78. Informe n. 0806/31/AC. Data 20 fev. 1978. Assunto: Ruth Escobar.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_109334_78. Informe n. 0848/31/AC/78. Data: 22 fev. 1978. Assunto: Ruth Escobar. Avaliação: B-3.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_114367_78. Centro de Informações da Marinha. Encaminhamento n. 0690. Data: 29 set. 1978. Assunto: “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC” 30ª Reunião Anual. Anexo: Cópia xerox da Apreciação Especial.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ACT_ACE_1305_81. Informação n. 1482 – E2/78. Data: 18 dez. 1978. Assunto: Comitê Estudantil Independente pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ACE_1769_82. Informação n. 160/116/AFZ/78. Data: 2 mai. 1978. Assunto: Criação do Comitê Estadual pela Anistia no Ceará.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AGO_ACE_4769_83. Informação n. 0036/116/NAGO/SNI/78. Data: 28 mar. 78. Assunto: MFPA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARE_ACE_545_79. Informação n. 1159-I [Leitura precária]. Data: 20 dez. 1978. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Paraíba. Anexo: Cópia de recorte do Diário Oficial do Estado da Paraíba, de 30 set. 78, e de “O NORTE”, de 12 nov. 78.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_7314_81. Informação n. 0946/119/1978/ASP/SNI. Data: 3 mar. 1978. Assunto: Manifesto de Publicitários pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_7464_81. Informação n. 1982/119/78-ASP/SNI. Data: 19 abr. 1978. Assunto: Atividades do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) – São Paulo (SP).

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_947_79 SP. Carta de Salvador em anexo. Data: 9 set. 1978.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_3222_82. Relatório de Investigação n. 004/310/ASV/78, de 23 jan. 1978. Data: 8 fev. 1978. Assunto: Atividades – MFPA – Núcleo da Bahia – Salvador/BA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte AC_ACE_108617_78. Informação n. 21/78/ DSI/MJ. Data: 10 jan. 1978. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

1979

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ABE_ACE_039/79. Informação n. 0065/116/ABE/79. Data: 1º fev. 1979. Assunto: II Reunião da Comissão Executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ABE_ACE_134_79. Informação n. 0187/116/ACE/79. Data: 20 mar. 1979. Assunto: Atividades subversivas – Reunião do Comitê pela Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH).

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_2764_79. Informe n. 1276/32/AC/79. Data: 27 jun. 1979. Assunto: Comitê Brasileiro de Anistia. Avaliação: B-2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_2854_79. Informação n. 0186/19/AC/79. Data: 30 abr. 1979. Assunto: Congresso da UNE.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_4214_79. Informação n. 0463/19/AC/79. Data: 26 set. 1979. Assunto: Movimentos de Anistia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_4214_79. Memorando n. 1740/02/CH/GAB/SNI.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_5250_80. Informe n. 02504/32/AC/79. Data: 26 nov. 1979. Assunto: Comentários de Terezinha Zerbini. Avaliação: B-2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ACT_ACE_1305_81. Informe n. 015/79/ASI/UFPR. Data: 18 abr. 1979. Assunto: Panfletagem do Comitê Estudantil Independente de Curitiba.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ACE_1780_82. Informação n. 356/116/AFZ/78. Data: 31 out. 1978. Assunto: Lançamento do livro “Liberdade para os Brasileiros – Anistia Ontem e Hoje”.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. AFZ_ACE_45_79. Informação n. 039/116/AFZ/79. Data: 13 mar. 1979. Assunto: Campanha Pró-Anistia – Comitê Brasileiro pela Anistia. Anexos: a. Estatutos; b. Programa Mínimo de Ação; c. Conclamação ao povo cearense.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARE_ACE_545_79. Informação n. 382/119/ARE/79. Data: 8 out. 1979. Assunto: Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Paraíba. Anexo: Cópia xerox do Regimento Interno do MFPA/PB (2 fls.).

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ_ACE_139_79. Informe n. 069/30/ARJ/79/GAB. Data: 6 fev. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Avaliação: A-1.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ_ACE_7189_78. Informe n. 027/116/ARJ/. Data: 7 dez. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, no mês de dezembro/78. Avaliação: A-1.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ_ACE_801/79. Informação n. 560 – c/79. Data: 26 jun. 1979. Assunto: “Noite de Vigília pela Anistia” em Cachoeiro de Itapemirim.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1078_79. Informe n. 1648/119/ASP/79. Data: 9 mai. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Avaliação: A-2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1270_79. Informe n. 0138/310/ASP/79. Data: 5 jun. 1979. Assunto: Congresso dos CBA da Europa. Avaliação: A-1.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1371_79. Informe n. 034/119/ARJ/79. Data: 8 jun. 1979. Assunto: Conferência Internacional pela Anistia. Avaliação: A-1.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1782_79. Informe n. 0257/310/ASP/79. Data: 17 ago. 79. Assunto: Ato público pela Anistia na praça da sé. Anexo, convite para ato público na praça da sé, a ser realizado no dia 21 de agosto de 1979.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_1914_79 SP. Informe n. 543/116/ASP/79. Data: 20 set. 1979. Assunto: Atividades do CBA. Avaliação: B-2.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_213_79. Informe n. 043/116/ASP/79. Data: 10 jan. 1979. Assunto: Culto ecumênico promovido pelo CBA. Avaliação: B-3.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_299_79. Informação n. 006/310/ASP/79. Data: 9 jan. 1979. Assunto: Comitê Brasileiro de Anistia – CBA.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_947_79 SP. Informação n. 096/310/ASP/79. Data: 18 abr. 1979. Assunto: Distribuição dos Anais do Congresso Brasileiro pela Anistia. Anexos: xerox da Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_156_79. Informação n. 031/116/ASV/79. Data: 27 abr. 1979. Assunto: Atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia – seção da Bahia.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASV_ACE_267_79 BA FEIRA. Excerto do Manifesto do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana/Bahia, em comemoração ao seu primeiro ano de existência, completado no dia 25 de agosto de 1979.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_AN_BSB_VAZ_074_0055. Informe n. 309/79-I/A2-III. COMAR. Assunto: Reunião comemorativa do 1º aniversário do CBA/MG. Data: 6 dez. 1979. Classificação: A-1.

1980

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_4563_80. Boletim Maria Quitéria em anexo a outras informações.

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ASP_ACE_4563_80.

1981

Arquivo Nacional. Fundo SNI. Fonte ASP_ACE_6644_81. Panfleto anexo.

Bibliografia instrumental-teórica

- AREND, S. M. F.; MACEDO, F. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan. /jun. 2009.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARROS, J. D'A. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BEARD, M. **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- BLOCH, M. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____. MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.
- _____. Política. In: _____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 954-962.
- _____. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BOUCHERON, P.; DELALANDE, N. (Org.). **Por uma história-mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- _____. O entreter do mundo. In: _____.; DELALANDE, N. (Org.). **Por uma história-mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.7-20.
- BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.
- BRAUDEL, F. A longa duração. In: _____. **História e ciências sociais**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- CARDOSO, C. F. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papyrus, 1997.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1971.
- DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan. /mar. 2018.
- DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan. /jun. 2012.
- FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan. /mar. 2018.
- _____.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

- _____. **História dos movimentos e lutas sociais**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRUZINSKI, S. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, p. 175-195, mar. 2001.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T.; WOODWARD, K.; _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- HEYMANN, L. Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidades. In: MÜLLER, A.; STAMPA, I.; SANTANA, M. A. (Org.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ISHAQ, V.; FRANCO, P.; SOUSA, T. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- JASPER, J. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- JONES, P. V. (Org.). **O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-182.
- LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.
- ETRIDGE, J. C.; LOOCKWOOD, D.; ALDERSON, D. J. **Amnesty: A Brief Historical Overview**. Library of Congress: Washington D.C., 1974.
- MÜLLER, A.; IEGELSKI, F. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 13-25.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Proj. História**, (10), dez. 1993.
- PASQUINO, G. A mobilização. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; _____. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 765-766.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **Novos combates pela História: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.
- POLLAK, M. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PEREIRA, A. R. V. V. **Teoria e Metodologia da História: o tratamento de fontes**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2015.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2009.
- RÉMOND, R. (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- _____. Uma História Presente. In: _____. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. O político. In: _____. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIOUX, J-P. A associação em política. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-139.
- ROBIN, R. **A memória saturada**. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.
- RODRIGUES, A. T. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.17, p. 33-43, 2001.
- ROUSSO, H. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- _____. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 93-101.
- SANTOS, B. S.; CHAUI, M. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 2, p. 10-18, jun. 2009.
- SIRINELLI, J-F. A geração. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 131-137.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.
- SUBRAHMANYAM, S. O gosto pelo arquivo é poliglota. Entrevista com Sanjay Subrahmanyam. In: BOUCHERON, P.; DELALANDE, N. (Org.). **Por uma história-mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 47-53. Entrevistadores: Anne-Julie Etter e Thomas Grillot.
- _____. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T.; _____.; HALL, S. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

Bibliografia de apoio

- ABRÃO, P.; TORELLY, M. Mutações no conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: ARAÚJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (Org.). **Violência na história**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012a.
- _____.; _____. Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase de luta pela anistia. **Revista de Direito Brasileira**, n. 3, 2012b.
- _____.; _____.; PAYNE, L. A. (Org.). **A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, M. **A conspiração da solidariedade: a Anistia Internacional e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de pós-graduação em Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.
- ANGELO, V. A. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do São Carlos, São Carlos, 2011.
- ANISTIA 20 anos 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte**. Natal: Sindicato dos Bancários e Câmara Municipal de Natal, 1999.
- ARAÚJO, M. P. Lutas democráticas contra ditadura. In: FERREIRA, J. (Org.). **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BARBOSA, M. O. L. **A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- BARRETO, A. F. A. L. **Movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia**. Curitiba: CRV, 2011.
- BASTOS, L. E. A. F. **As leis de anistia face ao direito internacional: o caso brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BATISTA, A. C. **Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- BERNARDES, B. S.; FAGUNDES, P. E. As mobilizações pela anistia brasileira no Estado do Espírito Santo (1975-1979). **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 4, n. 8, jul./dez. 2020.
- _____. A anistia de 1979 nos livros didáticos: considerações críticas. In: XII Semana de História UFES: conflitos e resistências. Vitória, 2018. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/33744>>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- _____. O Movimento Estudantil nas mobilizações pela anistia no Estado do Espírito Santo (1978-1979). In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564600717_ARQUIVO_OMEnasmobilizacoespelaanistianoEstadodoEspiritoSanto.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.
- _____. Os movimentos políticos pela Anistia no Brasil sob olhar do Serviço Nacional de Informação (SNI), entre 1975-1979. Relatório Final de Iniciação Científica. **Anais da Jornada de Iniciação Científica**, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/desc.php?&id=13479>. Acesso em: 2 jul. 2019.
- BICUDO, H. Lei da anistia e crimes conexos. In: TELES, J. (Org.). **Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001. p. 85-88.

- BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: < http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf >. Acesso em: 21 set. 2020.
- _____. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 3. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_pagina_26_a_29.pdf >.
- _____. **Lei de anistia em debate**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. (Série comissões em ação; n.25).
- _____. **Anais do Congresso Nacional**, 8 jun. 1977. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08JUN1977.pdf#page=> >. Acesso em: 2 mar. 2021.
- BRUMANA, L. F. S. **O Grito da Resistência: o Jornal Posição e a Cobertura da Abertura Política no Espírito Santo (1976 a 1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- CÂMARA DA SILVA, S. H. **Anistia política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- CARBONI, M. C. C. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CHAVES, L. L. **Ensino de História, Ciberespaço e Novas Tecnologias: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do “Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão”**. Dissertação (Mestrado profissional em História, Ensino e Narrativas) – Programa de pós-graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- CIAMBARELLA, A. **“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”**: A Campanha Pela Anistia Política no Brasil (1977-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- COOPER, C. C. B. **Os usos da história e o Supremo Tribunal Federal: a Lei da Anistia em questão**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- CÔRTEZ, J. S. R. **Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- D’ARAÚJO, M. C. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In: ARAÚJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (Org.). **Violência na história**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.
- _____.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____.; _____.; _____. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- _____.; _____.; _____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

- DEBÉRTOLIS, K. S. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- DEL PORTO, F. B. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- DIENSTMANN, G. **A luta pela democracia em foco: Fotojornalismo e movimentos sociais no Rio Grande do Sul (1977-1979).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura. In: SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. **Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz.** Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. p.239-255.
- DUARTE, A. R. F. Disputas, esquecimentos e ressentimentos: memórias da luta sobre a última anistia política brasileira. In: ROLLEMBERG, D.; CORDEIRO, J. M. (Org.). **Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil.** Salvador: Saggá, 2021. p. 108-128.
- _____. Memórias, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. **Tempo**, v. 26, n. 2, p.473-492, mai. /ago. 2020.
- _____. **Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979).** Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- DUCCINI, F. M. B. **A luta pela anistia na Bahia: Do Movimento Feminino pela Anistia ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (1975 a 1979).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- FAGUNDES, P. E. **Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado.** Vitória: Milfontes, 2019.
- _____. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, A. (Org.). **1968 em movimento.** Rio de Janeiro: FGV, 2018. p.101-116.
- _____. (Org.). **Relatório final da Comissão da Verdade** — Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes/Supecc, 2016.
- _____. **Memórias silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985).** Vitória: GM/APEES, 2012.
- FÁVERI, M. O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart. In: II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos.**
Disponível em: < <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/238/153>>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____.; DELGADO, L. A. N. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.343-404. (O Brasil republicano; v.3)

- FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: quarta república (1964-1985)**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 135-178.
- _____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.
- _____. Brasil: a transição inconclusa. In.: _____; ARAÚJO, M. P.; GRIN, M. (Org.). **Violência na história**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012a.
- _____. _____; ARAÚJO, M. P.; GRIN, M. (Org.). **Violência na história**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.
- _____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jul. 2012b.
- _____. A negociação parlamentar da anistia e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.
- _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- _____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 167-205.
- _____. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FORGET, D. **Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964/1984)**. São Paulo: Edusp, 1994.
- FREITAS, S. L. **Memórias dos anistiados políticos no Rio Grande do Norte**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- GALLO, C. A. (Org.). **Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
- GALLO, C. A. “Nem sempre as leis são justas”: a validade da anistia conforme os ministros do Supremo Tribunal Federal. In: GALLO, C. A. (Org.). **Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 251-281.
- GARCIA, M. A. A transição e a constituinte. **Lua Nova**, p. 16-19, v. 1, n. 4, 1985.
- GASPARI, E. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GEDOZ, C. **O Supremo Tribunal Federal e o alcance da Lei da Anistia: as disputas de um processo inconcluso**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- GOMES, P. C. **As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia (1964-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

- GONÇALVES, D. N. **O preço do passado: Anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- GRECO, H. A. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2003.
- GREEN, J. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. **Cad. AEL**, v. 17, n. 29, 2010.
- HERMETO, M. O engajamento, entre a intenção e o gesto: o campo teatral brasileiro durante a ditadura militar. In: MOTTA, R. P. S.; RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 203-215.
- KINZO, M. D. G. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979).** São Paulo: Vértice, 1988.
- LEMONS, R. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, p. 287-313, dez. 2002.
- _____. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979).** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.66-91.
- MACHADO, A. [...] **Metade é verdade** – Ruth Escobar. São Paulo: Edições Sesc, 2020.
- MACHADO, F. B. **As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MAGALHÃES, M. D. B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p.203-220, 1997.
- MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e militarização do Estado (1964-1968). In: MÜLLER, A. (Org.). **1968 em movimento.** Rio de Janeiro: FGV, 2018. p.11-27.
- MAUÉS, F. Livros na campanha pela anistia. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 5, n. 6, p. 257-277, 2011.
- MEDEIROS, A. D. P. **A Associação dos Anistiados e a luta por direitos no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- MEZAROBBA, G. **O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências, um estudo do caso brasileiro.** São Paulo: Humanitas, 2006.
- MORAES, R. T. **Formação do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia, ano 1979.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- MOREIRA, E. R. SPIELER, P.; QUEIROZ, R. M. R.; (Org.). **Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985.** Curitiba: Edição do Autor, 2013. p. 233-252. (Entrevista).

- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.
- _____. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: _____.; RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 48-65.
- _____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MÜLLER, A. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979).** Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- NADER, H. B. 50 anos do golpe militar: a SBPC na luta pela democratização do país. **Cienc. Cult.,** v. 66, n. 2, p. 4-5, jun. 2014.
- NADER, M. B. Movimento feminista e afirmação da cidadania: a luta contra a violência de gênero. In: CAMPOS, A. P. [et al.] (Org.). **A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos.** Vitória: GM, 2010. p. 307- 322.
- NAPOLITANO, M. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **Novos combates pela História: desafios – ensino.** São Paulo: Contexto, 2021.
- _____. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-americanos,** v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017.
- _____. **1964, História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, L. M. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política.** São Paulo: Fapesp; Intermeios, 2016.
- OLIVEIRA, M. A. M. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979).** Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- OLIVEIRA, U. J. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982).** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- PEREIRA, V. P.; MARVILLA, M.; OLIVEIRA, U. J.; GABRECHT, A. **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo.** Vitória: Flor e Cultura; Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.
- PEZZONIA, R. **Exílio em Português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982).** Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PETRÓ, C. M. **O exílio, os exilados e banidos nos debates sobre a anistia de 1979, a partir do jornal *Folha de São Paulo*.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- PINTO, A. C.; MARTINHO, F. C. P. (Org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política,** v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010.

- QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, v. 28, n.47, p.19-41, jan. /jun. 2012.
- RAMOS, A. M. V. **As Sensibilidades Coletivas nas Ações Políticas**: a dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980). Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. Ação e paixão política: a dimensão afetiva da luta pela anistia (1975-80). **Proj. História**, São Paulo, n. 29, p.291-301, dez. 2004.
- _____. **A liberdade Permitida**. Contradições, Limites e Conquista do Movimento pela Anistia (1975-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. **A Anistia em Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- REIS FILHO, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, v. 23, p. 171-186, 2010.
- _____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RESENDE, P. A. **Ser um embaixador não é um mar de rosas**: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969. Tese (Doutorado em História) — Programa de pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- _____. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- _____. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Dissertação (Mestrado em História – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- RIBEIRO, D. F. **A anistia brasileira**: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia. Curitiba: Prismas, 2015.
- RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, D. A.; _____; MOTTA, R. P. S. (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.30-47.
- _____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-166. (O Brasil Republicano, v. 4)
- RODEGHERO, C. S. A anistia de 1979 e as heranças da ditadura. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo do regime autoritário**: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- _____.; MARQUES, T. C. S. A luta pela anistia no Brasil e a “anistia, ampla geral e irrestrita” enquanto um *master frame* do exílio brasileiro. In: GALLO, C. A. (Org.). **Anistia**: 40 anos, uma luta, múltiplos significados. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p.43-78.
- _____. A Anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. In: **A Ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p.172-185.

- _____. Pela “pacificação da família brasileira”: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 67-88, 2014b.
- _____. MONTENEGRO, A. T.; ARAÚJO, M. P. **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- _____.; DIENSTMANN, G.; TRINDADE, T. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.
- _____. A anistia de 1979: um balanço bibliográfico. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2011, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/401/323>>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- _____.; MACHADO, V. A história recente nos livros didáticos: a ditadura militar e a questão da anistia no Brasil. **Cadernos do Aplicaçãõ**, v. 23, p. 28-43, 2010.
- _____. Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974-1979). **Tempo e Argumento**, v.1, n.1, p. 99-122, jan./jun. 2009.
- RODRIGUES, M. I. **Associação Norte-Riograndense dos Anistiados Políticos: a luta dos anistiados no RN e a continuidade do processo de anistia**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- ROLLEMBERG, D. **Exílio: entre radares e raízes**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHINKE, V. D. **Anistia política no Brasil: os indícios e as deturpações do discurso do esquecimento à luz da teoria discursiva do direito e da democracia**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, H. R. K. (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- SILVA, J. G. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: uma história de luta pela defesa dos direitos humanos nos anos da distensão política (1974-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- SILVA, M. **Mulheres Catarinenses e o Movimento Feminino pela Anistia: narrativas de suas atuações políticas**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- _____. A memória como campo de disputas: o caso do Movimento Feminino Pela Anistia em Santa Catarina (1977-1979). In: XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1470246455_ARQUIVO_AMEMORIACOMOCAMPODEDISPUTAS.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- SILVA, M. S. **Mulheres em luta: O Movimento Feminino pela Anistia (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

- SILVA, S. M. M. **A Operação Midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – *A Folha de São Paulo* e o golpe de 1964. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, T. N. **Gritam os muros**: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.
- SOUSA, A. M. F. **Anistia, graça e indulto**. Disponível em: <http://www.lfg.com.br> - 21 de dezembro de 2010.
- SOUZA, A. P. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE)**: as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Estado do Ceará, Fortaleza, 2012.
- SOUZA, J. S. **A esperança equilibrista**: a campanha pela anistia política (1978-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- SWENSON JUNIOR, L. J. **Problemas de validade da lei de anistia brasileira (Lei 6.683/79)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de pós-graduação em Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, J. R. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 31- 51.
- _____. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.
- TEÓFILO, J. Lembrar ou esquecer? Punir ou perdoar? As disputas por anistia no Brasil durante a ditadura militar e a atuação da grande imprensa. In: GALLO, C. A. (Org.). **Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 79-111.
- VARGAS, M. C.; MÉNDEZ, N. P. O Movimento Feminino pela Anistia no Brasil (1975-1979) entre múltiplos horizontes e limites. In: GALLO, C. A. (Org.). **Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p.7-42.
- VARGAS, M. C. **Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar**: A trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- VASCONCELOS, J. G. Anistias no Brasil: mobilizações, experiências e trocas simbólicas. **Educação em Debate**, ano 21, v. 2, n. 38, p. 60-71, 1999.
- _____. **Totalitarismo e Anistia**: o pecado e o perdão na esfera da política. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

APÊNDICES

A: *Bibliografia da Anistia*

Observação: este levantamento bibliográfico não tem a pretensão de cobrir toda a bibliografia existente sobre a Anistia de 1979, mas compartilhar as produções e demonstrar o quão numeroso se tornou esse campo historiográfico. Os trabalhos na área do Direito são também numerosos. No entanto, optamos por destacar as contribuições, principalmente, das áreas de História, Sociologia e Ciência Política.

Tabela I: Primeiros trabalhos

Ano	Título	Autor (a)	Editora	Origem	Natureza
1896	Anistia inversa: caso de teratologia jurídica	Rui Barbosa	-	Rio de Janeiro	Jurídico
1978	Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje	Roberto Ribeiro Martins	Civilização Brasileira	Rio de Janeiro	Jornalístico e Acadêmico
Mar. 1979	Anistia, caminho e solução: ensaio sobre hipóteses de desconstituição dos atos punitivos da Revolução de 1964 no Brasil	José Ignácio Ferreira	Janq	Vitória	Jurídico
1979	Os exilados: 5 mil à espera da anistia	Cristina Pinheiro Machado	Alfa-Ômega	São Paulo	Jornalístico
1979	Fome de liberdade: a luta dos presos políticos	Perly Cipriano e Gilney Viana	Ceciliano Abel de Almeida	Vitória	Memorialístico
1979	Anistia: semente da liberdade	Therezinha Zerbini	Salesianas	São Paulo	Jornalístico e Memorialístico
1982	Ofício de mãe: a Saga de uma Mulher	Depoimento de Iramaya Benjamin à Margarida Autran	Marco Zero	Rio de Janeiro	Memorialístico
1983	Helena Greco, eu te batizo: anistia	Ana Maria Rodrigues Oliveira	Edição da autora	Belo Horizonte	Memorialístico e acadêmico

Tabela II: Livros (1994-2019)

Ano	Título	Autor (a)	Editora	Origem
1994	Conquistas e Resistências do Poder	Danielle Forget	Edusp	São Paulo
2001	Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?	Janaína Teles (Org.)	Humanitas	São Paulo
2009	A luta pela anistia	Haiek Silva (Org.)	Unesp/ Arquivo Público do Estado de São Paulo	São Paulo
2011	Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa	Carla Rodeghero; Gabriel Dienstmann; Tatiana Trindade	Edunisc	Santa Cruz do Sul
2011	A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada	Leigh A. Payne; Paulo Abrão; Marcelo D. Torelly (Org.)	Ministério da Justiça	Brasília / Oxford
2012	Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil	Carla Rodeghero, Maria Paula Araújo e Antonio Montenegro (Org.)	Editora da UFPE	Recife
2018	Ditadura, Anistia e Transição Política (1964-1979)	Renato Lemos	Consequência	Rio de Janeiro
2019	Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado	Pedro Ernesto Fagundes	Milfontes	Vitória
2019	Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados	Carlos Arthur Gallo (Org.)	Gamma	Rio de Janeiro
2020	Anistia: um passado presente?	Tatyana de Amaral Maia e Ananda Simões Fernandes (Org.)	Edipucrs	Porto Alegre
2021	Amnesty in Brazil: Recompense after Repression, 1895-2010	Ann M. Schneider	University of Pittsburgh Press	Pittsburgh (EUA)

Tabela III: Artigos em periódicos

Ano	Título	Autor (a)	Periódico	Origem do Periódico
1999	Anistias no Brasil: mobilizações, experiências e trocas simbólicas	Gerardo Vasconcelos	Educação em Debate	Fortaleza
2002	Anistia e crise política no Brasil pós-1964	Renato Lemos	Topoi	Rio de Janeiro
2008	A Anistia e a Luta pelos Direitos Humanos no Brasil	Juliana de Oliveira Carlos	Cad. AEL	Campinas
2009	A anistia entre a memória e o esquecimento	Carla Rodeghero	História Unisinos	São Leopoldo
2009	Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979)	Carla Rodeghero	Tempo e Argumento	Florianópolis
2010	Ditadura, anistia e reconciliação	Daniel Aarão Reis Filho	Estudos Históricos	Rio de Janeiro
2010	“A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado Perdão aos Torturadores.”	Carlos Fico	Revista Anistia Política e Justiça de Transição	Brasília
2010	As disputas pela interpretação da lei de anistia de 1979	Janaina Telles	Ideias	Campinas
2012	Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase de luta pela anistia	Paulo Abrão e Marcelo Torelly	Revista Anistia Política e Justiça de Transição	Brasília
2013	<i>“Em todas las dictaduras siempre hay espacios de resistencia frente a la opresión”</i> - A atuação dos movimentos pela anistia e o controle e vigilância do regime civil-militar (1975-1973)	Pâmela de Almeida Resende	Tempo e Argumento	Florianópolis
2014	Pela “pacificação da família brasileira”: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e 1979	Carla Rodeghero	Revista Brasileira de História	São Paulo
2014	50 anos do Golpe Militar / 35 anos da Lei de Anistia: a longa marcha da “estratégia do esquecimento	Heloisa Amélia Greco	Cadernos de História	Belo Horizonte

2014	As mobilizações pela anistia ampla, Geral e irrestrita na visão da repressão política	Pedro Ernesto Fagundes	Acervo	Rio de Janeiro
2014	Lei da Anistia: O direito entre a memória e o esquecimento	Arnaldo Vieira Sousa	Cadernos UNDB	São Luís
2016	A campanha pela Anistia em imagens: Tempo Presente, fotografias e repressão política	Pedro Ernesto Fagundes	Tempo e Argumento	Florianópolis
2019	A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativa sobre a Lei de Anistia	Pedro Ernesto Fagundes	Lócus	Juiz de Fora
2020	Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini	Ana Rita Fonteles Duarte	Tempo	Niterói

Tabela IV: Teses de doutorado

Ano/ Inst.	Título	Área	Autor (a)	Orientador (a)
2003/UFMG	Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia	História	Heloisa Amélia Greco	Lucília de Almeida Neves Delgado
2006/UFC	O preço do passado: Anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil	Sociologia	Danyelle Nilin Gonçalves	Irlys Alencar Firmo Barreira
2007	O Preço do Esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar - uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile	Ciência Política	Glenda Mezarobba	Gildo Marçal Brandão
2007/USP	As Leis de Anistia Face ao Direito Internacional: o caso brasileiro	Direito	Lúcia Elena Arantes Ferreira	Cláudia Perrone Moisés
2008/PUC/SP	As Sensibilidades Coletivas nas Ações Políticas: A dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980)	História	Andressa Maria Villar Ramos	Maurício B. Pereira
2009/UFSC	Memórias em Disputa e Jogos de Gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)	História	Ana Rita Fonteles Duarte	Joana Maria Pedro

Tabela V: Dissertações de mestrado

Ano / Inst.	Título	Área	Autor (a)	Orientador (a)
1993/UFC	Totalitarismo e Anistia: o pecado e o perdão na esfera da política	Sociologia	José Gerardo Vasconcelos	Irllys Alencar Fimo Barreira
1996/UFMG	Movimento Feminino pela Anistia: A esperança do retorno à democracia	História	Anna Flávia Arruda Lanna	Lucília de Almeida Neves Delgado
2002/UFF	“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”: A Campanha pela Anistia Política no Brasil (1977-1979)	História	Alessandra Ciambarella	Jorge Luiz Ferreira
2002/PUC/SP	A Liberdade Permitida - Contradições, Limites e Conquista do Movimento pela Anistia: 1975-1980	História	Andressa Maria Villar Ramos	Maurício B. Pereira
2002/Unicamp	A Luta pela Anistia no Regime Militar Brasileiro: A constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania	Ciência Política	Fabíola Brigante Del Porto	Evelina Dagnino
2003/USP	Um acerto de contas com o futuro: A anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro	Ciência Política	Glenda Mezarobba	Eduardo Kugelmas
2006/UFRJ	As forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)	História	Flávia Burlamaqui Machado	Renato Lemos
2006/UNIMEP ³⁹⁵	Problemas de Validade da Lei de Anistia Brasileira (Lei 6.683/79)	Direito	Lauro Joppert Swenson Junior	Dimitri Dimoulis
2007/UNIMEP	A Conspiração da Solidariedade: A Anistia Internacional e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil	Direito	Maurício de Andrade	Evaldo Tadeu Q. Gaonzález
2007/UERJ	Anistia Política: Conflito e Conciliação no âmbito do congresso nacional brasileiro (1964-1979)	História	Sandro Héverton Câmara da Silva	Maria E. Prado / Fernando A. Faria
2008/PUC/SP	Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa	História	Maria Cecília Conte Carboni	Heloisa de Faria Cruz
2009/UNB	Anistia política no Brasil: Os indícios e as deturpações do discurso do esquecimento à luz da teoria discursiva do direito e da democracia	Direito	Vanessa Dorneles Schinke	Menelick de Carvalho Netto

³⁹⁵ Universidade Metodista de Piracicaba.

2010/ Unisinós	Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: A trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)	História	Mariluci Cardoso de Vargas	Marluza Marques Harres
2012/UFF	A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia	História	Denise Felipe Ribeiro	Samatha Viz Quadrat
2012/ UECE	Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980).	História	André Pinheiro de Souza	João Rameres Regis
2013/ Unicamp	Os Vigilantes da Ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela Anistia (1975-1983)	História	Pâmela de Almeida Resende	Fernando Teixeira da Silva
2015/USP	As dinâmicas da luta pela Anistia na transição política	História	Lucas Monteiro de Oliveira	Marcos Napolitano
2017/ UFBA	A luta pela anistia na Bahia: do Movimento Feminino pela Anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975 – 1979)	História	Felipe Moreira Barboza Duccini	Lucileide Costa Cardoso
2018/UFF	Os usos da história e o Supremo Tribunal Federal: a Lei da Anistia em questão.	História	Carolina Castelo Branco Cooper	Daniel Aarão Reis Filho
2018/ UFPE	A esperança equilibrada: a campanha pela anistia política (1978-1979)	História	Jonathan Soares de Souza	Maria do Socorro Abreu e Lima
2019/UFU	Mulheres em luta: o Movimento Feminino pela Anistia (1975-1979)	História	Mislele Souza da Silva	Deivy Ferreira Carneiro
2020/UFS	Em busca da liberdade: memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979)	História	Maria Aline Matos de Oliveira	Célia Costa Cardoso

B: A Anistia no Congresso Nacional**Tabela VI:** Projetos, emendas e propostas* parlamentares de Anistia entre 1964-1979

Data	Iniciativa	Proposta
Nov. 1964	Dep. Abel Rafael Pinto (PSD/MG)	Propôs às lideranças do PTB um projeto de anistia a Leonel Brizola e João Goulart.
Mai. 1966	Dep. Manuel Tavares (UDN/MG)	Projeto de anistia a estudantes em Minas Gerais, entre 31 de março de 1964 a 15 abril 1966, sob justificativa que os mesmos eram jovens idealistas, iludidos por pregação ideológica (CÂMARA DA SILVA, 2007, p.63).
Set. 1966	Dep. Aduari Fernandes (MDB/RJ)	Projeto de anistia aos trabalhadores de empresa estatal ou privada condenados sem direito de defesa que teriam participado de movimento de apoio ao governo de João Goulart (2007, p.64).
Jan. 1967	Sen. Edward Catete Pinheiro (Arena/PA)	Projeto n. 24/1967 estabelecia normas para a reanistia de direitos políticos e regulava a concessão de anistia.
Mar. 1967	Dep. Nísia Carone (MDB/MG)	Projeto de anistia aos atingidos pelos atos institucionais a partir de 1964.
Mar. 1967	Dep. Gastone Righi	Projeto de anistia aos presos e condenados por greves ou crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional e aos militares sentenciados por delitos de natureza política (LEMOS, 2018, p.73).
Mai. 1967	Sen. Antônio Balbino (MDB/BA)	Projeto dispôs sobre a publicação da relação nominal dos punidos com base nos AI's e dos motivos das punições. Determinava ainda o fornecimento de passaportes aos brasileiros punidos que viviam no exterior (2007, p. 57).
1967	Sen. Catete Pinheiro (Arena/PA)	Projeto regulava a reanistia dos direitos políticos a brasileiros punidos até 15 de março de 1967, subordinando uma série de requisitos. Também regulava a reversão de civis e militares aos respectivos postos de trabalho, a depender de parecer de comissão especial (2007, p.58).
Mai. 1968	Dep. Paulo Macarini (MDB/SC)	Projeto concedia anistia em todo o país, aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos episódios, manifestações e crises que sucederam à morte de Edson Luiz de Lima Souto (2007, p.63). Não contou com o apoio de amplos setores de estudantes, por entenderem o projeto como um paliativo.
Jun. 1968	Sen. Josafá Marinho (MDB/BA)	Emenda substitutiva ao projeto do Sen. Catete Pinheiro.
Abr. 1971	Dep. Araújo Jorge (MDB/GB)	Projeto visava a revisão das punições baseadas nas legislações de exceção ou a instauração de processos regulares (2007, p.81).
1972	Dep. Jerônimo Santana (MDB/RO)	Projeto de anistia aos ex-presidentes da República que tiveram seus direitos políticos suspensos (2007, p.82).
1974	Dep. Florim Coutinho (MDB/GB)	Projeto de anistia a todos os brasileiros que direta ou indiretamente se envolveram em delitos de natureza política ou tenham sofrido punições por essas razões.

		Previa ainda a reversão de militares e civis aos seus postos de trabalho (2007, p.87).
1975	Dep. João Menezes (MDB/PA)	Projeto de anistia aos cidadãos implicados em crimes de natureza política que tenham sido absolvidos ou, se caso condenados, tenham sido reabilitados. Seria assegurado, facultativamente, a reversão dos atingidos pelos atos excepcionais aos quadros que antes pertenciam. Eram excluídos do projeto os casos de punição desprovidos de apreciação judicial (2007, p.89-90).
1977	Dep. Olivir Gabardo (MDB/PR)	Projeto de anistia ampla e irrestrita aos estudantes que sofreram qualquer constrangimento devido à participação em manifestações nos campi universitários ou fora deles, abrangendo as punições disciplinares, no âmbito escolar, policial ou judicial (2007, p.90).
1978	Dep. Rui Brito (MDB/SP)	Projeto de anistia aos afastados de emprego regido pela Consolidação das Lei do Trabalho, com base em aposentadorias ou demissões com referência ao AI-1. Seria assegurada a readmissão do beneficiado no emprego (2007, p.90-91).
1978	Dep. Araújo Jorge (MDB/RJ)	Projeto de anistia a todos os punidos por motivos políticos desde o dia 31 de março de 1964, deixando de fora os crimes comuns (2007, p.91-92).
1978	Dep. Laerte Vieira (MDB/SC)	Projeto de anistia a todos que sofreram suspensão de direitos políticos ou que foram atingidos por sanções previstas nos atos institucionais (2007, p.92).
1978	Sem. Orestes Quércia (MDB/ SP)	Projeto de anistia a todos que sofreram punições devido aos atos institucionais (2007, p.92).

Fonte: Elaboração nossa com base nas informações contidas em Câmara da Silva (2007); Lemos (2018).

*A proposta não se consolida em projeto, há apenas uma formalização escrita ou verbal.

C: A Anistia nas Constituições Federais

Tabela VII: A competência para anistiar segundo as constituições federais do Brasil

Constituição	Disposição
1824	Anistia como atribuição do poder moderador, representado pelo Imperador do Brasil.
1891	Anistia como competência exclusiva do Poder Legislativo com a necessidade de sanção presidencial.
1934	Mantém a exclusividade do Poder Legislativo para anistiar e suprime a necessidade de sanção presidencial.
1937*	Retira do Poder Legislativo a competência exclusiva para anistiar. Formalmente mantém a competência do Congresso para legislar, mas determina que a iniciativa dos projetos de lei caberia ao Poder Executivo.
1946	Mantém os postulados de 1934: é exclusividade do Poder Legislativo anistiar, sem a necessidade de sanção presidencial.
196	Mantém a competência de o Poder Legislativo dispor sobre a lei, mas seria indispensável a sanção presidencial.
1969**	Anistia como competência exclusiva do Poder Executivo, ficando a cargo do Legislativo apenas a sua discussão e proposição de emendas ou substitutivos.
1988	Anistia como competência exclusiva do Poder Legislativo com a necessidade de sanção presidencial.

Elaboração nossa a partir dos dados coletados em Martins (1978) e nas constituições federais do Brasil.

*Durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) não houve atividade parlamentar. O Congresso encontrou-se fechado.


**A primeira versão da Constituição Federal da Ditadura Militar é do ano de 1967. Todavia, a Emenda Constitucional promulgada em 1969 é considerada como uma nova Constituição. É considerada como a Constituição de 1969.

ANEXOS

A: Núcleos do MFPA até 17 de setembro de 1976


5

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 911/19/AC/76



DATA : 17 SET 1976

ASSUNTO : MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

DIFUSÃO : ABE-ABH-ACG-ACT-AFZ-AMA-APA-ARE-ARJ-ASP-ASV-NAGO-
CIE-CISA-CENIMAR-CI/DPF

1. O "Movimento Feminino Pela Anistia - MFPA" que vem procurando ampliar a sua atuação dispõe, no momento, dos seguintes núcleos:

a. SÃO PAULO

- ALDENORA DE SÁ PORTO;
- EUGÊNIA CRISTINA GODOY DE JESUS ZERBINE;
- MARGARIDA PEREIRA NAVES FERNANDES;
- NEUSA CUNHA MELLO FRANCO;
- THEREZINHA GODOY ZERBINE;
- VIRGÍNIA LEMOS VASCONCELOS;
- LILA FIGUEIREDO; e
- YARA PERES SANTESTEVAM.

b. RIO GRANDE DO SUL

- LÍCIA PERES;
- MILA CAUDURO;
- FRANCISCA BRIZOLLA ROTTA;
- LÍCIA AZEREDO; e
- ANGELINA GUARANHA.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 911/19/AC/76.....Fls 02)

c. RIO DE JANEIRO

- REGINA SODRÉ VAN DER WEID;
- BRANCA MOREIRA ALVES;
- ANA MARIA LIMA DE ARRUDA;
- JUDITH VIEIRA LISBOA; e
- JUDITH CUNHA MELLO.

d. LONDRINA

- LIANE MUNDERBERG;
- JOANA LOPES;
- ROSE SERRA;
- EDESINA DE LIMA OLIVEIRA;
- ROSANE DE LOURDES SILVA; e
- NEUSA CARDONE.

e. BELO HORIZONTE

- YEDA MATTA MACHADO.

f. CEARÁ/FORTALEZA

- Núcelo recente, responde um colegiado.



2. A Diretoria Nacional está assim composta:

- Presidente: THEREZINHA GODOY ZERBINE
- Vice-Presidente: LILA FIGUEIREDO
- Secretária Geral: MARGARIDA NAVES FERNANDES
- Tesoureira: YARA PERES SANTESTEVAM.

* * *

CONFIDENCIAL

B: Informação sobre as integrantes do MFPA até 11 de outubro de 1976

CONFIDENCIAL		2
Ficha 006/CISA		
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA		
- C I S A -		Em 11 OUT 1976
1 - ASSUNTO	"MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA" (MEPA)	103173
2 - ORIGEM	CISA-RJ	
3 - DIFUSÃO	AC/SNI	
4 - DIFUSÃO ANTERIOR	***	
5 - REFERÊNCIA	Informação nº 911/19/AC de 17 Set 76	
6 - ANEXO	***	
DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 0109		
<p>1. Este Centro acrescenta os seguintes dados aos constantes da Informação de referência:</p> <p>a) ALDENORA DE SÃ PORTO (MARIA ALDENORA DE SÃ PORTO) - ligada a CARLOS FIGUEIREDO SÃ. Advogada em São Paulo - Militante do PCB desde 1945. Foi candidata a Dep Est pelo MDB/SP em 1974.</p> <p>b) EUGÊNIA CRISTINA GODOY DE JESUS ZERBINI - foi eleita, em 1974, representante da Fac Direito no Conselho Universitário da USP.</p> <p>c) MARGARIDA PEREIRA NAVES FERNANDES - nada consta.</p> <p>d) NEUSA CUNHA MELO FRANCO - nada consta.</p> <p>e) THEREZINHA GODOY ZERBINI - conhecida subversiva; já cumpriu pena.</p> <p>f) VIRGINIA LEMOS VASCONCELOS - eleita 1ª Secretária do Centro Acadêmico XI de Agosto, em 1974, em São Paulo.</p> <p>g) LILA FIGUEIREDO (LILA GALVÃO FIGUEIREDO), artista plástica; esquerdista: Trabalha no jornal "BRASIL MULHER". Parentes seus ligados à subversão: LILA DULCE GALVÃO FIGUEIREDO, CLARISSE GALVÃO FIGUEIREDO e JORGE FIDELINO GALVÃO FIGUEIREDO.</p> <p>h) YARA PERES SANTESTEVAM - nada consta. Existe, no entanto, YARA PERES, amante de RODOLFO OSWALDO KONDER, militante.</p> <p style="text-align: right;">"Continua"</p>		
CONFIDENCIAL		

CONFIDENCIAL

Ficha 008/CISA

MINISTERIO DA AERONAUTICA

(Continuação de) DOC INFO Nº

0109

/CISA-RJ, de

11.01.74

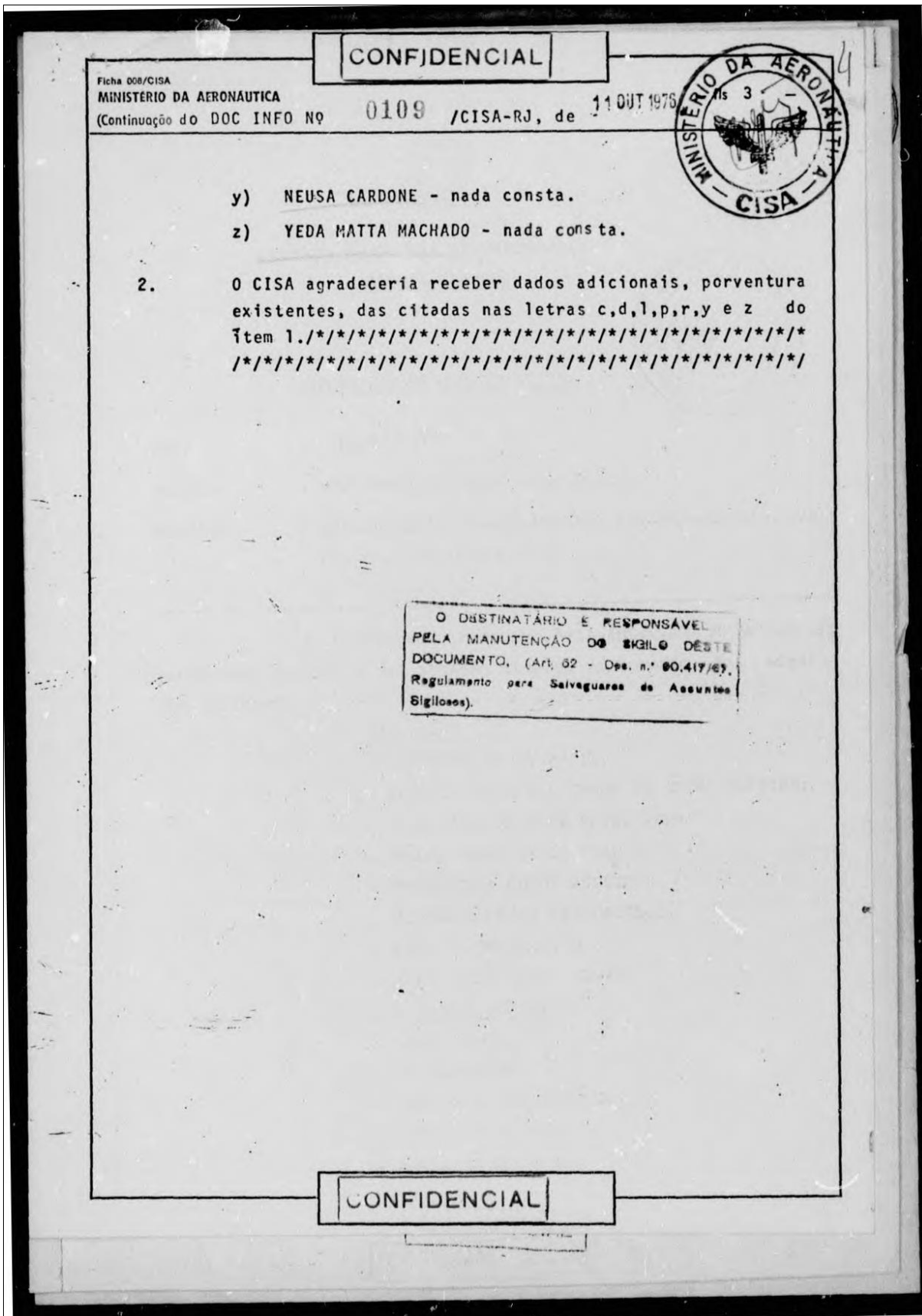


tante do PCB, segundo declaração do mesmo no DOI/II, em Out 75.

- i) LICIA PERES - casada com o vereador (MDB/PA) GLENIO MARTIAS GOMES PERES.
- j) MILA CAUDURO (ZULMIRA CAUDURO) - comadre de LEONEL BRIZOLA.
- k) FRANCISCA BRIZOLA ROTTA - irmã de LEONEL BRIZOLA.
- l) LIGIA AZEREDO (LIGIA AZEREDO COSTA) - nada consta, além da sua atuação no "MFPA".
- m) ANGELINA GUARANHA (ANGELINA GUARAGNA), possivelmente esposa de JOÃO CARLOS GUARAGNA, produtor de JOÃO GOU-LART no Brasil.
- n) REGINA SODRÉ VAN DER WEID - mãe do banido JEAN MARC FREDERIC VAN DER WEID.
- o) BRANCA MOREIRA ALVES - mãe do ex-Dep MARCIO MOREIRA ALVES.
- p) ANA MARIA LIMA ARRUDA - nada consta.
- q) JUDITH VIEIRA LISBOA - mãe de MARIJANE VIEIRA LISBOA, militante da AP refugiada no exterior.
- r) JUDITH CUNHA MELO - nada consta.
- s) LILIANE MUNDENBERG (LILIANE MARIA MUHLENBERG DA SILVA) - Jornalista do jornal "BRASIL MULHER"
- t) JOANA LOPES (JOANA D'ARC BIZOTO LOPES), militante da AP em São Paulo em 1971; jornalista do jornal "BRASIL MULHER".
- u) ROSE SERRA (ROSE MARY SOUZA SERRA) - jornalista do jornal "BRASIL MULHER".
- v) EDESINA DE LIMA OLIVEIRA - jornalista do jornal "BRASIL MULHER".
- x) ROSANE DE LOURDES SILVA - militante da TL (Tendência Leninista) detida em Abr 74 pelo DOPS/SP. Jornalista do jornal "BRASIL MULHER".

"Continua"

CONFIDENCIAL



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_103173_76. Informação n. 0109. Cisa-RJ. Data: 11 out. 1976. Assunto: “Movimento Feminino Pela Anistia” (MFWA).

C: Imagens de Therezinha Zerbini e do MFPA

c.1 Therezinha Zerbini durante a campanha de anistia com o broche da pomba da paz³⁹⁶



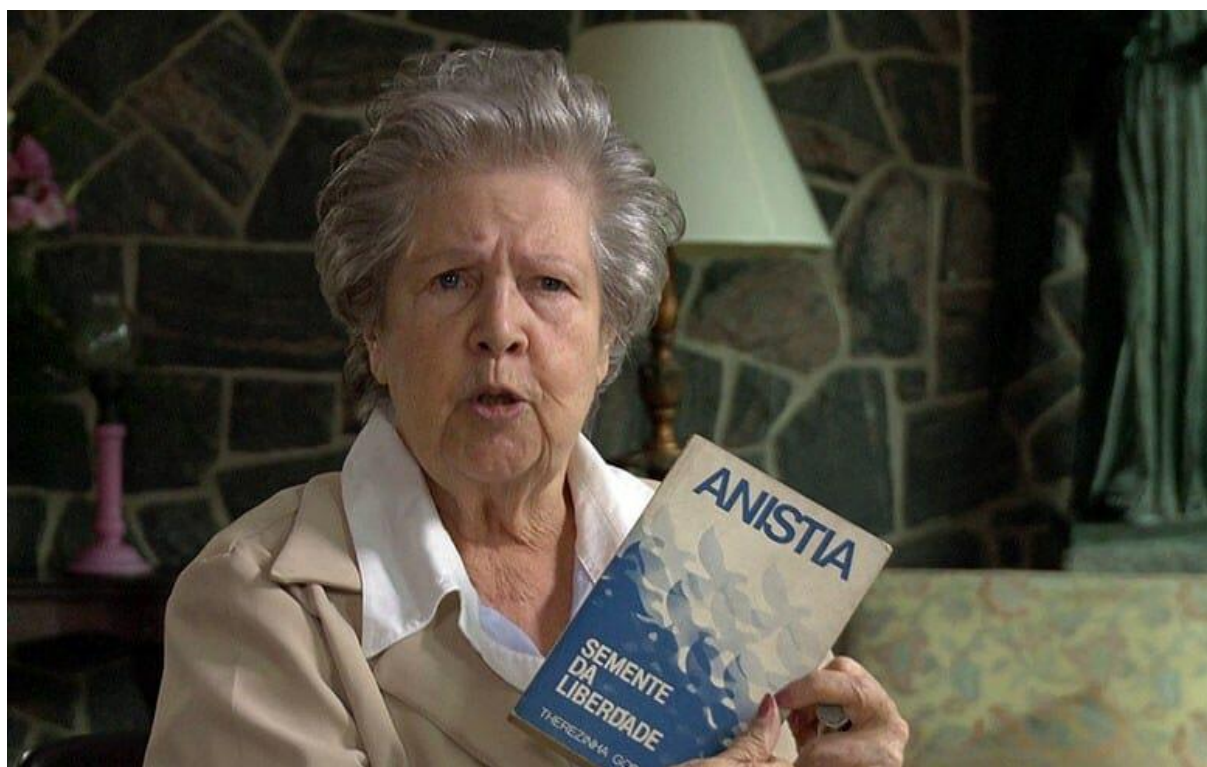
c.2 Logotipo da pomba da paz³⁹⁷



³⁹⁶ Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/mulheres-abrem-luta-pela-anistia>>. Acesso em: 16 ago. 2021. Note o broche da pomba da paz no blazer de Zerbini.

³⁹⁷ Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/mulheres-abrem-luta-pela-anistia>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

c.3 Therezinha Zerbini em entrevista ao Instituto Vladimir Herzog (2011)³⁹⁸



c.4 Therezinha Zerbini e Dilma Rousseff (2012)³⁹⁹



³⁹⁸ Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2018/02/viaduto-de-sp-que-homenageava-golpe-militar-teranome-de-ativista-que-combateu-ditadura/>>. A ocasião da foto é uma entrevista realizada ao Instituto Vladimir Herzog, citada nas referências.

³⁹⁹ Disponível em: <<http://pereirametallurgico.blogspot.com/2012/07/grande-therezinha-zerbini.html>>. Disponível em: <<https://i1.wp.com/waltersorrentino.com.br/wp-content/uploads/2014/04/tz-e-dilma1.jpg>>. Acesso em: 15 ago. 2021. Fotos de 2012.